

RAÍZES Nº 8

JANEIRO/DEZEMBRO 1991

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Theodor Shanin:** A Última Fase do Desenvolvimento do Pensamento de Marx: *Deuses e Artesãos*. 7
- Marcel Bursztyl:** Regular o Estado. 49
- Reinaldo A. Carcanholo:** A Transferência de Valor e o Desenvolvimento do Capitalismo: Um Estudo de Caso..... 69
- Maria da Gula Santos Garels:** A Expansão Cafeeira e a Modernização da Economia Brasileira. 89
- Paulo Ortiz Rocha de Aragão & Elbio Troccoli Pakman:** O Proálcool e as Transformações no Espaço Agrícola da Paraíba.. 113

1º SEMINÁRIO NORDESTE NA CONJUNTURA NACIONAL

- José Otamar de Carvalho:** Uma nova Dinâmica Econômica para o Nordeste. 137
- Jorge Fernando de Santana:** A Região na Constituição Brasileira. 153
- Jurandir Antonio Xavier:** A Contemporaneidade da Questão Regional. 177

INFORMAÇÕES

- Mestrado em Economia:** *Abstracts* das dissertações defendidas. (Org.: *Ivony L.M. Saraiva e Josemir C. Melo*) 185

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- D. Goodman, B. Sorj & J. Wilkinson:** Da Lavoura às Biotecnologias (agricultura e indústria no sistema internacional). (*Off-
vio A. Teixeira*) 217

Publicação semestral dos Mestrados em Economia e em Sociologia de
Campina Grande — Universidade Federal da Paraíba — Campus II

RAÍZES

Ano X, v.6, Nº 8, jan.–dez./1991

Revista semestral de Ciências Sociais e Econômicas

Editores:

Mestrado em Economia e
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba
Campus II — Campina Grande

Diretoras:

Josefa Salete B. Cavalcanti
Maria Goretti Serpa Braga

Conselho Editorial:

Josemir Camilo de Melo (UFPb-CG)
(Presidente)
Elbio Troccoli Pakman (UFPb-JP)
Fernando Garcia Oliveira (UFPb-CG)
Ghislaine Duqué (UFPb-CG)
Gian Mário Giuliani (UFRJ)
João Otávio P. de Barros J. (UFPb-CG)
Manoel Correia de Andrade (UFPb)
Maria Cristina Melo Marin (UFPb-CG)
Marla da Guia Gareis (UFPb-CG)
Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)
Paulo Nakatani (UFRN)
Raimundo Nonato Santos (UFR-RJ)

Comitê de Redação:

Dulce Maria Brito Barbosa (UFPb-JP)
Lúcia Helena de O. Cunha (UFPb-CG)

Secretária:

Ivony L. Monteiro Saraiva (UFPb-CG)

Colaboração:

UFPb: Reitoria, PRPG, PRAI, CH,
CAPES e Convênio CAPES/COFECUB

Projeto Gráfico:

Elbio Troccoli Pakman

Gravura da capa :

Elfas Andreatto

Editoração Eletrônica:

ETCO/PONTUAÇÃO

Gustavo AC. Garcia & Fátima Barros

• A revista *Raízes* é uma publicação semestral editada pelos mestrados em Sociologia e em Economia — com área de concentração em problemática rural — da Universidade Federal da Paraíba.

• Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

• É permitida a livre transcrição de qualquer matéria, citando a fonte.

• Aceita-se intercâmbio de revistas

Correspondência e material para publicação:

Revista *Raízes*

Av. Aprígio Veloso, 882

Centro de Humanidades

Universidade Federal da Paraíba

58.100, Campina Grande, PB
Brasil

tel.: (083)333.1000, r.143 e 558

fax: (083)333.1572 e 333.1945

telex: 83-3192

End.eletrônico: Raízes AT BRUFPb2

Referência Bibliográfica:

RAÍZES, v.6, n.8, jan.–dez.1991

Campina Grande, Mestrado em

Economia e Mestrado em

Sociologia da Universidade

Federal da Paraíba — UFPb.

v. semestral

1. Sociologia Rural - periódico

2. Economia Rural - periódico

3. Economia Política - periódico

CDD — 330

CDU — 338.43(05)

ISSN 0102-552X

© RAÍZES, 1991

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Theodor Shanin:**
A Última Fase do Desenvolvimento do Pensamento de Marx:
Deuses e Artesãos. 7
- Marcel Bursztyn:**
Regular o Estado. 49
- Reinaldo A. Carcanholo:**
A Transferência de Valor e o Desenvolvimento do Capitalismo:
Um Estudo de Caso. 69
- Maria da Guia Santos Gareis:**
A Expansão Cafeeira e a Modernização da Economia Brasileira 89
- Paulo Ortiz Rocha de Aragão & Elbio Troccoli Pakman:**
O Proálcool e as Transformações no Espaço Agrícola da
Paraíba 113
- 1^o SEMINÁRIO NORDESTE NA CONJUNTURA NACIONAL**
- José Otamar de Carvalho:**
Uma nova Dinâmica Econômica para o Nordeste. 137
- Jorge Fernando de Santana:**
A Região na Constituição Brasileira. 153
- Jurandir Antonio Xavier:**
A Contemporaneidade da Questão Regional. 177

INFORMAÇÕES

- Mestrado em Economia:**
Abstracts das dissertações defendidas.
(Org.: Ivony L.M. Saraiva e Josemir C. Melo) 185

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- D. Goodman, B. Sorj & J. Wilkinson:** Da Lavoura às Bio-
tecnologias (agricultura e indústria no sistema internacio-
nal). (Olívio A. Teixeira) 217

A revista RAÍZES é uma publicação semestral editada pelos mestrados em Sociologia e em Economia — com área de concentração em problemática rural — da Universidade Federal da Paraíba - Campus II.

Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a livre transcrição de qualquer matéria desde que seja citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

Referências Bibliográficas:

RAÍZES, v. 6, nº 8, jan. 91/dez. 92, Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba — UFPb.

1. Sociologia Rural - periódico
2. Economia Rural - periódico
3. História Econômica e Social - periódico

CDD - 330

CDU - 338.43 (05)

Revista RAÍZES

Av. Aprígio Veloso, 882

Centro de Humanidades

Universidade Federal da Paraíba

58109-000 - Campina Grande, PB.

Tel. (083) 333-1000, r. 143 e 558

Telefax: (083) 321-7240

Aos leitores

Temos a satisfação de oferecer aos nossos leitores o N^o 8 de RAÍZES. Ele resulta da dedicação e empenho de um grupo de pessoas dos Mestrados de Economia e de Sociologia Rural, e de outras instâncias da UFPb — Campus II que, efetivamente, estão comprometidas com a vida acadêmica em nossa Universidade. Esse compromisso é a força motriz para tentar vencer as adversidades e minimizar as imensas dificuldades de ordem técnico-administrativa e financeira que entravam a criação e a divulgação sistemática da produção científica.

*Buscando avançar qualitativamente, em termos de forma e conteúdo, iniciamos, com este número, o processo de editoração eletrônica de nossa revista. Ele reúne artigos de autores estrangeiros, nacionais, regionais e locais, cuja temática abrange a discussão teórica sobre o Capitalismo, o Estado e a Agricultura brasileira e nordestina em particular. Este último ponto está contemplado com um encarte especial sobre o **1^o Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional**, promovido pelo Mestrado em Economia, onde constam palestras proferidas por José Otamar de Carvalho, Jorge Fernando de Santana e Jurandir Antonio Xavier.*

Constam ainda, deste número, os "Abstracts" das quarenta e quatro dissertações defendidas, até dezembro de 1991, no Mestrado de Economia, área de concentração Economia Rural.

Esperamos que este número de **RAÍZES** continue atendendo às expectativas dos nossos leitores para que assim possamos atingir o que, na atual conjuntura da Universidade Brasileira, consideramos uma grande meta: contribuir para manter vivo o debate acadêmico.

A Diretoria

A Última Fase do Desenvolvimento do Pensamento de Marx : *Deuses e Artesãos* *

Theodor Shanin **

Das ist der Weisheit letzter Schlu:
Nur der verdient sich Freiheit wie das Leben
Der taglich sie erobern mu!

Esta é a sabedoria final, sempre verdadeira:
Somente ganha sua liberdade e sua vida
Quem as conquista diariamente de uma nova forma.

(Goethe, *FAUSTO II*)

*) Publicado originalmente em inglês sob o título "LATE MARX: Gods and Craftsmen", in SHANIN, T. Editor: *Late Marx and the Russian Road. Marx and the Peripheries of Capitalism*. London Routledge & Kegan, 1984. pp.3-39. (Tradução de Josefa Salete B. Cavalcanti, Professora Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da UFPb, Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Manchester, Inglaterra.

O autor agradece aos que, por comentários ou ajuda na coleta dos dados, contribuíram para este artigo: Perry Anderson (London), Michael Barratt-Brown (Baslow), Zygmunt Bauman (Leeds), Isaiah Berlin (Oxford), Phillip Corrigan (London), Arghiri Emmanuel (Paris), Leo Halmson (New York), Harry Magdoff (New York), M. Mchedalov (Moscow), Sidney Mintz (Baltimore), Derek Sayer (Glasgow), Paul Sweezy (New York), Eric Wolf (New York) e o grupo editorial do Grupo de Trabalho sobre História.

**) Theodor Shanin é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Estudos Econômicos e Sociais da Universidade de Manchester, Inglaterra.

I — Pondo ordem na mudança

O volume de *O Capital* de Marx foi simultaneamente o ponto alto da Economia Política Clássica e sua re-interpretação mais radical. Ele ofereceu um modelo fundamental, construído sobre a clássica "teoria do valor" das economias sociais industrialmente mais avançadas do seu tempo. Desenvolveu e colocou no centro da análise a teoria da acumulação através da exploração e, portanto, dos conflitos de classe e da transformação social estruturalmente determinados - a teoria da "mais valia". É, portanto, "a auto-consciência da sociedade capitalista ... basicamente uma teoria da sociedade burguesa e de sua estrutura econômica¹. Mas, em benefício da verdade deve-se datá-lo e localizá-lo - territorial e politicamente. A data é aquela anterior a 1870, do florescimento do capitalismo industrial "privado". O lugar é a Europa Ocidental e seu foco a Grã-Bretanha. O contexto político é o do desafio socialista ao *status quo*, a demanda para transformar os bens materiais e o potencial que o capitalismo industrial tinha produzido, numa base para uma sociedade justa - "Construir Jerusalém na terra verde e agradável da Inglaterra"². Na linguagem Hegeliana apreciada por Marx, a estrutura teórica de *O Capital* seria, portanto, a negação dialética da Economia Política, a auto-consciência do capitalismo transformando-se, ao seu nível mais alto de realização, em crítica de suas verdadeiras raízes, seu desmascaramento, e portanto, sua subversão e transformação.

Datar e localizar *O Capital* é também abrir um conjunto maior de questões referentes ao desenvolvimento do pensamento de Marx no período seguinte. O ponto central para isto é a década de 1872-1882 da vida de Marx, em que havia uma crescente

1) Luckács definiu deste modo o domínio mais geral mas inclusivo do "materialismo histórico em sua forma clássica". G. Luckács. HISTORY AND CLASS CONCIIOUSNESS, Cambridge, Mass., 1971, p.299. Um comentário de Harry Magdoff: "Isto não está errado mas eu preferiria ao descrever o que é o Vol. I de *O Capital* enfatizar as leis de movimento do capitalismo, sua evolução e sementes de sua transformação.

2) Para os não iniciados na cultura política britânica, essas são palavras do "Milton" de William Blake, ainda cantada como um hino nas convenções do Partido Trabalhista. A Nova Jerusalém era a anti-imagem de Blake aos 'negros e satânicos moínhos' do capitalismo do século XIX: suas fábricas, suas igrejas.

interdependência entre a análise de Marx, as realidades da Rússia, e o movimento revolucionário russo - um precursor misterioso do que viria a ocorrer em 1917. As questões são referentes à teoria da transformação social - de ordenar a mudança não apenas dentro do capitalismo. Para compreender isto, pode-se bem começar com *O Capital* mas não se pode parar nele.

A força de *O Capital* está em sua apresentação sistemática global, crítica, historicamente sofisticada e empiricamente substanciada, do modo como um tipo de economia recém-criado - a economia capitalista da época, na Grã-Bretanha, tinha influído ao nível da sociedade. De especial significância tem sido o uso mais geral deste modelo para outras sociedades nas quais o capitalismo tem estado, desde então, em ascensão manifesta e rápida. Suas limitações, como seus pontos fortes, são "filhos do seu tempo" - os tempos do avanço e expansão da "Revolução Industrial", a origem e crescente aplicação da ciência e a difusão das filosofias políticas de evolução e progresso da Revolução Francesa. No centro estava o evolucionismo - o arqui-modelo intelectual daqueles tempos, como proeminente nos trabalhos de Darwin e na filosofia de Spencer, no positivismo de Comte e no socialismo de Fourier e Saint Simon. Evolucionismo é, essencialmente, uma solução combinada para os problemas de heterogeneidade e mudança. A diversidade de formas físicas, biológicas e sociais é ordenada e explicada pela suposição de um desenvolvimento estruturalmente necessário através de estágios que o método científico deve descobrir. A diversidade de estágios explica a diversidade essencial das formas. A força desta explicação encontra-se na aceitação da mudança como uma parte necessária da realidade. Sua principal fraqueza era o determinismo unilinear e o otimismo nela introduzidos: o progresso através de estágios significava, também, a ascensão universal e necessária a um mundo mais agradável aos espíritos humanos ou mesmo ao "espírito absoluto" ou ao próprio Deus. A epistemologia materialista de *O Capital*, a aceitação dialética de contradições estruturais e de possíveis retrocessos temporários dentro do capitalismo, a objeção à tecnologia, não descartou o problema central do evolucionismo. "O país que é mais desenvolvido industrialmente estava ainda destinado "apenas (a) mostrar, ao menos desenvolvido, a imagem do seu

próprio futuro". Sem dúvida este era um assunto de "leis naturais desenvolvendo-se com necessidade de ferro"³.

Todavia, a mente de Marx não estava evidentemente satisfeita com as simplicidades unilineares do esquema evolucionista. A riqueza da evidência, por ele estudada, militava contra isto e assim também seu próprio treinamento dialético e epistemologia preferida. Da mesma forma, a razão porque foi a área Noroeste da Europa que alimentou a primeira edição do modo capitalista de produção estava ainda para ser descoberta. Uma admissão de simples acidente estaria distante dos requisitos de Marx para uma ciência da sociedade. Em consequência e já por volta de 1853, Marx tinha elaborado e posto em uso os conceitos de Despotismo Oriental e do Modo Asiático de Produção, seu sinônimo próximo, como principal suplemento teórico e alternativo às explicações unilineares⁴.

O novo mapa das sociedades de Marx assumia a co-existência global de formações sociais potencialmente progressivas e de outras essencialmente estáticas e "a-históricas". A natureza de tais sociedades estáticas, de Despotismo Oriental, foi definida pela combinação de características ambientais e sociais: grandes extensões de terras áridas e agricultura hidráulica necessitando de esquemas centrais de irrigação, um Estado poderoso, monopólio

³) K. Marx, *Capital*, Harmondsworth, 1979, Vol. I, p. 91. A mesma idéia também expressa por Marx como um artifício heurístico, modelado especificamente pelas ciências naturais: "A anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco ... (que) pode ser entendida apenas depois que o animal da origem mais elevada é já conhecido". Karl Marx, *Grundrisse*, Harmondsworth, 1973, p. 105 (tradução um pouco ajustada).

⁴) Ver *O Domínio Britânico na Índia*, escrito em 1853, em K. Marx e F. Engels, *Selected Works*, Moscow, 1973, Vol. I. E. Hobsbawm descreveu o conceito como 'a principal inovação na mesa dos períodos históricos introduzido no período em que *Grundrisse* foi escrito, isto é, 1857-8, para isso veja K. Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, London, 1964, p. 32 (Introdução). Ver também M. Godelier, Prefácio à *Sur les sociétés pré-capitalistes*, Paris, 1970, L. Krader, *The Asiatic Mode of Production*, Assen, 1975 e M. Sawyer, "The concept of the Asiatic Mode of Production and Contemporary Marxism" in: S. Avineri, *Varieties of Marxism*, The Hague, 1977 e nota 7 abaixo. Para um bom resumo do debate soviético sobre esta matéria por um "scholar" soviético contemporâneo ver V. Nikoforov, *Vostok i Vsemirnaya Istoriya*, Moscow, 1975 e E. Gelner, *Soviets against Wittfogel* (Tese de Mestrado não publicada).

estatal sobre terra e trabalho e milhares de pequenas comunidades rurais tributárias do Estado. Parafraseando Hegel, Marx viu tais sociedades como "perpetuando a existência vegetativa natural"⁵, isto é, revelando mudanças cíclicas e quantitativas enquanto não possuíam, em si, mecanismos para a necessária transformação social. A lista de casos de Marx incluía China, Egito, Mesopotâmia, Turquia, Pérsia, Índia, Java, partes da Ásia Central e América Pré-Colombiana, Espanha Moura, etc., etc., e também, menos definitivamente a Rússia, definida como caso Semi-Asiático⁶. A heterogeneidade da sociedade global, as histórias diferenciadas de suas partes, poderiam ser mais facilmente postas e explicadas por um esquema heurísticamente mais rico - uma combinação de estágios evolutivos das sociedades em progresso e dos Despotismos Orientais a-históricos, com espaços abertos entre estes, para outras categorias tais como "semi-asiático"⁷. O Capitalismo aparece como unificador global que absorve as sociedades a-históricas de Despotismo Oriental e as põe no caminho para o progresso, isto é, dentro do cenário histórico. Uma vez que tal obstáculo é removido,

-
- 5) Hegel, *The Philosophy of History*, London, 1978, p. 168. A metáfora orgânica é particularmente apropriada, pois nenhuma sociedade é considerada estacionária em sentido mecânico, "estagnação" significa a ciclicidade total de processos dentro dela.
- 6) A Rússia não tinha, naturalmente, determinantes "hidráulicos". Foi o impacto da militarização e conquista extensiva que foi considerada como tendo dado forma ao estado e sociedade russa numa maneira "oriental".
- 7) A atração do conceito de Despotismo Oriental como um suplemento ao modelo dinâmico de *O Capital* é ainda forte. Para casos bem debatidos pró e contra, o uso contemporâneo do conceito dentro da análise marxista, uma questão que não nos preocupa diretamente aqui, ver Melotti, *Marx and the Third World*, Londres, 1977 e P. Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Londres, 1970, Apêndice B. O livro recente de R. Bahro, *The Alternative in Eastern Europe*, Londres, 1977, tornou cega a parte conceptual aliada do termo ao usá-lo como uma categoria residual para tudo que é contemporâneo, mesmo que não seja socialista ou capitalista. A explicação mais importante para a atitude de Marx para com a heterogeneidade dos desenvolvimentos alternativos das sociedades àquela sugerida é a explicação de Hobsbawm em sua introdução à *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, ver *Pre-Capitalist Economic Formations* pp. 36-8. (Trad. em Português, N.T.). Hobsbawm afirma que à exceção singular da transformação do feudalismo para o capitalismo, os "estágios" de desenvolvimento social de Marx têm que ser entendidos como categorias analíticas e não cronologicamente.

as leis de ferro da evolução assumem, finalmente, seu ritmo global e universal.

A atitude de Marx para com o colonialismo, que foi por muito tempo um embaraço para alguns dos seus adeptos no Terceiro Mundo, era plenamente consistente com aquelas idéias. Marx abominava a opressão colonial, como também a hipocrisia de suas muitas justificativas, e afirmou isso em termos precisos. Ele o aceitava como um estágio possível no caminho do progresso para o capitalismo mundial, isto é, como um passo fundamental e positivo, embora terrível, no longo caminho para a Nova Jerusalém de homens livres.

No último período de seu trabalho, Marx deu um passo adiante, para uma mais complexa e mais realística conceptualização da heterogeneidade global, dinâmica e interdependência de formas sociais. A mudança, como vista por Marx, tomou forma como um pensamento posterior ao volume I de *O Capital* (publicado inicialmente em 1867) e refletia a nova experiência e evidência dos anos de 1870.

Quatro eventos apresentam-se como marcos, na base política e intelectual, para o pensamento de Marx neste período. Primeiro, a comuna de Paris de 1871 ofereceu uma lição dramática e um tipo de regra revolucionária nunca antes conhecida. A verdadeira aparência da "aurora da grande revolução social que deveria livrar para sempre a humanidade da sociedade dividida em classes"⁸, alterou os termos de estabelecimento da sociedade socialista e estabeleceu um novo cronograma contemporâneo a esta. Também forneceu o "crescendo" final às atividades de Marx na primeira Internacional que terminou em 1872, a ser seguido por um período de reflexão. Segundo, um avanço maior dentro das ciências sociais ocorrido durante os anos de 1860 e 1870: a descoberta da pré-história que "estendeu a noção de tempo histórico por algumas dezenas de mil anos e trouxe sociedades primitivas para dentro do círculo do estudo pela combinação de estudo de restos de materiais com aqueles da etnografia"⁹; o impacto fascinante desses acontecimentos na compreensão geral da sociedade humana foi

⁸) K. Marks i F. Engels, *Sochineniya*, Moscou, 1961, Vol. 18, p. 51, escrito por Marx em 1872.

⁹) R. Samuel, *Sources of Marxist History*, *New Left Review*, 1980, nº 120, p. 36. Ver também Kikoforov, op. cit., pp. 81-103.

considerável, tomando como centro, como foi feito, as "idéias dos homens e os ideais de comunidade"¹⁰ - na época como agora, o núcleo central da filosofia social européia. Terceiro, e associado com os estudos da pré-história, estava a extensão do conhecimento de sociedades rurais não-capitalistas entrelaçadas no mundo capitalista, especialmente as obras de Maine, Firs e outros sobre a Índia. Finalmente, a Rússia e os russos ofereceram a Marx a potente combinação de tudo o que foi mencionado: rica evidência sobre comunas rurais ("arcaicas" mas evidentemente vivas num mundo de triunfos capitalistas) e de experiência revolucionária direta, tudo cercado pela teoria e prática do populismo revolucionário russo.

A relação entre os novos desenvolvimentos no pensamento de Marx e suas conexões russas foi meticulosamente, embora dramaticamente, documentada no trabalho de Haruki Wada tornando uma variedade de peças estranhas, re-escritos, emendas e aparente ambivalência dos últimos escritos de Marx, em um todo consistente¹¹. Ao final da década Marx tornou-se cada vez mais consciente de que ao lado da Rússia retrógrada oficial, que ele tão frequentemente atacou, como o foco e a defensora da reação européia, havia crescido uma Rússia diferente, de aliados revolucionários e "scholars" radicais, altamente envolvidos com seu próprio trabalho teórico. Foi na língua Russa que a primeira tradução de *O Capital* foi feita, uma década antes da tradução inglesa. Foi da Rússia que vieram as notícias de ação revolucionária, relegando tudo o mais contra o declínio das esperanças revolucionárias na Europa Ocidental depois da Comuna de Paris.

De 1870 a 1871, Marx estudou russo com o propósito de abordar diretamente a realidade e o debate publicado naquela língua.

¹⁰) R. Nisbet, *The Social Philosophers*, St. Albans, 1973, p. 11. Nisbet descreveu a questão de comunidade como o eixo principal de toda a história da Filosofia Social Ocidental.

¹¹) H. Wada, *Marx e a Rússia Revolucionária* (ver p. 40; do livro *Late Marx and the Russia Road*, N.T.). O trabalho de Wada se destaca quando comparado com o trabalho dos analistas que "sabiam tudo isso", isto é, estavam alertas sobre a evidência, todavia tiraram pouco dela. Ver por exemplo, os comentários editoriais em K. Marx e F. Engels, *The Russian Menace to Europe*, Glencoe, Illinois, 1952, e muitos equivalentes soviéticos a isso, especialmente na década de 1930.

Numa carta a Engels, sua esposa reclamava da maneira como ele se aplicava à nova tarefa - "ele começou a estudar russo como se isso fosse matéria de vida ou morte"¹². Marx procedeu, com similar vigor, a estudar as fontes russas, e transformou os livros dos "scholars" russos mais radicais em seus livros-textos de linguagem, começando por Herzen e dando atenção particular a Flerovskii e Chernyshevskii. A principal biblioteca de livros russos, anotados, re-anotados, acumularam-se rapidamente em suas estantes e seus resumos entraram cada vez mais em suas notas¹³.

O que se seguiu foi um longo e relativo silêncio, que em si requer uma explicação - Marx não publicou qualquer coisa substancial até sua morte. Todavia, a direção em que sua pesquisa e pensamento estavam se movendo emerge das correspondências, notas e re-edições. Numa carta a Engels em 1870, Marx louvava a descrição, feita por Flerovskii, das "classes trabalhadoras" da Rússia - uma análise populista das mais importantes, como o "livro mais substancial, desde o seu *A condição da Classe Trabalhadora*".¹⁴ Ele o adicionou, subseqüentemente, à lista restrita de teóricos que ele respeitava e publicamente aplaudia, em um grau previamente concedido apenas a Engels, o nome de Nikolai Chernyshevskii. Em 1877, Marx repreendeu, numa carta, a "teorização supra-histórica", isto é, uma interpretação evolucionista de seus próprios escritos relacionados à Rússia, e rejeitou-a de novo, muito mais especificamente, em 1881 em relação à comuna camponesa russa. A afirmação de Marx daqueles tempos sobre ele próprio "não ser um marxista" estava se tornando verdade com ênfase particular no que se relacionava à Rússia.

12) M. Rubel e M. Manale, *Marx Without Myth*, Oxford, 1975, p. 252.

13) *Marks Istorik*, Moscow, 1968, p. 373. O livro oferece uma contribuição importante para toda a questão discutida. O primeiro e mais importante estudo de relevância é aquele sobre *Marx's Russian Library* escrito por B. Nikolaevskii e publicado in *Arkhiv K. Marksa i F. Engelsa*, Moscow, 1929, vo. 4.

14) *Marks i Engels*, op. cit., vol. 32, p. 358. Marx usou claramente o superlativo "most" (mais) ao tipo do livro, isto é, as descrições analíticas das classes plebéias contemporâneas. Duas décadas mais tarde, Plekhanov trabalhou duro para explicar como fora mal-informado o comentário de admiração de Marx sobre este livro evidentemente populista.

II — A conexão russa

Um adendo sobre o populismo revolucionário russo é necessário para localizar os novos interesses, "insights" e amigos de Marx para as audiências ocidentais. O rótulo "populista", como o de "marxista" necessitam maior precisão; a heterogeneidade de ambos os campos era considerável. Na expressão russa, um populista (*narodnik*) poderia significar qualquer coisa, variando de um terrorista revolucionário a um honorável filantropo. O que torna isto pior é o fato de que não há hoje herdeiros políticos para reclamar e defender a herança do populismo russo — perdedores políticos têm poucos parentes leais, enquanto os vitoriosos monopolizam imprensa, dinheiro e imaginação. O principal trabalho de Lenin, do qual gerações de socialistas aprenderam sua terminologia russa usava "populismo" como rótulo para alguns dos escritores que estavam, naquele tempo, na ala extrema direita dos populistas, um equivalente a usar o termo marxismo para os chamados "marxistas legais" da Rússia¹⁵. Isto tornou o argumento anti-populista de Lenin de 1898 mais fácil, enquanto aumentava a obscuridade do credo populista aos seus leitores de hoje.

O populismo era a principal tradição revolucionária nativa da Rússia. Sua mistura particular de ativismo político e análise social começou com A. Herzen e gerou uma longa lista de nomes bem conhecidos e respeitados nos círculos socialistas europeus, por exemplo: P. Lavrov, amigo pessoal e aliado de Marx. O populismo atingiu sua potência revolucionária plena nos escritos de N. Chernyshevskii, e sua expressão política mais exagerada no próprio tempo de Marx em *Narodnaya Volya*, o Partido da Vontade do

¹⁵) O livro mencionado é *The Development of Capitalism in Russia* e os populistas selecionados para castigo nele eram Danielson (que se assinava Nikolai-on) e Vorontsov (o V.V.). Lenin, cuja admiração por Chernyshevskii era profunda, mas moderada pelas necessidades táticas da luta contra o Partido Revolucionário Socialista (que considerava a herança de Chernyshevskii), resolveu tudo chamando Chernyshevskii "um democrata revolucionário", semanticamente não relacionado ao "populismo". Tal posição foi sempre seguida pelas publicações oficiais soviéticas. Para mais discussão, ver A. Walicki, *The Controversy over Capitalism*, Oxford, 1969. pp. 16-22.

Povo (ou Liberdade do Povo)¹⁶. Esta organização clandestina chegou a exercer impacto considerável durante o período de 1879–83 e foi finalmente destruída em 1887, pela ação da polícia, execuções e exílio.

Os populistas russos desafiaram a crença dos eslavófilos na especificidade inata (para não dizer supremacia intrínseca) da Rússia ou seus camponeses, e na propagação liberal do capitalismo europeu ocidental como o futuro brilhante da Rússia¹⁷. Segundo, os populistas russos presumiram a habilidade e a necessidade da Rússia "ultrapassar o estágio" do capitalismo ocidental como o europeu, no seu caminho para uma sociedade justa. Tal possibilidade surgia, contudo, como consequência, não da especificidade da Rússia pelos eslavófilos, mas da situação da Rússia dentro de um contexto global, que já havia assistido ao estabelecimento do capitalismo na Europa Ocidental. O paradigma analítico do "mundo histórico" levava à suposição de caminhos substantivamente diferentes, através dos quais sociedades diferentes se dirigiam para objetivos similares de um mundo melhor. Julgando aqueles caminhos, os "custos sociais" do progresso capitalista foram rejeitados para a Rússia e o crescimento em igualdade social e no nível de vida da maioria era tratado como a única medida do verdadeiro avanço social. Um terceiro marcador principal, expresso, totalmente apenas pela Vontade do Povo, o estado czarista era visto como principal inimigo

16) O termo *volya* significava na Rússia do Século XIX "força de vontade" e "liberdade".

17) Para detalhes bibliográficos, ver pp. 172-8, deste volume (do livro *Late Marx*). Para a seleção de escritos relevantes, ver Parte Três. Para estudos da tradição populista russa existente em inglês, ver especialmente F. Venturi, *Roots of Revolution*, Londres, 1960, I. Berlin, *Russian Thinken*, Harmondsworth 1979 e Walick; op. cit. Ver também T. Dan, *The Origins of Bolshevism*, Londres, 1964, Cap. 3, 6 e 7. L. Haimson, *The Russian Marxists and the Origin of Bolshevism*, Boston, 1966. Há uma considerável literatura russa sobre o tópico da qual a mais recente é o estudo excelente de V. Kharos, *Ideinye techeniya narodnicheskogo tipa*, Moscou, 1980. Ao contrário de uma visão sempre mantida, os populistas russos não rejeitavam industrialização mas a queriam socialmente controlada e ajustada às necessidades regionais, idéias que sempre se ligam diretamente com as demandas dos "ambientalistas" e socialistas mais contemporâneos. Ver Walicki, op. cit., pp. 114-16, e Khoros, op. cit., pp. 36-40, 220-5.

do povo da Rússia, simultaneamente como opressor e de crescimento economicamente parasita. Diferia da Europa Ocidental por sua habilidade em manter o povo na escravidão, não somente como o pleni-potenciário da classe proprietária. Era o Estado, nesta perspectiva, que era a *principal força capitalista* da Rússia, como defensor e criador das classes exploradoras contemporâneas.

Contra a força da ordem, opressão e exploração, os populistas revolucionários puseram sua confiança numa guerra de classes, da classe trabalhadora russa vista por Chernyshevskii como "camponeses, trabalhadores em tempo parcial (Podenshchiki) e trabalhadores assalariados" (esta trindade tornou-se camponeses, trabalhadores e inteligência trabalhadora nos últimos escritos populistas). A idéia de "desenvolvimento desigual" (inicialmente expressa por P. Chadayev) forneceu o núcleo teórico da análise política. O desenvolvimento desigual era visto como transformando a Rússia em uma nação proletária, entre nações, enfrentando com desvantagem as nações burguesas do ocidente. Internamente, esta situação polarizava a Rússia. Por outro lado, ela permitia, e necessitava de fato, saltos revolucionários nos quais o atraso relativo pudesse tornar-se uma vantagem revolucionária. Isto tornou possível uma revolução socialista imediata na Rússia. A derrota do domínio Czarista por meios revolucionários deveria ser seguida pelo estabelecimento de um novo regime no qual um governo intervencionista, servindo as necessidades do povo da Rússia, democraticamente expressas, agiria em consonância com a organização ativa do poder popular local.

Nos primeiros debates, a revolução idealizada pelos populistas russos era principalmente "social", isto é, a transformação da natureza de classe da Rússia, e não "simplesmente política" ou seja, objetivando o direito eleitoral. Um levante da maioria camponesa da nação deveria desempenhar o papel principal, e outros sub-grupos da classe trabalhadora e os revolucionários de origem da classe não-trabalhadora deveriam participar plenamente. Os populistas revolucionários dirigiram a força de sua propaganda, principalmente para os camponeses. Como as tentativas dos anos de 1870 para propagar novo espírito revolucionário entre camponeses foram desapontadoras, o centro de gravidade mudou da propaganda rural para a ação extra-rural. Daí, uma luta reforçada (dois em um) era cada vez mais esperada: um ataque ao Estado, que era também o principal capitalista, significava que as lutas políticas e sociais entrelaçavam-se. Tal fato

tornou o confronto mais difícil, mas também ofereceu a oportunidade, sobre a vitória, de mover-se com velocidade particular em direção à combinada transformação política e social. A maioria na principal organização populista, Terra e Liberdade (*Zemlya i Volya*), fundada em 1876, tinha conseqüentemente adotado a estratégia de insurreição (*perevorot*), isto é, de imediato, desafio direto e armado anti-estado. Em 1879 a organização dividiu-se entre a maioria "Vontade do Povo" (*Narodnaya Volya*) e a Divisão Negra (*Chernyi Peredel*) — uma minoria que se opunha aos militantes, à nova linha anti-Estado e à ênfase crescente na ação armada. O Partido "Vontade do Povo" estava bastante ativo na organização dos trabalhadores urbanos e, inclusive, publicava um jornal ilegal, especificamente desenhado para eles, mas explicavam isto não pelo papel exclusivo do proletariado, mas pela significância tática deste componente triplo da classe trabalhadora geral, isto é, o estar presente em centros de administração, onde a batalha principal contra o Czarismo deveria ser travada. A organização operou vigorosamente no exército, incorporando um número de oficiais e foi cada vez mais influente sobre estudantes e jovens intelectuais. Afora a propaganda e as preparações de um levante, a estratégia de atentados à vida do Czar e aos altos funcionários oficiais era adotada como arma tática principal objetivando abalar o Czarismo e ser a causa imediata da oposição e insurreição popular¹⁸.

Uma forte linha subjetivista e moralista destacava-se dentro da visão de mundo populista, incluindo-se os escritos de Chernyshevskii — um materialista filosófico e um admirador de Feuerbach. O impacto das idéias foi assumido e acentuado — para os populistas foi o determinante principal do desenvolvimento desigual das sociedades e da habilidade de algumas delas darem um salto sobre o estágio do capitalismo. A significância particular das elites intelectuais como líderes e como catalizadoras da ação política, numa sociedade, ao estilo russo, foi acentuada numa explicação parcial da forma como os revolucionários populistas construíram sua organização e escolheram seus objetivos em ação armada. Por essas razões e, também, para prover os quadros necessários para a propaganda clandestina e para a ação armada,

¹⁸) Ver Parte Três, e especialmente a análise de Kibalich, pp. 212-218 (livro *Late Marx*).

ênfase excepcional foi dada, dentro do grupo, ao treinamento da personalidade para inculcar modéstia, integridade e totalidade de devoção. Tal fato tornou a organização do "Vontade do Povo" famosa na Europa por sua disciplina, seu ascetismo e coragem dos seus membros¹⁹. A imagem russa e a auto-imagem de "revolucionários profissionais" e "quadros do partido" tiveram aí sua origem principal. Mais, naturalmente, está para ser ganho ou perdido no que se refere ao impacto do populismo revolucionário russo sobre o futuro da Revolução Russa, pois o movimento e a análise do que ela defendeu caminharam para se desdobrarem como "*input*" considerável nas revoluções de 1905-7 e 1917-20, incluindo também o que na primeira década do século vinte veio a ser chamado Bolchevismo.

A atitude dos populistas revolucionários para com a comuna camponesa russa era parte integrante da sua visão de mundo. Cerca de três quintos da terra arável da Rússia Européia estava nas mãos de camponeses e comunas cossacas²⁰. Dentro delas, cada unidade doméstica (*household*) controlava incondicionalmente apenas um pequeno pedaço de terra, isto é, casa e horta, seus animais e equipamentos. O uso da terra arável era destinado a uma família, a longo prazo, por sua comuna, os campos redistribuídos anualmente e trabalhados sempre coletivamente, as pastagens e florestas eram de uso comum. A diversidade de riqueza dentro da comuna era expressa principalmente na propriedade diferenciada de animais, na propriedade não-agrícola e em alguma terra privada comprada com recursos não-comunais. O uso de trabalho assalariado dentro da comuna era limitado. Muitos serviços vitais eram geridos coletivamente pela comuna: um pastor de aldeia, guardas locais, assistência aos órfãos e sempre uma escola, uma igreja, um moinho, etc. Uma assembleia de chefes das unidades domésticas controlava e representava interesses das comunas: decidia sobre os serviços, elegia seus próprios representantes dos serviços públicos, e coletava seus impostos ou débitos informais. Com exceção de algumas áreas no ocidente (principalmente ex-polonesas) a assembleia também redividia periodicamente a terra

19) Ver também as últimas determinações dos membros do Vontade do Povo, pp. 239-40.

20) **Statistika Zemlevladieniya 1905 g**, St. Petersburg, 1907. Os números são referentes às cinquenta Gubernya's da Rússia Européia, isto é, excluindo-se a Polônia, Rússia e o Cáucaso.

arável de acordo com alguns princípios igualitários, quase sempre em relação à mudança de tamanho das famílias envolvidas. Um certo número de comunas camponesas formavam um *volost*, seus representantes locais porém eram autorizados e controlados pelas autoridades do Estado. Apesar de vigiada pelo Estado, a comuna desempenhava (também) o papel de uma organização política camponesa de fato, como uma forte proteção coletiva contra um mundo externo hostil de ilustres, policiais, representantes oficiais, coletores de impostos, ladrões, intrusos ou aldeias vizinhas²¹.

Para os populistas revolucionários a comuna camponesa era a prova da tradição coletivista da maioria do povo russo, que permanecia viva apesar de sua supressão pelo Estado. Embora pudessem criticá-la, no geral eles viam na comuna camponesa a principal fiadora para os seus planos²². Ela era vista como o instrumento possível para a mobilização dos camponeses para a luta anti-czarismo. A comuna deveria ser a forma básica da organização futura do poder local que governaria eventualmente a Rússia junto com um governo nacional eleito democraticamente. Para Chernyshevskii, ela era também uma base efetiva para a produção agrícola coletiva na Rússia pós-revolucionária, que deveria operar ao lado de empreendimentos públicos e de uma minoria de empresas privadas (e transitórias?). A imagem apresenta muita similaridade com alguma das realidades, imagens e planos da Rússia do período da Nova Política Econômica, 1921-7.

O desafio mais significativo para o populismo revolucionário dos anos de 1880 (e sua substituição no mapa político da Rússia de 1890) não foi nem os eslavófilos e liberais à sua "direita" nem os poucos Bakunistas admiradores da espontaneidade das massas à sua "esquerda"; mas pessoas originadas

21) Para mais discussão da comuna russa, ver G.T. Robinson *Rural Russia under the Old Regime*, New York, 1979, T. Shanin, *The Awkward Class*, Oxford 1972 e, em russo, V. Aleksandrov, *Sel'skaya Obshchina v Rossii*, Moscow 1976, e a discussão geral de L. e V. Danilov em *Obshchina v Afrike: Problemy Tipologii*, Moscow, 1978.

22) Por exemplo, Herzen já falava da necessidade de ultrapassar simultaneamente "o capitalismo inglês", isto é, a submissão total às regras da competição capitalista, e a imersão total do camponês russo em sua comuna, para manter a independência pessoal do primeiro e o clã coletivista do segundo.

da ala "moderada" de seu próprio conjunto conceitual. A principal razão do declínio do populismo revolucionário em fins de 1880 foi a derrota de sua revolução, pois perderam a esperança de um levante, e as prisões, morte em ação e exílios para a Sibéria silenciaram a muitos dos ativistas do "Vontade do Povo", enquanto as vozes dos seus críticos ganharam força. O principal argumento contra o populismo revolucionário veio de um grupo influente que formou-se em torno do jornal *Russkoe Bogatsvo*, especialmente V. Vorontsov (que se assinava V.V.). Eles conclamavam para um populismo moderado e evolutivo, com educação como o principal caminho à frente e mesmo com possível cooperação parcial com o governo — um "populismo legal". Eles estavam encontrando uma audiência e um emissor num tipo bem expressivo, altamente falante, mas, intelectualmente provinciano, inefetivo — sempre um empregado do serviço educacional e do bem estar das autoridades locais e do movimento cooperativo. Foram eles que vieram cada vez mais a dominar o populismo nos anos de 1890 (e novamente em 1907-17 depois da derrota da Revolução em 1905-7), diluindo seu conteúdo, tornando sua ala revolucionária uma minoria "selvagem" e determinando a eventual destruição de todo o movimento. Foram eles que "falaram pelo populismo" entre 1887 e fins do século.

Um segundo ataque ao populismo revolucionário veio dos membros do grupo *Divisão Negra* que cortaram relações com o "Vontade do Povo" em 1879 sob seus desígnios insurrecionais. Os líderes deste grupo, Plekhanov, Axelrod, Dentch e Zasulich, emigraram para a Suíça e depois de falharem em fazer qualquer avanço com seu próprio toque de populismo, reorganizaram-se por volta de 1883 e declararam-se a favor do marxismo, socialismo científico, e da necessidade de um estágio capitalista e de uma revolução proletária no caminho para o socialismo. De acordo com essa visão, eles explicaram as falhas do "Vontade do Povo"²³. O novo nome adotado pelo grupo foi "Emancipação do Trabalho" (*Osvobozhdenie Truda*). Seus olhos estavam agora na Alemanha, em sua economia assim como no rápido crescimento do Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Alemanha, com uma expectativa

²³) Ver Venturi, op. cit., cap. 20 e 21; também Dan, op. cit., Capítulos 6, 7 e 8. Para uma boa auto-descrição do grupo da Divisão Negra, ver L. Dentch in V. Nevskii, *Istoriko-Revolutsionyi Sbornik*, Leningrado, 1924, vol. 2, pp. 280-350. Para detalhes biográficos, ver pp. 177-8, deste vol. (livro).

explícita de que a Rússia seguiria rota similar. Sua "europeização" conceitual e crescente conversão ao "ocidentalismo", isto é, o tipo de evolucionismo estrito que nós chamaríamos hoje uma teoria de Modernização Marxiana, significava que a comuna camponesa russa, e em torno de 1890, o campesinato *in toto*, era para eles não mais um fiador mas um sinal do atraso e estagnação, uma massa reacionária. Tudo isto deveria ser primeiro removido para limpar o caminho para o proletariado e sua luta revolucionária, e quanto mais cedo melhor. Eles deveriam, conseqüentemente, olhar com forte expectativa o desenvolvimento do capitalismo na Rússia — uma vez mais — quanto mais cedo melhor, para o avanço do socialismo. Era a esta visão que Marx se referia em 1881, criticamente, como aquela dos "admiradores do capitalismo russo"²⁴. Seus próprios pontos de vista estavam se movendo em uma direção oposta.

III - A comuna arcaica e a teoria precursora

Em 1891 Marx passou três semanas contemplando, pode-se dizer lutando com, uma resposta a uma Carta relativa à comuna camponesa russa. Esta veio de Vera Zasulich, tornada famosa por sua primeira tentativa na vida de uma particularmente viciada dignatária czarista, ao tempo, do grupo "Divisão Negra" e a futura co-editora do marxista *Iskra*. Os quatro rascunhos da resposta escrita por Marx testemunharam a imensidade do trabalho e pensamento que a embasavam — como se toda a última década dos estudos de Marx com suas 30.000 páginas de notas, mas nenhum novo texto principal concluído, viessem juntos. Os rascunhos eram testemunhas da complexidade, mas também da crescente consciência disto, e a primeira abordagem para um novo problema principal. É uma verdadeira exposição da "cozinha" do pensamento de Marx, no limiar do conhecimento no qual ele, mais uma vez, encontrou-se como um precursor para sua própria geração e amigos.

A descoberta da comuna camponesa pela "inteligência" russa levou a um debate afiado sobre sua natureza e historiografia. Para os seus detratores, a comuna camponesa era uma criação do Estado

²⁴) Ver parte dois (do livro). Esta linha de análise tem se refletido subseqüentemente com força particular nos trabalhos dos "marxistas legais" russos, por exemplo, M. Tugan Baranovskii, *Russkaya fabrika*. St. Petersburg, 1901, Vol. 1, Cap. 4.

czarista, para policiar e taxar o campo, um artifício que conservou as características arcaicas, de atraso da agricultura russa e sua economia política *in toto*²⁵. Para os populistas e seus aliados acadêmicos, ela era a sobrevivência da organização social do comunismo primário, isto é, da sociedade pré-classe, uma remanescente por certo, mas positiva, por sua função presente e potencial futuro. Por trás do debate furioso sobre historiografia da comuna levantavam-se temas políticos fundamentais de estratégia, da natureza de classe do campo revolucionário, seus inimigos e mesmo da natureza do futuro (pós-revolucionário?) regime. Para Marx a questão da comuna camponesa, significativa como era para a Rússia, era também um ponto de entrada para uma variedade de questões de mais ampla significância, teórica e politicamente. Estas eram as questões do campesinato dentro de um mundo capitalista (centrado no capitalismo?) e o tipo de submundos e subeconomias que tal "irregularidade" é levada a produzir. Era também aquele das revoluções socialistas no mundo em geral, isto é, do "coro camponês" sem o qual, ele disse uma vez, "a canção solo do proletariado torna-se a canção do cisne, em todos os países camponeses"²⁶.

Já no *Grundrisse* (1857) Marx tinha começado extensivos estudos comparativos da agricultura camponesa e da propriedade da terra comunal dentro dos maiores modos de produção pré-capitalista. A comuna camponesa não era para ele (ou para os populistas revolucionários) excepcional para a Rússia. Ela era simplesmente a melhor preservada na Europa — persistindo por boas razões "materialistas" e por estar cada vez mais colocada num novo contexto nacional e internacional do capitalismo avançado.

²⁵) Fundamentais àquela linha de argumento foram os trabalhos e opiniões de B. Chicherin adaptado no tempo de Marx por A. Wagner e nas últimas gerações por P. Miliukov, K. Kocharovskii, etc., como também por G. Plekhanov e por I. Chernyshev no campo marxista. Este ponto de vista foi sempre mencionado como a "Escola Estado". Em oposição foi criticado por uma lista igualmente importante de "scholars" e teóricos políticos dos quais N. Chernyshevskii e I. Belyaev foram essenciais à própria geração de Marx. O próprio Marx criticou duramente Chicherin (*Marks i Engels*, op. cit., Vol. 33, p. 482). Para uma boa historiografia do debate ver Aleksandrov, op. cit., pp. 3-46.

²⁶) Marx escreveu esta passagem em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852) referindo-se à França mas retirou-a na re-edição de 1869. As datas são significantes pelas razões discutidas no nosso texto.

Ainda em 1868 numa carta a Engels ele estava claramente encantado com "todo aquele lixo", isto é, a estrutura das comunas camponesas russas, "aproximando-se então do seu fim"²⁷. Durante os anos de 1870 os trabalhos de Mourer e Morgan fortaleceram a convicção de Marx, contudo, no que se refere às qualidades positivas das comunidades primárias — tribais em seu etnocentrismo (isto é, sua concentração nas necessidades humanas em vez de na produção para lucros) e sua democracia inerente, eram contra a alienação capitalista e hierarquias de privilégios. O homem do capitalismo — o modo de produção mais progressivo em evidência — não era o último homem da história humana conhecida até então. O Iroquês "caçador pele vermelha" era, de certa forma, mais essencialmente humano e liberado do que um funcionário na cidade e, nesse sentido, mais próximo ao homem do futuro socialista. Marx não tinha dúvidas sobre as limitações da comuna "arcaica": "pobreza" material, ou provincianismo e sua fraqueza contra as forças exploradoras externas. Sua deteriorização sob o capitalismo seria necessária. Todavia, essa não era claramente a história completa. A experiência e excitação da comuna de Paris — para Marx o primeiro experimento direto numa nova democracia plebéia e organização revolucionária — era por agora parte do quadro. Com a evidência do que aparecia como o primeiro experimento pós-capitalista, Marx estava mais pronto do que antes para considerar a natureza real da organização política e social no mundo pelo qual ele lutava. Para todos os iniciados na dialética hegeliana, filhos parecem mais com seus avós do que com os seus pais. A comuna "primária", restaurada dialeticamente num novo e mais alto nível de riqueza material e interação global, entrava nas imagens de Marx da sociedade comunista futura, na qual os "indivíduos comportam-se não como trabalhadores mas como proprietários — como membros de uma comunidade que também trabalha"²⁸.

De volta ao passado/futuro para o presente, a consideração da co-existência e dependência mútua de formas sociais capitalistas (pré-capitalistas?) fizeram Marx cada vez mais aceitar e

27) K. Marks i F. Engels, *Sochineniya*, op. cit., Vol. 32, p. 158. Relacionadamente em tempo, Marx atacou a opinião de Herzen em 1867 e falou em termos absolutos do conservadorismo do campesinato francês (por exemplo, nas notas de 1871 sobre a Comuna de Paris, *ibid.*, Vol. 17, pp. 554-7).

28) Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit., p. 68.

considerar o "desenvolvimento desigual" em toda sua complexidade. Nova ênfase foi também dada aos aspectos regressivos do capitalismo e na sua ligação com a questão do Estado na Rússia. A aceitação do "progresso" unilinear está enfaticamente descartada. A extensão de um modelo essencialmente evolucionista através das idéias do Despotismo Oriental é, nesse momento, insuficiente. Especificamente, Marx chegou a ver o declínio da comuna camponesa na Europa Ocidental e sua crise, na Rússia, não como uma lei de Ciências Sociais — processo econômico espontâneo — mas como o resultado de um assalto sobre a maioria dos povos, que poderia e deveria ser revidado. A consideração da comuna russa nas notas da "carta a Zasuylich" trouxe tudo isto à tona. Será melhor apresentar a essência da mensagem nas próprias palavras de Marx²⁹.

Para iniciar, "o que ameaça a vida da comuna russa não é nem a inevitabilidade histórica nem a teoria, mas a opressão pelo Estado e exploração pelos intrusos capitalistas, os quais o Estado tornou poderosos às expensas do camponês". O tipo de sociedade em questão era destacado por seu contexto internacional, isto é, "ambiente histórico moderno: ele é contemporâneo, com uma cultura mais elevada e é vinculado ao mercado mundial no qual a produção capitalista é predominante", enquanto o país "não é, como as Índias Orientais, a vítima de um poder estrangeiro conquistador". A coalizão de classes de destruidores camponeses — o bloco de poder em sociedades com predominância numérica camponesa — foi definida como "*o Estado ... o Comércio ... os proprietários de terra e ... de dentro (a comuna camponesa) ... os usuários* [grifos do autor], isto é, Estado, capitalistas mercantis, proprietários de terra e Kulaks — nessa ordem. O sistema social total era referido como um "tipo específico de capitalismo adotado pelo Estado às 'expensas' dos camponeses".

Para Marx, o fato de que a comuna russa era relativamente avançada em tipo, sendo baseada não sobre o parentesco mas na localidade, e sua "natureza dual" como "comunal", oferecia a possibilidade de dois caminhos diferentes de desenvolvimento. O Estado e a variedade específica do capitalismo alimentado pelo Estado estavam assaltando, penetrando e destruindo a comuna. Esta poderia ser destruída, mas não havia "necessidade fatal" para isso. O aspecto corporativo da existência da comuna poderia prevalecer,

²⁹) Para texto total, ver Parte Dois (do livro).

uma vez que a revolução tivesse removido as pressões anti-comuna e a tecnologia avançada desenvolvida pelo capitalismo ocidental fosse colocada em novo uso sob controle comunal dos produtores. Tal solução seria sem dúvida melhor para o futuro socialista da Rússia. A principal limitação da comuna rural, isto é, seu isolamento, que facilitava a edição russa do "despotismo centralizado", poderia ser ultrapassada pela insurreição popular e a conseqüente suplementação do *volost*, dirigido pelo Estado, "por assembléias eleitas pelas comunas — um corpo econômico e administrativo servindo seus próprios interesses". Isto é, surpreendentemente, camponeses dirigindo seus próprios negócios, dentro e como uma parte da sociedade socialista. Sem dúvida, a "familiaridade dos camponeses russos com relações corporadas ("artel") facilitaria muito sua transição de pequenos pedaços de terra para o cultivo coletivo" mas, há uma condição para isso tudo: "a sociedade Russa tendo vivido por tanto tempo às expensas da comuna rural deve a esta os recursos iniciais requeridos para tal mudança", isto é, o retorno preciso da "acumulação primitiva", era agora definido por Marx como a condição para a coletivização bem sucedida da agricultura camponesa russa. Também esta seria uma mudança gradual ... "na qual o primeiro passo seria colocar a comuna sob condições normais (isto é, num contexto não explorador) sobre sua base atual".

Em conclusão, para Marx, uma oportuna vitória revolucionária poderia tornar a comuna russa num principal "veículo de regeneração social". Um "ponto de partida direto do sistema pelo qual a sociedade contemporânea luta" e um arcabouço básico para o trabalho cooperativo em larga escala" e o uso de "maquinaria" moderna". Além do mais, isto pode tornar "supremos" alguns países essencialmente camponeses para as sociedades onde o capitalismo domina". Isto é, sem dúvida, porque "o caso precedente ocidental não se aplicaria nada daqui". Ainda, "o assunto não é um problema a ser resolvido mas simplesmente um inimigo, que deveria ser derrotado ... para salvar a comuna russa, necessita-se uma revolução russa". Observe a expressão revolução russa, repedita duas vezes dentro do texto. Finalmente, para entender tudo isto, "deve-se descer da teoria pura para a realidade russa" e não ficar amedrontado pelo termo "arcaico", pois o "novo sistema para o qual a sociedade moderna está tendendo será o renascimento numa forma superior de um tipo social arcaico".

O tema da comuna camponesa foi usado por Marx também, como o principal caminho para abordar um grupo de problemas fundamentais, novos para sua geração, mas que seriam hoje em dia facilmente reconhecidos como aqueles de "sociedades em desenvolvimento", sejam estes "modernização" "dependência" ou a expansão "combinada e desigual" do capitalismo global e sua expressão especificamente "periférica". Estes eram vários dos componentes do novo roteiro de tópicos de Marx para estudo e conclusões preliminares, nenhum dos quais elaborados plenamente. No centro está a noção recentemente percebida de "desenvolvimento desigual", interpretada não quantitativamente (isto é, que "algumas sociedades mudam mais rápido que outras") mas como interdependência global de transformação de formas sociais. As "Notas Cronológicas", isto é, um conjunto substancial dos pontos de vista gerais de Marx escritos em 1880-2, é especialmente relevante aqui. Como corretamente observado numa contribuição interessante de B. Porshnev (que menciona isto para "o período dos últimos 9-12 anos da vida de Marx"), isto demonstra a atenção de Marx voltando-se ao "problema da interdependência histórica de povos e países no período diferente da história global, isto é, a unidade sincrônica da história" (e dever-se-ia adicionar, a unidade inter-societária diacrônica)³⁰. Marx vem, então, assumir também, para o futuro, a multiplicidade de caminhos da transformação social, dentro do arcabouço global do impacto mútuo e diferencial. (Já no *Grundrisse* ele tinha aceito isto claramente para o passado pré-capitalista). Esta é a razão, sem dúvida, porque a aplicação generalizada da discussão de "acumulação capitalista" no volume I de *O Capital* é, por volta de 1877, tão explicitamente rejeitada. Como é documentado e discutido por Wada, isto significa também que Marx tinha começado a "perceber a estrutura única para o capitalismo atrasado"³¹ dizer "estruturas" seria, provavelmente, dizê-lo melhor. A idéia de "desenvolvimento dependente" não está, todavia, aí, mas sua base está lançada. Para concluir, claramente, para Marx, a Inglaterra que ele conheceu "que é mais desenvolvida industrialmente" não tinha e sem dúvida não poderia mais "mostrar à Rússia menos desenvolvida" a "imagem de seu próprio futuro". Por uma das ironias da história, um século depois nós estamos ainda tentando esclarecer a idéia oposta do monopólio da Rússia pós-1917 a partir da imaginação revolucionária, a suposição é de que é a

30) Marks-Istorik, op. cit., p. 431.

31) Ver abaixo, p. 631 (do livro).

Rússia que deve mostrar a todas as Inglaterras do nosso tempo a imagem de seus futuros socialistas.

A nova mudança do pensamento de Marx foi indubitavelmente reconhecida e admitida, ao modo deles, pelos marxistas dogmáticos. "A Carta ao Corpo Editorial de Otechestvennyye Zapiski, foi deixada sem publicação pelo Grupo Emancipação do Trabalho, apesar das promessas a Engels que permitiu-lhes tê-la para publicação. A "Carta a Zasulich", escrita sob solicitação explícita para tornar as opiniões de Marx conhecidas, também não foi publicada por eles (A primeira dessas foi publicada pela primeira vez em 1887 pelo Mensageiro do Poder do Povo, a segunda apenas em 1924). Muita bobagem psicológica foi escrita na Rússia e no Ocidente sobre como e porque aqueles escritos foram esquecidos por Plekhanov, Zasulich, Axelrod, etc., e sobre a "necessidade de psicólogos especializados para explicá-lo"³². Isto foi provavelmente mais simples e mais cru. Já na própria geração de Marx havia marxistas que conheciam melhor do que Marx o que o marxismo é, e estavam preparados a censurá-lo secretamente, em benefício dele próprio.

A mais clara saudação à originalidade de Marx e às suas novas idéias foi dada uma geração mais tarde pelo mais erudito dos marxistas russos de seu tempo, Ryazanov, o primeiro diretor do Instituto Marx-Engels em Moscou que publicou primeiro em 1924 os quatro rascunhos da "Carta a Zasulich" (descoberta por ele em 1911). Para ele, os quatro rascunhos escritos durante menos do que duas semanas de intensivas considerações intelectuais e políticas, indicavam o declínio das capacidades de Marx³³. Em cima dessa sugestão ele acrescenta, citando Edward Bernstein, uma explicação adicional para o desvio populista de Marx: "Marx e

32) Ver abaixo, p. 129 (do livro). Quanto tudo isso ainda "dói", pode ser melhor exemplificado por uma pequena parte do P. Konyushaya, *Karl Marks i revolyutsionnaya Rossiya*, Moscou, 1975, onde após um fluxo contínuo de denúncias contra a multiplicidade de "falsificadores de Marx", isto é, todos os que o discutiam fora da Rússia, fala-nos que Plekhanov "fundamentou seu argumento na posição formulada por Marx na carta de "Otechestvennyye Zapiski" (p. 357). Ela esquece de nos informar quando, onde e como.

33) David Ryazanov, ver abaixo Parte Dois (do livro). Para equivalentes ocidentais contemporâneos ver Marx e Engels, *The Russian Menace to Europe*, op. cit., p. 266 e à esquerda, J. Elster in K. Marx, *Verker i Utlad*, Oslo, 1970, p. 46.

Engels restringiram a expressão de seu ceticismo para não desencorajar demais os revolucionários russos³⁴. Pobre e velho, Marx estava claramente se tornando senil aos 63 anos ou então ocupando-se em pequenas mentiras de delicadeza e diligência, quando ele se afasta do "linear e estreito" do marxismo de seus intérpretes. (Uma semelhança curiosa — durante e após a Revolução de 1905-7, Lenin foi acusado de se inclinar para o populismo por alguns de seus adversários e companheiros marxistas³⁵. Parece que aqueles dois tinham tido um "desvio" em comum).

IV - Atraso Radical e Revolucionários Conservadores

Três questões mais relacionadas devem ser destacadas para atenção: a natureza da experiência Russa, a atitude de Marx para com movimentos revolucionários e o lugar de Engels como o mais significativo intérprete de Marx. Primeiramente, enquanto a experiência da Índia ou China era, para a geração de europeus de Marx, remota, abstrata e sempre mal compreendida, a Rússia era mais próxima, não apenas geograficamente mas no sentido básico de contato humano, conhecimento possível da língua e disponibilidade de evidência e análise, geradas pelos nativos. Não era apenas a diferença na extensão da informação que estava em discussão, contudo. A Rússia daqueles tempos era marcada por independência política e crescente fraqueza internacional, localizada nas periferias do desenvolvimento capitalista, massivamente camponesa, mesmo com a indústria se expandindo rapidamente (possuída principalmente pela coroa e por estrangeiros) e com um Estado altamente intervencionista. Na linguagem conceitual de nossa própria geração, a Rússia era, ou estava rapidamente se tornando "uma sociedade em desenvolvimento" — um novo tipo de fenômeno social. Novatos relutarão em reconhecer mas a afiada percepção

³⁴) Ver abaixo página 130 (do livro).

³⁵) A palestra de Plekhanov no Quarto Congresso do Partido dos Trabalhadores Social Democratas Russos em 1906 afirmava isso explicitamente. Por outro lado, o ano de 1905 viu também os apelos de Bolsheviks de Saratov e de Nikodim A. Shestakov, o chefe da seção agrária de Lenin, tratado por eles como uma "capitulação" à pequena burguesia populista.

conceitual de Marx era boa demais para perder inteiramente esta primeira silhueta de uma nova forma. Não foi por acidente que foi da Rússia e dos russos que aprendeu coisas novas sobre a "desigualdade" global, sobre camponeses e sobre revolução, "insights" que seriam válidos no século ainda por vir. A origem tripla do pensamento analítico de Marx sugerida por Engels — Filosofia Alemã, Socialismo Francês e Economia Política Britânica — deveria na verdade ser suplementada por uma quarta, a do Populismo Revolucionário Russo. Tudo isto é mais fácil perceber quando observado nos fins do século vinte, mas a forte lavagem cerebral de interpretação iniciada pela segunda Internacional é ainda muito poderosa para tornar isto em um assunto ignorado.

Para continuar com esta linha de argumento para testá-la, o outro ponto principal de partida de Marx na perspectiva evolucionista que presumia um curso inexorável da história em direção à centralização capitalista, e usava o índice de "progresso" econômico global no julgamento político, era também relacionado à experiência direta da luta nas "periferias" próximas do capitalismo *strictu sensu*. A Rebelião Feniana dos Irlandeses fez Marx escrever a Engels em 1868, "*Eu pensava que a separação da Irlanda da Inglaterra seria impossível. Agora eu a considero inevitável*" [ênfase adicionada]³⁶. Como um líder da Internacional ele tinha se posicionado publicamente sobre este assunto. Em 1867 Marx definiu a independência irlandesa e o estabelecimento de tarifas protetoras contra a Inglaterra, junto com a revolução agrária, como as maiores necessidades do país. Não apenas a conclusão mas também a maneira como ele discutiu seu caso, foram passos importantes a partir das idéias de progresso do século XIX para o entendimento do que nossa própria geração chamaria de "desenvolvimento dependente" e suas armadilhas. No mesmo ano Marx falou também do modo como a indústria Irlandesa estava sendo dizimada, sua agricultura retardada pelo Estado e Economia Britânica. Por volta de 1870 Marx chegou ainda a dizer que "o tiro decisivo contra a classe governante inglesa (e este tiro é decisivo para o movimento dos trabalhadores em todo o mundo) iria estourar não na Inglaterra mas apenas na Irlanda"³⁷. Com pleno cuidado sobre o que tal posição podia significar no verdadeiro centro do

36) Cartas de 2 e 30 de novembro de 1876, Tubel e Mondale, op. cit., pp. 229-31.

37) Ibid., p. 254. Para maior discussão ver o trabalho de K. Mohri in *Monthly Review*, 1979, Vol. 30, nº 11.

nacionalismo metropolitano, ele conclamou os trabalhadores ingleses a darem suporte à luta da independência Irlandesa. A frase bonita cunhada nos dias de sua juventude revolucionária por Engels que "povos que oprimem outros povos não podem eles próprios serem livres"³⁸ retornou desta vez com um tom distintamente terceiromundista".

Em segundo lugar, Marx afirmava alto e claro suas preferências políticas. Sua simpatia era para com os lutadores e revolucionários, seja a dos seus credos pouco conhecidos como sejam, e contra marxistas doutrinários, especialmente quando a partir de fundamentos teóricos eles reprovavam a luta revolucionária. Isto ficou claro quando ele escreveu sobre o "paraíso tempestuoso" dos comuneiros de Paris em 1871. Em sua "Crítica ao Programa Gotha" (1875) ele desdenhou dos socialistas que "permaneciam dentro dos limites do logicamente presumível e do permitido pela polícia"³⁹. Os membros da "Vontade do Povo" condenados pela vida eram para ele não apenas corretos nos pontos essenciais de sua posição política, mas, "simples, objetivos, heróicos"⁴⁰. A posição deles não era tiranizada como "teoria" e "panaceia" mas uma lição para a Europa num modo de ação historicamente inevitável, "especificamente" russo, contra o qual qualquer moralização de uma distância segura era ofensiva. Em contraste ele se voltou duramente contra seus críticos no grupo Divisão Negra de Plekhanov em Genev⁴¹.

38) Do discurso de 1847 sobre a independência da Polônia, K. Marks i F. Engels, *Sochineniya*, op. cit., Vol. 4, p. 273.

39) *Ibid.*, Vol. 19, p. 28.

40) As citações vêm da carta de Marx a sua filha em 21 de março 1881, *ibid.*, Vol. 35, p. 145-8.

41) Para a opinião nitidamente crítica de Marx sobre as "doutrinas cansativas" da Divisão Negra, ver sua carta a Sorge de 5 de outubro de 1880, *ibid.*, Vol. 34, p. 380. O modo como Marx (e em 1880 Engels) relacionou sua atitude para com o Vontade do Povo aos seus outros contatos é interessante. A carta de Marx, que falava, admiravelmente, das qualidades humanas dos membros do Vontade do Povo (11 de abril de 1881) descrevia Kautsky como um tipo "mediocre, pouco hábil, auto-suficiente e "conhece tudo: ... reconhecidamente muito trabalhador, ele passa muito tempo sobre estatísticas sem ir longe com elas, naturalmente, pertencendo à tribo dos filisteus, embora, por outro lado, sem dúvida, uma pessoa decente. Em 23 de abril de 1885, Engels respondeu à solicitação de Vera Zasulich para expressar suas opiniões sobre o livro de Plekhanov declarando o seu credo

Este tem sido o modo como muitas más interpretações e sofisticações de marxologia têm ridicularizado tal modo de falar de Marx ou interpretá-lo condescendentemente, como "determinado mais por motivos emocionais"⁴² (um antônimo, sem dúvida, de "analítico", "científico" ou "profundo"). Entender ação política, especialmente a luta pela transformação socialista da humanidade, como um exercício de lógica ou como um programa de construir uma fábrica apenas, é literalmente construí-lo mal, como Marx bem sabia. Também, ele partilhava com os revolucionários russos a crença no poder purificador da ação revolucionária em transformar a natureza real daqueles nela envolvidos — a "educação dos educadores"⁴³. Os populistas revolucionários russos preocupados com questões morais encontraram resposta pronta nele. Emoções morais à parte (e elas estavam lá e expressas sem temor), as éticas revolucionárias foram sempre tão centrais quanto a historiografia para o julgamento político de Marx. Assim era a aversão de Marx para com aqueles para quem o ponto máximo da análise marxista era a adoração ou elaboração de leis irresistíveis da história, usadas como a licença para nada fazerem.

Finalmente, e especialmente depois da morte de Marx, a diferença de ênfase entre Marx e Engels veio a antecipar o dualismo que aumentava conspicuamente dentro do movimento marxista pós-Engels. A precaução de Hobsbawm contra a "tendência moderna de contrastar Marx e Engels, geralmente para desvantagem do último" deve ser mantida em mente, mas também sua limitação: "os dois homens não eram gêmeos siameses"⁴⁴. Os dois eram parceiros,

marxista contra os populistas russos (*Nashi raznoglasiya*), recusando fazer julgamento: "Meus amigos do Vontade do Povo, não me falaram sobre tais assuntos" e então passou a defender a crença do Vontade do Povo nas possibilidades de uma revolução russa imediata.

42) W. Weitraub, "Marx and the Russian Revolutionaries", *Cambridge Journal*, 1949, Vol. 3, p. 501.

43) A terceira *Thesis of Feuerbach*, Marx e Engels, *Selected Works*, Vol. I, p.13.

44) Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit. (Introdução). p. 53. Para uma discussão interessante das diferenças entre Marx e seus intérpretes imediatos, Engels, Kautsky, Plekhanov e Bernstein, etc., ver L. Colletti, *Introdução a Karl Marx, Early Writings* Harmond, 1975, pp. 7-

aliados e amigos, tanto que a devoção de Engels para com Marx e seu legado tornou-se justamente famosa. Em um número de aspectos era Engels que dominava e, sem dúvida, sempre ensinava a Marx, especialmente quando assuntos políticos e militares estavam em questão. Isto, entretanto, não está em discussão. Em suas opiniões Engels estava menos inclinado a mudar suas opiniões para as novas direções exploradas por Marx na última década de sua vida. Apesar das cuidados de Engels contra tratar o marxismo como uma forma de determinismo econômico, ele foi, muito mais do que Marx, um homem de sua própria geração com suas crenças evolucionistas, "naturalistas" e "positivistas". O mesmo é ainda muito mais verdade para Kautsky como o último principal intérprete de Marx e para a corrente dominante de interpretação russa de Marx por Plekhanov.

Quando ainda trabalhando ombro a ombro, Marx e Engels tinham o mesmo sentimento sobre o passado; a comuna camponesa medieval em sua versão alemã era para ambos "o único núcleo de vida e liberdade para o povo"⁴⁵ daquele período. Eles concordavam sobre as influências corrosivas do capitalismo sobre a comuna camponesa e que apenas a revolução poderia salvá-la na Rússia. Eles dois entendiam que era importante que esta fosse salva — para ser integrada e transformada na nova era socialista. Entretanto, para Engels, o futuro da comuna russa estava inevitavelmente sujeito à revolução proletária no oeste, em si parte da marcha irresistível do "progresso". A ordem básica das coisas não podia ser mudada. Marx estava indo para além de tais afirmações (embora quanto ele caminhou até 1882 será sempre um assunto de debate). Também, enquanto Engels inclinava-se para o conhecimento supremo de Marx sobre o "Leste" e suas peculiaridades, a heterogeneidade real da estrutura e o movimento em torno do globo eram para Engels menos do que um problema, menos do que uma preocupação e menos que um estímulo para nova análise.

O melhor caminho para testar as diferenças entre os dois homens é considerar os escritos de Engels depois da morte de Marx. Na metade de 1884, no espaço de dois meses, ele escreveu o seu imensamente influente. *As Origens da Família, da Propriedade*

14. Ver também L. Kolakowsky, *Main Currents of Marxism*, Oxford, 1981, Vol. 1.

45) K. Marks i F. Engels, op. cit., p. 272 (a citação adotada de Maurer). Para as opiniões de Engels ver seu trabalho "Marks", escrito em 1882, K. Marks i F. Engels, *Sochineniya*, op. cit., Vol. 19, pp. 335-7.

Privada e do Estado, "atendendo ao legado de Marx" e usando seu conhecimento geral do estudo de Morgan. Aliás foi brilhante em sua discussão das estruturas sociais "arcaicas", mas em suas outras partes ofereceu uma interpretação virtual do evolucionismo com um "happy end" dialético para concluir. Nele é movido pela sempre profunda "divisão do trabalho", estão estágios históricos, seguindo um após outro com a precisão, repetição e inevitabilidade do trabalho de um relógio, pois "o que é verdade para a natureza permanece bom também para a sociedade"⁴⁶. Tudo leva ao progresso unilinearmente da "infância da raça humana" para a "forma mais alta do Estado, a república democrática na qual só a luta decisiva entre proletariado e burguesia, está para ser travada". Depois vem o socialismo, "o renascimento em forma mais elevada da liberdade e fraternidade dos povos antigos"⁴⁷. Desde os meados de 1884 nem mesmo o despotismo oriental parecia essencial para a historiografia, e o próprio termo desapareceu do trabalho publicado por Engels. No *Anti-Düring* (1877), escrito ainda na presença poderosa de Marx, o Despotismo Oriental espalhou-se da Índia para a Rússia⁴⁸. Isto nunca foi mencionado em *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Nas correspondências conhecidas de Engels o conceito aparece por último em fevereiro de 1884. Daí então e até à morte de Engels em 1895, através do conjunto total de aproximadamente 3.000 páginas de seus escritos e cartas, este não foi mencionado nem uma vez⁴⁹. Nós percorremos de volta todo o caminho até *A Ideologia Alemã* de 1846. Esta foi, em seu tempo, uma obra de impacto e maior esclarecimento e uma base conceptual

46) Ver abaixo, p. 108.

47) *Ibid.*, p. 334 (sub-citação de Morgan).

48) Engels, *Anti-Düring*, Londres, 1943, p. 203.

49) K. Marks i F. Engels, *Sochineniya*, op. cit., Vols. 21-2 (publicações) e 36-9 (correspondência). Agradecemos ao professor Mchedlov, do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, pela afirmação deste ponto. Ele indicou que, por outro lado, Engels não retirou este termo das novas edições do *Anti-Düring* em 1886 e 1894. Um ponto importante, aberto, contudo, a uma variedade de interpretações.

A explicação oferecida por Hobsbawm (*Marx, Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit. p. 51) e por alguns "scholars" soviéticos de que o "Modo Asiático" é substituído, simplesmente, àquele estágio por um conceito mais amplo de Formação Arcaica não explica plenamente o caso, isto é, não explica a correlação entre o desaparecimento do conceito de Despotismo Oriental do trabalho de Engels e a data da morte de Marx.

para o *Manifesto Comunista* (1848) com sua imensa e permanente contribuição. Para a atualidade, seria um passo retrógrado.

Engels escrevia bem, seu estilo era ajudado por sua capacidade de apresentar questões complexas com simplicidade, força e impecável consistência de argumento. Havia um preço para essa clareza, contudo, e o debate de Engels com Tkachev é um exemplo disso.

Peter Tkachev era um Jacobino Russo, um materialista histórico cuja análise de classe fê-lo suspeitar da idealização das "massas" por muitos dos seus camaradas — ele conclamava o uso direto da força por uma determinada minoria revolucionária. Em seu ataque verbal ao estado russo Tkachev enfatizou demais, para esclarecer as dimensões extra-classe, laços de inércia e "autonomia" do czarismo — para ele este era "um estado suspenso no ar, numa maneira de falar, que não tem nada em comum com a ordem social existente e que tem suas raízes no passado"⁵⁰. Todavia, Engels gostava de dizer, "a prova do pudim" da teorização política, está em "comê-lo". No ponto da predição e estratégia política, Tkachev concluiu, de acordo com as opiniões de Chernsyshevskii, que a Rússia podia se beneficiar das "vantagens relativas do seu atraso" e podia portanto mais facilmente produzir uma "revolução social" do que a Europa Ocidental. Também de acordo com ele, tal potencial poderia se perder se não fosse aproveitado no tempo. Ele sugeriu, desrespeitosamente para 1874, que havia uma chance de que a Rússia pudesse continuar o seu caminho revolucionário para o socialismo mesmo mais cedo do que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha. Tal "salto" sobre um "estágio" permitiria a conquista e o uso massivo do poder centralizado do Estado. Tkachev também entendia que para desenvolver os objetivos da reconstrução social, enquanto enfrentando inimigos e ainda uma maioria da população desacreditada; os revolucionários deveriam/poderiam continuar por um tempo a governar, "de cima" — uma ditadura de um partido revolucionário. Toda a esquerda européia se sentiu, subsequentemente, aliviada quando em 1875 Engels veio a exercitar seu conhecimento sobre Tkachev. Tais opiniões de "um estudante ainda verde", de que a Rússia poderia fazer mais para o socialismo do que apenas facilitar o começo da revolução socialista onde ela devia realmente começar, isto é, no Ocidente, ou mesmo

50) Citado de Marx e Engels, *Selected Works*, op. cit., Vol. 2, p. 388. Para detalhes bibliográficos, ver abaixo p. 177 (do livro).

mais ofensivamente, uma visão de um regime socialista na Rússia cheia de "muzhiks", mesmo antes que a Europa Ocidental a experimentasse, era "puro ar quente" e provava apenas que era Tkachev que estava "voando" e ainda tinha que "aprender o ABC do socialismo"⁵¹. Tudo muito engraçado, mas com uma distorção inesperada quando visto retrospectivamente, duas gerações depois de novembro de 1917 na Rússia, e uma geração depois de outubro de 1949 na China.

No que se refere ao assunto da comuna russa, Engels lealmente defendeu, até o fim, os dois pontos de vista de que esta poderia servir como uma unidade de transformação socialista e a condição de que, para isto acontecer, uma revolução proletária no ocidente deveria mostrar "aos países retardatários ... por seu exemplo como isto é feito"⁵², "isto" sendo o estabelecimento da sociedade pós-capitalista. "Dever-se-ia ter em mente", ele adicionou em 1894, "que a avançada dissolução da propriedade comunal russa tem (desde 1875) avançado consideravelmente"⁵³. Plekhanov era então o guia maior de Engels para a Rússia e o chefe da organização marxista russa, envolvido como estava numa disputa violenta sobre o futuro do campesinato com os (mais "legais", isto é, reformistas) populistas do dia⁵⁴. A comuna camponesa russa estava cada vez mais vista por Engels, da mesma forma, como vivendo sobre suas últimas pernas, com o capitalismo em dominante presença. A única coisa, deixada para os que gostavam pouco dela parecia ser "consolar-nos com a idéia de que tudo isto, no final,

51) Ibid. pp. 287-8, 390, 395.

52) Ibid., pp. 403-4.

53) Ibid. pp. 395-412.

54) Nos anos de 1890 Plekhanov mudou para uma posição duramente "anti-camponesa", como parte de sua crescente polêmica contra os populistas. Impiedosas pressões, misturando falsidade e persuasão, foram usadas por ele para envolver a autoridade de Engels nas divisões dentro da esquerda Russa, para isso ver *Perepiska, Marks a i Engel'sa*, Moscou, 1951, pp. 324-46. Engels tinha no todo rejeitado explicitamente aquelas pressões, e demonstrou, por um tempo considerável, suspeita contra Plekhanov (Walicki, op. cit., pp. 181-3) mas estava, sem dúvida, influenciado, contudo, mais ainda, por que o seu russo estava "enferrujado" pelos fins de 1880 e, por si como admitido pelo próprio, ele tinha deixado de ler qualquer fonte naquela língua.

deve servir à causa do progresso humano"⁵⁵. Para o campesinato europeu, ele tinha coisas mais incisivas para dizer, em 1894, deixando descoberta a atitude geral que prevalecia na segunda internacional: "em breve nosso pequeno camponês, como qualquer outro sobrevivente dos modos passados de produção, estará completamente arruinado ... de acordo com os preconceitos derivados de sua completa posição econômica, sua formação e isolamento ... podemos conquistar a massa dos pequenos camponeses apenas se pudermos prometer-lhes o que nós sabemos que não podemos cumprir"⁵⁶, o que estava, naturalmente, fora de questão.

Mas Engels era também um revolucionário como eram muitos dos herdeiros intelectuais de Marx. Foi o apoio que eles deram às estratégias revolucionárias que estava em crescente desacordo com a doutrina teórica. Enquanto ao nível da teoria Marx estava sendo "Engelsizado" e Engels, ainda mais "Kautskizado" e "Plekhanovizado" dentro de um molde evolucionista, revoluções se espalhavam na virada do século pelas sociedades atrasadas "em desenvolvimento": Rússia 1905 e 1917, Turquia 1906, Iran 1909, México 1910, China 1910 e 1927. A insurreição camponesa foi central para muitas delas. Nenhuma delas foi "revolução burguesa" no sentido da Europa Ocidental e algumas resultaram, eventualmente, socialistas em lideranças e resultados. Ao mesmo tempo, nenhuma revolução socialista aconteceu no Ocidente nenhuma "revolução socialista mundial" se materializou. Na vida política dos movimentos socialistas do século XX havia uma necessidade urgente de se revisarem estratégias ou a elas se submeterem. Lenin, Mao e Ho escolheram a primeira alternativa. Isto queria dizer falar com "línguas duplas" — uma das estratégias e táticas, a outra da doutrina e substitutos conceituais, dos quais as "revoluções proletárias" na China ou no Vietnam, executadas por camponeses e "funcionários", sem trabalhadores industriais envolvidos são, porém, exemplos particulares importantes.

A alternativa era pureza teórica e desastre político. Uma vez mais usando personalidades para apontar uma questão mais abrangente, o fim das vidas de Plekhanov e Kautsky, o "pai" do marxismo russo" e o marxista mais erudito do mundo, respectivamente, ofereceram para tal um testemunho trágico e um

55) A carta de 1892 de Engels a Danielson, in *Perepiška*, op. cit., p. 126.

56) Marx e Engels, *Selected Works*, op. cit., Vol. 3, pp. 460 e 469.

sinal. O primeiro morreu em 1918, um "exilado interno" no meio da revolução — um amargurado, confuso e solitário adversário do experimento que ele gerou. O segundo morreu em 1938, um exilado observando incompreensivelmente e chocado, a sombra dupla sobre a Europa do Nazismo na, industrialmente progressiva e eleitoralmente socialista de massa, Alemanha, e do Stalinismo no primeiro rebento socialista, a Rússia. O destino terrível de encontrar a si próprio "na pilha do lixo da história" tinha requisitado sua primeira geração de marxistas teóricos.

V - Lendo Marx: *Deuses e Artesãos.*

Voltando a Marx: o que adiciona significância à discussão do último estágio no desenvolvimento de seu pensamento é que ele nos ensina sobre sua habilidade artesanal intelectual e sobre ele como um ser humano. O fato real da transformação no pensamento de Marx, e não apenas de suas descobertas lógicas, chocam aqueles para quem Marx é Deus. Era ele divino ou humano? Pois contra deuses e devotos o teste de humanidade é o de ser vinculado ao contexto, mutável e falível das opiniões. A visão humana reflete ambientes físicos, sociais e intelectuais. A visão humana muda no tempo — nós aprendemos e descobrimos. Os humanos erram em percepção, compreensão e predição. A visão de Deus é ilimitada, imutável e infalível — pode descobrir apenas o que já está nela. É também amoral pois não há nenhum modo de julgar a ética de Deus — é sua palavra que é o código moral. Esta é uma razão por que a mente humana tem designado deuses como anti-modelos da humanidade e mesmo os aspira por sua existência, como um abrigo final num mundo doloroso e instável de heterogeneidade e surpresa sem fim. Não houve muita mudança nisto através da revolução científica de nossos tempos.

Quando observando verdadeiros mestres do pensamento e ação, a grande tentação é imbuí-los com qualidades divinas. Certamente, pelo menos eles estão acima do ambiente, história, erro e pecado, oferecendo aos seus adoradores e intérpretes uma visão parcial de eternidade e uma ligação com o absoluto.

Para discutir a humanidade de Marx é provavelmente melhor começar com as interpretações de sua divindade. Enquanto explicação variada, a definição e explicação de Marx e do Volume I de *O Capital* foi profundamente enraizada na segunda Internacional.

A vitória política de 1917 tornou o Bolchevismo na interpretação mais influente do marxismo no mundo. Por volta de 1930, o stalinismo a simplificou e brutalizou—a num instrumento único de controle ideológico. Stalin estava certo e portanto Lenin estava certo e então Marx estava muito certo (ou mais ...). O que era apropriado politicamente como definido pela liderança infalível tinha se misturado com a verdade final e a ética indisputável da obediência. Uma vez que as "classes sociais antagônicas" fossem "abolidas" e o Partido comunista assumisse a liderança, os fatos gerais do avanço econômico produziram, inevitavelmente, o socialismo seguido pelo comunismo. Este modelo funcional de expressar legitimação produziu uma demanda ideológica poderosa pela unilinearidade como o único modo de explicação — um modelo inevitável de progresso definido por cada passo do regime mais progressivo na terra. Despotismo Oriental (ou sem dúvida qualquer modelo multilinear) não preenchia tais necessidades. Pior ainda, ele poderia ser e foi usado para castigar o próprio regime soviético por ser retrógrado. Em 1920 divertia-se com dois modos de esclarecer esses problemas: a) definir Despotismo Oriental como um estágio universal de desenvolvimento unilinear (seguindo o "comunismo inicial" e precedendo a escravidão) ou ainda, um sub-estágio da pré-classe das sociedades "arcaicas"; e b) omitir Despotismo Oriental totalmente como insatisfatório em termos acadêmicos⁵⁷. Stalin resolveu essas dúvidas passando por cima delas. O conceito de Despotismo Oriental foi eliminado por decreto, isto é, declarado a-marxista com as penalidades costumeiras.

Para os marxistas a oeste da Rússia, os anos de 1960 foram um período de fortes mudanças e reafirmações que começando com o Vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético e a rebelião húngara, culminou nas experiências de 1968: Saigon, Paris Washington, Praga e Pequim. Os primeiros escritos de Marx foram a grande descoberta daquele tempo⁵⁸. Os escritos diferiam acentuadamente de *O Capital* em suas preocupações imediatas, suas formas e sua linguagem de exposição. Mais especialmente, eles legitimaram a preocupação de muitos marxistas na era pós-Stalin, com indivíduos enfrentando sistemas de controle social e de repressão, tanto socialistas como não-socialistas. A discussão das

⁵⁷) Ver discussão, Marx. *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit., (Introduction), pp. 60-2.

⁵⁸) Karl Marx, *Early Writings*, London, 1963.

determinações materiais e sociais da alienação humana oferecia um instrumento analítico principal e ainda potente para esclarecer algumas das principais questões da emancipação humana. É por esta razão que um texto alemão, não concluído e obscuramente escrito, tornou-se uma inspiração da geração dos radicais de 1968 na Europa Oriental e Ocidental.

Face a isto, a descoberta do Marx inicial tinha significado, simplesmente, a aceitação de que suas opiniões se desenvolveram e se transformaram. Curiosamente, foi a evidência real da heterogeneidade de seus escritos que proporcionou ainda uma nova distorção para a deificação de Marx. Uma "ruptura epistemológica" foi decretada em Paris, dividindo entre Marx de 1844 (jovem e parcialmente hegeliano) e marxismo, isto é, o verdadeiro pensamento de Marx (maduro e puro) — uma ciência totalmente nova e rigorosa dos homens⁵⁹. Marx estava por fim infalível: sua infalibilidade começou simplesmente em idade avançada. A imagem da "ruptura epistemológica", isto é, o salto de Marx para uma simultânea maturidade, cientificidade e santidade foi também usado para desconectar sua análise de seus objetivos e crenças. "Humanismo" foi declarado um conceito burguês, nada relacionado ao Marx maduro, isto é, o Marx científico e no melhor dos casos uma sobrevivência do pensamento pré-científico ao lado da ciência⁶⁰. O "Marx maduro" era não apenas absoluto em verdade mas a-moral.

A tarefa aos olhos dos proponentes desta Ciência dos Homens era maior elaboração e dedução das leis eternas e objetivas, descobertas nos escritos "maduros" de Marx. Para ter sucesso nessa proposta, devia-se ser simplesmente puro e distante do impacto

⁵⁹) L. Althusser e E. Balibar, *Reading Capital*, London, 1975. Para uma versão inglesa do mesmo ver B. Hindess e P. Hirst, *Pre-Capitalist Modes of Production*, London, 1975. O próximo passo ocorreu quando Althusser descobriu os traços Hegelianos em *O Capital* e então re-datou a plena "maturidade" de Marx para "A Crítica ao Programa Gotha", isto é, 1875 (quando Marx tinha 57 anos de idade). L. Althusser, *Lenin and Philosophy*, New York, 1971, pp. 93-4.

⁶⁰) Humanismo é o traço característico da problemática ideológica (que sobrevive ao lado da ciência). Ciência, como apresentada no melhor trabalho de Marx, significa um anti-humanismo teórico". Althusser e Balibar, *Reading Capital*, op. cit. p. 312 (tradução do glossário autorizada pelo autor).

contagioso da "ciência burguesa", isto é, de qualquer outra coisa. Isto é aonde, por trás dos debates filosóficos sobre as relações entre o pensamento de Hegel e Marx, uma face velha e feia parecia emergir. Pois, conseqüentemente, poderia haver apenas duas explicações verdadeiramente plausíveis de falha de predição baseada numa sabedoria absoluta: a) a má leitura do que está nas escrituras — causada pela rendição ao veneno da erudição burguesa (quer dizer, naturalmente, pseudo-erudição); e b) traição deliberada a serviço dos inimigos do povo. Nós sabemos quais eram as formas de retificação para cada uma dessas explicações. Nós deveríamos saber também por agora, quão imenso e auto-destrutivo foi o custo disso em termos do pensamento, da ação e do sangue socialista.

Uma outra forma mais sofisticada de "manter Marx na linha", foi proteger seu unilinearismo esquecendo temporariamente sua infalibilidade. Um livro interessante e muito erudito de Nikoforov fez apenas isto⁶¹. O autor discute, convincentemente, as tentativas de seus colegas na Rússia de dar menor ênfase à significância do Despotismo Oriental nos escritos de Marx. Ele passa então a destruir o conceito - Marx e Engels estavam simplesmente errados neste assunto. Os estudos de Marx sobre pré-história e das comunas camponeses russas e indianas fizeram com que ele visse por volta de 1879, algumas dificuldades com aquela idéia, mas ele ainda não a "superou". Então uma conclusão mais dramática explodiu. Sob o impacto de Morgan, nos últimos momentos de sua vida, Marx finalmente "a superou", rejeitando o Despotismo Oriental (e as teorias erradas do Estado associadas a este) para retornar ao unilinearismo, isto é, à crença na "Estrada da História" (*Magisralnaya Doroga*) a qual todas as sociedades deverão percorrer. A data da divina encarnação de Marx, isto é, quando ele, eventualmente, teve todas as coisas certas e finais, é 1881⁶². A prova disto está, novamente, não em Marx mas na revisão dos últimos escritos de Engels e especialmente de "As Origens ...", etc. Como uma prova secundária vem o fato de que nos rascunhos de Marx da "Carta a Zasulich" e em sua sinopse do livro de Morgan o termo "Despotismo Oriental" não apareceu. Um comentário de Marx relacionado ao estudo da Índia (no mesmo

61) Nikoforov, op. cit, pp. 113-35.

62) *Ibid.*, pp. 145, 149. Ver também, para discussão: Gellner, op. cit., do qual a expressão "data da encarnação" foi gratamente tomada emprestada.

caderno que contém as notas sobre Morgan), "esse tal Phear chama a organização da comuna rural feudal" é reproduzido mas é desconsiderado por ser inconclusivo. O fato de que Marx realmente fala de "despotismo central" ("centralizado" em outros textos) nos rascunhos de 1881 não é nem mesmo observado⁶³. Não há nada mais - uma reconhecida fraca evidência para o tamanho da afirmação feita. O "*happy end*" do retorno de Marx ao arcabouço unilinear nos faz recordar uma das estórias bem conhecidas do século dezoito sobre Voltaire no seu leito de morte retornando ao seio da Igreja Católica, o padre ao seu lado provendo evidência fiel para tal. As opiniões de Engels são, naturalmente, outro assunto.

Já é tempo para uma breve recapitulação. A última década da vida de Marx foi um período distinto de seu esforço analítico: um fato reconhecido, embora por diferentes razões, por um número constante e crescente de "*Scholars*". No centro disto estava o seu envolvimento com a sociedade russa, como uma fonte fundamental de dados e como um veículo de análise e exposição dos problemas de um tipo específico de sociedade que diferia estruturalmente do "caso clássico do capitalismo" sobre o qual o *Capital*, Volume I, foi baseado. Já no *Grundrisse* (1857-8) Marx assumia a multiplicidade de caminhos do desenvolvimento social nas sociedades pré-capitalistas. A interpretação não-consecutiva de Hobsbawm sobre isto como "três ou quatro caminhos alternativos" fora dos sistemas comunais primitivos", cada um começando numa área diferente, isto é, como "estágios analíticos, embora não cronológicos, em ... evolução, é importante aqui⁶⁴. Se aceita, é já muito mais sofisticada e realística do que seria qualquer simples modelo evolucionista. Marx mudou mais sua posição a partir de 1873-4, período de contatos extensivos com os "*Scholars*", revolucionários e escritos russos, mas mais clara e conscientemente também desde 1877. Marx chegou então a aceitar a multiplicidade de caminhos também dentro de um mundo em que o capitalismo existia e tornou-se a força dominante. Tal fato

63) Ver abaixo, p. 103. Parece que a única interpretação razoável da evidência é ainda a de Hobsbawm. "Não há pelo menos da parte de Marx - nenhuma inclinação para abandonar o 'Modo Asiático' ... e muito certamente uma recusa deliberada a reclassificá-lo como feudal". Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit., p. 58 (Introduction).

64) Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit., pp. 32 e 36-7 (Introduction).

significava: a) uma antecipação do futuro das histórias das sociedades como necessariamente desigual, interdependente e multilinear no sentido "estrutural"; b) a conseqüente inadequação do modelo unilinear "progressivo", tanto para a análise histórica como para os julgamentos políticos concernentes ao melhor caminho para a promoção da causa socialista; c) os primeiros passos para a consideração da especificidade das sociedades que chamamos hoje de "sociedades em desenvolvimento"; e, dentro deste contexto; d) a re-avaliação do lugar do campesinato e sua organização social nos processos revolucionários a surgir; e) um passo preliminar para olhar de modo novo e diferente para a coalizão da classe dominante e para o papel do Estado nas "sociedades em desenvolvimento"; e f) uma nova significância dada à descentralização do poder sócio-político dentro da sociedade pós-revolucionária em que o rejuvenescimento das comunas "arcaicas" pode desempenhar um papel importante.

Extraordinariamente, para um homem que morreu em 1883, o Marx daqueles dias estava começando a reconhecer, pelo que eles realmente são, a natureza, os problemas e os debates relativos às sociedades em desenvolvimento e pós-revolucionárias do século vinte. A expressão "neo-marxista", sempre usada para os que saíram de *O Capital*, Volume I, em suas interpretações relativas a "sociedades em desenvolvimento", é claramente mal concebida. A maioria do chamado "neo-marxismo", sempre tratado como original ou escandaloso, é o marxismo de Marx. Para entender o objetivo deste achado dever-se-ia rever as três gerações de cegueira conceptual dos adversários de Marx dentro das várias escolas de "modernização", como também os descendentes oficiais de Marx. O chão está agora sujo com o lixo das profecias que se bastam mascarando as necessidades históricas e as leis das Ciências Sociais, especialmente no que se relacionam ao campo. Entretanto, foi Marx que organizou os fundamentos para a análise global da "desigualdade" do "desenvolvimento", para o tratamento do campesinato não apenas como o objeto ou como matéria-prima da história, para a consideração do socialismo que é mais do que proletário, e mais. Sem dúvida a abordagem de Marx do campesinato russo, que ele nunca viu, apresentou-se no geral mais realística do que aquela dos marxistas russos em 1920 — testemunhas da Nova Política Económica. Sem idealizar o "muzhik", Marx mostrou mais sabedoria, mesmo no que concerne aos parâmetros ótimos de

coletivização - considere a Hungria, contemporânea. Pode-se continuar com exemplos.

Como o último estágio do pensamento de Marx se encaixa na sequência do seu trabalho? Assumir a verdadeira existência deste estágio é aceitar pelo menos três passos principais no desenvolvimento conceptual de Marx: o Marx inicial dos anos 1840, um Marx médio dos anos 1850 e 1860 (a expressão "maduro" passa despercebida na metáfora de um ponto mais alto a ser necessariamente seguido pelo declínio) e o Marx da última fase dos anos 1870 e 1880. Incompleto como o último estágio foi deixado por sua morte em 1883, era rico em conteúdo, estabelecendo os fundamentos para uma nova abordagem do capitalismo global, seus companheiros não tão capitalistas do cenário mundial e também os prospectos para o socialismo - questões e dúvidas que nossa própria geração chegou a reconhecer como próprias. Aceitar isto é corrigir um registro concernente ao pensamento de Marx. É também demolir a possibilidade real de salvar a estatura sagrada de Marx fazendo-o, ou uma parte dele, em um "icon" (imagem sagrada). Divisões rígidas em estágios não serão feitas; ele sempre retornava a uma parte inicial do estudo para retrabalhá-la e/ou incorporá-la numa nova forma, por exemplo, a re-emergência de elementos de análises da consciência na *Ideologia Alemã* (1845-6) na discussão do fetichismo da mercadoria em *O Capital*. Volume I (1867) ou a clara relação entre a discussão de camponeses e comuna rural no *Grundrisse* (1857-8) e os rascunhos da Carta a Zasulich (1881). Mas ainda há tempo para se livrar da sempre recorrente estupidez da discussão de uma sintética visão de Marx, enquanto desconsideram-se algumas décadas de trabalho e pensamento intensivos entre duas citações, só para descobrir com alegria ou desespero "contradições". Ele podia estar errado, mas por Deus, ele não poderia ser a-marxista. Admitir a especificidade do último Marx é (também) ver Marx em sua criatividade.

Finalmente, tal interpretação do último Marx sugere que o desenvolvimento em seu pensamento não era nem eclético nem do tipo zig-zag oferecido por Nikoforov: unilinearismo e depois alguma outra coisa (não muito certo do que) daí então, volta ao unilinearismo. O movimento parece muito mais consistente: havia (i) uma versão sofisticada de unilinearismo com suposições "materialistas" e dialéticas formando uma parte disto; (ii) multilinearidade pré-capitalista (bilinearidade?) com a suposição de que o capitalismo irá resolver tudo isto; e (iii) a aceitação da

multilinearidade também dentro do mundo dominado pelo capitalismo (e impregnado pelo socialismo) de dependência mútua, sem dúvida, de heterogeneidade resultante dessa verdadeira interdependência.

Tais considerações nos conduzem à penúltima questão: Marx era humano? Colocá-lo de forma diferente é começar a partir da "multi-dimensionalidade da teoria de Marx que leva todos menos os retardados ou preconceituosos a respeitarem e admirarem Marx como um pensador mesmo quando não concordam com ele"⁶⁵, e para adicionar a isto, nós estamos tratando aqui do assunto não apenas em lógica pura. Marx é único em seu esforço pessoal, posição ética e análise intelectual. Ele mostrou tenacidade extraordinária e excepcional flexibilidade de mente. Quando, e de que forma?

Desde 1847, e através das experiências de derrotas políticas, lutas facciosas, esperanças que foram perdidas, a extrema privação pessoal, Marx nunca se desviou dos objetivos de servir à revolução socialista do modo como ele a via, quando jovem. Em termos humanos houve o inverno de 1863 quando subalimentado, com o aluguel para pagar, a esposa doente, as filhas fora da escola porque os seus calçados de inverno estavam "no prego", Marx continuava com sua pesquisa e ação política. Houve mais invernos semelhantes a esse mas Marx levantou-se rápido, recusando uma variedade de ofertas "opções suaves", por exemplo, aquelas de um jornalismo semi-governamental e bem apoiado. Tais detalhes biográficos são inexplicáveis em termos de "lógica pura", mas eles têm uma lógica própria sem a qual a vida de Marx não teria feito muito sentido.

A um nível mais teórico os escritos iniciais de Marx são não apenas chaves para os seus sonhos pessoais e insurreição contra a opressão humana mas, também, para a sua Antropologia Filosófica, suas idéias sobre a essência do ser humano. Oferecem ainda a única base objetiva disponível para a ética socialista alternativa, seja para a simples prática política, isto é, a linha do partido como definida por um líder atual ou para a teologia - uma questão que requer especial atenção porque é pouco considerada no pensamento socialista. Pois esta não é apenas uma questão de bom espírito e

⁶⁵) Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, op. cit. (Introduction), p. 16.

discurso imparcial, mas de ação política e dos socialismos realmente existentes (lembrem-se da Polônia).

Embora claramente impaciente com a sentimentalidade banal, Marx era um humanista e um herdeiro da cultura do Iluminismo, na qual ele foi formado. Sua formação acadêmica foi um instrumento escolhido por ele a serviço de um grande projeto ético de liberação da essência humana de sua alienação, causada pelo domínio da natureza, como também pelos mundos feitos pelos homens das sociedades divididas em classes. A prova maior deste lado de Marx está em seu não menos claro apelo hoje, que é afinal, não como uma adoração da mesa da multiplicação. Purificar o Marx "maduro" da ética filosófica do jovem Marx, dividir aspectos de seu pensamento em caixas separadas, ou se envergonhar em "seu nome" de requerer o conteúdo moral do socialismo, é prestar-lhe, sem dúvida, "honra demais" (pelo código da prática de outros) e "injúria demais" (pelo próprio código dele)⁶⁶.

Deuses permanecem imutados pelo processo da criação e, como foi dito, podem pensar apenas neles próprios. Se metáforas devem ser usadas, Marx não era um Deus mas um mestre artesão. Artesãos mudam a matéria enquanto se modificam eles próprios no processo de criação. Também, se um artista é realmente, "um homem que pensa mais nele do que em seu objeto", Marx era um profissional em suas habilidades analíticas e, portanto, auto-crítico ao extremo. Ele foi sempre crítico e rigoroso em seus comentários e polêmicas, mas para um homem tão admirado por seu próprio círculo, ele era notadamente livre de auto-deificação.

Esta é, com toda probabilidade, a origem do longo silêncio público durante a última década da vida de Marx. Ele estava sofrendo, mas ele nunca tinha sido um homem sadio. Ele estava cansado e algumas vezes deprimido pela baixa intensidade do período revolucionário pós-1871 na Europa mas, também, fadiga e derrotas não eram novidades para ele. Ele trabalhava nos outros volumes de *O Capital* mas fez, justamente, pouco a esse respeito. Os biógrafos têm re-escrito, credulamente, a nota de Mehring de que a última década de Marx foi "morte-lenta", deixando de reconhecer que mesmo Mehring descrevia tal fato (antes de 1882) como

⁶⁶) A citação é das próprias palavras de Marx em defesa própria contra uma interpretação unilinear de seus escritos. "Carta a Otechestvennye Zapiski (1877-8)". Ver Parte Dois (do livro).

"flagrantemente exagerado"⁶⁷. A descoberta subsequente de 30.000 páginas de notas escritas em 10 anos, assim como a qualidade do trabalho feito por ele, militavam contra as notas preocupantes sobre a perda de poderes de Marx. No período diretamente seguinte à publicação do Volume I de *O Capital*, Marx enfrentou comentários críticos e um crescente influxo de "dados intratáveis" que não se enquadravam plenamente e tinham que ser digeridos. Ele estava repensando intensivamente, uma vez mais, suas construções teóricas e se dirigindo para novos campos. Falta de lucidez e uma "caneta pesada" são sempre o preço da intensidade num esforço de abrir caminhos. Deve um "*Scholar*" seja doente ou senil não "se apressar em editar", enquanto ainda descobrindo novas fronteiras teóricas"?

Para concluir, não havia nem "ruptura epistemológica" no pensamento de Marx, nem declínio, ou recolhimento mas transformação constante, desigual como são tais processos. Sua última década foi um salto intelectual encurtado por sua morte. Marx era um homem tanto de intelecto quanto de paixão por justiça social, um revolucionário que preferia revolucionários a seguidores doutrinários. As tentativas de separá-lo como verdadeiramente científico, o Marx exterior e a-moral do Marx o "*Scholar*", o lutador e o homem, são tão fúteis quanto falsas. É por isso que não se deveria "ler *O Capital*" mas ler Marx (incluindo-se *O Capital* e também Goethe, Heine e Esquilo, que eram admirados por Marx e junto com a fábula de Prometeus, tornada parte da vida dele. Para reverenciar o maior "*Scholar*" revolucionário nós deveríamos vê-lo, como ele era, contra as caricaturas e "*icons*" desenhados por seus inimigos e seus adoradores. Conheçê-lo é vê-lo mudar e ver em que sentido ele não mudou. Estar ao seu lado é lutar para herdar dele o melhor nele - sua compreensão de novos mundos que surgiam, sua faculdade crítica e auto-crítica, a implacável honestidade de seu artesanato intelectual, sua tenacidade e sua paixão moral.

67) F. Mehring, *Karl Marx: The Story of his life*, London, 1936 (primeira publicação 1918), pp. 501, 526. Para um exemplo de recente repetição dessa opinião ver o cap. 8 de D. Mac Lellan, *Karl Marx: His Life and Thought*, London, 1977, do qual a nova geração de estudantes anglo-saxões estão aprendendo sobre Marx.

RAÍZES Nº 4-5

JAN. 84/DEZ. 85

PROBLEMATICA
AGRÁRIA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

Kostas Vergopoulos: Capitalismo e alimentação	5
Manoel Correia de Andrade: A seca e o combate aos fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste	33
Gian Marjo Giuliani: A renda da terra: um impasse na teoria	39
Yves Chalout: Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste	61
Clemilda Maria de O. de Sousa: Movimento operário e luta pela terra em Pernambuco	101
Paola Cappellin Giuliani: Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados	123
René L. de Carvalho & Eulália E. Cardoso: Frentes modernizantes na agricultura paraibana	141
Jean-Charles Szurek: Crise agrícola e sindicalismo rural na Polônia	155

PESQUISAS ASSOCIADAS: Mudança sócio-econômica do Cariri Paraibano	167
--	-----

Ghislaine Duqué: Estrutura fundiária e pequena produção	168
Maria Cristina de M. Marin: Migração sem urbanização	197
Ramón Peña Castro: A política de reflorestamento no Semi-Árido paraibano	204

NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

César Garcia: Posições atuais em torno da reforma agrária	213
Mestrado em Sociologia Rural: Abstracts das dissertações defendidas	217

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

C. Garcia; H. F. Aguiar Filho; J. C. Moreira Filho & M. A. Seara: A questão agrária e a SUDENE. (E. Troccoli & G. Duqué)	229
L. C. B. Pereira & Y. Nakano: Infação e recessão. (M. L. Malaguti)	233
E. Mandel: Marxismo abierto. (M. L. Malaguti)	237
J. Camilo de Melo: A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco (M. Zaidan F.)	239

Regular o Estado

Marcel Bursztyn *

I — Introdução

O mundo do último pós-Segunda Guerra Mundial pode ser dividido em três grupos de países: os que adotaram sistemas de planificação dirigidos por partidos comunistas, os que se inspiraram em Keynes para organizar uma intensa ação planejada do Estado e os que tentaram mas não conseguiram planejar. Estas últimas décadas têm testemunhado, portanto, um intervencionismo estatal generalizado, que parecia ter sepultado o velho ideal de "*laissez-faire*" preconizado por Quesnay em plena Revolução Industrial.

Mas a última década, a dos anos 1980, mostrou que a fase estatizante chegava a um ponto crítico. Máquinas estatais emperradas, excesso de funcionários, má qualidade e pouca eficiência nos serviços públicos e déficits fiscais, sempre associados a crescentes cargas tributárias, estes são alguns dos fantasmas responsabilizados pelo mau andamento das economias. A determinação de exorcisá-los, em vários países desenvolvidos, exigiu um esforço de memória e alguma criatividade: princípios clássicos do liberalismo foram revividos e atualizados.

O agigantamento e a obsolescência dos aparelhos de Estado haviam atingido um tal ponto que no seio da sociedade começava a se

*) Professor do Departamento de Economia e Finanças, Universidade Federal da Paraíba - Campus II, Campina Grande, realizando Doutorado em Paris.

ter a sensação de que uma inversão cruel ocorrera: não era mais o Estado que estava servindo à Sociedade, mas o contrário.

A questão pública pode empregar, hoje, de 15 a 25% da população ativa e absorver de 30 a 50% da renda nacional nos países mais avançados. Com tal ordem de grandeza, o Estado não pode ser visto como algo isolado, como um todo em si mesmo, mas sim a partir de suas relações com a sociedade. Assim,

"o problema não é que o Estado seja eficaz em si, mas que as relações entre o Estado e a sociedade sejam tais que esta obtenha os serviços necessários e seja verdadeiramente ajudada por uma boa gestão pública." (CROZIER: 1987, p.69).

A evidência de que o Estado — e, particularmente, o estatismo — estava em crise atingiu seu paroxismo com o desmoronamento dos regimes socialistas da Europa do Leste, justamente no final da década da desestatização do Primeiro Mundo.

II — Crise do Estado e receita liberal

Quais as razões da crise do Estado? Elas podem ser resumidas numa fórmula simples: quanto maiores as necessidades e as demandas de intervenção, maiores as dificuldades de se intervir; quanto mais complexo o sistema de relações que gera o tecido social, maior o grau de mediação do Estado de que ele necessita. Daí, surge um paradoxo: quanto maior a liberdade dos participantes no jogo social, mais necessária se torna a organização. Nesse sentido, os autores neo-liberais, que pregam o encolhimento geral do Estado, parecem incapazes de perceber uma regra fundamental: "é preciso muita organização para assegurar mais liberdade a um grupo crescente de pessoas." (ibid., p.71).

Mas, se as proposições restritivas, veiculadas pelo pensamento neo-liberal, pecam por partirem de simplificações analíticas reducionistas e por preconceitos filosóficos, elas não devem ser, por outro lado, simplesmente desconsideradas. Na verdade, alguns pontos-chave são tangenciados por autores vinculados àquela corrente, notadamente no que diz respeito ao fato de que a modernização do Estado, um dos pilares do desenvolvimento, exige um abandono de hábitos e de princípios.

estatizantes tradicionais. Ou seja, mesmo recusando-se a essência da ética desestatizante, é imperativo que não se caia no extremo do dogmatismo da lógica estatizante. Assim, um outro paradoxo é apontado por Crozier:

"é por que o sistema administrativo tornou-se tão importante, e por que sua eficácia condiciona o desenvolvimento de toda a sociedade, que ele deve mudar completamente de práticas e de filosofia. É possível tolerar num Estado arcaico limitado certas disfunções e rotinas; mas elas se tornam insuportáveis num Estado moderno." (ibid., p.73).

Até mesmo a Suíça padece de problemas na gestão pública. Contando-se os empregados dos Estados cantonais e das cidades, aquele país possui, proporcionalmente à população, tantos funcionários quanto a França. Em ambos os países, o Estado assegura serviços com um grau de abrangência e de qualidade apreciável, sendo o primeiro, seguramente, superior. E isso, que contribui para que a população esteja satisfeita e disposta a colaborar, é devido, em grande medida, ao fato do setor público daquele país contar com uma estrutura institucional leve.

"Estado Modesto tem cada vez mais possibilidade de sobrepujar o Estado megalômano, pois seus cidadãos sentem-se inclinados a ajudá-lo e não paralisá-lo." (ibid., p.79).

A questão da centralização encontra-se extremamente associada à problemática da modernização do Estado. A era Keynesiana e, mais particularmente, a fase do planejamento pós-segunda guerra, constituiu um campo fértil para o crescimento centralizado das ações do setor público. Assim, o autor citado apontava, já em 1964, e reafirma hoje, mais de duas décadas depois, que os problemas de conjunto do sistema, com seus aspectos interdependentes e profundamente coerentes, mas aparentemente contraditórios, são: (ibid., p.99 — citando seu livro "*O Fenômeno Burocrático*", Le Seuil, Paris, 1964).

- a predominância absoluta de regras impessoais sobre as necessidades e limitações das situações particulares;
- a centralização das decisões, que devem ser tomadas num nível que esteja fora das pressões, mas de onde a visão e o conhecimento da realidade são insatisfatórios;

- a estratificação dos quadros isentos a qualquer autoridade hierárquica, mas submetida à forte pressão de seus pares, perfeitamente iguais no interior de cada estrato e, assim, capazes de se opor aos superiores e aos clientes;
- enfim, a força sempre combatida mas sempre revivida, por ser funcionalmente indispensável, de um universo informal de poderes paralelos, através dos quais são efetuados os ajustamentos necessários.

A lista acima resulta de um esquema analítico do caso francês. Para que se considere o caso brasileiro, é necessário, evidentemente, uma devida adaptação, que evidencia um grau ainda maior de intensidade do problema.

Em primeiro lugar, a questão da impessoalidade das regras, que na França constitui-se em problema por causa da pouca margem de manobra que deixa em termos de adaptabilidade a contextos específicos, apresenta-se, em nosso caso, como uma limitação ainda maior: não só as normas são impessoais, como também são extremamente mutantes, dada a própria rotatividade das esferas deliberativas da hierarquia, sua cultura de transformações formais e seus sofríveis canais de comunicação com as esferas executivas.

Em segundo lugar, o comportamento patrimonialista das elites políticas brasileiras, desvio secular que molda nosso sistema administrativo, impede que, mesmo num contexto de grande centralização e concentração institucional, possa ocorrer o fenômeno da inexistência (ou fraca importância) de pressões políticas. Na verdade, o quadro brasileiro apresenta um aparente paradoxo, já que mesmo as elites representativas de regiões econômica e socialmente atrasadas dispõem de um considerável espaço no poder centralizado, que carece de bases de apoio político regional e não pode prescindir dos caciques locais. Assim sendo, a centralização, que teoricamente significaria uma situação em que a importância relativa de elites regionais menos importantes no contexto nacional tenderia a ser minimizada, assume no Brasil uma forma tal, que o quadro institucional é fortemente marcado pelo jogo de alianças políticas que caracteriza cada governo. E isso acarreta, inevitavelmente, graves efeitos negativos na administração pública, em termos de rotatividade, descontinuidade e não profissionalismo dos quadros dirigentes (ver BURSZTYN; 1990, cap. VI).

Em terceiro lugar, a questão da estratificação do pessoal isento de autoridade hierárquica mas sujeito ao controle dos seus pares não se constitui em fenômeno comum no Brasil. Um exemplo, talvez o único que caberia nessa categoria, é o da comunidade científico-tecnológica. Mas mesmo aí, existe um nítido sistema hierárquico que determina todo o processo decisório, e que se traduz através de um complexo jogo de relações sociais, onde pesam aspectos subjetivos tais como regionalismo, patronato intelectual e rivalidades/afinidades acadêmicas.

Finalmente, a questão dos poderes paralelos, esta sim, constitui-se em elemento chave para a interpretação do *modus operandi* do serviço público brasileiro. Tendo em vista a fragilidade institucional, resultante do distanciamento entre o processo decisório e a realidade objeto da ação do setor público, a prática tem revelado que o funcionamento efetivo dos serviços do Estado, com todas as falhas e limitações, se deve exclusivamente à continuidade assegurada pelo corpo funcional constante. Ou seja, as instituições vêm funcionando, ainda que precariamente, *apesar de seus dirigentes e graças a seus funcionários*. Essa excrescência, que constitui-se em paradigma do serviço público brasileiro, deve se constituir em chave para o enfrentamento do problema estatal brasileiro. E, nesse sentido, qualquer solução que se apresente não levando em conta o papel do funcionário enquanto elo da continuidade dos serviços públicos, tenderá a constituir-se em agravante do problema.

III — A questão da desregulamentação da economia

Peça essencial do receituário neo-liberal, a desregulamentação vem sendo apresentada pelos economistas e gestores públicos favoráveis ao encolhimento do Estado como condição necessária e, muitas vezes, suficiente para a cura dos males do setor público e dos problemas que este estaria acarretando à economia como um todo. Mas a pressa em importar soluções tem acarretado efeitos colaterais: por falha de tradução ou por dificuldades de entendimento, o conceito de desregulamentação não raro é confundido com o de desregulação, e isso tende a transformar a possível solução em complicador do problema.

Pela cartilha liberal, as funções do Estado poderiam (e deveriam) ser reduzidas a um mínimo desempenho fisiológico das atividades de defesa, justiça e polícia, essenciais à garantia da soberania de cada nação. Nesse sentido, todas as demais atividades poderiam (e deveriam) ser regidas pelos mecanismos de regulação automática, leia-se: o mercado. Entretanto, visto dentro de um quadro real, esse ideal apresenta-se como uma abstração, dificilmente aplicável em sua forma pura. Na prática, outros fatores, que transcendem o automatismo regulador do mercado, interagem e constituem-se em reguladores (ou desreguladores) tão ou mais importantes, em certas circunstâncias. Conforme assinala Crozier:

"No vocabulário das ciências sociais, o termo *regulação* se impôs para designar a ação dos mecanismos corretivos que mantêm um sistema em existência. Diferentemente dos sistemas físicos, que só podem comportar regulações automáticas, os sistemas são mais abertos (...): a presença, em seu seio, de fenômenos de poder e de consciência os torna mais vulneráveis mas, ao mesmo tempo, mais capazes de adaptação." (ibid., p.123).

Fica, portanto, evidente que outros fatores devem ser também considerados, quando se busca a lógica da regulação da economia. E, é preciso que se diga, muitas vezes essa lógica foge ao *rationale* da ciência econômica. O Brasil é rico em exemplos de ações "reguladoras" que obedecem a decisões estratégicas que, pelas forças do mercado, dificilmente teriam ocorrido no momento em que ocorreram. A criação da siderurgia nacional, em Volta Redonda, nos anos de 1940, ilustra o caso. Mas o desenvolvimento da Prússia e do Japão da Restauração Meiji, no século XIX, também atestam esse argumento.

IV — Sobre a oposição *Mercado versus Estado*

O argumento de que a "lógica do mercado" materializa o ideal liberal clássico da "mão invisível" chega, uma década depois, aos países menos desenvolvidos. Mas chega enfraquecido em sua lógica. Afinal, de que modo seria possível aplicá-lo, em contextos em que o mercado, ainda em formação, encontra-se desorganizado, como é o

caso nas regiões mais atrasadas, onde sobrevivem velhas formas de produção?

Aliás, essa questão não é original: nos anos 1860–1880 a América Latina, em plena fase de formação de seus sistemas econômicos nacionais, já enfrentava os dilemas "clássicos" da suposta antinomia mercado–Estado. Segundo ARNAUD (1983), tanto naquela época como hoje,

"tudo é definido, percebido, situado em termos de lógica das forças de mercado e de ação do Estado e mercado, uma oposição que invade toda análise sobre as perspectivas atuais e justifica as reestruturações econômicas ou as modificações políticas." (p. 21).

No espaço de um século, os sistemas econômicos nacionais se consolidaram, mas a velha ordem colonial, hierarquizada e desigual, subsistiu ao nível das relações de intercâmbio entre países. Nesse sentido, outra questão se apresenta, enfatizando a importância de um enfoque solidário dos conceitos de Estado e mercado: como enfrentar o problema da regulação em um sistema de mercado internacionalizado (como no caso das matérias–primas), onde o engajamento de um país subdesenvolvido está longe de se constituir um exemplo de "concorrência perfeita"?

Analisando o problema do ângulo das economias latino–americanas, portanto, a oposição Estado–mercado constitui um falso dilema. Como dois pólos de um ímã, são elementos que se repelem, mas fazem parte de um mesmo elemento e são, *malgré tout*, complementares.

O debate não deveria, tampouco, se estabelecer em torno da pertinência ou não de mecanismos e ações de regulamentação. Afinal, seria difícil negar a importância de um mínimo de regulamentação, capaz de assegurar o cumprimento dos contratos e a confiança necessária à realização dos negócios. O que importa, de fato, é estabelecer o que e como regulamentar e quem deterá o poder normativo e o de fazer vigorar as normas. O estabelecimento de normas e princípios legais, a formação de um quadro técnico competente e a definição de limites claros, capazes de evitar abusos e omissões, são imperativos. Mas tudo isso torna–se letra morta diante da persistência de uma cultura política imediatista e patrimonialista, que impede a manifestação dos princípios mais básicos e elementares tanto da "lógica do mercado" como da ação

estatal: solidez institucional, regras do jogo bem definidas, continuidade e lisura.

V — Confusão conceitual: *desregulação* não é *desregulamentação*

Talvez por influência anglo-saxônica, o termo desregulação vem adquirindo um uso que extrapola a abrangência do conceito. Considerando a definição apresentada por HURL em análise das privatizações na Grã-Bretanha,

"desregulação, sinônimo de liberalização, é a remoção de barreiras legais à entrada em um mercado previamente protegido, de forma a permitir às empresas privadas de competirem."
(1988, p.3)

Tal definição, na verdade, reduz a análise à intervenção ou não do Estado, fato que simplifica a questão a um extremo tal, que pouco ajuda o debate do tema: Na prática, contudo, os britânicos efetuaram desregulamentações sem que tivesse havido desregulação. É o caso da privatização do sistema de transportes urbanos: é certo que a passagem à iniciativa privada representou uma valorização da variável mercado nas decisões econômicas relativas a este setor, mas o Estado mesmo se encarrega de assegurar que o funcionamento do sistema obedeça a certos princípios inerentes ao bom atendimento à comunidade, constituindo um conjunto de regulamentações paupável. O que ocorreu, de fato, foi uma mudança nos instrumentos regulamentares, que permitiu a privatização das empresas públicas. O uso do termo desregulamentação, aliás, nem é muito apropriado. Na verdade, o que vem ocorrendo na maioria das experiências de desestatização é uma reforma do sistema de regulamentações, mas não uma extinção total de regulamentos. O exemplo da privatização da estatal britânica das telecomunicações, em 1984, é elucidativo: a eficiência do processo passou a ser monitorada por um órgão especialmente criado para essa finalidade; e, dentre as limitações estabelecidas, incluía-se a regulamentação de que as tarifas da *British Telecom* só poderiam ser majoradas por índices inferiores em 3% à inflação anual.

Ainda tomando-se o caso da Grã-Bretanha, é relevante assinalar que na prática, o Estado, mesmo valendo-se de uma

política privatizante, não reduz a regulação à simples abstração de uma "lógica de mercado". Assim, como salvaguarda à perda do controle público sobre setores estratégicos da economia, e diante da determinação de permitir mesmo a desnacionalização de empresas desses setores, foi criado um instrumento que garantia um poder acionário decisivo ao Estado, quando conveniente: a "*golden share*" ou "*special rights share*". Segundo aquele artifício, o Estado pode, sempre que julgar indispensável, assegurar uma salvaguarda contra qualquer eventual concentração de poder decisório nas empresas desestatizadas, através da preservação de uma quota de participação substantiva. Conservando em seu poder uma "*golden share*", a Coroa britânica mantém, até quando julgar necessário, um poder de veto que serve de garantia de que nenhum outro acionário pode assumir o controle da empresa em questão. Segundo assinala SANTINI (1986), para as principais sociedades privatizadas, a natureza dos direitos reservados diz respeito aos seguintes elementos:

- a composição das instâncias dirigentes, sobretudo a nacionalidade dos administradores e do diretor geral;
- o controle da sociedade, limitando a maior participação a 50%, 15% ou 10%, segundo o caso (no caso da *British Telecom* a quota fixada foi de 10%);
- a preservação dos ativos da sociedade;
- a continuação da atividade da empresa;
- a participação do representante do departamento ministerial competente, enquanto portador da "*golden share*", nas reuniões do conselho de administração.

Assim,

"se a capacidade de intervenção do Estado nas sociedades desnacionalizadas foi sensivelmente reduzida, os poderes conservados pelas autoridades nessas empresas, entretanto, permaneceram, muitas vezes, importantes" (ibid., p.62).

A confusão conceitual entre desregulação e desregulamentação tem sido uma prática comum nos dois principais conjuntos de atores diretamente envolvidos na questão. De um lado, encontram-se os teóricos neo-liberais, para quem o paradigma maior é o dom da "mão invisível" exercido pelo mercado; do outro,

situam-se certos tecnocratas, reificadores do poder regulador do Estado. No primeiro caso, a confusão conceitual se deve ao fato de que o objetivo visado é, em última instância, o desmantelamento do Estado enquanto ente econômico; no segundo, trata-se de miopia comum a quem procura ver a realidade não como ela é, mas sim como se desejaria que ela fosse. O resultado inevitável dessa polarização é um diálogo de surdos que não ajuda, em nada, a possível cooperação entre os dois grupos, no sentido de se buscar soluções concertadas e acertadas. E é esse quadro de confusão e voluntarismo que vem inspirando e orientando as ações desestatizantes.

VI — A era da desestatização

Os anos 1980 foram, por excelência, a década da privatização de empresas públicas, no mundo desenvolvido. Boa parte do acervo produtivo acumulado nas mãos do Estado, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, foi repassado ao setor privado. Não foi apenas a desregulamentação, tal como ocorrido por exemplo nos EUA e na Grã-Bretanha (é o caso da liberalização dos hospitais Britânicos para que contratem serviços de lavanderia privados, dando um fim ao monopólio estatal da roupa suja, em um caso típico de "*franchising*"), que deu a tônica ao processo. Houve, de fato, uma sensível redução na ação produtiva direta do Estado. Assim, para citar alguns exemplos, a França privatizou empresas do setor bancário e de seguros, o Japão privatizou as telecomunicações e o sistema ferroviário e a Grã-Bretanha vendeu à iniciativa privada indústrias automobilísticas e de petróleo. E é possível mesmo afirmar que tal processo resultou em melhoria na eficácia dessas empresas: as tarifas baixaram no Japão, os lucros aumentaram na Grã-Bretanha e a competitividade aumentou, em geral.

Na América Latina, por outro lado, aquela década correspondeu a um período de estagnação da ação estatal, resultado do estrangulamento fiscal e da crise do endividamento.¹

A década de 1990, a julgar pela tendência em curso, promete se constituir em década do desmantelamento do Estado. A

¹) Segundo dados do Banco Mundial, a dívida total latino-americana em 1989 era da ordem de 427,5 bilhões de dólares, sendo que só o serviço correspondia, em média, a 40,5% desse valor.

principal bandeira apresentada pelos novos governos, e com o apoio da comunidade financeira internacional (BIRD, FMI, Clube de Paris), é a da desestatização. Na Argentina, as primeiras cartas já foram jogadas em setores tais como aviação, ferrovias e telecomunicações. Ironicamente, nos três casos, destacaram-se como fortes candidatos e virtuais compradores empresas públicas espanholas que estão passando ou já passaram por processos similares de desestatização. Iberia, Ferrocarriles e Telefónica, em plena fase de pragmatismo de mercado, se engajam em tamanha expansão além de suas fronteiras. Uma questão se apresenta, então: qual a coerência entre a estratégia de encolhimento nacional, resultante de uma rigorosa dieta de saneamento financeiro, e a de expansão internacional desses grupos? A resposta é, seguramente, o fato de tais investimentos representarem bons negócios. Afinal, a um Estado em bancarrota não sobra poder de barganha para obter preços compensadores. Nesse caso, o processo de desestatização corresponde também à desnacionalização.

O Brasil, tudo indica, segue a mesma estratégia adotada pelo governo argentino. Trata-se, segundo HURL (1988), de caso típico de "venda das jóias de família para pagar os débitos". Nesse sentido, convém assinalar alguns pontos. Desfazer-se do patrimônio para cobrir uma dívida é sempre um expediente a ser considerado. Entretanto, há riscos e vícios que devem ser evitados. O primeiro deles, por se tratar de um caso específico de alienação patrimonial — ação efetuada por um delegado e não diretamente pela parte interessada — diz respeito à tendência a subestimar o valor real da venda, de maneira a acelerar o processo. Nesse caso, objetivos políticos de curto prazo podem ser atingidos, uma vez que há, sempre, uma entrada líquida de recursos para os cofres públicos ou um desengajamento do Estado em alguma atividade não rentável. Entretanto, analisando-se sob o ângulo econômico, a venda de um bem abaixo de seu valor real constitui-se em mau negócio. Tal tipo de problema tem sido comum nos países que se lançaram na vanguarda das experiências privatizantes. O governo francês vendeu, à iniciativa privada, várias empresas que haviam passado ao poder público por conta de insolvência. O Estado investiu um volume considerável de recursos para sanear e tornar vendável essas sociedades, que são chamadas de "*canard boiteux*" ("patos mancos"). O processo de venda constituiu-se de episódios controversos pois, pouco tempo após, os novos detentores repassaram os negócios a terceiros, com grande margem de lucro,

em nítida demonstração de que o poder público havia permitido uma socialização de prejuízos seguida de privatização de lucros.²

A experiência britânica é, também, rica em ilustrações do problema da sub-avaliação dos valores reais (*under-pricing*) das empresas a serem desestatizadas. O resultado, que atesta a subestimação, é sempre expresso por uma demanda maior do que a oferta de títulos das empresas em questão. O caso da Rolls-Royce, cujas ações foram oferecidas pelo poder público em 1987, merece referência: o preço estabelecido foi tão baixo, relativamente à propensão da população a subscrever ações ("*over-subscription*"), que os pedidos de compra tiveram de ser racionados, na razão de 15 para 40 ações solicitadas (cf. HURL, 1988, p.57). Nesse sentido, é possível inferir que o Estado teria arrecadado bem mais se a avaliação tivesse sido mais realista. Quem ganha com isso? Num primeiro momento, evidentemente, são os compradores em geral, ou seja a população. Entretanto, a tendência é que haja, num segundo momento, uma certa reconcentração, nas mãos de um grupo mais reduzido de detentores. Nesse processo, os compradores iniciais efetuam grandes lucros por unidade, mas a idéia inicial de democratização da propriedade se reverte, na prática.

"De fato, quando da venda, muitos foram os compradores de títulos, mas poucos os conservaram, como demonstra o exemplo da British Aerospace, cujas ações se concentram em poder de apenas 28.000 pessoas um ano após a desnacionalização, quando esse número era de 158.000." (SANTINI, 1986, p.59).

A prática tem mostrado, também, que à questão da má avaliação da demanda potencial pelos títulos das empresas a serem desestatizadas ("*under-pricing*" x "*over-subscription*"), há que se agregar uma outra. Trata-se da ação saneadora praticada pelo poder público, no sentido de tornar as referidas empresas atrativas à iniciativa privada. Esse processo, que invariavelmente implica custos para os cofres públicos, que não necessariamente serão ressarcidos, tende a evidenciar um paradoxo: a razão das privatizações é a ineficiência das empresas; ora, uma vez saneadas,

²) Os casos mais notáveis são os dos grupos Boussac, do setor têxtil, Empain-Schneider, papelero, e estaleiros Lexmar. Ver: *Science & Vie Economie*, nº 61, maio/1990, "Comment s'enrichir avec les cadeaux de l'État".

as mesmas tendem a tornar-se eficientes (do contrário, não haveria demanda...) e, nesse sentido, a razão de ser da privatização perde muito de sua força. Fica claro, portanto, que o binômio "setor público ineficiente — setor privado eficiente" não constitui uma antinomia imutável *a priori*. A razão de ser da desestatização deve ser entendida a partir de outros elementos, que transcendem a esfera da racionalidade microeconômica de cada empresa.

Também, no que diz respeito ao argumento macroeconômico da irrigação das finanças públicas resultante das desestatizações, algumas considerações são pertinentes. No caso da França, um estudo publicado em 1987 dava conta que a contribuição das privatizações para o desendividamento do Estado foi bastante modesta: das receitas obtidas, a rubrica "redução do déficit público" foi contemplada com recursos da ordem de 34 bilhões de francos em 1987 e previsão de 35 bilhões para o ano seguinte, quando aquele déficit situava-se nos patamares de 129 e 115 bilhões de francos, respectivamente. Nesses termos, o máximo que se conseguiu foi uma desaceleração do aumento da dívida, mas não uma redução (cf. França; 1987, p.16).

No caso da Grã-Bretanha, a receita pública obtida ao longo de uma década de privatização (de 1979 a 1988), incluindo-se as vendas de participações do Estado em empresas comerciais e de empresas públicas, foi de aproximadamente 25 bilhões de libras, o que corresponde a 7,5% do PIB daquele país em 1987 (OCDE; 1989, p. 122 e 140). Tal cifra, que contribuiu bastante para medidas de impacto político do tipo de redução da carga tributária³, não resolveu, no entanto, o problema da dívida pública: ao longo de toda a década das privatizações, o único ano em que as despesas do setor público foram inferiores às receitas foi 1988, justamente quando a venda das empresas do Estado chegou a seu ápice (5 bilhões de libras em um só ano!). (ibid, p. 101 e 138).

³) Quanto a este aspecto, vale assinalar que o período em questão correspondeu ao de uma importante contribuição fiscal do petróleo extraído do Mar do Norte: as receitas do Estado britânico relativas ao setor petrolífero que, em 1977, situavam-se no patamar de 0,2 bilhões de libras, passam, em 1987, à cifra de 4,8 bilhões de libras; maior, portanto, do que a receita obtida pelas privatizações no mesmo ano (cf. SANTINI; 1988, p. 23 e OCDE, 1990, p.101).

VII — Lições

O balanço de uma década de experiências internacionais em desestatização das economias é elucidativo da real importância daquela estratégia, enquanto instrumento de superação dos impasses diante dos quais se encontra o setor público. De uma maneira geral, os diferentes países apresentavam um quadro de ineficiências, que se traduzia em déficit público e mau atendimento aos cidadãos. A década de 1980 foi, portanto, marcada por processos de limitações das fronteiras de ação do Estado, cujas implicações são de grande envergadura e não podem ser avaliadas no curto prazo. Alguns dos efeitos mais imediatos foram analisados nas páginas precedentes. Mas será, sem dúvida, a longo prazo, que um julgamento judicioso poderá ser efetuado. Nesse sentido, a maior parte das obras analíticas disponíveis sobre cada caso ainda apresenta um caráter bem mais descritivo do que prospectivo.

Há, entretanto, algumas considerações que devem ser assinaladas, desde já. A primeira delas é o fato de que a década da desestatização correspondeu, para os países que empreenderam esse processo, ao período de recuperação econômica que sucedeu à crise do segundo choque petrolífero do início dos anos 1980⁴. A baixa do preço do barril do petróleo, aliada ao bom desempenho geral da economia norte-americana (que se refletiu em aumento do comércio internacional), bem como a modernização tecnológica, permitiram um desempenho bem satisfatório das economias industrializadas. Segundo dados da OCDE (1990) relativos ao quinquênio 1982–1987, o PIB do Japão cresceu a uma média de 3,9% ao ano, o dos EUA 4,3%, o da Grã-Bretanha 3,2%, o da França 1,6% e o da Alemanha Ocidental 2,1%. Todos os 25 países membros daquela organização apresentaram taxas médias de crescimento do PIB positivas e superiores ao aumento demográfico no período (salvo a Iugoslávia, para a qual não se dispõe de dados).

O bom desempenho geral da economia não pode, entretanto, ser atribuído às medidas desestatizantes. Alguns dos países em questão empreenderam processos ousados de privatização de empresas públicas, mas outros foram bem tímidos nesse processo; no entanto, todos apresentaram índices econômicos encorajadores. Nesse sentido, uma primeira lição a ser tirada é que, até o

⁴) Em novembro de 1980 o preço do barril de óleo bateu seu record histórico, ao atingir a marca dos 39,25 dólares.

momento, fica difícil explicar o crescimento econômico como uma decorrência direta da desestatização.

Os anos 1990, que começam com sintomas de desaceleração das economias desenvolvidas, com uma monumental elevação dos custos energéticos (resultante da crise do Golfo Pérsico)⁵ e com as máquinas estatais já bastante aliviadas de seu "excesso de peso", servirão de laboratório para o teste do grau de relação entre crescimento econômico e desestatização.

Outra consideração importante diz respeito ao "funcionário". Alvo preferencial do argumento neo-liberal, essa categoria social sofreu importantes revezes na década de 1980. Não se tratou, como havia sido anunciado, de processo de "távola rasa" no serviço público, com demissões em massa. O que ocorreu, de fato, foi uma transferência de empregos públicos do Estado para a iniciativa privada, como corolário das privatizações. Só na Grã-Bretanha, aproximadamente metade do milhão e meio de funcionários, recenseados no início da década, saiu da alçada pública. E isso trouxe efeitos que vão da reestruturação do quadro sindical até a redução da folha de pagamento do Estado. Uma vez na iniciativa privada, os ex-funcionários passam a ser regidos por mecanismos produtivistas diferentes do *modus vivendi* do serviço público tradicional. A adaptação é difícil e, por vezes, traumática. E a lógica fordista, evidentemente, tende a buscar economias de mão-de-obra que se traduzem em elevação das taxas nacionais de desemprego.

A maré anti-funcionário, fundamentada numa realidade onde o serviço público é, de fato, criticável em sua eficiência, representa, por outro lado, um grave risco de se negligenciar a importância do recurso humano. Não é mantendo um corpo funcional pesado e improdutivo que o Estado resolverá as crescentes demandas sociais por seus serviços. Mas também não é descartando-se indiscriminadamente, ou não reciclando os quadros, que tais demandas serão satisfatoriamente atendidas. Conforme assinala CROZIER (1987, p. 214), o funcionário "poderia e deveria ser a principal alavanca da modernização do Estado".

⁵) O jornal *Le Monde* de 19/9/90 assinala que a elevação do preço do barril de petróleo, que em 17/9/90 atingira o patamar de 33 dólares, representou uma das mais rápidas altas jamais verificadas: 120% em dois meses. Uma semana depois, o preço do bruto já atinga 40 dólares no mercado de Londres.

A questão do risco de desperdício do recurso humano é, na verdade, uma outra face do problema do descarte do patrimônio produtivo público em condições nem sempre satisfatórias. Nesse processo, tem pesado muito a determinância que o nível político vem exercendo sobre a racionalidade econômica. Interesses de curto prazo impõem-se sobre os de longo prazo e a conta recai invariavelmente sobre a sociedade. Tal tipo de problema, típico de países subdesenvolvidos, não poupa as nações mais avançadas. Na Grã-Bretanha, a receita obtida pelas privatizações constituiu-se em importante respaldo à determinação de reduzir a carga tributária. De fato, os impostos foram reduzidos e o período de mandato dos "tories" foi confortavelmente renovado. Mas o final dos anos 1980 coincidiu com uma necessária elevação da arrecadação, pois os recursos apurados com as privatizações haviam servido ao financiamento do déficit público, mas não à redução das despesas. Resultado: revolta popular contra o aumento dos impostos, no primeiro semestre de 1990 e taxa de inflação próxima aos 11% anuais, no segundo semestre do mesmo ano, ultrapassando o índice que antecedeu a queda do gabinete trabalhista, em 1979.

Um outro ensinamento a ser tirado das experiências desestatizantes é o de que a "lógica do mercado" não deve ser reificada como o regulador por excelência das ações econômicas. O livre jogo das forças de mercado é, sem dúvida, uma condição necessária, mas não é suficiente para uma regulação econômica que atenda a objetivos outros que a maximização do lucro. Imperativos do desenvolvimento social, tais como equidade e preservação do meio ambiente, dificilmente podem ser preseguidos sem um conjunto de normas que devem ser seguidas pela totalidade da sociedade. Assim, a regulamentação constitui-se em importante instrumento da regulação. O repúdio preconizado pelas teses neo-liberais, nos anos 1980, a qualquer regulamentação, se legitimou no arcaísmo dos regulamentos disponíveis. Mas a prática tem mostrado que a saída não é o ideal liberal, mas a modernização instrumental, que passa pela necessária simplificação e agilização das normas.

Para tanto, uma estratégia vem se firmando, nos últimos anos, nos países mais avançados, de forma a resgatar o ideal regulador perdido nos descaminhos da prática do planejamento: a Avaliação de Políticas Públicas. A partir de propostas práticas inovadoras, sistemas de avaliação começam a ser estruturados, abrindo espaço para uma monitoração das ações do Estado que

transcende as esferas meramente contábeis ou técnicas. A questão da cidadania e da democracia voltam, nesse sentido, a orientar um debate que, se bem encaminhado e despojado de objetivos políticos imediatistas, poderá ajudar a "regular o Estado".

"A liberdade, a capacidade de agir, não são dadas nem se decretam por leis, por melhores que estas sejam; elas se conquistam, pouco a pouco, pela experiência, se as regulações — que não podem deixar de limitá-las — são favoráveis. Cabe ao Estado fazê-las emergir e mantê-las; e ao político cabe guiar o Estado. Tanto um como outro devem investir no conhecimento e nas ocasiões de aprendizagem". (ibid., p.312).

VIII—Conclusão: Liberalismo e Apartheid Social

Vista sob um ângulo político, a desestatização e, mais particularmente, a privatização de empresas públicas, apresenta-se como um importante instrumento de legitimação política, da mesma forma como o planejamento fora utilizado desde o último pós-guerra. A crise fiscal e o endividamento público inviabilizam qualquer projeto governamental de inspiração social, nos países que, como o Brasil, conquistaram um espaço democrático formal a partir do desmoronamento de um regime político ditatorial. O descrédito da ação planejada do Estado materializa, na verdade, a desilusão da sociedade em relação à anunciada via de superação do subdesenvolvimento, tão desgastada por planos governamentais que prometiam "50 anos em 5". Nesse sentido, a bandeira desestatizante constitui uma alternativa atraente para a esfera decisória, na medida em que acena com possíveis reduções nos gastos públicos e, dessa maneira, como elemento de soluções para a crise fiscal.

O risco, entretanto, de tal via é, segundo assinalaram SALAMA e VALIER (1990, p.201), que "a retirada do Estado de certas despesas conduz a uma ausência de Estado". E essa ausência tende a reforçar o desenvolvimento de estruturas paralelas de poder, que preenchem lacunas sobretudo em contextos onde certos setores da sociedade carecem de normas e hierarquias legítimas.

O crescimento contingente de pessoas virtualmente despojadas do *status* da cidadania, sua exclusão progressiva dos

canais formais de interação com a sociedade civil e a sistemática repressão aos "marginais", transformam o Estado em corpo externo e estranho a seus olhos. Assim, à célebre definição de Engels, de que o Estado é uma instância que se situa "por fora e por cima da sociedade civil", deve-se agregar um complemento, quando se considera a percepção dos menos favorecidos: ele se situa por fora, por cima e contra. É lícito, portanto, supor que a restauração do poder civil eleito, em 1990, significou uma decisiva legitimação política a nível de governo no Brasil. Mas isso não implica automaticamente a legitimidade do Estado.

Numa sociedade onde o ilegal — jogo do bicho, mercado paralelo do dólar, trabalho clandestino — tornou-se norma, o reconhecimento de lideranças políticas não implica necessariamente consciência, reconhecimento e sujeição voluntária e consensual às instituições da "*civitas*" ou "república". E isso trai qualquer prescrição teórica, de Hobbes a Habermas.

Para alguns setores da sociedade, na prática, o Estado adquire forma material apenas em sua forma policial. E, nesse sentido, não parece seguir a fórmula clássica de Maquiavel, que propunha um ideal para o Príncipe: ser amado e temido ou, não podendo ser os dois, ser ao menos temido. Nosso Leviathan deformado pode ser temido, mas é também desprezado e até odiado.

Onde o Estado sempre foi mediatizado por políticos clientelistas, reais elos de ligação entre poder público e sociedade civil, a questão da legitimidade só se coloca em relação à esfera política. E onde a ação pública sempre teve dominância assistencialista, a expectativa frente às instituições se limita à obtenção de prebendas. É, portanto, irreal pensar em participação ou defesa de um ente que é percebido como estando fora, acima e contra uma parcela da sociedade.

A bandeira liberal dispõe, nesse sentido, de ampla margem de ação nos países onde, ao contrário dos berços do "*Welfare State*", consolidou-se uma autêntica situação de "*apartheid*" social.

Paris, setembro/1990

IX — Bibliografia Citada

- BURSZTYN, Marcel. **O País das Alianças — elites e continuísmo no Brasil**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1990.
- CROZIER, Michel. **État Modeste, État Moderne**. Ed. Fayard, Paris, 1987.
- FRANÇA. "Les privatisations avant et après la crise boursière de l'automne 1987", **Regards sur l'Actualité**, Ed. La Documentation Française, Paris, dez/1987.
- HURL, Brian. **Privatization and the Public Sector**. Ed. Heinemann Educational, Oxford, 1988.
- Le Monde. **Dossiers et Documents: "Les Fardeaux de la Dette"**, nº 180, Paris, set/1990.
- OCDE. **Études Economiques de l'OCDE - Royaume-Uni**, OCDE, Paris, 1990.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. **L'Économie Gangrenée**. Ed. La Découverte, Paris, 1990.
- SANTINI, Jean-Jacques. "Les Dénationalisations en Grande-Bretagne", **Cahiers Français**, nº 228, Ed. La Documentation Française, Paris, 1986.
- _____. "L'Économie Britannique: le choix liberal". **Notes et Études Documentaires**, nº 4853, Ed. La Documentation Française, Paris, 1988.

A Transferência de Valor e o Desenvolvimento do Capitalismo: Um Estudo de Caso.

Reinaldo A. Carcanholo *

I — Introdução

O texto a seguir representa um resumo da tese¹ que defendemos em 1982, publicada no mesmo ano na América Central². Trata-se de uma pesquisa sobre o desenvolvimento do capitalismo em um país da América Latina, dentro de um determinado período.

Nosso trabalho teve pretensões teóricas e metodológicas. Tratou-se de resgatar a teoria marxista do valor como instrumento fundamental da pesquisa e, para isso, foi indispensável um enorme esforço metodológico que resolvesse questões vinculadas à relação teoria - realidade concreta.

Assim, acreditamos que este resumo, e especialmente o trabalho completo que a ele corresponde, possam ser do interesse de

*) Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande.

1) Carcanholo, Reinaldo A., *La Transferencia de Valor y el Desarrollo del Capitalismo en Costa Rica*. División de Estudios de Posgrado, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México, D. F., junio de 1982. (Tesis de Doctorado.)

2) Carcanholo, Reinaldo, *Desarrollo del Capitalismo en Costa Rica*. San José, EDUCA, 1982.

todos aqueles que se preocupam com questões metodológicas, especificamente com as assinaladas.

Seguramente será de interesse para aqueles que, tendo se iniciado mais recentemente (ou nem tanto) no conhecimento da teoria, não sabem ainda, muito bem, o que fazer com ela, não sabem como utilizá-la para o estudo da realidade concreta e complexa. Desde já diremos a eles que estejam alertas contra aquelas posturas que sustentam serem as dificuldades resultado de excesso de teoria; a questão é justamente a oposta, os problemas surgem, em geral, por conhecimento teórico insuficiente.

Este trabalho não servirá para aqueles que insistem em conhecer a realidade sem antes fazer o esforço teórico necessário; que acreditam que é possível conhecer o mundo de maneira não teórica e que não percebem que entre teoria e realidade, o que existe é a relação abstrato-concreto.

Nosso interesse na publicação deste resumo, divulgando o trabalho mais completo quase dez anos depois, está relacionado com a questão referida. Apesar de termos nos esforçado durante esses anos no ensino da teoria, mesmo no nível de pós-graduação, não tivemos oportunidade de travar um diálogo profundo e adequado com estudantes (e mesmo com colegas) sobre as questões metodológicas que envolvem essa relação entre teoria abstrata e realidade concreta. Isso, sem dúvida, se explica pelo reduzido espaço que ainda se dedica ao estudo na questão teórica mais geral, da teoria econômica marxista, não permitindo um grau de conhecimento necessário ao diálogo científico.

Apesar de tudo, mesmo no nosso meio e também entre consultores que nos visitam, existem aqueles que continuam proclamando a necessidade de reduzir-se o tempo dedicado à teoria, para abrir espaço a estudos mais "concretos" e, para isso, não se envergonham ao defenderem o uso de manuais que abreviem o tempo necessário para "compreender" aqueles conceitos mais importantes e necessários. Se eles chegassem a ler o nosso trabalho, talvez pudessem perceber que nada entendem da teoria, e que nossa postura não se explica por ausência de interesse sobre a realidade concreta. Ao contrário, é justamente nossa preocupação em interpretar adequadamente o concreto que nos leva a sustentar a relevância do abstrato e a necessidade de um conhecimento profundo sobre ele, especialmente através do estudo da teoria econômica marxista.

Devemos dizer que nossa pesquisa sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica até 1974/75 e que resultou na redação da referida tese, teve motivações políticas. Além de resgatar a teoria marxista do valor, combater as suas interpretações ricardianas tão generalizadas nos nossos dias, dar respostas a certas dificuldades que ela aparentemente apresenta, construir certos passos intermediários necessários e de utilizá-la como instrumento fundamental de pesquisa concreta, nosso trabalho teve a intenção de conhecer a realidade costarricense, desde um ponto de vista global, para melhor orientar a prática política transformadora, anticapitalista. Nessa medida, o trabalho teve que incluir um conjunto talvez demasiado amplo de problemas; teve que pretender formular uma interpretação global.

De tudo isso, se algo se alcançou foi, sem dúvida, mostrar que a teoria do valor é fundamental para uma pesquisa concreta, desde um ponto de vista marxista, sobre temas similares ou correlatos. Conseguiu-se fundamentalmente dar respostas a certas dificuldades, logrou-se descobrir e apresentar certas categorias intermediárias e construíram-se indicadores empíricos sobre a evolução da produção e da transferência de valor.

Organizaremos este resumo nas seguintes partes: a questão teórica (que também envolve aspectos metodológicos), a interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica e, finalmente, aspectos metodológicos relacionados com a construção dos indicadores empíricos. No entanto, para maior facilidade, apresentaremos, antes de mais nada, uma síntese de nossa interpretação sobre o desenvolvimento na Costa Rica.

II — Síntese da interpretação

Nosso trabalho estuda o desenvolvimento da Costa Rica, com referência especial para o período que se inicia com os primeiros anos da década de 60, até a metade da década seguinte.

Tal período correspondeu a um novo padrão de reprodução, com destaque para a expansão de um tipo de indústria que consideramos parasitária, pelo fato de que não foi capaz de produzir mais-valia em volume suficiente para atender a elevada taxa de lucro que exigia.

A análise alcança, propriamente, até 1974/75, anos em que se manifestaram por primeira vez, e de maneira clara, os limites do padrão de reprodução seguido.

Como já dissemos, nossa tese teve prioritariamente intenção teórica e metodológica: buscou-se realizar uma pesquisa concreta, sobre o desenvolvimento do capitalismo em um país do terceiro mundo, utilizando como instrumento explícito e fundamental a teoria marxista do valor. Os aspectos metodológicos consistiam na necessidade de estabelecer os nexos indispensáveis entre o mais abstrato e o mais concreto, o que implicou na necessidade de dispor de indicadores empíricos que permitissem a análise dos fatos concretos.

As principais conclusões da pesquisa foram as seguintes:

- o novo padrão de reprodução caracterizou-se por uma industrialização parasitária e por uma profunda modificação na estrutura do consumo da grande maioria da população;
- foi financiado fundamentalmente através do sobre-excedente agroexportador (café) derivado da alta capacidade de geração de renda diferencial geral nas terras produtoras de café do país e secundariamente de mais-valia extraordinária;
- parte dessa renda diferencial pode ser apropriada nacionalmente, apesar de fortes transferências de valor para o resto do mundo;
- secundariamente o valor excedente produzido por camponeses e por outras atividades capitalistas que se expandiram no período, fundamentalmente agropecuárias, também contribuiu para aquele financiamento;
- os limites internos desse padrão de reprodução apresentaram-se já nos anos 74/75.

III — Marco teórico

Considerar a teoria do valor como núcleo central da teoria econômica de Marx sobre o capitalismo implica aceitá-la, necessariamente, como instrumento indispensável de qualquer

pesquisa sobre o desenvolvimento desse sistema, desde um ponto de vista global ou de uma região, como é o nosso caso.

Sua utilização pressupõe, antes de qualquer outra coisa, uma interpretação adequada sobre o seu significado, ao mesmo tempo que é indispensável identificar os desvios que derivam de enfoques ecléticos de leituras orientadas por pontos de vista estranhos.

Atualmente a leitura ou interpretação mais difundida sobre a teoria marxista do valor é a ricardiana ou neo-ricardiana. Consiste em entendê-la imediatamente como uma teoria dos preços relativos, que explica os fatores determinantes da magnitude dos preços relativos ou, simplesmente, uma teoria que estabelece determinada norma de intercâmbio (no caso, associada às quantidades de trabalho contido).

Na verdade, a teoria do valor de Marx é, antes de qualquer outra coisa, uma teoria da natureza da riqueza na época capitalista, da magnitude da riqueza capitalista produzida e de sua medida imanente. Em primeiro lugar, é uma teoria da produção da riqueza na época de domínio do capitalismo.

Se lermos com atenção *O Capital* de Marx, especialmente seu primeiro capítulo, veremos que:

- a. A riqueza capitalista é ao mesmo tempo duas coisas: é valor-de-uso e é valor.
- b. A unidade contraditória entre o valor-de-uso e o valor é o que se denomina mercadoria.
- c. A mercadoria não é uma coisa, mas um processo de desenvolvimento que se explica pelo desenvolvimento da contradição entre seus dois pólos: o valor-de-uso e o valor.
- d. O desenvolvimento do capitalismo consiste precisamente no processo através do qual o valor (forma histórica da riqueza) subordina cada vez mais o seu oposto, o valor-de-uso.
- e. O limite do capital, nunca alcançável mas sempre desejável por sua lógica, é a destruição do valor-de-uso como aspecto necessário da riqueza capitalista. Análogo a isso, é o processo de desenvolvimento na forma valor (Cf. item 3 do capítulo I d'*O Capital*), que consiste na interminável busca

de um equivalente geral que seja pura representação de valor, sem nenhuma referência ao valor-de-uso.

- f. Embora seja certo que, na história concreta, o valor-de-uso jamais poderá desaparecer (ou ser destruído) como aspecto da riqueza capitalista, na unidade contraditória chamada mercadoria, ele é o pólo dominado (a partir de um determinado momento do desenvolvimento mercantil).
- g. O valor é o aspecto dominante na mercadoria. A riqueza capitalista não é, mas trata de ser, exclusivamente valor; e tende a sê-lo.
- h. O valor é assim a riqueza na época capitalista; a magnitude daquele é a medida desta.
- i. O trabalho abstrato é a substância material do valor, portanto da riqueza capitalista. A dimensão quantitativa daquele, o trabalho socialmente necessário, determina a magnitude desta; o tempo de trabalho socialmente necessário constitui sua medida.

Da mesma maneira que em Smith, para Marx a riqueza envolve uma relação social de domínio. Enquanto para aquele a riqueza é a capacidade que se possui de comprar trabalho alheio (trabalho comandado), para Marx, é o domínio já efetivado sobre o trabalho materializado. Para aquele, a riqueza produzida define-se pela capacidade de apropriação de trabalho no mercado; para Marx, se distingue claramente produção de apropriação de riqueza, de valor. Enquanto para este a exploração flui necessariamente de sua teoria, para Smith a exploração se dissolve e se esconde por detrás do manto nebuloso da aparência e é substituída pela "dedução", com a qual se logra a mágica de pensar que, apesar do lucro, todo trabalho é pago.

Dessa maneira, entendido o valor como forma social e histórica da riqueza mercantil ou capitalista e como expressão nas coisas das particulares relações de produção existentes na época mercantil e o valor-de-troca, como a proporção de intercâmbio entre duas mercadorias, a teoria marxista é única. Em Smith, mas muito mais em Ricardo e em todo o pensamento burguês, incluindo Sraffa, a suposta teoria do valor, imediatamente como teoria da determinação dos preços, não é na verdade uma teoria do valor mas do valor-de-troca.

Entendida como geralmente o é, em especial na atual interpretação ricardiana, como mera explicação da determinação dos preços, ou uma determinação de norma de intercâmbio, a teoria marxista do valor perde seu poder metodológico e é relegada a um mundo abstrato incapaz de relacionar-se com o concreto. Dessa maneira a teoria do valor é relegada ao mundo da metafísica para os mais consequentes, especialmente depois de Sraffa.

Tudo isso não significa, no entanto, que a teoria de Marx não seja também, de alguma maneira, uma teoria dos preços. Mas, a resposta à pergunta "quanto é o preço?" implica uma série enorme de mediações, de novas determinações desde a magnitude do valor até a do preço do mercado, passando pela categoria teórica intermediária de preço de produção.

Sendo assim, em que consiste a utilização da teoria do valor como instrumento fundamental da pesquisa concreta?

A pesquisa sobre o movimento de uma determinada realidade econômica capitalista, partindo da teoria do valor, supõe a identificação dos ramos fundamentais que produzem riqueza (valor), a compreensão de sua dinâmica e das formas de produção do excedente; supõe também o estudo dos ramos ou setores que se movem devido à apropriação de valor; implica descobrir o processo de articulação concreta que vai se produzindo entre esses dois tipos de setores, entre eles e do exterior e explicar os mecanismos de transferência de riqueza (valor) que surgem.

A utilização da teoria do valor para a pesquisa supõe algumas precisões indispensáveis: foi necessário ressaltar os conceitos de produção, apropriação e transferência do valor. No que se refere, por exemplo, à apropriação pode-se dizer que se trata de um conceito derivado da distribuição e que, em algumas oportunidades, Marx se referiu especificamente a ele.³ No entanto, acreditamos que não teria sido dispensável se Marx houvesse tratado de maneira sistemática e conjunta esses três conceitos (produção, apropriação e transferência de valor).

Outra categoria que nos exigiu atenção foi a de preço de produção, pelo fato de que configura um primeiro grupo de determinações que nos permite compreender o âmbito da

³) Cf. por exemplo: Marx, Karl, *Teorias da Mais-valia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. cap. III, vol. I, p. 72.

apropriação e também por que é indispensável para a definição de renda diferencial.

Entendemos o preço de produção como um valor transformado, na verdade, como a magnitude do valor apropriável quando da troca da mercadoria, em condições de uniformidade da taxa de lucro. Nessas circunstâncias, o preço de produção não é preço (no sentido de forma simples e relativa do valor quando o equivalente é o dinheiro), nem tampouco preço relativo (valor-de-troca em relação a algum numerário qualquer). A unidade de medida da magnitude do preço de produção, da mesma forma que para o valor, é a hora de trabalho.

Uma dificuldade teórica que teve que ser tratada, em razão de que se sustenta que invalida a teoria marxista do valor, foi a da impossibilidade de que ocorram simultaneamente as duas identidades fundamentais: o valor total e o preço de produção total por um lado e, por outro, a mais-valia total e o lucro total.

Já tínhamos trabalhado na solução desse problema antes mesmo do início, propriamente dito, da elaboração da tese, mas dentro de um processo intelectual que concluiu ou, melhor ainda, continuou com ela. Nossa concepção sobre o assunto pode ser indicada como segue:

- a. O resultado do sistema de equações que permite a transformação dos valores em preços de produção é que a magnitude da mais-valia total não é igual à magnitude do lucro total.
- b. No entanto, esse resultado formal, paradoxalmente, não só permite mas é necessário para que se sustente teoricamente a tese de que a mais-valia total é igual ao valor apropriado pelo capital como lucro (segunda identidade fundamental).
- c. Note-se que a magnitude da mais-valia é uma magnitude de valor e aparece nos esquemas de transformação como tal.
- d. A magnitude do lucro, resultado das equações da transformação, não é uma magnitude de valor; é uma magnitude de "valor" transformado, mais precisamente, de preço de produção.
- e. Em termos reais ou materiais, o lucro é um conjunto de valores-de-uso apropriados, destinados ao consumo capitalista ou à acumulação. Portanto, o preço de produção

desse conjunto de bens que forma o lucro será diferente do valor (supõe-se composição orgânica diferente da média).

- f. Então, se queremos que a mais-valia total seja igual ao valor apropriado pelos capitais como lucro (segunda identidade fundamental), necessitamos que, em termos numéricos, a magnitude do valor-mais-valia total seja diferente da magnitude do preço de produção do lucro. E isso é o que ocorre como resultado das equações da transformação.
- g. Em outras palavras, a diferença numérica que se produz entre mais-valia total e lucro total, como resultado da transformação, deve-se exclusivamente ao fato de que a primeira tem como dimensão mensurável o valor e a segunda o preço de produção. Em termos de magnitude, na verdade, o lucro não é senão a mais-valia medida em preços de produção.

Um outro aspecto da teoria do valor de Marx que tratamos foi o da determinação do valor social a partir dos valores individuais. Nossa concepção sobre o valor nos levou necessariamente à idéia de determinação pela média ponderada em oposição à moda.

Finalmente tivemos que encontrar respostas a uma série de questões relacionadas com o conceito de renda diferencial. E isso, não somente por que a teoria da renda da terra é conseqüência e complemento necessário da teoria do valor, mas sobretudo pelo fato de que essa categoria estava no desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica. Sem as precisões teóricas que realizamos, a renda da terra, de categoria teórica relevante como instrumento de pesquisa concreta, transformar-se-ia em simples palavra mágica para "explicar" uma realidade pouco entendida.

Em primeiro lugar foi indispensável uma precisão na forma de definir a renda diferencial. Do livro III d'*O Capital* parece deduzir-se que ela se define pela apropriação. Isso ocorre pelo fato de que, nesse nível de abstração, Marx supõe que os preços de mercado correspondem aos preços de produção. Abandonado esse pressuposto veremos que a verdadeira magnitude da renda diferencial difere da apropriação que se pode fazer por esse conceito. Assim, a renda diferencial não se define pela apropriação.

Por outro lado, tampouco podemos aceitar que a magnitude da renda diferencial seja produzida, defina-se pela produção e isso por que uma parte do valor que se constitui essa renda perfeitamente pode ter sido produzida fora do ramo correspondente e tenha ocorrido uma transferência entre ramos.

Assim, a renda diferencial não se define pela produção, nem tampouco pela apropriação. Ela, como forma do valor, é "gerada" no setor agrícola; o valor que se apresenta sob essa forma pode ou não ser totalmente apropriado pelo setor e, dessa maneira, pode dar-se transferência. A apropriação dessa renda no setor agrícola pode estar formada total ou parcialmente por valor produzido fora dele.

Dessa maneira surge o conceito de GERAÇÃO, que se opõe ao de produção e de apropriação. Tal conceito, não desenvolvido por Marx, surge num nível de abstração mais concreto que o trabalhado por ele. Portanto, não se trata de uma redefinição da renda diferencial, mas de seu entendimento num nível mais concreto de análise. Por certo, o conceito de geração também é aplicável à mais-valia (ou lucro) extraordinária, para a qual nem a produção, nem a apropriação são adequadas. No que se refere ao conceito de mais-valia, sem dúvida, aplica-se-lhe a categoria de produção.

Em relação ao conceito de renda diferencial, em dois aspectos mais tivemos que avançar no processo de concreção. Tivemos que abandonar as suposições de inexistência de produtores não capitalistas ("camponeses") e o de inexistência de fronteiras nacionais. Em ambos os casos, mas especialmente no segundo, o novo nível de abstração implicou no surgimento de novas categorias, ou melhor, de categorias já descobertas por Marx, mas agora mais concretas e, por isso mesmo, algo distintas.

O abandono da suposição de inexistência de fronteiras nacionais implicou na necessidade de admitir a existência teórica de duas diferentes taxas médias de lucro: uma definida no nível mundial (ou geral) e outra no nível nacional. A primeira permitiu definir o que chamamos de preço de produção regulador do mercado mundial e, a segunda, preço de produção regulador do mercado nacional.

Como a renda diferencial define-se a partir do preço de produção regulador do mercado, a existência teórica de dois diferentes preços de produção determinou a definição de duas diferentes rendas diferenciais, a geral e a nacional, respectivamente.

Dessa maneira, a produção de café para exportação, num país determinado, gera, ao mesmo tempo, renda diferencial geral e nacional de magnitudes diferentes. Como no nosso trabalho admitimos que a taxa média geral de lucro é superior à taxa nacional, a renda diferencial nacional será menor que a geral. Para esclarecer melhor, só uma parte do valor que constitui a renda diferencial geral gerada na atividade será renda diferencial nacional.

Nossa análise permitiu concluir que a apropriação de renda diferencial na atividade exportadora deve ser, pelo menos, igual à renda diferencial nacional. Se um determinado país apropria-se no mercado mundial de renda diferencial de magnitude superior à renda diferencial nacional gerada em sua atividade exportadora, a diferença constituirá o que chamamos de renda absoluta nacional de monopólio ou sobre-excedente exportador. Será renda absoluta nacional de monopólio a parte dessa diferença (ou toda ela) que seja apropriada na própria atividade exportadora; será sobre-excedente agroexportador a parte transferida a outros setores da economia.

Finalmente, discutimos também a relação entre a apropriação de renda por um país e a fonte correspondente do valor. Concluimos que, apesar de apropriação de renda diferencial por parte de um país exportador de café, apesar da apropriação de renda absoluta nacional de monopólio e de eventual sobre-excedente agroexportador, todo o valor necessário para isso pode ser produzido nacionalmente e, ainda mais, pode inclusive haver, ao mesmo tempo, transferência de valor ao exterior. Dessa maneira, nossa hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica financiou-se com o sobre-excedente cafeeiro, não implicou no abandono da idéia de que esse valor foi produto da exploração de trabalho local e de que houve transferência de valor (riqueza) ao exterior.

IV — Interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica

Apresentaremos a seguir, brevemente, a interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica, até

1974/75, resultante da nossa pesquisa. Trata-se, na verdade, de uma síntese do capítulo II da referida tese.

V — Até 1950: o velho modelo

A economia costarrriquenha, em torno de 1950, pode ser caracterizada como muito pouco diversificada, dependente em grau elevado da exportação de somente dois produtos: o café e a banana. As plantações bananeiras constituíam um enclave com muito pouca repercussão sobre a economia nacional. Sem dúvida nenhuma, as atividades bananeiras de exportação, devido à sua capacidade de gerar renda diferencial, permitiam a produção de um enorme excedente, mas que era apropriado quase totalmente pelo capital estrangeiro.

O setor produtivo fundamental foi, portanto, o setor cafeeiro exportador. Outro que deve ser considerado é o agropecuário para consumo interno, que atendia grande parte das necessidades de consumo dos trabalhadores produtivos e alguma parte do consumo dos setores sociais que recebiam renda derivada da mais-valia. Dentro desse setor, o fundamental eram os pequenos camponeses e os camponeses semi-proletários.

A mais-valia ou excedente-valor produzido nos setores produtivos, especialmente no fundamental, era o que garantia o lucro do capital produtivo, o lucro comercial e os juros, depois de deduzidos os gastos improdutivo em bens e serviços, os impostos, as remunerações dos trabalhadores e empregados improdutivo e as transferências ao exterior.

Desde outro ponto de vista, poderia se dizer que a mais-valia ou excedente-valor produzido nos setores produtivos, era o que garantia:

- a expansão (e portanto a acumulação) do setor agroexportador;
- a acumulação do capital comercial;
- a acumulação do capital a juros e a remuneração do capital estrangeiro;
- o consumo da grande, média e pequena burguesias;

- o consumo dos trabalhadores e empregados improdutivos do setor privado;
- os gastos correntes e os investimentos do governo;
- as transferências ao exterior.

O setor cafeeiro exportador, no período considerado, foi capaz de gerar renda diferencial geral muito superior à renda diferencial nacional. Isso por que as terras marginais usadas no país pelo capital eram mais favoráveis que as marginais em uso no resto dos países produtores (ou em parte considerável deles).

Nas épocas mais favoráveis do mercado internacional, o país conseguiu apropriar-se de renda muito superior à renda diferencial nacional e, em qualquer época, esteve em melhores condições que os países que em média utilizavam terra de qualidade inferior.

Durante o período que estamos considerando, a grande burguesia agroexportadora, que controlava a melhor terra, o processamento e a exportação de café, foi capaz de apropriar-se diretamente de:

- a. a renda diferencial nacional que se gerava em seus próprios cultivos;
- b. parte da renda diferencial geral apropriada pelo país por cima da renda diferencial nacional, devido ao seu monopólio e ao seu poder político;
- c. devido ao seu monopólio sobre o processamento e a comercialização do produto, impôs ao cultivador preços de mercado inferiores àquele que garantiria a taxa média nacional de lucro; apropriava-se assim da diferença entre o preço de produção regulador do mercado nacional e o preço de mercado;
- d. em razão do lucro que esses cultivadores apropriavam-se ser inferior à média nacional, a renda diferencial apropriada por eles resultava inferior à que geravam; essa diferença também é apropriada pelo grande capital agroexportador (o mesmo ocorre com parte da renda diferencial nacional gerada pelos "camponeses" produtores de café).

Toda essa apropriação adicional da grande burguesia, por cima da renda diferencial gerada por ela nas terras com cultivos próprios, é renda absoluta nacional de monopólio e é produto da exploração do trabalho nacional. É compartilhada entre as frações burguesas dominantes: agroexportadora, comercial-importadora e bancária, além de parcelas redistribuídas a frações a elas submetidas.

A reprodução desse padrão de movimento não exigia, nem tampouco implicava, um rápido processo de acumulação. A incorporação de mais terras e mais força de trabalho era lenta; a introdução de novas técnicas ainda mais. O capital que ali funcionava era na verdade uma caricatura de capital, não representava o movimento febril que o caracteriza, não constituía um verdadeiro capital industrial. Parte considerável do excedente-valor produzido e apropriado nacionalmente se destinava ao desfrute, aos gastos suntuários, não à acumulação.

A estrutura de importações do país estava formada fundamentalmente por produtos industriais suntuários que atendiam a esfera alta do consumo. Devido aos preços superiores aos valores, essas importações implicavam intercâmbio de não equivalentes que se somava ao resultante dos preços internacionais do café, inferiores ao valor.

Nessas condições, a capacidade que o capital internacional tinha de apropriar-se de valor produzido nos países produtores de café, em razão dos baixos preços desse produto e dos altos preços dos importados era elevada. No entanto, não se apresentava a possibilidade de uma apropriação diferencial nos diferentes países cafeeiros (mais ou menos geradores de renda diferencial) desde que as estruturas de suas importações fossem relativamente similares.

A única maneira possível para que o capital internacional aumentasse sua apropriação de excedente no país considerado (excluído o investimento direto na produção nacional), era ampliando o consumo local de importados. O financiamento externo e a apropriação de valor através dos juros constituía um instrumento pouco relevante.

As limitações assinaladas para a transferência de valor ao exterior, particularmente em um país no qual as terras utilizadas na produção de exportação eram muito favoráveis, determina que esse tipo de padrão de reprodução capitalista em um país chegue a

ser contraditório com os interesses do capital monopólico internacional, sedento de mais-valia.

VI — O novo padrão de reprodução

O ano de 1960 pode ser considerado o início do novo padrão de reprodução capitalista no país. Ele se expressou através de uma expansão industrial de novo tipo e seu conteúdo consistiu na aliança da fração burguesa que vinha progressivamente impondo sua hegemonia com o capital estrangeiro. A nova burguesia costarriquenha renunciou, a partir de então, a qualquer projeto próprio e associou-se de maneira subordinada ao capital imperialista.

A indústria que se desenvolveu graças aos estímulos da lei industrial de 1959 (alta proteção alfandegária e não discriminação em relação à produção de matérias primas importadas) e, posteriormente, graças à entrada de Costa Rica no Mercado Comum Centro-ameriano, apresentava algumas características que nos interessam particularmente:

- a. era fundamentalmente uma indústria não vinculada a matérias primas locais;
- b. na maior parte de seus setores, dedicava-se a cumprir exclusivamente as últimas etapas do processo produtivo, importando produtos semi-terminados e insumos muito elaborados;
- c. rapidamente consitiu-se em instrumento de imposição de um novo padrão de consumo na sociedade costarriquenha, modificando inclusive o comportamento consumidor de amplas massas populares, tanto urbanas como rurais; não pode ser caracterizada como "substitutiva de importações", mas como transformadora do consumo;
- d. a indústria doméstica (artesanato e pequena manufatura) foi deslocada pela nova indústria com seu produto mais sofisticado;
- e. tratava-se de uma indústria altamente ineficiente devido à tecnologia utilizada, ao pequeno mercado que atendia, à capacidade ociosa que mantinha e ao fato de que só realizava as últimas etapas do processo produtivo;

- f. sua expansão foi apoiada fortemente por uma política estatal coerente de proteção e promoção;
- g. sua expansão dependeu, em parte considerável, do capital estrangeiro, direta ou indiretamente, o que significou exigência de altas taxas de lucro.

Por tudo isso, o setor industrial foi incapaz de produzir toda a massa de mais-valia para garantir as altas taxas de lucro que exigia. Dessa maneira sua existência e expansão dependeu da apropriação de excedente-valor transferido por outros setores produtivos. Por essa razão o chamamos de setor parasitário.

Os setores produtivos que aportaram excedente ao setor parasitário e permitiram assim sua expansão foram o agroexportador (especialmente café) e, secundariamente, os camponeses dedicados aos produtos de consumo interno. Estes foram incapazes de financiar o setor parasitário graças à sua miséria; o setor agroexportador pôde fazê-lo devido à geração de renda diferencial e de mais-valia extraordinária.

Foi o sistema nacional de preços relativos, como mecanismo fundamental, que garantiu a transferência do excedente-valor necessário ao setor parasitário, que apresentava preços muito elevados. Tal sistema esteve condicionado pela sobrevalorização da moeda nacional acompanhada por fortes barreiras.

A apropriação do valor produzido nacionalmente através do café exportado foi feita: pelo setor cafeeiro exportador, pelos demais setores da economia e pelo resto do mundo. A distribuição entre eles depende de:

- o preço em dólares do café exportado,
- o nível interno de preços,
- os preços das importações do país,
- a taxa de câmbio utilizada para pagar os dólares recebidos por exportação de café.

Esses quatro preços foram utilizados para a construção de indicadores empíricos que serviram para a nossa análise.

Outros mecanismos de apropriação de valor produzido na atividade cafeeira pelos demais setores tiveram importância, embora menor que o anterior, como os impostos.

Durante todo o período 1960 a 1973 observou-se uma fase de grande dinamismo do padrão de reprodução. O crescimento econômico, particularmente do setor industrial, foi sustentado, apesar de certas flutuações. Ao mesmo tempo observou-se uma grande estabilidade nos preços do país. Só a partir de 1974 que a inflação apresentou-se com certa significação.

Na verdade, nesse período, a capacidade do setor cafeeiro de transferir excedente aos demais setores nacionais, por unidade exportada, foi reduzida se comparada à do período 1950/1957. Portanto, como se explica o grande dinamismo do padrão de reprodução?

Alguns fatores contribuíram para compensar essa reduzida capacidade:

- a. enorme expansão das atividades e das exportações de café, permitindo que, no total, a transferência do período fosse superior às anteriores;
- b. expansão de outras atividades exportadoras (gado de corte), capazes de gerar forte excedente, superior inclusive ao necessário para financiar a taxa de lucro que exigia;
- c. transferência adicional de excedente—valor produzido no campo, em atividades para consumo interno (cereais), graças a uma política de contenção de preços ao produtor;
- d. forte entrada no país de capital estrangeiro para investimento direto e empréstimos.

A política econômica do governo foi, durante todo o período, a de estimular a expansão das atividades produtivas dominadas pelo capital (café, açúcar, gado, arroz) de apoiar a introdução de modificações tecnológicas. Ampliou-se a rede de estradas, concedeu-se o crédito necessário, a assistência técnica, etc. Assim, aprofundaram-se e expandiram-se ainda mais as relações mercantis e capitalistas ao longo de todo o país; ampliaram-se, portanto, as bases da produção de excedente—valor.

Por outro lado, nossa análise indica que a expansão das atividades cafeeiras de exportação ocorreram de tal forma que produziu-se uma redução relativa (ao volume das exportações) de renda absoluta apropriável pelo capital social não cafeeiro, a

partir de 58. Por isso, as exigências de expansão da atividade exportadora para financiar o padrão de reprodução foram maiores.

Essa indispensável expansão produziu progressivamente um esgotamento da massa da força de trabalho disponível. Tal fato manifesta-se de maneira aguda na época da colheita do café e devido à dificuldade de substituição de trabalho por maior mecanização nessa atividade.

Se somamos ao anterior o fato de que a expansão industrial exigiu uma força de trabalho algo qualificada, entenderemos a política de redistribuição de renda e de concessões sociais estimulada, no período, pelo partido majoritário no país (Partido de Liberación Nacional).

Por outro lado, o padrão de reprodução seguido durante o período considerado foi uma maneira através da qual o capital estrangeiro logrou ampliar o excedente, produzido nacionalmente, de que podia se apropriar. Os mecanismos fundamentais dessa apropriação foram: os lucros diretos das empresas estrangeiras instaladas no país (especialmente na indústria), os altos preços dos insumos e produtos semi-elaborados importados pela indústria e também os bens de consumo que o país importava.

A expansão desse padrão de reprodução, centrado no desenvolvimento do setor parasitário, encontra seu limite histórico na incapacidade do excedente agropecuário de exportação e dos camponeses de seguir indefinidamente sustentando tal expansão. Esse limite manifestou-se por primeira vez com clareza nos anos 74 e 75.

Com o início de 1974 inagurou-se um período de dificuldades econômicas muito importante no país, que, no final da década, agravaram-se ainda mais. A partir de 1974 a elevação dos preços das matérias primas importadas, dos derivados do petróleo e dos produtos industriais provenientes dos países mais poderosos, implicou um crescimento muito importante da magnitude do excedente-valor produzido nacionalmente e transferido para o resto do mundo. Essa situação ficou agravada pelo fato de que o preço internacional do café, em 74 e em 75, manteve-se em níveis relativamente baixos. Também o preço de exportação da carne sofreu considerável redução.

Assim, a capacidade de transferência de valor do setor agroexportador ao resto da economia viu-se sensivelmente

reduzida. Por isso, nesses dois anos, 1974 e 1975, observou-se em Costa Rica uma crise econômica acompanhada do início de um período inflacionário bastante severo, se comparado com o movimento dos preços observados nos anos anteriores.

A crise dos anos 74 e 75 não chegou a produzir uma redução maior no crescimento econômico devido a certos fatores contrários: incremento do volume das exportações e forte entrada de capital estrangeiro, entre outros. Tais fatores lograram atenuar as dificuldades devido ao fato de que o período mais crítico só durou aproximadamente dois anos; já em 1976 os preços do café apresentaram uma substancial elevação.

Esses fatores só permitiram uma pequena sobrevida ao padrão de reprodução capitalista iniciado em 1960. Já em 1980 e início de 1981, quando concluíamos a redação da tese (da que saiu este resumo), podiam ser observados os sintomas concretos de importantes modificações na economia costarriquenha.

Entre as modificações que eram observáveis, nesse momento, cabe destacar (pela importância política e pela perspectiva que antecipara para a vigência da hegemonia da social-democracia na Costa Rica) a que se refere à anterior política de concessões sociais e de distribuição de renda. A tendência à elevação da taxa de mais-valia (através da inflação) não parecia, naquele momento, que fosse algo circunstancial, transitório. Além disso, a burguesia hegemônica, em contraste com os anos 50, já era forte econômica e politicamente. Já não era necessária, no mesmo grau, a política distributiva como forma de garantir apoio social dos setores populares.

VII - Sobre os indicadores empíricos

Além das questões teóricas e também metodológicas assinaladas anteriormente, consideramos relevante o tema da construção e utilização dos indicadores empíricos de produção, apropriação e transferência de valor que se apresenta na tese. Esses indicadores foram utilizados em nossa pesquisa concreta e permitiram precisar nossa interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica. Digamos algo sobre a questão.

Evidentemente sabíamos que não era possível medir o valor produzido nacionalmente nas exportações de café por Costa Rica, o

valor transferido ao exterior, o valor apropriado nacionalmente pelo setor cafeeiro exportador e pelo resto da economia nacional. Menos ainda seria possível calcular essas magnitudes para o longo período que nos interessava (desde 1950). Essa medição não só é impossível prática mas também teoricamente.

No entanto, foi possível construir uma série de indicadores que nos permitiram uma aproximação à variação dessas magnitudes, ao longo do período, apesar de limitações que foram assinaladas explicitamente na tese (no anexo, no parágrafo sobre inadequação dos indicadores).

Os indicadores construídos e utilizados na pesquisa foram os seguintes:

- indicador da variação da magnitude do valor total produzido anualmente pelo setor cafeeiro exportador;
- indicador da variação da magnitude do valor total apropriado nacionalmente por exportação de café;
- indicador da variação da magnitude do valor apropriado pelo setor cafeeiro por cada unidade exportada de café e pelo total exportado;
- indicador da variação da magnitude do valor total apropriado pelo resto da economia nacional, pelas exportações de café.

Para a construção dos indicadores referidos foram considerados: os volumes anuais exportados de café, o preço em dólares do café exportado, o nível dos preços internos, o nível dos preços das importações do país e a taxa de câmbio utilizada para pagar os dólares recebidos por exportação de café.

Um aspecto importante, do ponto de vista metodológico, é a discussão sobre a inadequação dos indicadores para expressar as verdadeiras variações das magnitudes do valor. Essa questão está relacionada com o que Marx mostra no capítulo I d'O Capital (a mercadoria) sobre a inadequação da forma do valor para expressar o verdadeiro movimento da magnitude do valor. Esse assunto também foi tratado na tese (no seu anexo).

A Expansão Cafeeira e a Modernização da Economia Brasileira.

Maria da Guia Santos Gareis *

I — A expansão cafeeira e a industrialização

No Brasil, a agricultura para exportação foi responsável pelo excedente econômico e conseqüentemente pelo desenvolvimento urbano e industrial após a segunda metade do século XIX. No período de 1820 a 1940, oito produtos agrícolas foram responsáveis pela quase totalidade do valor das exportações, embora após 1840 o café tenha se tornado o principal produto do Brasil no mercado mundial.

A partir de 1850, notamos um grande desenvolvimento do setor de exportação, o qual consegue dobrar seu volume de exportação *per capita* em cerca de 50 anos. É também a partir dessa data que surgem grandes transformações na situação agrícola do país. Essas mudanças estiveram associadas ao declínio agrícola do Norte/Nordeste e à ascensão da atividade agrícola do Sudeste, através, sobretudo, da cafeeicultura.

A agricultura do café no Brasil existe desde as primeiras décadas do século XVIII, mas somente após 1810 a produção de café

*) Professora do Departamento de História e Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande, Doutora pela Universidade de Nüremberg.

começa a ter grande expansão, especialmente após 1870, com o surto cafeeiro no planalto piratiningano/São Paulo.

TABELA 1.

Comércio exterior do Brasil — principais produtos. (% sobre o total da exportação)

Decênios	café	açúcar	cacau	erva -mate	fumo	algodão	bor- racha	couros peles
1821-30	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-40	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-50	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-60	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-70	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-80	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-90	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-00	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4
1901-10	51,3	1,2	2,8	2,9	2,4	2,1	28,2	4,3
1911-20	53,0	3,0	3,6	3,0	2,6	2,0	12,1	6,2
1921-30	69,6	1,4	3,2	2,7	2,1	2,4	2,6	4,6
1931-40	52,4	0,4	4,1	1,7	1,6	13,9	1,0	4,4

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939, IBGE, Rio de Janeiro, p. 1380.

Após 1840, a produção brasileira de café passa a ter uma crescente participação no consumo mundial de café. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do café no Brasil, entre eles, podemos destacar:

- a) o aumento da demanda mundial para o produto;
- b) o colapso da economia de mineração em Minas, que liberou a mão-de-obra para a pecuária e para a agricultura;
- c) a adaptação que a cultura do café teve na região Sudeste, especialmente em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX;

- d) o estímulo que a família real portuguesa no Brasil dá ao plantio e consumo de café. O grande aumento da produção de café também surgiu vinculado à especialização das unidades produtoras, isto é, das fazendas.¹

TABELA 2.

Contribuição do Brasil na produção de café.

Período	% da produção mundial
1820-29	18,8
1830-39	29,7
1840-49	40,0
1850-59	52,1
1860-69	49,7
1870-79	49,1
1880-89	56,6
1890-94	59,7
1895-99	66,7
1900-04	75,6

Fonte: Hans Scherer. "Die Kaffeewertung und Wertungsversuche in anderen Welthandelsartikeln", in: **Weltwirtschaftliches Archiv**, vol. 14, Jena 1919, p. 336.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por grandes mudanças. O processo dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção não só na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira. O desenvolvimento da economia cafeeira permitiu que houvesse um início de

¹) TAUNAY, Afonso d'Escragnole. **História do Café no Brasil**, v. 10, Rio de Janeiro 1939-43; BEIGUELMAN, Paula **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**, 2ª ed., São Paulo, Pioneira, 1966.

industrialização auto-sustentável a partir dos anos 1870 e 1880, no Brasil.

A história econômica brasileira, no período de 1840 a 1914, caracteriza-se pelo desenvolvimento e crise da economia cafeeira; mas essa é também a fase da transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado, da expansão do mercado, do crescimento das estradas de ferro e do surgimento das primeiras indústrias.

A passagem para a industrialização é o resultado de um sistema complexo de contradições sociais, existindo um conjunto de lutas econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Assim, para entendermos a globalidade do enredo que envolve o processo de industrialização do Brasil, é necessário considerarmos a industrialização tanto como um processo das forças produtivas, como um processo de produção determinado. Isto significa considerarmos que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes.

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas, é também o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Por conseguinte, todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das antigas relações de produção.

Sob esse aspecto, a industrialização representa essa transformação do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas.² A industrialização cria, portanto, uma ligação entre desenvolvimento técnico e desenvolvimento social. Assim sendo, a industrialização indica a transformação das forças produtivas pelas relações capitalistas, não sendo por conseguinte um processo de desenvolvimento socialmente neutro das forças produtivas.

A industrialização é o estágio final de uma fase mais longa do modo de produção capitalista, ou seja, o período de transição. Inicialmente, o capital subordina o trabalho nas condições técnicas alcançadas pelo processo histórico anterior. Essas condições técnicas implicam a unidade do trabalhador e do meio de trabalho,

²) MARX, K. *Le Capital*, Ed. Sociales, 1957, T. III, p. 20.

ao nível do processo de trabalho, enquanto a dominação do capital implica a dissociação do trabalhador e do meio de trabalho.³

Vale ressaltar que a transição da subordinação formal à subordinação real do trabalho ao capital não segue um desenvolvimento linear. O desenvolvimento do capitalismo é o resultado de um conjunto de contradições. São essas próprias contradições que vão explicar o processo de criação das condições para a industrialização.

A fase de transição do capitalismo no Brasil dá-se quando o capitalismo já é dominante em escala internacional. A dominação nas relações capitalistas em nível mundial significa também a subordinação do capital, em escala nacional, à reprodução internacional do capital. Nos países em que o capitalismo é ainda fracamente desenvolvido, o desenvolvimento do capitalismo apresenta contradições particulares decorrentes da posição subordinada que eles ocupam no conjunto da economia mundial. Todos os obstáculos que os países em vias de desenvolvimento do capitalismo sofrem, significam uma realidade em face às desigualdades do desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes formações sociais.⁴

A economia brasileira, dos meados do século XIX à grande depressão de 1929/30, deve ser analisada levando-se em consideração as características específicas do desenvolvimento capitalista no Brasil, uma vez que o país ocupa uma posição subordinada na economia internacional.

Assim, a partir de 1850, o capital não se limita mais, a nível mundial, à troca de produtos, ele se apropria da própria produção a nível mundial, permitindo assim que o comércio internacional tome um grande crescimento.

Os empréstimos externos efetuados pelo Brasil, embora definam o pagamento do valor do empréstimo, mais o pagamento de juros e comissões, isto é, pagamento em quantia bem maior do que

3) Ibid., T. II, p. 104.

4) SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 24.

recebeu inicialmente, eles desempenham um papel fundamental nas transformações capitalistas da economia cafeeira.

TABELA 3.

Serviços da dívida externa e novos empréstimos: 1850-1900. (em milhões de mil-réis ou contos)

Anos	serviço das dívidas	novos empréstimos
1850-1860	5,3	4,1
1861-1870	12,0	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1
1891-1900	57,3	63,3

Fonte: Nelson Werneck Sodré. **Formação Histórica do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 262.

Esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores estrangeiros, e, conseqüentemente, para a organização de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, assim como para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, como: a eletricidade, o gás, os transportes urbanos, etc. e para a consolidação do Estado.⁵

Uma das formas principais de aplicação de capitais estrangeiros são os empréstimos feitos e garantidos pelos governos federal, estadual e até municipal. Em 1913, os ingleses investem no estrangeiro 3.700 milhões de libras, sendo 30% em empréstimos a governos, 40% em títulos de estradas de ferro, 5% em títulos de empresas de interesse público e 25% em atividades

⁵) GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 80; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1971, p. 14

bancárias, seguros, industriais e atividades extrativas.⁶ Os investimentos diretos são pequenos, pois os indiretos são mais garantidos.

TABELA 4.

Origem, modalidade e valor dos capitais estrangeiros no Brasil, nos anos de 1914 e 1930. (em milhões de dólares)

Países de origem	Dívida Pública Externa		Invest. Privados Diretos	
	1914	1930	1914	1930
Grã Bretanha	598	860	609	590
França	110	62	391	138
Estados Unidos	5	374	50	194
Outros	4	25	146	450
Total	717	1.267	1.196	1.913

Fonte: Flávio A. M. de Saes e Tamas Szmrecsányi. "O Capital Estrangeiro no Brasil (1880-1930)", in: Revista **Estudos Econômicos**, vol. 15, n. 2, 1985, IPE, São Paulo, p. 206.

Sob esse aspecto, o resultado líquido do fluxo de capitais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não é necessariamente desfavorável a esses últimos, embora o pagamento da dívida dos empréstimos represente um maior valor do que o capital adquirido. Apesar do peso da dívida externa, o comércio de exportação e importação, que permitiu o desenvolvimento industrial do Brasil, teria sido mais atingido se não fossem esses empréstimos.⁷

Como mencionamos a importância das entradas de capital estrangeiro, é importante associar a importância das saídas desses capitais sob diversas formas e, especialmente, sob a forma de

⁶) ONODY, Oliver. *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, 1960.

⁷) BOUÇAS, Valentim F. *Finanças do Brasil. Dívida Externa 1824-1945*, Rio de Janeiro, 1955, vol. XIX.

serviços de dívida. Levando em consideração o período em seu conjunto, é necessário destacar o peso do serviço da dívida externa, que estrangulava financeiramente o país, apesar dos saldos significativos da balança comercial brasileira (vide a tabela do Anexo 1).

Durante esse período predominaram no Brasil os investimentos britânicos, representando os mesmos mais da metade do total dos investimentos. Os capitais britânicos predominavam da mesma forma em quase todos os países da América Latina até 1914, embora desde os fins do século XIX a Inglaterra comece a perder sua posição no global dos investimentos estrangeiros no mercado brasileiro. Os capitais ingleses dirigiram-se, sobretudo, aos setores de mineração, das estradas de ferro, seguros, empréstimos públicos e bancos.⁸

Comparando-se o valor das exportações brasileiras no período de 1851-1910, com os investimentos ingleses no Brasil no mesmo período, os investimentos britânicos elevaram-se em 1900 cerca de três vezes o valor das exportações e mais de dois terços do produto interno líquido.⁹

O café, após 1840, tornou-se o motor do desenvolvimento capitalista no Brasil devido ao fluxo de capitais que a economia cafeeira iria gerar no conjunto da economia e, em particular, nas regiões onde o plantio do café solidifica-se.

Uma das características do processo de industrialização do Brasil parece ser o fato de ela surgir como subjacente às atividades exportadoras. É a partir do último decênio do século XIX que a indústria brasileira encontra meios favoráveis a sua expansão. De um modo geral, contribuíram para esse processo a abolição do trabalho escravo, a expansão da economia cafeeira e da borracha, a grande imigração estrangeira, a política governamental em favor da indústria nacional e o fluxo de capitais estrangeiros; contudo, é o capital cafeeiro que mais contribuiu para o surgimento e fortalecimento da indústria no Brasil.

8) CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

9) BUESCU, Mircea. *História Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, APEC, 1970, p. 284.

O processo de transformação das plantações de café significa também o processo de formação da burguesia brasileira. A expansão da economia cafeeira é, portanto, o desenvolvimento do capital cafeeiro. Todavia, a economia e o capital cafeeiros ultrapassam as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais geral e não pode ser explicado isoladamente. O aspecto capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira, não podem ser determinados a partir das plantações.

O café foi a base do crescimento industrial do Brasil, sobretudo de São Paulo, porque o comércio deste produto proporcionou a economia monetária. A medida que os fazendeiros encontraram um mercado que pagava em dinheiro seus produtos, cresceu muito o volume de dinheiro em circulação e do crédito bancário. O trabalho assalariado contribuiu para que o uso do dinheiro fosse divulgado pela massa da população, o que beneficiou o mercado interno. Outros efeitos da circulação do dinheiro deram-se em relação à própria terra, adquirindo ela maior valor comercial.¹⁰ A terra em São Paulo era vendida para obtenção de capital, ou talvez para a aquisição de máquinas agrícolas ou de ações de firmas comerciais.¹¹

O comércio do café leva os lavradores a interessarem-se mais pelos aspectos comerciais e financeiros de seus negócios. Por isto procuravam eles visitar com mais frequência as cidades e outros se dedicavam às atividades mobiliárias, bancárias, proviam a exportação e a construção de estradas de ferro.¹² A medida que a economia cafeeira, e depois a da borracha, se expande, crescem também as casas de exportação, que centralizam toda a produção desses produtos.¹³ A importância dos capitais aplicados na esfera da economia cafeeira está vinculada ao nascimento dos primeiros

10) MONBEIG, Pierre. *Pioners et Planteurs de São Paulo*, Paris, Armand Colin, 1952, p. 112.

11) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 32.

12) CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1977, p. 50; SILVA, Sérgio, ob. cit., p. 56.

13) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 62; MARTINS, José de Souza. *Empresários e Empresa na biografia do Conde Matarazzo*, São Paulo, HUCITEC, 1974.

bancos, uma vez que as operações comerciais exigem o nascimento e a expansão dos bancos.¹⁴

A expansão do setor industrial explica-se em parte, também, pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, em especial dos ferroviários, que integram nessa fase os mercados regionais e criam a necessidade de novas indústrias de repostos e de consertos.¹⁵

As linhas de estradas de ferro destinavam-se a levar os produtos de exportação aos portos. Elas também foram utilizadas para intentos da industrialização brasileira, trazendo matérias-primas e combustível dos portos e do interior, possibilitando a distribuição de bens acabados em diversas áreas do país.

A construção de estradas de ferro na região cafeeira proveio quase toda da acumulação de capitais da atividade cafeeira.¹⁶

Dessa maneira, o capital cafeeiro possuía diversos aspectos: ele apresenta características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos explicam as diferentes funções do capital e, também, com o desenvolvimento do capitalismo, passaram a constituir funções relativamente autônomas, preenchidas pelo capital agrário, o capital industrial, etc.¹⁷

Outro aspecto é a dominação do capital comercial exportador pela posição ocupada, pelo Brasil, no contexto da economia internacional. Devido ao débil desenvolvimento das forças produtivas, o Brasil vê-se designado, na divisão internacional do trabalho, à posição de país exportador de produtos agrícolas. O efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais sobre as condições específicas da estrutura econômica brasileira aparece por uma dependência ao mercado internacional. Essa dependência vem reforçar o papel predominante do comércio na economia cafeeira e na totalidade da economia brasileira.

14) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 60.

15) DEAN, Warren. "A Industrialização Durante a República Velha", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol 1, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1977, pp. 249-307.

16) CANO, Wilson, ob. cit., p. 50; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 63.

17) SILVA, Sérgio, ob. cit., p. 60.

II — Economia cafeeira e trabalho assalariado

A extinção definitiva do tráfico de escravos para o Brasil em 1850, embora efetuada sob as pressões políticas e econômicas da Inglaterra, resultou também da situação interna do país, uma vez que o tráfico de escravos podia ser dispensado como fator de crescimento tanto sob o contexto da conjuntura internacional como nacional. A interrupção do tráfico de escravos criou grande demanda de mão-de-obra nas regiões cafeeiras em expansão, a qual foi temporariamente resolvida pela realocação crescente e permanente da força de trabalho escrava do Nordeste para o Sul do Brasil. Impossibilitadas de importar escravos, as lavouras de café que se expandiam, procuram utilizar o braço escravo para as funções essenciais, empregando nas tarefas complementares a força de trabalho nativa. Simultaneamente a esta situação, multiplica-se o interesse para introduzir o maior número de imigrantes, para atender às necessidades da grande lavoura cafeeira. Na década de 1850, a produção da grande lavoura de café continuava apoiada fundamentalmente sobre o trabalho escravo. Em 1855, em 2.618 plantações de café na província de São Paulo, havia 55.834 escravos para 6.216 trabalhadores.¹⁸ A compra de escravos fora das regiões de café não podia manter a mão-de-obra necessária à expansão cafeeira.

Impossibilitados de encontrar a força de trabalho no Brasil, os grandes proprietários de café, especialmente os do oeste paulista, procuraram incentivar a imigração estrangeira. Embora nas regiões de atividades econômicas tradicionais existisse uma massa de trabalhadores disponível, as possibilidades de aproveitar essa força de trabalho era limitada. Nas áreas onde predominava o latifúndio, os grandes proprietários conseguiram manter a maior parte dos homens pobres livres vinculados à terra através das relações de trabalho em sistema de agregados, parceiros, volantes, etc., relações que permitiam exclusivamente a auto-subsistência. Apesar desses camponeses não serem proprietários e viverem pobremente, eles permaneceram ligados ao latifúndio, porque ele assegurava a subsistência. Todavia, à medida que ocorre o desenvolvimento da lavoura comercial, os grandes proprietários de terra começam a retomar as terras que os camponeses exploravam para seu próprio sustento. Essa nova realidade leva os

¹⁸) TAUNAY, Afonso, ob. cit., vol. III, p. 134.

trabalhadores rurais a deixarem os latifúndios. Mas a falta de uma rede de comunicação que interagisse as diferentes regiões do Brasil e a própria dispersão dos latifúndios, assim como os laços de dependência entre os trabalhadores e os grandes proprietários de terra, reforçam os laços entre os camponeses e o latifúndio¹⁹.

Dessa maneira, esses trabalhadores, apesar de não disporem de terras e de contarem exclusivamente com sua força de trabalho para sobreviverem, eles não formaram propriamente um mercado de trabalho para as plantações de café.

Várias considerações são importantes quanto à oferta de mão-de-obra no Sudeste. Em contraste com o Nordeste, existia uma grande e crescente demanda de mão-de-obra nas plantações e na produção de café, devido à acentuada vantagem de que desfrutava o Brasil em relação aos demais produtores mundiais de café. E ainda em contraste com o Nordeste, havia demandas crescentes, fora das plantações, pela mão-de-obra local nessa região, provocadas pela demanda intensificada ligada à expansão da produção de café: ferrovias, rodovias e construções portuárias estavam entre as fontes mais importantes dessas demandas. O crescimento urbano se manifestava de forma mais visível nas áreas do Rio de Janeiro e São Paulo do que no Nordeste, levando com isso a uma outra fonte de demanda de força de trabalho não-escrava nas atividades urbanas. Além do mais, a existência de uma grande área de desbravamento agrícola, especialmente em São Paulo, criou possibilidades de uma agricultura de subsistência mais satisfatória para os trabalhadores livres, em contraste com o Nordeste, onde a terra para a agricultura de subsistência era mais escassa²⁰.

De um modo geral, os fazendeiros tinham uma idéia negativa sobre a força de trabalho não-escrava no Sul, por ser ela menos dócil e mais onerosa do que o escravo. Existia uma grande diferença nas taxas de participação de horas de trabalho entre os não-escravos e escravos (os não-escravos trabalhavam de sete a nove horas por dia, enquanto os escravos trabalhavam de 14 a 18 horas). Essa grande diferença levava os fazendeiros a considerarem

19) FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1970, p. 136.

20) *Ibid*, p. 136; FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Ática, 1974, p. 60.

que a escravidão no Sul fosse mais produtiva do que o trabalho livre.²¹

Diante dessas ponderações, podemos considerar que os fazendeiros paulistas não recrutaram mão-de-obra no Nordeste, preferindo recorrer aos imigrantes estrangeiros, porque o excedente de mão-de-obra existente no Nordeste não atendia às necessidades da grande lavoura cafeeira; os custos de transporte marítimo intercontinental reduziram-se em fins do século XIX, tornando mais fácil a importação de mão-de-obra da Europa do Sul; as pressões emigratórias existentes numa Itália superpovoada e estagnada permitiu a criação de uma reserva de força de trabalho livre de quaisquer complicações políticas internas no Brasil.²² Finalmente, houve também uma tendência implícita entre os grandes proprietários de café sulistas no sentido de favorecer a mão-de-obra camponesa italiana em detrimento do caboclo do Nordeste, baseada na suposição que este último era menos produtivo. Todos esses fatores proveram o uso de fontes externas, e não internas, de oferta de força de trabalho para a expansão do café em São Paulo e retardaram as grandes transformações internas de mão-de-obra para um período posterior.²³

A importação de imigrantes estrangeiros para o Brasil, sobretudo para São Paulo, teve início mesmo antes de ser concretizado o fim do tráfico de escravos. Enquanto a produção de café era garantida, não houve qualquer preocupação quanto à reprodução da força de trabalho escrava, mas, com o fim do tráfico negreiro do Atlântico, começaram a se fazer sentir os problemas do crescimento do estoque de mão-de-obra, conjuntamente à expansão do café para o Oeste Paulista.²⁴ Com o aumento das plantações e, conseqüentemente, a maior demanda, a oneração do produto e a diminuição do lucro, é que a contradição se apresenta, exigindo um meio para superá-la.

As primeiras tentativas de colonização estrangeira no Brasil foram feitas pelo Senador Vergueiro, que, no período de

21) MERRICK, Thomas W. & Graham, Douglas H. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 116.

22) BEIGUELMAN, Paula., ob. cit., p. 68.

23) Ibidem. Furtado, Celso, ob. cit., p. 139.

24) BEIGUELMAN, Paula., ob. cit., p. 73

1847 a 1857, estabeleceu em suas plantações 177 famílias alemãs, suíças, belgas e portuguesas.²⁵ Não se tratava de migração espontânea, mas sim planejada e financiada pelo próprio plantador. Estas tentativas não deram resultados devido às relações de trabalho que eram impostas aos colonos.²⁶ A partir de 1870, depois de alguns conflitos entre os plantadores de café e as forças mais conservadoras, teve início um movimento de imigração em massa. Os imigrantes, entrados no Brasil após essa data, se dirigiram especialmente para São Paulo, em decorrência da política de subvenção à imigração e da capacidade econômica e financeira existente na região paulista. Mais de 90% dos imigrantes do Estado de São Paulo nos primeiros anos de República, foram subvencionados. Esse número diminuiu nos períodos seguintes, estabilizando-se em cerca de 40% até o fim da imigração subvencionada, na década de 1930. Dado o fato da imigração subvencionada estar associada particularmente com o setor cafeeiro de São Paulo, a taxa de imigração não-subvencionada reflete a demanda crescente de trabalho não-agrícola na economia paulista, depois de 1905.²⁷

No período de 1880 a 1930, entraram mais de 4 milhões de imigrantes no Brasil, com cerca de 60% desse total dirigindo-se para São Paulo.

25) CARNEIRO, José Fernando. *História da Imigração e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, 1950.

26) COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, DIFEL, 1966, p. 86.

27) MERRICK, Thomas W. & Graham, Douglas H., ob. cit., p. 124.

TABELA 5.

Dados escolhidos sobre a migração total e subvencionada para São Paulo — 1882-1929.

Período	Imigração para o Brasil número	Imigração para São Paulo	
		% do Brasil	% subvencionada
1882-84	87.178	14	-
1885-89	319.541	53	-
1890-94	600.735	70	91
1895-99	597.592	69	93
1900-04	249.042	52	51
1905-09	373.365	54	39
1910-14	667.778	58	41
1915-19	147.675	56	45
1920-24	373.126	53	34
1925-29	473.521	61	39

Fonte: Thomas W. Merick e Douglas H. Graham. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 125.

A importância dos imigrantes no Brasil não foi só como força de trabalho para a expansão de plantação de café, mas também por sua contribuição como empresários e força de trabalho nas atividades comerciais e industriais no início do século XX. Os imigrantes tiveram grande participação na formação e fortalecimento do setor industrial em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, áreas que mais receberam imigrantes estrangeiros no Brasil.²⁸

A intensificação da produção, apoiada por uma nova estrutura tecnológica de produção, passa a demandar mais trabalho. Como esta demanda não pode ser respondida dentro das relações de

²⁸) CARNEIRO, José Fernando. ob. cit., p. 52.

trabalho existentes, necessário se fazia introduzir o trabalho assalariado e, assim, uma nova relação de produção. A manutenção do trabalho escravo constituía, portanto, um obstáculo básico ao desenvolvimento do mercado de trabalho, daí porque a transformação para o trabalho assalariado exige a abolição das relações de produção escravistas.

Como, no Brasil, a abolição da escravidão ocorreu de forma lenta e progressiva, ela não só consegue prolongar a manutenção da escravidão, como retarda a passagem ao trabalho assalariado, inclusive e especialmente a transformação dos homens livres e ex-escravos em trabalhadores assalariados.²⁹

III — Origens da indústria

O desenvolvimento da economia cafeeira permitiu que houvesse no Brasil um início de industrialização auto-sustentável após 1870.

Antes dessa época, já existiam alguns estabelecimentos que podiam ser considerados industriais, mas, em geral, eram poucos e pequenos. Em 1850, o Brasil já possuía 72 fábricas — para a manufatura de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarro e tecidos de algodão, das quais 50 estavam localizadas no Rio de Janeiro, dez na Bahia, quatro em Pernambuco, duas no Maranhão e as demais espalhadas por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.³⁰

O importante a observar em relação a essa primeira fase da industrialização é que ela ocorre nos centros urbanos, tendo a tendência de se desenvolver proporcionalmente mais nos centros de maior expressão: Rio de Janeiro, Salvador e Recife.³¹

A partir de 1840, quando se dá o início da grande expansão cafeeira, é que começa no Brasil a montagem de fábricas mais importantes, dotadas de maquinismos mais aperfeiçoados, algumas

29) CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 162.

30) LIMA, Heltor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 1970, p. 264.

31) SIMONSEN, Roberto. *A Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1939, p. 23.

delas com motor hidráulico ou a vapor e com trabalho dirigido por mestres e contramestres contratados na Europa.³²

Dessa maneira, a industrialização brasileira vai ensaiar seus primeiros passos a partir desses empreendimentos artesanais urbanos que com o tempo alguns chegam a se transformar em verdadeiras fábricas, começando pela indústria de tecidos de algodão. Em 1866 existiam no Brasil 9 fábricas de tecidos de algodão; em 1885, 48.³³

A indústria algodeira inicialmente vai se concentrar na Bahia e, posteriormente, se desloca para o Centro-Sul. Observa-se, portanto, que seu início se dá justamente numa área onde a agricultura estava em franca estagnação. Esse paradoxo, explica-se pela presença de matéria-prima, fontes de energia, mercados urbanos e rurais.³⁴ Salvador contava com um amplo suprimento de algodão, bem como de capital financeiro local e estrangeiro; seu porto facilitava o desembarque de máquinas pesadas; a cidade bem como o interior, contava com uma numerosa população escrava e uma reserva de mão-de-obra livre para consumir pano grosseiro e, por último, possuía excelentes fontes de energia.³⁵ Esses fatores foram responsáveis para que a Bahia mantivesse a liderança da indústria têxtil até fins da década de 1860. A partir dessa época, com o florescimento econômico do Centro-Sul, surgiu um deslocamento do centro têxtil para essa área.

Esse mesmo fato vai ocorrer na região Centro-Sul, uma vez que, com o passar do tempo, a indústria têxtil vai se concentrar dentro da área do Centro-Sul, no grande centro produtor de café, qual seja o Estado de São Paulo. Em início da década de 1880, São Paulo havia ultrapassado Minas Gerais na produção de artigos têxteis. O mesmo irá acontecer com o Distrito Federal. Após 1905, São Paulo deteve a hegemonia da produção de artigos de algodão, ultrapassando o Distrito Federal como maior centro produtor têxtil.

32) DEAN, Warren. *A Industrialização Durante a República Velha*, ob. cit., p. 261.

33) STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil — 1850/1950*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, p. 21; SIMONSEN, Roberto. *A Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1939, p. 23

34) STEIN, Stanley, ob. cit., p. 35.

35) *Ibid.*, p. 36.

TABELA 6.
Estabelecimentos industriais arrolados em 1907

Região	Estabelecimentos		Capital Empregado		Operários		Valor da Produção	
	número	%	contos	%	número	%	contos	%
Centro-Sul	1.620	54,2	375.216	64,6	78.666	57,7	409.857	61,3
<i>São Paulo</i>	314	10,5	118.346	20,4	22.355	16,4	110.754	16,7
<i>Distrito Federal</i>	652	21,8	168.626	20,0	35.104	25,7	221.620	33,1
Outros Estados	1.368	45,8	205.275	35,4	57.754	42,3	258.986	38,7
Total	2.988	100,0	580.691	100,0	136.420	100,0	668.843	100,0

Nota: Os dados não incluem nem as salinas nem as usinas açucareiras.

Fonte: **Recenseamento do Brasil, 1920**, V, referente ao censo industrial, p. VIII, IBGE, Rio de Janeiro.

Como podemos observar, o Centro-Sul detinha 54,2% dos estabelecimentos industriais fabris, que representavam cerca de 64,6% do capital empregado no setor manufatureiro. Assim, em 1907, a região que mais se desenvolvera no período anterior, em função do café, era a que detinha a hegemonia da produção manufatureira.

Por outro lado, já em 1907, de uma lista de 30 principais produtos de consumo cotidiano (como tecidos de algodão, gravatas, aniagem, ladrilhos, chapéus, luvas, biscoitos, etc.), a produção nacional naquela época supria 78,2% do mercado nacional.³⁶

Entre 1907 e 1920, houve uma grande expansão na indústria brasileira. Os dados que indicam esse crescimento, de acordo com os próprios autores, têm grande margem de erros, por não terem sido incluídos os pequenos estabelecimentos. Apesar disso, eles demonstram o crescimento industrial do Brasil nas duas primeiras décadas do século XX (vide a tabela do Anexo 2).

Observando-se mais uma vez a distribuição geográfica do setor manufatureiro em 1920, constatamos que nesse ano o Centro-Sul detinha 55,4% dos estabelecimentos fabris, sendo os mesmos responsáveis por 67,2% da produção total desse setor.

Qualquer que seja o critério adotado para fazer a comparação da concentração industrial no Brasil no período de 1907 e 1920 (número de estabelecimentos, capital empregado ou valor da produção), é dentro do Centro-Sul que sobressai, da comparação entre os dados de 1907 e 1920, a crescente concentração da atividade industrial na área de São Paulo, após 1907.

A industrialização do Brasil, pelo menos até os anos 20, esteve intimamente relacionada com o desenvolvimento da agricultura. Foi somente com o desenvolvimento da cultura do café no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, que se criaram as condições para o início de uma industrialização. Foi o café que possibilitou primeiramente a criação de um mercado para produtos manufaturados. Esse mercado surgiu do resultado de três fatores principais: a elevação da renda per capita no Centro-Sul, uma maior especialização das unidades econômicas e a extensão, em

³⁶) ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. & NICOL, Robert. *Economia Agrícola*, São Paulo, McGraw-Hill, 1987, p. 220.

TABELA 7.
Resultado censitário das indústrias arroladas em 1920

Região	Estabelecimentos		Capital Empregado		Operários		Valor da Produção	
	número	%	contos	%	número	%	contos	%
Centro-Sul	7.383	55,4	1.195.467	65,9	175.543	63,7	2.008.608	67,2
<i>São Paulo</i>	4.145	31,1	537.817	29,6	83.998	30,5	986.110	33,0
<i>Distrito Federal</i>	1.541	11,7	441.669	24,3	56.229	20,4	666.276	22,3
Outros Estados	5.953	44,6	619.689	34,1	99.969	36,3	980.568	32,8
Total	13.336	100,0	1.815.156	100,0	275.512	100,0	2.989.176	100,0

Nota: Os dados não incluem nem as salinas nem as usinas açucareiras.

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920, V (pt. 1), p. VIII, IBGE, Rio de Janeiro.

termos geográficos, do mercado, através da criação de uma infraestrutura ferroviária. Foi o café, ainda, que através da criação de um mercado importador e exportador permitiu o aparecimento de uma estrutura de distribuição para produtos industrializados, sem o qual possivelmente não teria surgido uma indústria nacional. Além do mais, foi o café — através das correntes migratórias que provocou, especialmente de imigrantes europeus, que estimulou o fluxo de mão-de-obra para a indústria nascente. Indiretamente, foi também o café que possibilitou a importação de matérias-primas necessárias à indústria, como por exemplo o carvão, o trigo, produtos químicos, etc. O café também irá possibilitar a importação de equipamentos sem os quais não poderia ter ocorrido a industrialização.³⁷

O capital cafeeiro é o elemento motor para a efetivação das transformações ocorridas no Brasil a partir dos fins do século XIX, porque a economia cafeeira representa o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital baseada no trabalho assalariado que nasce a indústria brasileira.

Assim, o café e a indústria representam as novas formas de acumulação capitalista no Brasil, cuja formação se inicia após 1880, com a rápida acumulação de capital, gerada, sobretudo, com a produção e comércio do café.

³⁷) STEIN, Stanley, ob. cit., p. 26; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 36.

ANEXO 1

Balança comercial do Brasil — saldos (em contos de réis).

Anos	saldo	Anos	saldo
1851-60	- 11,6	1909	423,7
1861-70	18,9	1910	225,5
1871-80	34,3	1911	210,2
1881-90	30,9	1912	168,4
1891	25,4	1913	- 25,4
1892	91,2	1914	193,9
1893	120,7	1915	459,3
1894	80,1	1916	326,1
1895	81,9	1917	354,4
1896	12,1	1918	147,7
1897	92,1	1919	844,5
1898	49,9	1920	- 338,2
1899	97,1	1921	19,9
1900	301,4	1922	679,4
1901	412,5	1923	1.029,9
1902	264,8	1924	1.073,9
1903	256,1	1925	645,1
1904	263,8	1926	485,0
1905	230,5	1927	371,0
1906	300,4	1928	275,3
1907	215,9	1929	332,7
1908	138,5		

Notas: 1) Para as quatro primeiras décadas, o quadro apresenta saldos anuais médios.

2) Os saldos negativos indicam um excedente das importações sobre as exportações.

Fonte: Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 262; IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil — 1500 a 1985*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987, pp. 525-524.

ANEXO 2

Resultados gerais dos inquéritos industriais realizados no Brasil em 1907 e 1920.

Especificação	Ano		Aumento	
	1907	1920	Absoluto	%
Diversas Indústrias				
Número de estabelecimentos	2.988	13.336	10.348	346,3
Capital empregado (contos)	580.691	1.815.156	1.234.465	212,6
Força motriz (H.P.)	114.551	310.424	195.869	171,0
Número de operários	136.420	275.512	139.092	102,0
Valor da prod. anual (contos)	668.843	2.989.176	2.320.333	346,9
Usinas Açucareiras				
Número de estabelecimentos	199	233	34	17,1
Capital empregado (contos)	74.062	217.124	143.062	193,2
Força motriz (H.P.)	14.066	52.872	38.806	275,9
Número de operários	13.136	18.161	5.025	38,3
Valor da prod. anual (contos)	67.257	211.494	144.237	214,5
Salinas				
Número de estabelecimentos	53	231	178	335,8
Capital empregado (contos)	9.461	25.400	15.939	168,5
Força motriz (H.P.)	510	1.640	1.130	221,6
Número de operários	2.146	3.333	1.187	55,3
Valor da prod. anual (contos)	3.126	23.955	20.829	666,2

Nota: Foram excluídas de 1907 as oficinas de ótica e fotografia não recenseadas em 1920.

Fonte: **Recenseamento do Brasil, 1920, V** (pt. 1), p. V, Rio de Janeiro, IBGE.

RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMARIO

ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos 75

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A.. Miranda) 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). 111

O PROÁLCOOL e as Transformações no Espaço Agrícola da Paraíba.

Paulo Ortiz Rocha de Aragão **
Elbio Troccoli Pakman ***

Resumo

O objetivo deste estudo é detectar mudanças no espaço agrícola do Estado da Paraíba após o advento do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Vários estudos demonstram a expansão significativa do cultivo de cana-de-açúcar e apontam profundas transformações no espaço agrícola. Este estudo destaca-se dos demais pela

*) A pesquisa da qual este artigo se origina foi parcialmente financiada pelo convênio UFPb/IDRC "Estrutura Agrária e Política Agrícola na Paraíba" e também contou com o apoio do CNPq, CAPES/FULBRIGHT e da Fundação Tinker.

Os autores agradecem a colaboração inicial da profª Maria Braga de Sá e a generosa cessão de materiais por parte do prof. Cláudio Egler, bem como a colaboração do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba - SINDALCOOL.

**) Professor do Departamento de Economia e Finanças, Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande.

***) Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campus I - João Pessoa.

sua metodologia. Em vez da utilização de dados agregados a nível de micro-regiões, decidiu-se pela utilização de dados a nível municipal. Coeficientes de intensidade do cultivo de cana-de-açúcar foram computados para os principais municípios produtores de cana-de-açúcar da Paraíba. Com base nestes coeficientes e em suas taxas de mudança procura-se identificar as transformações ocorridas no espaço agrícola dos municípios envolvidos, em especial identificando a área central, a periferia e o cordão externo tanto da zona canavieira tradicional (antes do Proálcool) como da nova zona canavieira (após o Proálcool)

Abstract

The objective of this study is to detect changes in the agricultural space of the state of Paraíba after the National Alcohol Program (Proálcool). Several studies have demonstrated the significant expansion of sugar cane cultivation and the profound transformations brought to the agricultural space. This study innovates in its methodology. Instead of using aggregate data at the micro-region level it uses the more precise municipal data. Intensity coefficients of sugar cane cultivation were computed for the main sugar cane producing municipality in the state of Paraíba. Based on these coefficients and on their rates of change, the transformations in the agricultural space of the municipality involved are identified: the central area, the periphery and the external belt both of the traditional sugar cane region (before Proálcool) as well as of the new sugar cane region (after Proálcool).

I — Introdução

Este estudo procura identificar as transformações no espaço agrícola nos municípios paraibanos como resultado da introdução do Programa Nacional do Alcool (**Proálcool**). Vários estudos anteriores (Veiga Filho et al., 1981; Egler 1985; Homen de Melo 1982) têm examinado impactos da canavização tanto no Centro-Sul como no Nordeste após o advento do **Proálcool**. Aqui procura-se aprimorar e testar uma metodologia para estudar a reorganização do espaço agrícola paraibano no período compreendido desde a implantação do **Proálcool** até nossos dias. O estudo destaca-se pelo método utilizado: em vez da utilização de dados de micro-regiões, optou-se por utilizar os dados mais desagregado disponíveis — aqueles ao nível municipal. O estudo limita-se aos municípios que apresentam atividade canavieira minimamente significativa em termos de área cultivada do município e direcionada para a produção de açúcar/álcool.¹

A recente expansão canavieira e alcooleira na Paraíba está indissolúvelmente ligada ao avanço do **Proálcool**, de cuja história faz parte e da qual devem ser lembrados determinados aspectos. A utilização de fontes alternativas de energia tem constituído um desafio constante ao longo das últimas seis décadas. No início dos anos 70, a conjuntura internacional favorável para o mercado açucareiro levou o Governo a acelerar a modernização do setor sucro-alcooleiro. Foram, então, criados o Programa de Racionalização da Agro-indústria Açucareira e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar — **Planalsucar**, que possibilitaram o estabelecimento de um sistema integrado, visando o desenvolvimento do setor e a elevação da competitividade do açúcar brasileiro no exterior. Com a retração da demanda internacional de açúcar, a partir de 1975, o setor açucareiro entra numa conjuntura adversa. Era necessário encontrar uma maneira de salvar a indústria sucro-alcooleira da crise que se abatia sobre o setor. A crise do petróleo também vinha tendo um impacto negativo sobre o balanço de pagamentos do país. Confluindo estes fatores, os usineiros, a partir de então, passaram a ver com bons olhos a instauração de um programa governamental para produzir álcool a

1) Neste sentido foi excluída da análise a área interiorana do Sertão Paraibano, cuja reduzida produção de cana-de-açúcar está destinada a outros fins: rapadura, forragem para gado, etc.

ser utilizado como combustível de veículos automotores. Os empresários, tanto do setor sucro-alcooleiro como do setor de equipamentos para usinas e destilarias, deram total apoio a um programa que utilizaria álcool como fonte alternativa de energia.

A priorização da produção de álcool carburante, em paralelo aos interesses do setor empresarial e às dificuldades da nação, explicam a implantação, em 1975, do Programa Nacional do Alcool — **Proálcool**. Este se insere na mesma filosofia modernizante que presidia as reestruturações comandadas pelo Estado na agro-indústria açucareira desde a segunda metade dos anos 60. Assim, novos projetos foram desenvolvidos visando:

- a) o aperfeiçoamento do motor a álcool;
- b) a assistência técnica à produção de cana-de-açúcar, mandioca e outras matérias-primas para fins energéticos;
- c) a modernização e ampliação de destilarias autônomas;
- d) a implantação ou modernização de destilarias anexas às antigas usinas.

Essas medidas viabilizaram o avanço qualitativo e quantitativo da agro-indústria açucareira e, em especial, alcooleira, a partir de 1976. O álcool foi o maior responsável pelo crescimento da agro-indústria canavieira nacional. Na primeira década do **Proálcool**, sua produção cresceu a uma taxa anual de 35%, elevando-se de cerca de 0,6 milhões de litros na safra 1975/76 para 11,8 milhões na de 1985/86.

O **Proálcool** atingiu seu principal objetivo quanto ao uso do álcool como combustível substituto em veículos automotores, resultando na diminuição da importação de petróleo, e até transformando o Brasil em exportador de gasolina. Ao mesmo tempo, alterou a configuração do agro e converteu o setor açucareiro numa verdadeira **agro-indústria canavieiro-sucro-alcooleira**.

O **Proálcool** representa uma tentativa de dinamizar/revitalizar não só uma parte do setor agrícola brasileiro como também dinamizar o setor industrial na medida em que a capitalização do setor agrícola geraria uma demanda para as indústrias químicas de fertilizantes, indústrias de máquinas e implementos agrícolas, indústrias fabricantes de destilarias, etc.

II — As três grandes fases do Proálcool

O Proálcool atravessa momentos distintos, que acreditamos poder agrupar em três grandes fases diferenciadas, que dão conta de sua gênese, auge e, finalmente, declínio rumo à estagnação ou à sua provável extinção. São elas, ao nosso entender, as seguintes:

- 1ª fase: 1975-80, quando se institucionalizam os incentivos do Programa e quando se montam destilarias anexas às usinas, modernizando-se simultaneamente as já existentes; implantam-se destilarias autônomas e expandem-se consideravelmente as plantações de cana-de-açúcar, com direcionamento para áreas sem tradição canavieira;
- 2ª fase: 1981-85, de grande avanço, como desdobramento da aprovação do protocolo entre os empresários do setor automobilístico e o Governo, em 1979, que determinava a produção massiva de veículos automotores a álcool. Foi implantado um grande número de destilarias autônomas em áreas "não-tradicionais", acelerando, por conseguinte, sua canavização. O PROALCOOL atingiu seu objetivo principal no que se refere ao uso do álcool como combustível substituto, resultando na diminuição da importação de petróleo. Ao mesmo tempo, alterou a configuração do agro, convertendo esse setor numa verdadeira agro-indústria canavieiro-sucro-alcooleira.
- 3ª fase: 1986 ao presente, ainda não claramente definida, de grande instabilidade e com futuro imprevisível.

III — O crescimento moderado da produção paraibana de açúcar

Em 1975, como resultado da crise que se abatia sobre o setor sucro-alcooleiro após a queda dos preços internacionais e da evolução do contexto da política açucareira nacional, o IAA determina a contenção da quota de exportação de açúcar e passa a apoiar substancial e aceleradamente a produção de álcool como medida de defesa do setor canavieiro. A efetivação deste objetivo foi resultado direto dos incentivos fornecidos ao setor, que viabilizou simultaneamente a modernização das usinas para a ampliação da produção de açúcar e a implantação/ampliação/modernização das destilarias para a fabricação do álcool. Estas mudanças representaram um marco na produção alcooleira nacional e paraibana, afetando a produção de açúcar, como se verá a seguir.

Analizando os dados da Tabela I pode-se constatar que a produção de açúcar na Paraíba, no decorrer das safras 1971/72 – 1986/87, apresentou uma moderada mas nítida tendência crescente, que apesar de algumas oscilações relativamente bruscas de um ano para o outro (– 15 %, + 40 %), pode resumir-se a uma taxa de crescimento cumulativa em torno de 2,5 % ao ano. As oscilações da produção açucareira parecem dever-se mais aos impulsos do mercado (cotação dos preços internacionais) do que ao eventual efeito da demanda por cana para álcool, a produção alternativa à de açúcar. No período 1985–87, a quantidade de cana-de-açúcar produzida pela Paraíba representou a média de aproximadamente 4% da produção total do Brasil.

IV — A expansão das destilarias e do álcool na Paraíba

O álcool anidro utilizado para mistura com a gasolina já era produzido na Paraíba no final da década de 1920, na usina Mandacarú, em João Pessoa, que utilizava equipamentos construídos pela indústria Skoda, da Tchecoslováquia. Esta usina tinha uma capacidade de produção de 10.000 litros/dia. Em 1927/28 existiam oito usinas com turbina e vácuo no Estado da Paraíba. Durante o início dos anos trinta estavam em operação as usinas Sant'Ana, Santa Maria, São Gonçalo, Santa Rita, São João, Tanques e Santa Helena.

TABELA 1.

Produção de açúcar no Estado da Paraíba, segundo a safra agrícola — 1972/73 a 1986/87.

safra (jul./jun.)	usinas Nº	produção ton	variação anual %
1971/72	7	89.951	
1972/73	7	96.507	7,9
1973/74	7	95.840	- 0,7
1974/75	7	110.775	15,6
1975/76	7	92.214	- 15,0
1976/77	7	131.759	39,9
1977/78	7	136.897	3,9
1978/79	7	120.334	- 12,1
1979/80	7	125.181	4,0
1980/81	7	131.619	5,1
1981/82	7	120.917	- 8,1
1982/83	7	146.741	21,4
1983/84	7	152.223	3,7
1984/85	7	151.722	- 0,3
1985/86	7	153.619	1,3
1986/87	7	130.305	- 15,2

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool, Escritório de Representação na Paraíba.

Data também deste período a produção de álcool-motor na Paraíba, geralmente uma mistura de álcool com gasolina e em alguns casos com querosene. No período de 1932 a 1937, a Paraíba produziu 111.881 litros de álcool-motor utilizando 106.109 litros de álcool, com um percentual de 94,84 de álcool na mistura.

TABELA 2.

Produção de álcool (anidro e hidratado) de cana-de-açúcar na Paraíba, com especificação do número de destilarias em funcionamento, segundo a safra agrícola — 1971/72-1989/90.

safra (jul./jun.)	destilarias Nº	produção m ³	variação anual %
1971/72	4	5.040	-
1972/73	3	3.805	- 24,5
1973/74	3	2.218	- 41,7
1974/75	3	1.392	- 37,2
1975/76	2	806,8	- 42,1
1976/77	1	57,4	- 92,9
1977/78	4	18.112	31.453,8
1978/79	6	41.457	128,9
1979/80	8	67.010	61,6
1980/81	7	74.337	10,9
1981/82	8	75.338	1,4
1982/83	10	158.713	110,7
1983/84	10	167.713	5,7
1984/85	11	229.319	36,7
1985/86	12	310.155	35,3
1986/87	13	300.177	- 3,2
1987/88	14	285.364	- 4,9
1988/89	14	276.224	- 3,2
1989/90	13	283.561	2,7
1990/91*	13	264.674	-

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool, Escritório de Representação na Paraíba.

Obs.: Os dados para o ano civil obviamente diferem dos aqui apresentados. Por ex., o IAA reporta, para a Paraíba, uma produção de 64.090.000 l em 1979, 81.274.000 l em 1980 e 82.168.000 l em 1981. (IAA, Relatório/81, p. 25).

* : Dados provisórios, posição em abril/1991.

QUADRO 1.

Usinas e destilarias da Paraíba, com especificação da localização e do grupo de controle acionário — 1991.

usina/destilaria	município	microrregião	grupo econômico	
<i>usinas de açúcar</i>	1. Monte Alegre	Mamanguape	Litoral Paraibano	Soares de Oliveira
	2. Tanques	Alagoa Grande	Piemonte da Borborema	Veloso Borges
<i>usinas com destilaria anexa</i>	3. Santa Helena	Sapé	Agro-Pastoril	Ribeiro Coutinho
	4. Santa Maria	Areia	Brejo Paraibano	Solon Lins
	5. Santana	Santa Rita	Litoral Paraibano	Ribeiro Coutinho
	6. Santa Rita	Santa Rita	Litoral Paraibano	Ribeiro Coutinho
	7. São João	Santa Rita	Litoral Paraibano	Ribeiro Coutinho
<i>destilarias autônomas</i>	8. Arthur Tavares	Pedras de Fogo	Litoral Paraibano	Tavares de Melo
	9. Borborema	Pirpirituba	Brejo Paraibano	Ribeiro Coutinho
	10. Jacuípe	Santa Rita	Litoral Paraibano	José Ivanildo
	11. Japungú	Santa Rita	Litoral Paraibano	José Ivanildo
	12. Miriri	Sapé	Agro-Pastoril	José Ivanildo
	13. Santo Antônio	Mataraca	Agro-Pastoril	Pessoa de Melo
	14. Tabú	Caaporã	Litoral Paraibano	Lundgren
	15. UNA	Sapé	Agro-Pastoril	Pessoa de Queiroz (PE)
	16. Xuá	Mamanguape	Litoral Paraibano	João Furtado (ENARQ)

Fonte: pesquisa direta, abril-setembro/1991.

Até 1976/77, o álcool foi no Estado um sub-produto do processo de fabricação do açúcar, sendo produzido apenas nas destilarias anexas às usinas. A partir dessa safra passou a ser também produzido diretamente da cana-de-açúcar. Com o Proálcool surgiram várias destilarias autônomas e procedeu-se à implantação e ampliação de outras anexas, principalmente no último terço da década de 70 e primeira metade da de 80.² Ao todo, enquanto no início dos anos 70 apenas 3 destilarias anexas produziam álcool, a Paraíba conta hoje com 7 usinas de açúcar, das quais 5 possuem destilarias anexas, e com 9 destilarias autônomas.

Os dados da Tabela II indicam que na Paraíba somente a partir da safra de 1977/78 a produção do álcool toma maior vulto, ultrapassando então os 18 milhões de litros. Nesta safra existiam apenas quatro destilarias de álcool, sendo duas anexas às usinas Santa Helena e São João e duas autônomas, a Arthur Tavares e a Miriri. Mais de 70% dessa produção do álcool era proveniente da destilaria Arthur Tavares. Em 1988, a Paraíba contava com 13 destilarias das 375 existentes no país, ou seja, 3,5% do total.

V — A expansão dos canaviais

As usinas, de um modo geral, impulsionadas pelas injeções dadivosas do novo surto modernizador, passaram a implementar as novas técnicas na unidade industrial e a demandar quantidades crescentes de cana-de-açúcar. Mas o incremento fundamental por cana veio das destilarias autônomas. Em consequência, os plantadores expandiram de modo incisivo suas atividades, e o cultivo da cana-de-açúcar registrou uma expansão notável em termos quantitativos (área) bem como qualitativos (novos tipos de terra e novas variedades).

2) Até o dia 31/12/1981, a Paraíba tinha 13 projetos enquadrados no Proálcool: 3 de destilarias anexas, com capacidade de produção de 23,7 milhões de litros/safra, e 10 de destilarias autônomas, com capacidade de produção de 200,6 milhões de litros/safra, totalizando 13 projetos de destilarias, com capacidade de produção global de 224,3 milhões de litros/safra. Os projetos da Paraíba representavam 2,8 % da capacidade do conjunto de projetos enquadrados em todo o país, e 3,1 % do total dos investimentos aprovados.

Não só nas várzeas, áreas tradicionais da lavoura canavieira, mas também nos tabuleiros costeiros, áreas tradicionalmente consideradas pouco favoráveis a essa cultura, expandiram-se os canaviais, com bons rendimentos agrícolas.³

Conforme tradicionalmente apontado, na Paraíba a área canavieira situa-se nas micro-regiões homogêneas Litoral Paraibano (MRH Nº 93), Piemonte da Borborema (92), Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (99) e Brejo Paraibano (98). Destas, a micro-região do Litoral Paraibano tem na agro-indústria a sua base econômica.

Enquanto as destilarias anexas estão localizadas nas áreas tradicionalmente produtoras de cana-de-açúcar, as destilarias autônomas situam-se em áreas conquistadas pela expansão da lavoura canavieira. Esta conquista deu-se em áreas anteriormente ocupadas pela pequena lavoura e/ou pela criação extensiva.

A delimitação e acompanhamento da área plantada com cana-de-açúcar feita através das Micro-regiões Homogêneas é um tanto grosseira e imprecisa. A possibilidade da "municipalização" da especificação da área canavieira, baseada nos dados da Produção Agrícola Municipal, abre novas perspectivas e sugere uma redefinição da área com cana-de-açúcar.

VI — A (re)definição da "zona canavieira"

Um dos objetivos deste trabalho é identificar a zona canavieira do Estado da Paraíba antes e cerca de 10 anos após a criação do Proálcool. As possibilidades de acompanhamento das

³) Em relação à existência de duas diferentes demandas por cana-de-açúcar, Egler (1985: 9 e 13) assinala: "A ocupação dos tabuleiros com vastas plantações homogêneas de cana-de-açúcar preservou as antigas áreas canavieiras da competição pelo fornecimento de matéria-prima para as moendas. Assim as destilarias, em vez de se oporem as usinas como estas o fizeram aos engenhos no passado, acabam por justapor uma estrutura moderna a outra já obsoleta sem que haja conflito de interesses. Desta maneira, as várzeas permanecem sob controle das usinas, que procuram criar uma destilaria anexa às instalações já existentes; enquanto os tabuleiros constituem área preferencial para o estabelecimento dos canaviais energéticos e das destilarias autônomas."

transformações da área canavieira podem trazer novas luzes aos estudos relativos a esses espaços.

É importante frisar que a zona canavieira é habitualmente delimitada apenas em termos de micro-regiões homogêneas (MRH) ou de um grupo reduzido de municípios principais ou geograficamente delimitados, geralmente recorrendo-se a indicadores absolutos de área colhida (e/ou cultivada) ou de volume de produção da cana-de-açúcar.

Os diversos estudos existentes, em geral, tratam a questão de duas formas principais: seja com demasiada agregação espacial (as inconvenientes MRHs), seja de modo parcial e seletivo, colocando apenas fatos e argumentos de alguns municípios que ilustram notoriamente, no fim das contas dirigidamente, a tese que se quer demonstrar.

A delimitação por MRH é de manipulação fácil, devido ao número reduzido destas micro-regiões, e é empregado para estudos do tipo macro. No nosso entendimento, seu elevado nível de agregação pode englobar situações muito dissímiles, ocultando mais do que revelando (por compensação de diferenças) realidades importantes. Assim, mudanças na produção de cana ocorridas numa determinada micro-região não nos revelam em quais municípios ocorreram tais mudanças e se decréscimos em alguns municípios foram compensados por acréscimos em outros municípios da mesma micro-região, parecendo à primeira vista que não houve mudanças no interior da mesma, as quais podem ter efetivamente ocorrido, com consequências substanciais.

Pelas razões expostas, para uma análise mais acurada não há como evitar a utilização das estatísticas mais precisas disponíveis: os dados a nível municipal. Estes são fornecidos em duas versões: os dados dos censos agrícolas e as estimativas da Produção Agrícola Municipal (PAM), ambos publicados pelo IBGE. Nós entendemos que os que melhor refletem a realidade são as estimativas da PAM, que se referem à economia canavieira municipal real, em contraste com os dados dos censos agrícolas realizados a cada 5 anos, cujas informações referem-se ao conjunto dos estabelecimentos agro-pecuários efetivamente recenseados e não ao total dos existentes.

Esta metodologia tem por objetivo determinar melhor a **verdadeira** configuração da zona canavieira, resultante do processo de canavização.

Preliminarmente, se faz necessário explicitar as categorias com as quais trabalharemos:

- **zona canavieira**: consiste no conjunto de "municípios canavieiros". A zona canavieira sub-divide-se, conforme o grau de intensidade da cultura canavieira nos municípios canavieiros, em **área central canavieira** (coeficiente de intensidade $\geq 10\%$) e **periferia canavieira** (coeficiente de intensidade $\geq 2\%$ e $< 10\%$)⁴.
- **municípios canavieiros**: são aqueles com um índice de canavização (índice de área canavizada), por nós tipificados como tendo um coeficiente de intensidade da atividade canavieira superior a 10% da área total do município colhida com cana-de-açúcar.
- **fronteira canavieira**: cinturão que delimita a zona canavieira, separando os municípios conquistados pela cana-de-açúcar dos municípios (ainda) não canavieiros.

O **Coefficiente de Intensidade** será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$c_i = \text{área com cana} / \text{área total} \times 100$$

O coeficiente de intensidade indica a importância da produção de cana-de-açúcar em cada um dos vários municípios, com especificação do nível da atividade canavieira. Utilizando uma média

4) Qualquer corte que for feito para separar em grupos os municípios conforme o coeficiente de intensidade aqui calculado, será mais ou menos arbitrário. Devido à não existência de parâmetros consensuais nem intervalos de áreas claramente diferenciados, optou-se aqui pelos valores de 2, 5, 10 e 20% (agrupados pela sua vez em duas categorias maiores), que além de fornecer uma primeira idéia da situação da qual devem dar conta, presta-se também a comparações estatísticas com os resultados de outros trabalhos devido a que a divisão aqui empregada corresponde-se aos valores dos intervalos empregados pelo IBGE nos seus levantamentos estatísticos e aos geralmente utilizados pelos pesquisadores.

referente a um triênio para o cálculo da área com cana minimizaremos o problema dos efeitos conjunturais da sazonalidade agrícola e econômica, assim como das variações climáticas em cada um deles. A área total corresponde à de cada município (sempre e quando não tenham experimentado alterações geográfico-administrativas).

A zona canavieira antes do Proálcool a chamaremos de **zona canavieira tradicional** e a zona canavieira identificada após o Proálcool a denominaremos de **nova zona canavieira**. Esta nova zona engloba a zona canavieira tradicional mais as novas áreas de expansão da cana após o Proálcool, diminuindo as áreas que porventura tenham deixado a atividade.

A melhor opção de operacionalização provavelmente é usar, para fins de comparação e de identificação da zona canavieira tradicional para cada município, o período-base do triênio 1974-76, que inicia com o primeiro ano em que começa uma série coerente (já sob responsabilidade do IBGE) da PAM, e termina com o último ano em que o Programa, decretado em final de 1975, ainda não deixa sentir seus efeitos, principalmente nos indicadores de área, que à época referiam-se a área colhida⁵. Esse período-base (1974-76) é possível compará-lo com períodos posteriores, particularmente com os índices médios de intensidade da atividade canavieira correspondente aos triênios 1979-81 e 1984-86. Utilizando as médias para determinar a intensidade da cultura canavieira nos diversos municípios, em cada um dos triênios escolhidos, reduzir-se-á o problema da sazonalidade. O índice de intensidade média da cultura escolhida (cana-de-açúcar), é calculado como a média aritmética dos três anos do triênio correspondente da razão entre a área colhida com cana-de-açúcar e a área total do município.

Este método identificará superfícies concêntricas. Separando a "zona canavieira tradicional" da "nova zona canavieira" está a "velha fronteira canavieira". Entre a "zona canavieira" global, em particular a "periferia canavieira", e o cordão de municípios limítrofes está a "nova fronteira canavieira".

⁵) E não mais a área cultivada, como era habitual nas estatísticas nacionais até 1965.

Esquema de representação
gráfica das áreas da ZC
conceitualmente propostas



O resultado pode ser primeiro ilustrado em um esquema gráfico, obtendo-se diversos níveis de intensidade que podem ser separados conforme a conveniência analítico-operacional.

VII — Análise dos resultados para a Paraíba

No Estado da Paraíba, procede-se ao confronto dos indicadores (índices médios de intensidade da atividade canavieira) relativos:

- 1) ao período-base (1974-76) aqui referido como 1975 e considerado como o período pré-Proálcool,
- 2) ao triênio 1979-81, aqui tratado como 1980 e relativo ao período de auge do Proálcool, e
- 3) ao triênio 1984-86, aqui referido como 1985.

Dessa análise comparativa entre os diversos períodos significativos para os objetivos aqui colocados, surgem algumas características destacáveis:

- Na Paraíba, a intensidade da cultura canavieira, medida através da área colhida com cana-de-açúcar em relação ao total da área do Estado, tem aumentado paralelamente ao avanço do Proálcool. Isto é perceptível através da comparação dos coeficientes de intensidade para o Estado, que elevaram-se de 1,1% em 1975 para 1,9% em 1980 e para 3,0% em 1985. Este desempenho representa taxas de mudança de 79% de acréscimo para o primeiro intervalo 1975-80 e de 57% para o período 1980-85.
- O exame do comportamento desses mesmos indicadores para as 4 microrregiões homogêneas — MRH (Litoral Paraibano, Piemonte da Borborema, Brejo Paraibano e Agro-Pastoril da Paraíba), que são consideradas tradicionalmente como as microrregiões homogêneas canavieiras, revela um aumento mais acentuado dos coeficientes de intensidade: de 6,0% em 1975 para 11,1% em 1980 e para 17,7% em 1985. Este quadro representa taxas de mudança de 86% de acréscimo para o interstício 1975-80 e de 60% para o intervalo 1980-85.
- É notório que o mesmo cálculo feito acima, baseado nos dados do Estado da Paraíba e do conjunto das 4 MRH tradicionalmente consideradas como canavieiras, demonstra que a análise, no caso particular da Paraíba, não apresenta diferenças relevantes nem substanciais. Isto porque para os períodos examinados, 1975-80 e 1980-85, os indicadores da taxa de variação aumentaram, respectivamente, 79% e 57% para todo o Estado e 86% e 60% para o conjunto dessas 4 MRH. Esta constatação indica que ao passar do nível de agregação estadual para o nível de agregação microrregional, a precisão não necessariamente aumenta de maneira substancial de modo a permitir a verificação das transformações internas a cada uma dessas MRH e às quatro em conjunto. Quando não há homogeneidade básica (nos limites da tolerância do bem senso e da Estatística), é indispensável uma análise mais desagregada.

- A abordagem analítica ao nível municipal, no caso da Paraíba aqui estudado considerando 47 municípios de 4 MRH, mostra claramente comportamentos totalmente díspares de um município a outro dentro de cada uma das 4 MRH acima aludidas. Podemos identificar quatro grupos de municípios dentro destas 4 MRH:

1) **municípios tradicionalmente canavieiros** que tiveram **expansão** significativa da atividade canavieira, como são os casos de 8 municípios: Alagoinha, Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Pilões, Santa Rita, São Miguel de Taipú, Sapé e Serraria.

2) **municípios tradicionalmente não-canavieiros** que registraram um **aprofundamento** significativo da atividade canavieira, como são os casos de 13 municípios: Alhandra, Itapororoca, Jacarau, Lucena, Mari, Mataraca, Pedras de Fogo, Pilar, Pirpirituba e Pitimbú, bem como os de Caaporã, Cuitegi e Mamanguape, que já apresentavam um índice razoável de atividade canavieira.

3) **municípios tradicionalmente canavieiros** que **mantiveram** seu nível de atividade canavieira, como são os casos de 5 municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Borborema e Pilõezinhos.

4) **municípios tradicionalmente não-canavieiros** (ausência de canaviais ou baixa atividade canavieira) que **não registraram mudanças** ou um **aprofundamento** significativo da atividade canavieira, como são os casos de 21 municípios: Araçagi, Baía da Traição, Bayeux, Belém, Caiçara, Caldas Brandão, Conde, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhem, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Lagoa de Dentro, Mogeiro, Mulungú, Rio Tinto, Salgado de São Felix, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serra da Raiz, e mesmo um município com desempenho irregular como é o de Bananeiras.

- O comportamento destes 4 grupos de municípios é revelador:

1) os municípios tradicionalmente canavieiros que tiveram **expansão** significativa da atividade canavieira,

passaram de 16,9% em 1975 para 26,0% em 1980 e para 38,5% em 1985.

- 2) os municípios tradicionalmente não-canavieiros que registraram um aprofundamento significativo da atividade canavieira, passaram de 3,2% em 1975 para 12,6% em 1980 e para 26,9% em 1985.
 - 3) os municípios tradicionalmente canavieiros que mantiveram seu nível de atividade canavieira, passaram de 17,5% em 1975 para 19,3% em 1980 e para 17,6% em 1985.
 - 4) os municípios tradicionalmente não-canavieiros (ausência de canaviais ou baixa atividade canavieira) que não registraram mudanças ou um aprofundamento significativo da atividade canavieira, passaram de 0,8% em 1975 para 2,0% em 1980 e para 1,7% em 1985.
- Observa-se que em cada um destes 4 grupos de municípios estão incluídos municípios pertencentes às 4 MRH tradicionalmente consideradas como canavieiras.

VIII — Conclusões

O estudo mostra a importância de se trabalhar ao nível mais desagregado possível permitido pela disponibilidade dos dados. Mostra também que conclusões tiradas a nível elevado de agregação (estadual e mesmo microrregional) podem mascarar processos de mudança mais do que revelar os verdadeiros processos ocorridos no interior dessas totalidades.

Os dados revelam que a agregação por microrregiões não estabelece com nitidez suficiente processos de mudança homogêneos. Os processos de canavização, estagnação da cultura ou eventual declínio se espalham por todas as microrregiões consideradas sem que as fronteiras destas microrregiões sirvam de diferencial perfeito para previsões do que nelas ocorre.

Assim, o presente trabalho aponta para a necessidade de trabalhar a nível municipal para que não se cometa (ou ao menos para diminuir substancialmente a probabilidade de que isso venha a acontecer) a célebre falácia ecológica, ou seja, ao se observar um

incremento de cultura de cana-de-açúcar e, p. ex., um decréscimo na produção de alimentos, se concluir uma relação de causalidade quando os dois fenômenos podem ter acontecido dentro de espaços municipais completamente diferentes.

Finalmente, o fato de se verificar a existência de tendências paralelas ou mesmo uma correlação estatística, não pode ser considerado como suficiente para extrair conclusões de causalidade. Devem ser examinados todos os fatores múltiplos que intervieram no processo real e que podem ser, em maior ou menor grau, co-responsáveis pelos resultados observados.

IX — Bibliografia

- "Açúcar e Álcool", revista *Indústria & Produtividade*, Rio de Janeiro, abril/1985.
- COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO ÁLCOOL (CENAL), *Programa Nacional do Alcool. Relatório Anual*. (Vários números.)
- EGLER, Cláudio Antônio G., "Os impactos do PROÁLCOOL na Paraíba", *GEONORDESTE*, Ano II, Nº 1, 1985.
- IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, anos 1964/1990.
- IBGE, *Produção Agrícola Municipal da Paraíba*. Rio de Janeiro, IBGE, anos 1974/1989.
- MELO, Fernando Bento Homen de, "A produção de biomassa e o crescimento da área cultivada no Brasil", *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 13, Nº 1, jan.-mar./1982.
- Ministério da Indústria e do Comércio / Instituto do Açúcar e do Alcool, *Relatório Anual do IAA*. Anos de 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983.
- SZMRECSANYI, Tamás, *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Ed. Hucitec/Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- VEIGA FILHO, Alceu Arruda; Elcio Umberto Gatti & Nilda Tereza Cardoso de Mello, "O Programa Nacional do Alcool e seus impactos na agricultura paulista", *Estudos Econômicos*, edição especial Nº 61-62, 1981.

QUADRO 1

Área colhida com cana-de-açúcar, por município, Microrregião e Estado, 1974-1989, com especificação do total de área, média de área, intensidade municipal e variação de intensidade, nos períodos 1974/76, 1979/81 e 1984/86.

Microrregião/ Municípios	área colhida com cana-de-açúcar							
	1974 ha.	1975 ha.	1976 ha.	1977 ha.	1978 ha.	1979 ha.	1980 ha.	1981 ha.
Litoral Paraibano	17 140	21 299	25 379	31 240	37 434	40 662	48 768	58 433
Alhandra	80	900	2 634	2 500	1 278	1 500	1 503	1 750
Bala da Traição	-	-	-	-	-	-	-	-
Bayeux	0	0	0	74	74	49	44	37
Caaporá	460	533	1 053	1 000	1 965	1 962	1 965	2 298
Conde	30	33	6	6	70	45	46	53
Cruz do E. Santo	6 416	6 000	6 534	6 500	7 366	7 700	8 510	10 000
Itapororoca	130	200	210	205	1 179	1 500	1 803	2 160
Jacarau	200	225	230	390	2 063	1 500	1 652	1 980
João Pessoa	130	140	345	327	296	196	228	92
Lucena	200	340	368	350	492	1 200	1 202	1 800
Mamanguape	3 541	3 066	3 058	6 172	5 235	6 500	7 484	10 455
Mataraca	15	15	25	28	2 947	3 000	6 007	6 000
Pedras de Fogo	1 200	2 204	2 530	3 900	3 831	5 000	7 209	9 800
Pitimbu	33	13	24	25	492	180	180	220
Rio Tinto	120	130	142	233	787	800	921	1 288
Santa Rita	6 535	7 500	8 220	9 530	9 359	9 530	10 014	10 500
Piemonte da Borb.	6 822	8 966	11 018	11 246	10 029	10 515	9 180	8 710
Alagoa Grande	4 416	5 600	6 696	6 000	5 892	6 200	4 960	4 950
Alagoinha	700	1 000	1 135	1 600	1 277	1 300	1 300	1 300
Araçagi	300	350	341	350	354	365	380	200
Belém	200	200	341	500	295	300	300	300
Calçara	10	20	23	30	30	30	30	30
Cuité	250	250	454	400	393	400	300	300
Duas Estradas	10	15	17	15	25	25	30	30
Guarabira	500	1 100	1 249	1 100	491	500	370	360
Gurinhem	110	100	250	600	589	600	700	420
Ingá	-	-	23	20	20	20	20	20
Lagoa de Dentro	20	25	28	25	25	25	25	30
Mulungu	0	0	0	140	137	240	250	250
Pilõeszinhos	300	300	454	460	491	500	500	500
Serra da Raiz	5	6	7	6	10	10	15	20
Brejo Paraibano	12 992	14 050	16 229	16 470	23 470	23 986	26 200	25 240
Alagoa Nova	1 700	1 700	1 700	2 050	2 259	2 500	2 000	1 200
Areia	4 592	5 200	5 500	5 500	5 401	9 500	4 400	4 240
Bananeiras	500	550	1 129	1 700	2 946	3 000	3 100	3 100
Borborema	400	450	450	450	589	640	700	700
Pilões	3 000	3 000	4 200	4 700	5 401	5 500	5 500	5 500
Pirpirituba	100	150	250	800	2 946	2 846	3 000	3 000
São Seb. Lg. Roça	0	0	0	0	0	0	0	0
Serraria	2 700	3 000	3 000	3 270	3 928	4 000	7 500	7 500
Agro-Pastoral	9 908	11 210	14 000	15 786	17 312	18 600	19 500	24 500
Caldas Brandão	100	100	130	600	589	600	600	600
Itabalana	100	50	20	20	196	200	200	200
Jurupiranga	2 600	2 600	4 000	4 000	3 732	3 800	4 000	5 000
Marí	250	200	250	1 730	1 699	2 000	2 000	2 300
Mogelro	-	-	-	-	-	-	-	-
Pilar	560	560	600	600	589	600	1 000	1 200
Salgado de S. Felix	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Miguel de Taipu	1 000	700	2 000	2 000	2 160	2 200	2 200	3 200
Sapé	5 298	7 000	7 000	6 836	8 347	9 200	9 500	12 000
Paraíba	51 600	60 045	70 407	80 159	91 964	97 490	107 376	120 832

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal do Estado da Paraíba, 1975/1989.

Obs.: os dados não fecham devido aos arredondamentos feitos e a que alguns municípios não foram incluídos.

(Quadro I — cont.)

área colhida com cana-de-açúcar							
1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ha.	ha.	ha.	ha.	ha.	ha.	ha.	ha.
69 679	83 096	87 358	107 135	108 729	106 967	104 238	104 362
4 060	4 060	4 060	4 060	4 060	2 600	600	600
-	-	-	-	-	-	200	200
17	17	17	17	17	15	10	10
4 008	4 008	4 008	4 008	5 000	5 000	6 000	6 000
53	53	153	510	510	510	510	510
11 000	11 500	11 800	11 600	11 700	11 700	11 000	10 900
2 160	2 500	2 800	3 100	3 200	3 200	3 200	3 200
2 400	2 820	4 200	4 400	4 400	4 400	4 400	4 400
80	80	50	50	50	50	50	50
1 800	1 800	1 800	1 800	1 900	1 900	1 900	1 900
12 000	12 700	13 500	14 000	14 300	14 000	14 000	14 000
7 035	7 342	7 342	7 792	7 792	7 792	7 792	7 792
10 700	13 000	13 500	30 000	30 000	30 000	30 000	30 000
1 080	1 580	1 630	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
1 288	1 838	2 700	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500
12 000	20 000	20 000	20 300	20 300	20 300	19 078	19 300
9 300	9 750	9 710	9 060	10 010	9 155	9 660	9 044
5 610	5 100	5 100	4 250	5 000	5 000	5 500	5 700
1 300	1 500	2 000	2 000	2 500	2 000	2 000	2 000
200	200	300	300	300	300	300	300
300	300	300	300	300	200	200	200
30	40	30	30	30	5	10	4
300	200	700	700	800	800	800	60
30	30	50	50	50	50	50	50
360	350	400	400	400	300	300	300
400	180	60	60	60	80	80	60
20	-	-	-	-	-	-	-
30	30	50	50	50	50	50	50
200	200	100	300	120	70	70	70
500	500	500	500	300	200	200	150
20	120	120	120	100	100	100	100
26 810	18 730	21 480	21 810	22 700	16 850	17 420	19 520
1 360	1 360	1 360	1 360	1 700	1 200	1 300	1 300
5 100	5 520	5 520	5 950	6 500	6 000	6 500	6 000
3 100	300	400	300	300	50	50	150
750	350	500	500	500	100	70	70
5 500	5 700	5 700	5 700	5 700	5 000	5 000	4 500
3 000	3 000	3 000	3 000	3 000	2 500	2 500	2 500
0	0	0	0	0	0	0	0
8 000	2 500	5 000	5 000	5 000	2 000	2 000	5 000
26 000	31 070	35 128	36 240	34 480	27 060	26 660	23 220
100	200	180	180	220	200	100	60
200	370	600	600	600	600	1 500	1 300
5 000	5 000	5 500	5 600	5 600	6 000	6 000	5 500
4 000	4 800	4 800	4 800	3 000	3 000	3 000	3 000
-	-	-	-	-	-	-	100
1 200	2 500	2 500	2 500	2 500	1 700	1 700	1 700
-	-	48	60	60	60	60	60
3 200	3 200	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500
12 300	15 000	18 000	19 000	19 000	12 000	10 800	8 000
134 655	143 799	155 708	176 201	178 077	162 266	160 229	158 762

Área municipal	Média			Intensidade municipal com cana			Δ de Intensidade	
	1974/76	1979/81	1984/86	1974/76	1979/81	1984/86	1975/80	1980/85
431 600	21 272,67	49 287,67	101 074,00	0,039	0,114	0,234	1,32	1,05
22 800	1 204,67	1 584,33	4 060,00	0,053	0,069	0,178	0,32	1,56
2 100	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	-	-
10 000	0,00	43,33	17,00	0,000	0,021	0,008	-	0,61
14 400	688,67	2 075,00	4 337,33	0,069	0,208	0,434	2,01	1,09
23 500	23,00	48,00	391,00	0,002	0,003	0,027	1,09	7,15
17 600	6 316,67	8 736,67	11 633,33	0,289	0,372	0,495	0,38	0,33
35 100	180,00	1 821,00	3 033,33	0,010	0,103	0,172	9,12	0,67
18 900	218,33	1 710,67	4 333,33	0,006	0,049	0,123	6,84	1,53
8 300	205,00	172,00	50,00	0,011	0,009	0,003	-	0,16
48 000	302,67	1 400,67	1 833,33	0,036	0,169	0,221	3,63	0,31
34 400	3 221,67	8 146,33	13 933,33	0,067	0,170	0,290	1,53	0,71
43 400	18,33	5 002,33	7 842,00	0,001	0,145	0,222	271,95	0,53
11 800	1 878,00	7 338,33	24 500,00	0,048	0,169	0,565	2,71	2,34
60 100	23,33	193,33	1 876,67	0,002	0,016	0,158	7,29	8,71
70 500	130,67	1 003,00	3 233,33	0,002	0,017	0,054	6,88	2,22
234 500	7 418,33	10 014,67	20 200,00	0,105	0,142	0,287	0,35	1,02
30 900	9 035,33	9 488,33	9 593,33	0,038	0,040	0,041	0,06	0,01
8 600	5 570,67	5 370,00	4 783,33	0,180	0,174	0,155	-	0,04
20 200	945,00	1 300,00	2 166,67	0,110	0,151	0,252	0,38	0,67
11 100	330,33	315,00	300,00	0,016	0,016	0,015	-	0,05
15 800	247,00	300,00	300,00	0,022	0,027	0,027	0,21	0,00
4 200	17,67	30,00	30,00	0,001	0,002	0,002	0,70	0,00
8 100	318,00	333,33	733,33	0,078	0,079	0,175	0,05	1,20
14 600	14,00	28,33	50,00	0,002	0,003	0,006	1,02	0,76
19 200	949,67	410,00	400,00	0,065	0,028	0,027	-	0,57
34 500	153,33	573,33	60,00	0,008	0,030	0,003	2,74	-
10 600	7,67	20,00	0,00	0,000	0,001	0,000	1,61	1,00
23 800	24,33	26,67	50,00	0,002	0,003	0,005	0,10	0,88
3 400	0,00	246,67	173,33	0,000	0,010	0,007	-	0,30
2 900	351,33	500,00	433,33	0,103	0,147	0,127	0,42	-
110 500	6,00	15,00	113,33	0,002	0,005	0,039	1,50	6,56
22 500	14 423,67	25 142,00	21 896,67	0,131	0,228	0,199	0,74	-
14 300	1 700,00	1 900,00	1 473,33	0,076	0,084	0,085	0,12	0,22
28 400	5 087,33	6 046,67	5 990,00	0,356	0,423	0,419	0,19	-
3 900	726,33	3 066,67	333,33	0,026	0,108	0,012	3,22	-
8 300	433,33	680,00	500,00	0,111	0,174	0,128	0,57	-
7 500	3 400,00	5 500,00	5 700,00	0,540	0,873	0,905	0,62	0,04
2 800	168,67	2 948,67	3 000,00	0,022	0,393	0,400	16,69	0,02
17 700	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	-	-
189 800	2 900,00	6 333,33	5 000,00	0,164	0,358	0,282	1,18	-
9 600	11 708,00	20 866,67	35 282,67	0,069	0,123	0,208	0,78	0,69
19 000	110,00	600,00	193,33	0,011	0,063	0,020	4,45	-
12 200	56,67	200,00	600,00	0,003	0,011	0,032	2,53	2,00
18 700	3 066,67	4 266,67	5 566,67	0,251	0,350	0,456	0,39	0,30
20 800	233,33	2 100,00	4 200,00	0,012	0,112	0,225	8,00	1,00
17 900	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	-	-
5 300	573,33	933,33	2 500,00	0,028	0,045	0,120	0,63	1,68
44 100	0,00	0,00	56,00	0,000	0,000	0,003	-	-
5 637 200	1 233,33	2 533,33	3 500,00	0,233	0,478	0,660	1,05	0,38
60 684,00	6 432,67	10 233,33	18 666,67	0,146	0,232	0,423	0,59	0,82
108 566,00	169 925,33	0,011	0,019	0,030	0,79	0,57		

(Quadro I — cont.)

Iº Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional.

O Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande, está envidando esforços para reativar atividades que, por força de todas as limitações que a Universidade Brasileira está sofrendo, foram paralisadas ou relegadas a segundo plano.

Dentre tais atividades certamente, para um curso de mestrado, destaca-se permanente intercâmbio entre professores, pesquisadores e as instituições diversas da Sociedade Brasileira, e, em especial, da Região onde está inserido. Sem dúvida, o debate entre estes segmentos é a base da realimentação e da socialização do conhecimento.

Criado em 1977, e objetivando tornar-se um centro de pesquisas e debates em Economia Rural, tendo como pilar a Economia Política, o Mestrado realizou, em 1980 — início da "década perdida", dois eventos marcantes: os encontros Realidade Nordestina I e II.

Nos últimos anos, além da questão rural, tem-se debatido, no Mestrado, a problemática regional, em especial da Região Nordeste, face ao crescente aumento das desigualdades entre esta e as demais, assim como entre os Estados que a compõem.

A "paralisia" econômica da maior parte dos Estados nordestinos, que é agravada quando o Banco Central fecha três dos nove bancos estaduais que fazem parte de sua estrutura financeira, deve ser discutida juntamente com o destino e os efeitos dos investimentos estatais na Região, tais como o "Plano para o Nordeste" do Governo Collor, que prevê recursos da ordem de US\$ 17 bilhões para investir na região.

Estes são pontos que se destacaram, dentre outros, para reflexão e debate no Iº Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional, realizado nos dias 6-7/5/1991, no auditório do Centro Nacional de Pesquisas do Algodão - EMBRAPA, em Campina Grande (Paraíba), e cuja temática central foi "Estado, Capital Financeiro e (Sub)desenvolvimento do Nordeste".

Objetivamos reunir professores e pesquisadores de vários centros de pós-graduação e de pesquisa do Nordeste (PIMES, CAEN, UFBA, UFRN, UFPb, Fundação Joaquim Nabuco, etc), estudantes, empresários, sindicalistas e outros, assim como representantes de vários organismos estatais envolvidos direta ou indiretamente no fomento destas políticas, como SUDENE, BNB, EMBRAPA, CODEVASF, etc, para refletir e debater, com a maior amplitude de idéias possível, os problemas do Nordeste.

A Coordenação

Uma nova Dinâmica Econômica para o Nordeste.*

José Otamar de Carvalho **

I — Introdução

Vou lhes falar sobre as possibilidades de criação de uma nova dinâmica econômica para o Nordeste. Fazê-lo, significa definir uma estratégia para a retomada do processo de crescimento econômico e, conseqüentemente, abordar os seus determinantes, com suas exigências econômicas, sociais e políticas.

Esta apreciação passa, sem dúvida, pela questão central da Economia Política, qual seja, a da distribuição funcional da renda.

O tratamento do tema também requer a devida articulação entre as dimensões históricas e lógicas da formação social em que estamos inseridos. Isto não significa desembarque teórico, mas a necessidade de recuperar categorias de grande poder analítico. Categorias que podem ajudar a entender e a ilustrar o que tenho a

*) Trabalho apresentado no 1º **Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional**, promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, realizado em Campina Grande - Paraíba, nos dias 6 e 7 de maio de 1991.

**) Economista, Doutor em Economia pela UNICAMP, ex-Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará e autor do livro **A Economia Política do Nordeste; secas, irrigação e desenvolvimento**. (Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988).

dizer sobre os problemas do Nordeste. O salto é grande, mas vale a pena ser dado.

No Prefácio de sua **Contribuição à Crítica da Economia Política**, Marx diz que:

"Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então."

Ao chamar a atenção para essas contradições, Marx assinala que:

"uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer."¹

Faço esta referência para salientar as dificuldades em compreender e, mais ainda, em promover o desenvolvimento de uma região como o Nordeste, sem articular o avanço do progresso técnico com as mudanças sociais. Dito de outro modo: é frágil a percepção de que é possível pensar as mudanças sociais com base em projeto de cunho apenas ideológico. Nessa linha, entendo ser de todo impossível promover o desenvolvimento do Nordeste com base em estratégia que privilegie a **tecnologia do simples**, como se por esse caminho se pudesse solucionar os graves problemas sociais que a Região enfrenta, destacando-se, a respeito, os do emprego.

Daí a importância de referir questões como modernização e modernidade. A modernização e a modernidade não ocorrem por acaso. Ou bruscamente. Elas passam por específicos e gerais

¹) MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977, p.24-5.

processos de transição. Processos que sempre se dão mediante a articulação de partes importantes do que é considerado "velho" com o que é admitido como "novo".

Refiro duas abordagens pioneiras sobre estas questões. Em primeiro lugar, menciono as de Gilberto Freyre, desenvolvidas em 1941, em Seminário sobre **Modernismo e Modernidade**, realizado em Olinda (Pernambuco)², e em 1959, quando escreveu seu **Ordem e Progresso**³.

Também moderno foi o Celso Furtado. Nas discussões e trabalhos da fase inicial da SUDENE, ele dizia sobre a transição por que teria de passar o Nordeste, que a economia dessa região "tende a comportar-se, vis-a-vis da do Centro-Sul, de forma similar ao setor artesanal de uma economia em processo de industrialização, em face das novas manufaturas. (...) Não podendo concorrer, traumatiza-se ou desagrega-se."⁴

O tema é importante. Embora eu não queira cair na tentação de desenvolvê-lo, não posso deixar de chamar a atenção para o tratamento que lhe é dado por Cristovam Buarque, em seu **O Colapso da Modernidade Brasileira**, no qual traça o caminho para "O Brasil da Nova Modernidade". Sobre o assunto, quero apenas registrar a minha dificuldade em seguir Cristovam, por resumir sua alternativa a "uma opção ideológica quanto ao futuro".⁵

Daqui eu derivo para o mundo articulado em que vivemos. Mundo integrado econômica e politicamente, no qual não cabem improvisações, nem milagres. Universo que não nos permite pensar mais em regiões autônomas ou em países cujas economias

2) Gilberto Freyre já falava nisso há 50 anos. Ver, a respeito: "Modernismo e Modernidade.", **Nordeste Econômico, Político e Cultural**. Recife, vol. 22, 1991, p.15.

3) FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso; processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república** (Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974, 3ª ed., 2 v., V. 2, p. 387.)

4) FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962, p. 50.

5) BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 35.

possam avançar sem intercâmbio com o exterior. O crítico é que nesse mundo começaram a escassear as fontes dos novos investimentos, de que tanto carece o Nordeste. Mas não será por isso que o desenvolvimento e a solução dos seus grandes problemas vão poder ser alcançados sem crescimento econômico, com base em programas apenas de apoio aos pequenos produtores.

É com essa percepção que discutirei os seguintes aspectos do tema aqui tratado:

- a) a expansão econômica recente do Nordeste;
- b) novas fontes de dinamismo econômico e estratégia global para sua concretização;
- c) a irrigação como instrumento central da nova estratégia;
- d) exigências para ampliar a irrigação no Nordeste;
- e) novos pólos de desenvolvimento com base na irrigação.

II — Expansão econômica recente do Nordeste

A análise da política de desenvolvimento praticada no Nordeste, no período pós-SUDENE, permite-me fazer as duas seguintes afirmações:

- 1ª - O crescimento da economia nordestina, nos anos 70/80, foi viabilizado por investimentos governamentais diretos e por incentivos ao setor privado. Seu "motor" foi a indústria incentivada, cuja expansão foi garantida pela crescente articulação da economia nordestina à moderna economia do Centro-Sul, particularmente à de São Paulo;
- 2ª - A expansão da indústria comandou a do setor terciário, mas foi pouco efetiva em relação à agricultura. O processo de integração da economia do Nordeste à economia mais dinâmica do país não pôde completar-se, pois a modernização da agricultura se deu de forma extremamente pontual. A consequência mais imediata foi a desarticulação da agricultura tradicional do Nordeste, expressa por redução no valor da produção e no volume de empregos gerados.

Quero reforçar tais afirmativas comentando alguns indicadores econômicos e sociais, relativos ao desempenho da economia do Nordeste.

Os indicadores macroeconômicos globais informam que a economia nordestina apresentou melhor desempenho do que a economia brasileira no período 1960–69. O desempenho só não foi superior nos anos do chamado "milagre econômico" (1968-73), quando o PIB do Brasil cresceu a uma taxa de 11,3% ao ano, e o do Nordeste a 7,7%. Esses resultados podem ser considerados bons porque a economia brasileira também apresentou bons índices de desempenho em vários momentos desse período.⁶

O estudo realizado por Gustavo Maia Gomes para o BNB informa ainda que "o mais rápido crescimento econômico do Nordeste fez com que o produto interno bruto da região passasse de 13,8% do PIB brasileiro, em 1960, para 15,9% em 1989."⁷

O comportamento em termos setoriais, para o mesmo período, indica perda de importância da agricultura, que cresceu a 3,1% a.a. e teve sua participação no PIB reduzida, ao passar de 29% em 1960 para 13,4% em 1989. Mostra evolução acentuada da indústria, com o PIB crescendo a 7% a.a. e uma participação no PIB evoluindo de 23,1% para 29,4% nos anos inicial e final do período. O setor serviços foi quem mais cresceu (8,2% a.a.). Sua participação no PIB da Região de cada um desses setores para o crescimento do PIB foi de, respectivamente, 14%, 25% e 61%.

Em termos espaciais, o crescimento econômico observado foi mais intenso nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, cuja contribuição para o crescimento do PIB regional foi de, respectivamente, 36,1%, 18,5% e 11,5%, tomando por base dados médios do período 1970-87. As maiores taxas de crescimento médio anual, nesse período, foram observadas nos Estados do Maranhão (9,6%), Alagoas (9%) e Rio Grande do Norte.

As evidências empíricas mostram que o desempenho da economia do Nordeste foi mais favorável nos anos 70 do que nos anos 80. O agravamento dos aspectos sociais resultou da forma

6) GOMES, Gustavo Maia. **Uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE / Fortaleza: BNB, 1991, p. 76.

7) Idem, p. 77.

extremamente concentrada e desigual que caracterizou o processo de crescimento

As evidências empíricas mostram que a pobreza aumentou no Nordeste e no Brasil, especialmente após os anos 80. Os indicadores setoriais continuam revelando que permanecem altos os níveis de analfabetismo, de deficiência alimentar, de renda e de desemprego. **Mas não é possível desconhecer que o quadro tenderia a ser bem mais desigual na ausência dos investimentos realizados sob a égide da SUDENE.**

Essa constatação não está sendo feita para redimir a SUDENE, os políticos ou os grupos econômicos de dentro e de fora da Região, pelas grandes desigualdades que ainda separam o Nordeste do Centro-Sul. Destaco-a como base para reflexão: a situação poderia ser bem pior.

Outras tivessem sido as estratégias e os programas de desenvolvimento rural, executados nos anos 70 e 80, a exemplo das constantes iniciativas como a do POLONORDESTE e a do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste — PAPP, os problemas sociais e econômicos poderiam ter tido melhor encaminhamento e solução. Mas essas estratégias foram **inadequadas** como solução para esses problemas. E foram inadequadas porque se basearam em diagnósticos equivocados, sustentados em **concepções de forte sabor ideológico**, assentadas na idéia de que **o negócio é ser pequeno**. Programas como o PAPP podem ter lugar no Nordeste. O que não podem e não devem é ser exclusivos.⁸

Os recentes estudos do BNB revelam que "a má situação do Nordeste constitui um reflexo da **insuficiência** de seu crescimento econômico." Mostram também que há duas formas de ler os indicadores sociais da Região. A primeira consiste em comparar os dados do Nordeste com os do Sudeste e os do Brasil. Nesse caso, os "resultados são preocupantes". Mas a situação é bem melhor se os indicadores forem lidos atentando-se para a sua evolução, em especial depois dos anos 60. Com base nessa leitura, pode-se verificar mudanças expressivas em indicadores como esperança de vida ao nascer (que passou de 43,5 anos em 1960

8) Veja-se, a respeito: I) CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste; secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 405-8; e II) GOMES, Gustavo Maia. Op. cit., pp. 89-94.

para 51,5 em 1980); mortalidade infantil (caiu de 154,9 para 121,4 por mil, no mesmo período); e taxa de alfabetização (elevou-se de 34,2% em 1960 para 53,1% em 1985).⁹

O desempenho menos favorável da economia do Nordeste pode ser alterado aumentando o nível de atividade econômica. Os desníveis sociais podem ser consideravelmente minimizados por esse caminho e, em particular, pela adoção de políticas explícitas e mais efetivas de desenvolvimento social.

Sobre o assunto, convém referir a percepção de Leonardo Guimarães Neto, a respeito dos impactos desse processo sobre o emprego. Diz Leonardo Guimarães Neto:

"Como as regiões brasileiras são extremamente desiguais não só do ponto de vista de rendimento médio, como na sua estrutura econômica e social, do avanço das relações capitalistas, da sua estrutura de poder e dos mecanismos produtores das desigualdades pessoais, é de se esperar que mesmo que o seu crescimento econômico ocorresse com igual intensidade para o conjunto das regiões, que os impactos sociais (...) devam ser diferenciados."¹⁰

III — Novas fontes de dinamismo econômico e estratégia para sua concretização

A economia do Nordeste dispõe de poucas fontes de dinamismo. Tirante a indústria incentivada, dependente e complementar da indústria centro-sulina, a região conta com muito poucas opções de investimento.¹¹

A irrigação pode ser a principal fonte da dinamização exigida e possível, mas requer complementações, particularmente

9) GOMES, Gustavo Maia, op. cit., p. 101.

10) Idem, p.109. Apud: Leonardo Guimarães Neto, **Aspectos sociais da questão regional nas décadas de 70 e 80**, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1990.)

11) Veja-se, sobre o assunto: Tânia Bacelar de Araújo, **O traço-de-união que ainda falta. Rumos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ABDE, 14(84):4-11, jul./ago., 1990.

com a indústria. Neste sentido, o desenvolvimento do Nordeste pode ser sinônimo de industrialização. **O problema é saber como promovê-la**, em articulação com os outros setores.

Entendo que esse processo exige a observância de **quatro condições básicas**:

- manutenção da moderna e dinâmica indústria incentivada existente, em virtude de sua integração com a economia do Centro-Sul e, por intermédio desta, com a economia internacional;
- implantação de **novos tipos de indústria**, a partir da transformação de matérias-primas locais, produzidas com base na **expansão da agricultura irrigada**;
- execução de programas de reforma agrária em articulação com os programas de irrigação, pública e privada;
- apoio do Estado à integração das novas indústrias e destas com as indústrias mais dinâmicas já instaladas ou que vieram a se instalar na região.

Mesmo no quadro de uma **modernização reformista**, as exigências da primeira condição continuarão se impondo. Os retoques indispensáveis à sua reorientação dependem de **como a sociedade civil vier a pressionar o Estado**. A segunda e a terceira condições constituem as variáveis-chave para assegurar um novo processo de industrialização, e, por seu intermédio, promover a transformação pela via reformista da economia do Nordeste. É para elas que se deve voltar a atenção, se se tiver em vista **uma nova dinâmica econômica para o Nordeste**, calcada na irrigação. A quarta condição complementa e reforça a segunda e a terceira.

Neste sentido, o **lugar da irrigação** no quadro de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste tende a ser de grande destaque.

Os problemas daí deriváveis consistem em saber aproveitar os investimentos governamentais e em conceder estímulos ao setor privado, **segundo orientação** que atenda aos requisitos do desenvolvimento e do atendimento das demandas sociais urgentes e

imediatas. Uma nova orientação, a tal respeito, exigirá uma dupla estratégia¹²:

- a estratégia de transformação e
- a estratégia de sobrevivência.

A tarefa foi levada a cabo durante Simpósio do PMDB, realizado em Salvador, em outubro de 1984.¹³

A estratégia de transformação deve compreender programas de desenvolvimento da agricultura — com ênfase na irrigação —, definidos e postos em prática em estreita articulação com os de reforma agrária, e dos demais setores produtivos, considerando as complementaridades com os segmentos modernos das regiões mais desenvolvidas do país. Contempla também, prioritariamente, programas de educação.

A estratégia de sobrevivência trata dos problemas do aqui e do agora, dos muito pobres que vivem no campo e nas cidades do Nordeste. Cuida de programas emergenciais, de corte produtivo, voltados para geração de empregos, mas com base na geração de bens e serviços demandados de forma imediata pela população. Alguns dos programas a esse respeito podem ser iniciados como uma antecipação de programas de investimento futuro, que demandem mais detalhes técnicos.

IV — A irrigação como instrumento central da nova estratégia

É inadequado dizer-se que a irrigação é a panacéia para os problemas do Nordeste, e em particular os de suas áreas sujeitas às secas. Mas é extremamente equivocada a afirmativa de que a irrigação não constitui ajuda indispensável à solução desses mesmos problemas.

¹²) Esclareço que essa concepção é de Rômulo Almeida, com quem colaborei para o seu delineamento.

¹³) Instituto João Mangabeira. **O Nordeste e a mudança; proposta do PMDB sobre política nacional para o Nordeste.** [Documento síntese do Simpósio realizado pelo PMDB, em Salvador (Bahia), nos dias 19 e 20 de outubro de 1984]. Salvador, 1984. (Coleção Jaime Guimarães, V. II.).

Daí a necessidade de discutir a idéia segundo a qual a **irrigação constitui um mero instrumento para o desenvolvimento da agricultura**. Pode-se aceitar essa generalização, na medida em que ela se refira ao quadro de uma agricultura já desenvolvida, como a do Sudeste e em particular a de São Paulo.

O mesmo não ocorre quando se está diante de uma realidade como a do Nordeste. Por isso, há que se pensar a irrigação no Nordeste não como um simples instrumento para o desenvolvimento da agricultura. **A agricultura irrigada deve ser pensada como um instrumento de desenvolvimento regional**, capaz de garantir o desenvolvimento global, desde que se promova uma estreita articulação das atividades agrícolas, com base na irrigação, com as atividades urbano-industriais.

Ao nível atual de desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste, a produtividade da agricultura irrigada é, pelo menos, quatro vezes superior à apresentada pela agricultura de sequeiro. Com o avanço técnico que a irrigação exige e a necessidade de conquistar novos mercados, dentro e fora do país, a agricultura irrigada tende a assumir papel ainda mais importante.

A experiência que se vive hoje na área do **pólo Petrolina/Juazeiro** constitui a evidência mais concreta a este respeito.¹⁴

Não se deve entretanto generalizar as possibilidades dessa experiência, aceitando-a sem um exame crítico, tendo em vista distorções que ali podem vir ocorrendo, no que se refere à transformação das relações sociais de produção. Por isso convém deixar claro que o avanço da agricultura irrigada, nessa e em outras áreas do Nordeste, deve processar-se de acordo com medidas que assegurem **a efetiva utilização social dos investimentos públicos realizados ou requeridos para expandir a irrigação**.

Essa percepção leva implícita a **necessidade de articular os programas de irrigação no Nordeste com os**

14) Consulte-se, sobre o assunto: Eugenio Maffei; José Ferreira Irmão & Herminio Ramos de Souza, **Irrigação e emprego no sertão do São Francisco**. (Recife, SUDENE, 1986); e Augusto César de Oliveira (Coord.), **Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro**. (Recife: UFPE/PIMES; Brasília: CODEVASF, 1991.)

de reforma agrária, especialmente nas áreas semi-áridas da região, onde a agricultura de sequeiro constitui um permanente risco. Por isso, as experiências de reforma agrária levadas a cabo no semi-árido, com base nesse tipo de agricultura, não têm sido bem sucedidas.

A articulação dos programas de reforma agrária com os de irrigação no Nordeste, em particular no semi-árido, garantirá eficácia à reforma agrária, viabilizando seu **tríplice sentido**:

- **econômico** (geração de mais emprego, mais renda e mais produção),
- **social** (alterando a distribuição de renda em favor dos assalariados e dos pequenos irrigantes) e
- **político** (contribuindo para mudar a estrutura oligárquica de manutenção do poder).

Fecho este ponto destacando que o desenvolvimento da irrigação no Nordeste enfeixa o mais potente conjunto de instrumentos para eliminar a influência do "relógio da natureza" sobre as atividades agrícolas e pecuárias da Região.

V — As exigências para ampliar a irrigação no Nordeste

A expansão da agricultura irrigada no Nordeste impõe o atendimento de **quatro exigências**.

A **primeira exigência** compreende a **solução da questão agrária**, nas linhas já expostas. No limite, o atendimento dessa exigência, requer **densidade específica das forças sociais progressistas**.

A **segunda exigência**, relativa à **definição de novas prioridades para a irrigação no Nordeste**, compreende a **participação da comunidade**, entendida como resultado da articulação dos interesses dos diferentes segmentos sociais envolvidos no processo de expansão da agricultura irrigada. Deve-se, porém, ter em conta que a irrigação não é uma atividade de benemerência. Ela terá sentido social (potenciando, por exemplo, a geração de empregos) se for conduzida com eficiência econômica. **Quem se dedicar à irrigação terá que ser tecnicamente**

competente. Precisar^á trabalhar de sol a sol, madrugando muitas vezes, para obter nas horas de temperatura mais amena, uma **melhor eficiência do uso da água.** É por conta de sua natureza específica que a agricultura irrigada impõe condições de dedicação ao trabalho não exigidas pela agricultura de sequeiro.

Neste sentido, a **organização dos trabalhadores urbanos e rurais,** ligados ao desenvolvimento da agricultura irrigada, assume lugar de destaque na **estratégia de transformação** da sociedade nordestina. Os trabalhadores do Nordeste têm tido sucesso em suas reivindicações, quando as atividades às quais estão ligados apresentam densidade econômica, como ocorre com as da agricultura canavieira.

Os trabalhadores do semi-árido nordestino, vinculados ao complexo algodão-pecuária-lavouras alimentares, embora também venham se organizando, ainda dispõem de escasso poder reivindicatório. O caráter tradicional das atividades desse complexo, do qual decorre em grande medida sua baixa produtividade, assim como a relativa abundância de mão-de-obra existente no interior dessa zona, continua impedindo a realização de mudanças na estrutura econômica das faixas semi-áridas da Região. A lógica desse complexo continua sendo favorável aos grandes donos de terra, que, muitas vezes, também são comerciantes, industriais, políticos e, não raro, funcionários do Estado. Todos eles têm suas posições fortalecidas às custas dos incentivos governamentais. A prevalência do capital comercial no Nordeste, como agente ou não do capital produtivo, nutre-se dessas possibilidades.

A terceira exigência, no quadro de um Estado capitalista, refere-se à **participação da iniciativa privada.** A respeito é preciso pensar e refletir que as **obras de captação, armazenamento e distribuição de água** nos projetos públicos são construídas por empresas construtoras. Os custos dessas obras são dados como altos, embora eles não difiram praticamente dos gastos observados em países com tradição no domínio da agricultura irrigada (Estados Unidos, Índia, Espanha e Israel).

Os custos da **infra-estrutura de irrigação** tornam-se às vezes mais elevados por causa dos atrasos na liberação de recursos pelos órgãos públicos. Mas podem ser mais baixos, desde que os trabalhos de planejamento, a nível de bacias ou de projeto, sejam realizados com mais eficiência.

Deve-se também estar atento para a natureza da participação dos empresários de todos os portes nos projetos públicos de irrigação, explorando terras em regime de arrendamento, com opção de compra. No limite, o Estado e a sociedade civil devem atuar no sentido de garantir a utilização preferencial dos projetos públicos por pequenos irrigantes. A Lei de Irrigação estabelece que 80% da área de um projeto público devem ser explorados por colonos e até 20% por empresários. Decretos posteriores criaram a possibilidade de elevar esses limites para 50 e 50%, respectivamente.

Não vou aprofundar este ponto. Mas é importante mencionar que a política de irrigação em curso, concebida no bojo da **Resenha Setorial de Irrigação**, privilegia o desenvolvimento da agricultura irrigada pela iniciativa privada.

A quarta exigência refere-se à mobilização de recursos financeiros.

Os resultados alcançados até hoje, em matéria de ampliação das áreas no Nordeste, têm a ver com as impossibilidades criadas pelo não enfrentamento da questão agrária ou com a frágil base técnica, na qual está assentada a agricultura da Região. Mas a reduzida disponibilidade de recursos com que têm sido dotados os programas de irrigação constitui fator de considerável peso para o lento crescimento das áreas irrigadas.

Essa limitação não é de hoje. A irrigação passou a dispor de uma fonte razoavelmente estável de recursos financeiros, com a instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970. Mesmo assim, as dotações orçamentárias anuais continuaram sendo consignadas em valores inferiores aos programas. Foi isso o que ocorreu no curso do I, do II e do III Planos Nacionais de Desenvolvimento, que vigoraram, respectivamente, nos períodos 1972-74, 1975-79 e 1980-85. Situação semelhante também foi observada no governo da chamada **Nova República**.

Em todos esses planos, a irrigação foi considerada prioritária. Na prática, porém, o programa de irrigação do Nordeste teve sua execução conduzida segundo aquelas limitações. A média dos recursos efetivamente destinados à irrigação manteve-se, quase sempre, em torno de 25% dos valores programados.

Os resultados alcançados, em tais condições, não poderiam corresponder às metas programadas. Ficaram, por isso, quase sempre, no limite de 20% das metas programadas. Isto significa uma eficiência de 80%, no tocante à implantação dos projetos.

As restrições financeiras estendem-se também ao crédito rural, cujo acesso tem sido extremamente limitado, tanto para investimento como para custeio. Além da necessidade de ampliar a oferta de crédito para investimento, em condições de pagamento compatíveis com o estágio de desenvolvimento da economia nordestina, convém também ampliar e flexibilizar a oferta de crédito para custeio. Na irrigação, esse tipo de crédito não pode ser concedido como se houvesse apenas uma safra anual, como ocorre com o que é oferecido aos produtores que se dedicam à agricultura de sequeiro.

As áreas irrigadas no Nordeste pelas iniciativas públicas e privadas, correspondiam, em fins de 1990, a 732.400 ha. Desse total, cerca de 96.532 ha — 67.036 a cargo da CODEVASF e 29.496 do DNOCS —, ou seja, 13%, correspondem a projetos de irrigação pública federal.

VI — Os novos pólos de desenvolvimento com base na irrigação

A viabilidade do programa de irrigação do Nordeste depende em grande medida da execução de um programa de desenvolvimento da agroindústria. Com essa perspectiva, o PRONI realizou juntamente com o BNB um amplo estudo sobre as possibilidades e as exigências de desenvolvimento de um programa agroindustrial para a Região, tendo por base a produção de alimentos e matérias-primas provenientes de áreas irrigadas.

A experiência brasileira revela que o surgimento de empreendimentos agroindustriais também confere estabilidade e preços remunerativos ao meio rural, assegurando integração e interiorizando repercussões positivas em matéria de distribuição de renda.

O desenvolvimento da agroindústria se dará em pólos potenciais, que já operam como tal e que serão dinamizados ou mesmo criados em função da produção agrícola irrigada. São eles:

- Norte de Minas (MG);
- Petrolina/Juazeiro (BA/PE);
- Açu (RN);
- Baixo Médio Jaguaribe (CE);
- Gurguéia (PI);
- Baixo São Francisco (SE/AL);
- Acaraú/Curu (CE);
- Moxotó/Pajeú (PE);
- Baixo Parnaíba (MA/PI);
- Guanambi (BA);
- Alto Piranhas (PB);
- Barreiras (BA);
- Formoso (BA);
- Baixada Ocidental Maranhense (MA);

VII — Considerações Finais

Do anterior, derivo algumas conclusões e um comentário final.

Como conclusões, eu salientaria os seguintes pontos:

- a política de desenvolvimento regional para o Nordeste continua sendo compensatória;
- a expansão econômica vem tendo lugar segundo a lógica do centro hegemônico, capitaneado por São Paulo;
- as atividades econômicas do Nordeste que apresentam dinamismo estão ligadas à indústria incentivada, que irá bem enquanto a indústria paulista também o for;
- nossa história registra que nos momentos de crise da economia nacional "sobra muito pouco" em matéria de recursos para continuar investindo no processo de crescimento da Região. Por isso, as medidas de fortalecimento da economia regional tendem a ser retardadas. Sua colocação em prática dependerá dos

resultados das medidas de saneamento global da economia, ora praticadas;

- os segmentos políticos e econômicos da Região, com capacidade para reivindicar junto às altas esferas do governo federal, continuam atuando no sentido de reverter o quadro desfavorável atual. Essa atuação, entretanto, não deve ser avaliada segundo critérios apenas éticos, pois os de natureza econômica continuarão sendo determinantes;
- a irrigação só deixará de desempenhar papel relevante no processo de desenvolvimento do Nordeste se prevalecerem estratégias de desenvolvimento assentadas em soluções pequeninistas, pobristas e autarquistas, como as que caracterizaram os programas executados nos anos 80.

Vamos ao comentário.

Com as perspectivas de redução dos investimentos governamentais, fica difícil pensar sobre como imprimir novo ritmo ao desenvolvimento do Nordeste. O preenchimento desse vazio depende da concepção que se tiver sobre o **Projeto Brasil**, do qual, naturalmente, depende a definição do papel do Estado, como investidor e regulador da atividade econômica, em relação ao Nordeste. Da concepção desse projeto, também se deriva o papel que se espera da iniciativa privada, em relação ao desenvolvimento da Região.

A estratégia para o desenvolvimento do Nordeste, constante do **Projeto de Reconstrução Nacional**, não difere muito da descrita aqui. Por isso, ela precisa ser melhor estudada, para que se saiba se suas prioridades em relação ao desenvolvimento do Nordeste ultrapassam os limites do discurso.

O que particulariza a estratégia cujos contornos apresentamos é sua dupla natureza, de ser a um só tempo de transformação e de sobrevivência. De conciliar o econômico com o social, sem privilegiar apenas uma dessas duas dimensões e sem esquecer as particularidades políticas e culturais do Nordeste, no quadro de uma economia que tende cada vez mais a se integrar à dinâmica do mercado nacional.

A Região na Constituição Brasileira*

Jorge Fernando de Santana **

I — As Regiões Subsistem: Registro de Fatos

Sob a influência de algumas variantes do Materialismo Histórico e de certas correntes políticas de visão imediatista ou de apelo populista, muitos entre nós torcem o nariz e dão de ombros — quando não reagem duramente — a qualquer referência a "questões regionais". Tudo se passaria como se, por um lado, o avanço do modo de produção capitalista houvesse dissolvido as regiões brasileiras e convertido o espaço nacional numa pasta homogênea, ou, por outro lado, como se região fosse apenas sinônimo de ultrapassado conservadorismo, de modo que, nos dois casos, estaríamos diante de uma detestável alienação.¹

*) Trabalho apresentado no 1º Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional, promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, realizado em Campina Grande - Paraíba, nos dias 6 e 7 de maio de 1991.

**) Técnico da SUDENE.

1) Uma leitura apressada de Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião, Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 27-28), tem levado a posições desse tipo. Num dos trechos marcantes do seu livro, o autor escreveu: "privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes e do conflito social em escala

Sou daqueles que ainda creêm primeiro nos fatos e, só depois, nos argumentos. Pois os fatos me dizem que regiões não somente persistem, no Brasil, como são nitidamente percebidas e explorados por distintos atores sociais. Vejamos alguns fatos.

Fato número 1. Tão logo fora anunciada, em maio de 1988, a "nova política industrial brasileira", praticamente centrada em incentivos, o Presidente da FIESP propôs ao Superintendente da SUDENE a criação de estímulos especiais para a absorção, pelo Nordeste, das máquinas, equipamentos e instrumentos descartados pelas empresas do Sudeste, que seriam modernizadas. "Claro", dizia ele, "a tecnologia atual já não nos serve, mas ao Nordeste, com aquele enorme contingente de mão de obra desocupada, ela ainda será de grande serventia; a SUDENE prestaria, assim, um real serviço à Região e ao País". Nesse modo de ver, as regiões, conquanto integrando um mercado nacional verticalizado, subsistem, na sua funcionalidade.

Fato número 2. Estarrecido com o grande número de graves erros médicos no Estado, o Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo sugeriu uma dura providência: os concluintes dos cursos médicos, à semelhança do que acontece com

mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões", no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado, mas em alguns espaços econômicos do mundo capitalista, de que talvez a economia norte-americana seja o exemplo mais completo, é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano. É óbvio que essa exacerbação da homogeneização ocorreu no caso norte-americano precisamente por ser o país líder da economia capitalista mundial: a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita das diferenças regionais reais, como as cria para seu próprio proveito" (p. 27). Acresce que os programas dos partidos políticos alinhados mais à esquerda ignoram a existência de "questões regionais" no Brasil.

os dos cursos jurídicos, somente obteriam autorização para o efetivo exercício da profissão, se fossem aprovados nos rigorosos exames a que se submeteriam ante os Conselhos Regionais de Medicina. "Claro", escreveu ele na Revista VEJA (1989), "os reprovados em São Paulo poderiam medicar no Norte ou no Nordeste, onde certas exigências soam até exageradas".² Na realidade, essa descentralização tão generosa cumpriria a dupla função de, no Nordeste, habilitar os incompetentes e, no Sudeste, reduzir a competição entre os mais capazes.

Fato número 3. Em meados de 1990, o Governo Federal descobriu, em alguns dos seus armazéns, uma grande quantidade de alimentos deteriorados, que um burocrata zeloso anunciou à imprensa sob o delicado circunlóquio de "produtos fora dos padrões de mercado". O destino natural desse estoque de iguarias seria o Nordeste. "Claro", falou um porta-voz do Executivo, "a Região estava enfrentando uma grave seca, em vários Estados, e o quadro da fome justificava a doação". Afinal, o drama tinha sido identificado, dimensionado, acompanhado e, apesar de tudo, até então intocado pelo Governo Federal. Chegara a hora de fazer alguma coisa, sem custo algum. Espaço de concentração da indignação, no País, o Nordeste bem que se presta a esse papel político.

Isso tudo pode ser acabrunhante. Mas, atesta que o espaço interno brasileiro é, de fato, heterogêneo. Decerto, a diferenciação espacial não basta para caracterizar um sistema de regiões. Nela reside, porém, uma condição necessária. Uma verdadeira região tem, afora isso, uma relação funcional com as outras unidades espaciais que compõem o quadro nacional. E tem, enfim, uma consciência, traduzida e expressa na organização dos atores sociais nela abrigados. Por isso é que as realidades regionais subjazem ao manto uniformizador do modo de produção prevalecente e se revelam, no dizer de Milton Santos, em "rugosidades"³, que rompem a monotonia do tecido de relações sociais superimposto.

Em suma, reconhecem-se as regiões por três características:

- a **identidade** (forma e estrutural),
- a **funcionalidade** (social e econômica) e
- a **organicidade** (política e institucional).

²) Cf. Revista VEJA, Abril Cultural, edição de 20.9.89, p. 162.

³) Cf. Milton Santos, Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985.

A primeira marca a diferenciação e peculiaridade do espaço, frente às demais parcelas de um dado quadro nacional, em termos dos recursos naturais, da composição demográfica, da estrutura econômica, das manifestações culturais e dos padrões de vida. No limite, a identidade pode chegar a uma relativa independência da região, configurando uma "economia regional" propriamente dita. A integração nacional quebra essa qualidade de independência, mas não consegue apagar a singularidade da região, fundamento, aliás, da teia de realizações interespaçiais que o novo processo requer.

Quanto à funcionalidade, identificada pelo papel que o espaço regional exerce e, mais especificamente, pela natureza e pelo destino dos fluxos demográficos e econômicos mantidos com as outras unidades espaciais de um país, constitui certamente um dos elementos da identidade regional. Mas ressalta-lhe o componente de movimento e dinamismo, assim como o de importância econômica e social. As determinações e qualificações dessa funcionalidade variam com o tempo, sob a influência de diversos fatores e processos. E a integração nacional é um deles.

Enfim, a organização dos atores sociais determina a densidade política da região e explica o transbordamento do seu poder de interferência sobre áreas situadas além dos seus limites territoriais. Com frequência, tal organização se personifica nas instituições formais, ou seja, legalmente constituídas, para a defesa e preservação dos interesses próprios de forças sociais bem caracterizadas. O processo de integração nacional também afeta essas instituições, reduzindo o papel de algumas e pondo em relevo o de outras. Contudo, sempre se encontrará na região esse caráter de organicidade.

No caso do Brasil, o processo de integração nacional desfez a independência e o isolamento das regiões, responsável pelo que historiadores denominam "arquipélago econômico"⁴. Ocorre que a

⁴) Em *O Brasil pós-milagre* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 138-140), Celso Frutado escreveu: "A pulsação centralismo-descentralismo deve portanto ser situada na história, ligada que está a essas duas características fundamentais do nosso povo que são a consciência de unidade nacional e a percepção da identidade regional. Equivoca-se quem aí pretende identificar uma alternativa de quadros institucionais excludentes. O centralismo do período monárquico, que se limitava ao quadro institucional político, foi uma condição necessária para a formação de um Estado nacional,

interligação desses espaços se deu sob formas e mecanismos verticalizadores. E o resultado tem sido a dependência da maioria

pois as distintas regiões constituíam entidades econômicas sem vínculos entre si ou com vínculos demasiado débeis. A descentralização da primeira República liga-se ao grande surto da economia cafeeira; graças a ela, a política econômica do governo central passou a subordinar-se aos interesses da região em mais rápida expansão. Por outro lado, o centralismo do período de Vargas abriu o caminho à unificação do mercado nacional, unificação exigida pela expansão industrial que se intensifica a partir da crise mundial de 1929. A descentralização da Constituição de 1946 foi evidentemente uma reação contra os excessos do centralismo varguista, mas permitiu tomar consciência das malformações da industrialização demasiado centralizada, particularmente da tendência à concentração da renda em detrimento de regiões densamente povoadas como o Nordeste (...). "O centralismo brasileiro foi instrumental tanto na formação da nacionalidade como na constituição de um sistema econômico integrado. Com efeito, ele transformou uma constelação de regiões que possuíam uma certa herança cultural comum, mas praticamente sem vínculos econômicos, em uma nação consciente de sua unidade, e, em fase subsequente, forjou um mercado comum graças ao qual a industrialização pode avançar com rapidez. O problema inicial era, portanto, o da fragilidade dos vínculos entre grupos de população espalhados em um vasto território, quase sempre articulados de forma autônoma a centros econômicos no exterior. O Estado brasileiro monárquico, sendo uma prolongação do Estado português, manteve-se equidistante das regiões e deu prioridade à defesa da unidade nacional. Não existia base econômica em que fundar essa unidade, quando não fosse a defesa do tráfico africano sob permanente ameaça dos ingleses na primeira metade do século passado. Mas não há dúvida de que a idéia de unidade foi a chave para criar em todas as regiões o sentimento de co-responsabilidade na defesa do imenso patrimônio territorial. Ora, essa missão histórica do Estado brasileiro, como instrumento formativo da nacionalidade, cumpriu-se plenamente quando as distintas regiões se integraram em um só sistema econômico. Coube ao ultracentralizado Estado Novo de Vargas completar essa tarefa, quiçá de forma algo precipitada... Dessa forma, surgiu todo um tecido de vínculos econômicos entre regiões que anteriormente se articulavam quase somente no plano político. Essas relações são complexas e envolvem conhecidas dissemetrias, mas nem por isso deixam de ser sólidas. Portanto, não é exagerado afirmar que o centralismo está hoje inscrito na estrutura econômica do país. A unidade nacional já não se circunscreve ao plano subjetivo, pois ela penetra em todos os interstícios da vida cotidiana. Nessas circunstâncias, o centralismo político constituiu simples redundância, porquanto contribui para agravar os aspectos negativos do centralismo econômico na medida em que retira o contrapeso da autonomia regional."

deles face ao que mais cedo se modernizou, isto é, à região Sudeste.⁵ Os fatos que, há pouco, referi, nada mais são do que testemunhas do momento de nítida subjugação a que uma região, fortemente organizada e habilmente protegida pela armadura do "projeto e interesse nacional", impôs ao restante do País.

Contudo, as regiões não são perenes: elas se formam, se afirmam, se dilaceram em crises, se reformam e reafirmam. Talvez, no longo prazo, venhamos a conhecer, no Brasil, uma economia nacional horizontalmente integrada. Mesmo assim, esmaecidos os limites das regiões outrora precisamente fechadas, daremos de cara com espaços geo-sócio-econômicos interdependentes, ou seja, articulados por fortes laços de livre e construtiva participação. Porque, acima de tudo, as regiões são espaços históricos de poder econômico e poder político. E tanto melhor o país, quando mais descentralizado o poder. Nesse sentido, vejo conservadorismo — na acepção própria de atitude reacionária — exatamente naqueles que se contentam com o atual estágio de integração verticalizada da economia nacional.

II — Política Espacial: Necessidade e Descaso

O espaço regional, enquanto tempo acumulado, é um produto da ação humana. Antes disso, porém, foi objeto do trabalho humano. E, bem antes ainda, condição desse trabalho. Com efeito, deixou-se descobrir como insumo, como suporte e como obstáculo à ação humana e, nessa ordem, condicionou o surgimento e o desenvolvimento das atividades exploradoras do espaço, das atividades utilizadoras do espaço e das atividades redutoras e integradoras do espaço. Por isso, o espaço concreto do Homem, longe de tender à homogeneidade, é essencialmente heterogêneo e indutor da diversidade das paisagens.

O "livre jogo dos atores econômicos" converte essa diversidade em disparidade espacial. A diversidade é, em princípio, benéfica, no tanto em que fundamenta a complementaridade espacial e o dinamismo criador dos valores de uso. A disparidade, não; ela exclui vastos contingentes humanos do circuito da produção e da

5) Cf. BRASIL — UFPE/IPEA/SUDENE, *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*, vol 4 ("A expansão capitalista, o papel do Estado e o desenvolvimento regional no Brasil"), Recife, 1984.

apropriação dos bens e da riqueza social. O "socorro do planejamento", através do Estado, destina-se a corrigir o que o "mercado" engendrou; objetiva não apagar as diversidades regionais do país, mas sim — e até servindo-se delas — elidir ou, quando nada, reduzir as disparidades regionais de desenvolvimento sócio-econômico, porque são injustas e, antes de tudo, porque operam contra o avanço do país no seu todo. Nesse sentido, existe uma "questão regional" do interesse nacional. E não se pode denominar esse cuidado de "atitude regionalista".⁶

É frequente — e, parece-me, o mais das vezes, proposital — colocar-se no mesmo alforje a "atitude regionalista" e a "abordagem regional", para lançar as duas na vala comum do repúdio. Trata-se, no entanto, de entidades ontologicamente e axiologicamente distintas e irreconciliáveis. De fato, a "abordagem regional" diz respeito à explicitação obrigatória da dimensão espacial em todos os esforços de reconhecimento e planejamento da realidade nacional, visando a apreender peculiaridades (formais, processuais e funcionais) no conjunto da formação social do país. Contribui para desvendar as fontes e estimar a progressão das desigualdades, avaliar as repercussões dessas disparidades na sociedade nacional em construção e, por fim, inovar o repositório de instrumentos e métodos de transformação social.

Em contraposição, a "atitude regionalista" fecha-se numa perspectiva intra-regional, perdendo de vista o ambiente maior da região e restringindo-se à busca de mecanismos de preservação e de reforço das relações vigentes. Nesse sentido, é a mera expressão do conservadorismo de elites dirigentes de uma dada parcela territorial, as quais reclamam, em nome de toda a sociedade, a resolução dos problemas por elas criados ou só a elas referidos, mas pelos quais não se sentem responsabilizadas.

Acresce que a "abordagem regional" compõe, organicamente, a abordagem espacial e a abordagem social, diferentes, sob o aspecto conceitual, mas inseparáveis, do ponto de vista funcional. Isso quer dizer que, sob o enfoque espacial, busca induzir a ocupação econômica eficiente do território e das suas parcelas regionais — ou seja, no plano inter-regional e no plano intra-regional — mediante a utilização produtiva dos seus recursos. Ao mesmo tempo, e sob a

⁶) Para melhor esclarecimento desses conceitos, ver BRASIL — UFPE/IPEA/SUDENE, op.cit.

ótica social, assume o compromisso político de orientar o uso econômico do espaço para uma progressiva elevação dos padrões de qualidade da vida pessoal e coletiva e mobiliza as organizações dos diversos segmentos da sociedade, a fim de participarem dos esforços orientados para a consecução do referido compromisso e o cumprimento dele. Enquanto isso, a "atitude regionalista" contenta-se com a miopia intra-regional e concentra-se no enfoque exclusivamente espacial, isto é, sem vincular à edificação da sociedade — como propósito e como processo — a utilização produtiva da sua base territorial.

Assim sendo, a "abordagem regional" não pode ser excluída dos planos de interpretação e transformação da realidade nacional: ela introduz a "dimensão espacial" em todo e qualquer ataque aos desafios nacionais, sejam eles potencialidades a explorar ou problemas a resolver, nos domínios econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos ou administrativos, entre outros. Já a "atitude regionalista" configura um estorvo, a ser evitado, nos processos de informação crítica e de construção e reconstrução, espontânea ou premeditada, do espaço nacional. Falta-lhe criatividade e solidariedade. O abandono das formas corretas de "regularização" só estimula a persistência dos tipos degenerados de "regionalismo" e a propagação das suas perversas implicações.

Ora, a "abordagem regional", pelo menos no Brasil, tem sofrido profundo descaso, como decorrência — ao que suponho — de um desinteresse intencional e de uma desproteção institucional. Na verdade, propositadamente, e valendo-se dos mais diversos recursos e artifícios, a elaboração das políticas públicas tem evitado a consideração expressa da dimensão espacial (de que as regiões são unidades históricas, refletindo a multiplicidade dos fenômenos da Natureza e dos fatos da vida do homem em sociedade e, ao mesmo tempo, diferenciando a projeção e manifestação desses fatos). O resultado acaba sendo, por um lado, a prevalência das "políticas regionais implícitas (as que de fato interessam às forças organizadas das regiões dominantes) e, por outro lado, a redução das "políticas regionais explícitas" a formas compensatórias de disfunções sociais, promovidas pelo mercado ou mesmo pelo Estado, e a modalidades de assistencialismo, patrocinadores da improdutividade e da ineficiência econômica.

De outra parte, a falta de instrumentalização legal está na raiz do fato de a "questão regional" vir sendo tratada, no Brasil,

como algo residual, marginal às políticas de governo, que se anunciam comprometidas com a modernidade. Significa dizer que os dispositivos governamentais peculiares das regiões e os próprios "organismos regionais" (em todos os níveis hierárquicos da União) sobrevivem na informalidade institucional, como que apenas tolerados. Por isso mesmo, padecem de renitente instabilidade, o que explicaria — segundo penso — gastarem mais tempo na luta pela sua própria preservação, do que no exercício da sua missão.

III — Região e Constituição: Inovações, Lacunas e Expectativas

Mudar os homens, enquanto cultura e comportamento, é tarefa para gerações. De modo que o desinteresse intencional pelo trato adequado das "questões regionais", no país, ainda perdurará por um bom tempo, até que as "deseconomias" e as ameaças à preservação das elites façam prevalecer o bom senso. Por menos que as pessoas deem atenção a isso, as "economias de aglomeração" têm limite. Contudo, já dispomos, quando nada, de boas armas para uma ação imediata: com a Constituição promulgada em 1988⁷, passamos a contar com um bem tecido aparato de princípios e normas para enfrentar "questões regionais".

A nova Carta inseriu, entre suas inovações, a "abordagem regional", seja de forma explícita, seja de forma implícita, em praticamente todos os seus dispositivos.⁸ Mais de duas dezenas de artigos lhe são expressamente reservados. Essa base de princípios poderia ser estruturada (veja o Quadro 1) em torno dos 5 pontos seguintes:

- 1) Região e Questão Regional;
- 2) Órgãos Regionais;
- 3) Planos Regionais e Programas Regionais;
- 4) Regionalização Orçamentária; e
- 5) Instrumentos Operativos Regionais.

7) BRASIL - Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília; Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

8) Ver também MINTER/SUDENE — Constituição de 1988: as conquistas do Nordeste. Recife, SUDENE, 1988.

QUADRO I

Itens da nova Constituição Brasileira que tratam de "questões regionais"

1. Sobre Região

- 1.1. Art. 3º, III — objetivo de redução de desigualdades regionais
- 1.2. Art. 43, § 1º, I — integração das regiões para efeitos administrativos
- 1.3. Art. 170, VII — objetivo regional de ordem econômica e financeira
- 1.4. Art. 210 — respeito aos valores culturais e artísticos regionais no ensino fundamental
- 1.5. Art. 221, II e III — promoção cultural regional na programação de rádio e TV e regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

2. Sobre Organismos Regionais

- 2.1. Art. 43, § 1º, II — composição e função dos organismos regionais
- 2.2. Art. 163, VII — funções das Instituições oficiais de crédito da União nas Regiões

3. Sobre Planos Regionais/Programas Regionais

- 3.1. Art. 21, IX e XVIII — planos de ordenação do território e defesa contra calamidades públicas
- 3.2. Art. 48, IV — competência do Congresso Nacional sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais
- 3.3. Art. 58, § 2º, VI — apreciação, pelas comissões do Congresso Nacional, de programas e planos nacionais, regionais e setoriais
- 3.4. Art. 174, § 1º — Incorporação/compatibilização dos planos nacionais e regionais

4. Sobre Regionalização Orçamentária

- 4.1. Art. 165, I, II e III, §1º, 4º e 7º — planos plurianuais/orçamentos regionalizados
- 4.2. Art. 166, § 1º, II — exame e parecer, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais
- 4.3. Art. 35/DT, § 1º, I e § 2º, I — progressividade da regionalização

(cont. na página seguinte)

(cont. da página anterior)

5. Sobre Instrumentos Regionais

- 5.1. Art. 43, § 2º, I, II, III e IV e § 3º — Incentivos regionais e aproveitamento dos rios e massas de água
- 5.2. Art. 159, I, c — Fundo de financiamento do NE/N/CO
- 5.3. Art. 192, § 2º — recursos financeiros regionais nas Instituições de crédito
- 5.4. Art. 198, I, II e III — rede regionalizada e hierarquizada de saúde
- 5.5. Art. 218, § 2º — pesquisa tecnológica para o sistema produtivo regional
- 5.6. Art. 34/DT, § 10, II — operação imediata do Fundo de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste
- 5.7. Art. 36/DT — ratificação dos fundos atuais pelo Congresso Nacional dentro de 2 anos
- 5.8. Art. 41/DT, § 1º — reavaliação dos incentivos fiscais setoriais
- 5.9. Art. 42/DT, I e II — parcela de recursos para irrigação no NE e CO
- 5.10. Art. 151, I — preservação dos incentivos fiscais regionais.

Consideradas no conjunto, as disposições constitucionais sobre a "questão regional", no Brasil, configuram um quadro bastante complexo e conseqüente. Com efeito, não se reduzem a meras intenções ou declarações de princípio. Ao contrário, indicam meios e instrumentos de realização dos objetivos. E, por isso mesmo, permeiam toda a Carta. Também nesse sentido constituíram um notável avanço.

Cinco artigos tratam diretamente da **questão regional**, na perspectiva inter-regional. O art. 3º destaca, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (item III). Também o art. 170 ressalta, como um dos princípios da ordem econômica, a "redução das desigualdades regionais e sociais" (item VII). O art. 43 estatui que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais". Acresce que, pelo art. 210,

"serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais". E o art. 221 fixa, entre os princípios a que devem atender a produção e programação das emissoras de rádio e televisão, os de (II) "promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação", e o de (III) "regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei".

Quanto aos **órgãos regionais**, vale ressaltar o parágrafo 1º, item II do art. 43 e o item VII do art. 163. No primeiro caso, estabeleceu-se que "lei complementar disporá sobre: (II) a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes". No caso do art. 163, VII, consagrou-se que "lei complementar disporá sobre: (VII) compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional".

Relativamente aos **planos e programas regionais**, contam-se 4 artigos. Pelo art. 21, "compete à União: (IX) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social". Ressalte-se, no art. 48, que "cabe ao Congresso Nacional.. dispor sobre: (IV) planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento". Mais especificamente, determina o art. 58 que "o Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias... às quais cabe: (VI) apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer". (§ 2º). Enfim, o primeiro parágrafo do art. 174 estatui: "a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento".

A **regionalização orçamentária** foi tratada em 3 artigos. Assim, o art. 165 dispõe, no parágrafo primeiro: "a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as

relativas aos programas de duração continuada"; no parágrafo quarto: "os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional"; no parágrafo sexto: "o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia"; e, no parágrafo sétimo: "os recursos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional". Já o art. 166 determina, no seu parágrafo primeiro, que "cabará a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados: (II) examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58". Finalmente, o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define: "o disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87".

Enfim, os instrumentos operativos regionais mereceram nove destaques no texto constitucional. No art. 43, o § 2º determina que "os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei: (I) igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público; (II) juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias; (III) isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas; (IV) prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas". O parágrafo 3º desse mesmo artigo dispõe que "nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação". O art. 159 obriga a União a entregar: "(I) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte

forma: (c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer". Aliás, o art. 34 das Disposições Transitórias fixou, no seu § 1º, o seguinte: "enquanto não entrar em vigor a lei prevista no art. 159, I, c, cuja promulgação se fará até 31 de dezembro de 1989, é assegurada a aplicação dos recursos previstos naquele dispositivo da seguinte maneira: (I) seis décimos por cento na Região Norte, através do Banco da Amazônia S.A.; (II) um inteiro e oito décimos por cento na Região Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; (III) seis décimos por cento na Região Centro-Oeste, através do Banco do Brasil S.A." No § 11 desse artigo 34/DT, estabeleceu-se: "fica criado, nos termos da lei, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para dar cumprimento, na referida região, ao que determinam os arts. 159, I, c e 192, § 2º, da Constituição. Define o art. 192 que "o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar (...)" e explicita, no seu § 2º, que os "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados". Pelo art. 198, "as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (I) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; (II) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; (III) participação da comunidade". O 2º § do art. 218 consigna: "a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional". Nas Disposições Transitórias, o art. 36 determina que "os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultados de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessam à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos". O art. 42 estatui que "durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (I) vinte por cento na Região Centro-Oeste; (II) cinquenta por cento na Região

Nordeste, preferencialmente no Semi-Árido." Enfim, o art. 151 preserva os incentivos regionais, ao estabelecer que "é vedado à União: (I) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País."

Do meu ponto de vista, o fato de a Constituição Brasileira tratar a "questão regional" de forma explícita já constitui, em si, um grande progresso. O reitera-la, ao longo de todo o seu texto, revela um compromisso conscientemente assumido em relação a ela e não apenas uma ênfase retórica ou uma declaração demagógica. Porque, afinal, o que se fez foi ressaltar os principais campos da ação humana em que incide ou se expressa tal questão e em que, portanto, ela terá de ser considerada. O mais significativo, porém, foi o caráter de objetividade que se imprimiu ao trato da "questão regional", no tanto em que se definiram mecanismos, instrumentos e recursos para as suas diferentes manifestações. Não há tudo, mas há suficiente sinalização, em termos de expedientes administrativos, dispositivos de política econômica e meios financeiros e operacionais, para que se consolide e amplie, no país, a moderna e promissora forma de gestão pública de base regional.

Reconheço que a Constituição elevou a consideração da "questão regional" ao patamar dos objetivos nacionais, especificamente no sentido da redução das desigualdades entre as regiões. Daí entender que ela fixou o propósito de ultrapassar-se o atual estágio da integração nacional, marcado por um nítido caráter de verticalização ou de dependência, de modo que se construa uma integração nacional horizontalizada, reconhecida no caráter de interdependência das diversas unidades regionais do país. É para esse objetivo de um "desenvolvimento nacional equilibrado" que os instrumentos e dispositivos econômicos, assim como os mecanismos administrativos da União devem ser expressamente dirigidos. O mais é desdobramento natural desses compromissos.

Por outro lado, surpreendo na nova Carta reiterada associação entre a "questão regional" e a "questão social". Quer dizer: as regiões de menores índices de desempenho econômico coincidiram com as de maiores índices de pobreza, afastando-se, por esses dois ângulos, da média do desenvolvimento nacional. A

razão é que o processo de integração do espaço brasileiro ampliou os níveis de pobreza, com o desmantelamento das estruturas produtivas das áreas atrasadas e, devido aos movimentos migratórios, concentrou o efetivo de indigentes em alguns pontos do território, com perversas implicações sociais, apesar da concentração espacial exacerbada dos investimentos, públicos e privados, assim como das despesas governamentais. Desse modo, a Constituição tratou conjuntamente a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais (art. 43).

Postas as coisas nesses termos, conferiu-se à **União** a faculdade de articular suas atividades administrativas em regiões, entendidas simplificadaamente como "complexos geoeconômicos e sociais". Deixou-se à legislação complementar o encargo de estabelecer as condições segundo as quais a União atuará em regiões, sempre numa perspectiva inter-regional. Mas, já se reconheceu a necessidade de mecanismos não ordinários (complementares e específicos), como incentivos de variada natureza e recursos estáveis, dado que os instrumentos ordinários (mesmo com a regionalização dos orçamentos federais) não seriam suficientes para a promoção do desenvolvimento de certas regiões, em ritmo superior ao da média nacional, de modo a reduzir as disparidades sócio-econômicas acumuladas no curso do tempo.

Importante é a posição que se assumiu relativamente aos **organismos regionais**. A eles foi atribuída a incumbência de executar os planos regionais. Nesse sentido, pode-se pensar que, na qualidade de instituições articuladoras da ação administrativa da União, o que lhes cabe é criar condições objetivas e concretas para a execução desses planos, bem como acompanhá-la e dela prestar contas. Mas, pode-se também entender que os planos regionais não sejam mera consolidação das ações federais ordinárias regionalizadas, mas sim a reunião das ações federais extraordinárias nas respectivas regiões e, nesse caso, a execução lhes caberia com toda a propriedade. Creio que esta segunda hipótese imprimiria maior objetividade aos organismos regionais, simplificando seu campo de atribuições e de atuação, reduzindo conflitos institucionais e, sobretudo, tornando possível à sociedade avaliar sua efetiva contribuição à resolução dos problemas e à promoção do desenvolvimento das regiões.

Naturalmente, vários dispositivos da Constituição Brasileira, relativamente à "questão regional" e às suas derivações, têm sua aplicação dependente de leis complementares, leis ordinárias e outros instrumentos normativos. Os artigos 43, 159 e 165, entre outros, estão nesse caso.

Pela importância que têm, em termos de mobilização de recursos financeiros para as regiões, sobretudo para aquelas consideradas menos desenvolvidas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — os artigos 159 e 165 da Constituição tornaram-se objeto de imediata preocupação. No caso do art. 159, que destinou compulsoriamente às três citadas regiões 3% da arrecadação dos impostos de renda e de produtos industrializados, já foi aprovada a Lei nº 7.827, de 27.09.89, que instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO).⁹

Relativamente ao art. 165, não se conhece ainda qualquer proposta de regulamentação sistemática. Entretanto, o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 1990 tornou públicas algumas indicações específicas de regionalização das despesas do Governo Federal. Assim, proposta originária da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) apenas estabelecia que, na preparação dos orçamentos, "se daria início à regionalização". Já a SUDENE, de olho na revisão constitucional a ser feita em 1993 (art. 3º das Disposições Transitórias), reuniu subsídios para a imediata fixação de percentuais de participação regional progressiva dos recursos federais, "segundo critério populacional" (art. 165, § 7º, 35/DT), de modo a reduzir o risco de um possível retrocesso.¹⁰ Para tanto, valeu-se dos dados de sucessivas pesquisas da Fundação Getúlio Vargas sobre a "regionalização dos dispêndios governamentais", realizados pela administração direta,

9) A propósito, ver Firmo de Castro, **Fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Fortaleza, s./ed., 1989, 52 p. (Série "Novo Nordeste", 2).

10) MINTER/SUDENE, **Subsídios para a regionalização dos orçamentos federais**. Recife, SUDENE, 1989.

administração indireta e empresas estatais, nos anos de 1970, 1975 e 1980.¹¹

Dificuldades de natureza metodológica, informacional e, sobretudo, política, acabaram limitando os avanços pretendidos. A LDO impôs ao Executivo informar ao Congresso Nacional o quadro recente de distribuição regional dos gastos federais, como forma de orientar futuros trabalhos. Estabeleceu também a obrigatoriedade de os Organismos Regionais (identificados com as Superintendências de Desenvolvimento Regional) serem ouvidos, ao longo do processo de elaboração dos orçamentos. Não fixou, porém, percentuais de dotação de recursos às diversas microrregiões, de modo a garantir-se, "no prazo de até dez anos" (art. 35 das Disposições Transitórias), a equivalência das proporções de população e recursos orçamentários.

Quanto à "questão regional", que recebeu tratamento genérico no destaque do Título III (da Organização do Estado), Capítulo IV (da Administração Pública), Seção IV (das Regiões), art. 43, tem em tramitação no Congresso Nacional projetos de Lei Complementar, de autoria do Deputado Ney Lopes (RN) e do Senador Jarbas Passarinho (PA). Com as alterações da estrutura administrativa do Executivo Federal, a partir de março de 1990, é provável que esses projetos estejam prejudicados no seu encaminhamento.

Por tudo isso, penso que, se foram consideráveis os avanços alcançados com a nova Constituição no tratamento explícito e implícito da "questão regional", eles estão muito aquém do desejável e mesmo do possível. A superação das lacunas deixadas e a retificação do traçado de certas vias consumirão, desnecessariamente, muita energia. Em todo caso, mantidos alguns cuidados, novas conquistas poderão ser conseguidas, através da legislação complementar e ordinária. O próprio Congresso Nacional, através da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio, promoveu amplo debate a respeito, embora se tenha retraído ultimamente.¹²

¹¹) Fundação Getúlio Vargas, Regionalização das despesas governamentais no Brasil (1970-1975). (Relatório.) Rio de Janeiro, FGV, 1979; Idem, (1980). (Relatório.). Rio de Janeiro, FGV, 1988.

¹²) MINTER/SUDENE, **Seminário sobre desenvolvimento regional e a nova Constituição**. Recife, SUDENE, 1989. (Relatório.)

A grande limitação dos marcos regionais fincados pela Constituição está na própria estreiteza da concepção que adotou. Na verdade, a institucionalização das regiões só é admitida no plano administrativo, "para efeitos administrativos" (art. 43), ao nível da União. Evitou-se por exemplo, a edificação de um "federalismo regional" (ao que consta, pelo temor do separatismo político). Assim, refluíu-se para o âmbito administrativo federal, no intuito de obter-se uma articulação das ações. E, ainda assim, de modo seletivo e restritivo às regiões de menores índices de desenvolvimento. Ora, esse enclausuramento só tende a reduzir os efeitos positivos da ação regional explícita, dada a incidência incontrolada, ou mesmo insuspeitada, das ações regionais implícitas. Isso quer dizer que, a pretexto de medidas de abrangência nacional — embora, na realidade, de incidência predominante nas regiões mais dinâmicas e mais bem organizadas — se mantêm as disparidades espaciais de desenvolvimento.

Outro ponto de reparo diz respeito ao fato de a articulação regional das atividades federais estar proposta como facultativa. Não há obrigatoriedade de a União institucionalizar suas regiões administrativas. Sabendo-se do pouco interesse de vários segmentos-chave do Governo para com a "questão regional" — ora confundida com regionalismo, ora reduzida ao relacionamento com os Estados, ora tratada como objeto de medidas compensatórias, ora identificada como problema puramente residual, ora posta no nível dos problemas setoriais — não parece descabido supor que o dispositivo constitucional permaneça letra morta.

A terminologia adotada também contribui para aumentar os temores. "Região", por exemplo, aparece substituída pelo termo "complexo geoeconômico e social" que, a rigor, não é a mesma coisa. Tanto que o projeto de Lei de regulamentação do artigo 43 elaborado pelo Deputado Ney Lopes inclui as macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste num mesmo "complexo geoeconômico e social". Além disso, o texto registra a necessidade de uma Lei complementar que defina "as condições para integração de regiões em desenvolvimento". Essas condições" tanto poderiam ser as exigidas para a delimitação ou demarcação das aludidas regiões (ou dos complexos geoeconômicos e sociais), quanto poderiam ser as relativas aos parâmetros e meios de intervenção ou atuação do governo nessas áreas. De igual forma, não é unívoca a expressão "integração de regiões em desenvolvimento": significaria a composição dessas regiões (em termos de unidades espaciais

componentes) ou a incorporação dessas regiões ao processo e ao ritmo de transformações sócio-econômicas já alcançadas pelas regiões mais dinâmicas ou mesmo pelo país no seu todo (em termos de redução de disparidades interregionais)? Enfim, o termo "organismo regional" abrigaria tanto órgãos de ação regional, quanto órgãos de promoção do desenvolvimento (integrado) regional. Ora, essa imprecisão sempre resulta em agravar as naturais dificuldades de relacionamento institucional.

O mais grave, porém — do meu ponto de vista — é que a Constituinte perdeu preciosa oportunidade para revigorar as **Superintendências de Desenvolvimento Regional**, ainda que o fosse por tempo indeterminado — como convém àquelas que têm a responsabilidade de executar ações extraordinárias — o que, aliás se fez com a Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), mantida pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição (art. 40/DT). Tampouco se recomendou um reajuste no arcabouço administrativo da União, para incorporar, ao nível central, a consideração das variáveis espaço e região. No entanto, sem essa providência, poucos resultados práticos poderão ser contabilizados, no plano da redução das disparidades interregionais de desenvolvimento.

Ainda assim, alimento esperanças de que se possa aproveitar a oportunidade da **legislação complementar**, para superar algumas dessas lacunas constitucionais, sobretudo quanto ao arcabouço organizacional e administrativo da União, para enfrentar os grandes desafios regionais do Brasil. Nesse ponto, desejo insistir em que, pensado o aparato de governo apenas no limite das regiões, nenhum ganho efetivo se terá. É preciso conceber toda a estrutura organizacional comprometida com a dimensão espacial e regional do país, desde o nível da administração direta e centralizada. É o caminho para que se evitem as desculpas de impossibilidade de regionalização dos orçamentos e das ações federais, para que se coíbam as práticas de substituição dos recursos setoriais ordinários pelos recursos regionais extraordinários (com o que as regiões, que deveriam ser beneficiadas, acabam nada recebendo de complementação e incremento) e para que, de fato, se possam articular as ações da União nas regiões, segundo os preceitos constitucionais.

Certamente deve-se rever e fortalecer os **organismos regionais** de desenvolvimento, identificados com a SUDAM, a

SUFRAMA e a SUDENE. É preciso que fiquem absolutamente claros os seus papéis, o seu campo de atribuições, a sua responsabilidade, a sua autoridade. Eles carecem de seletividade de competência. Como estão, arvoram-se em responsáveis por todas as áreas de atuação do Governo e, naturalmente, além de se tornarem inócuos (porque lhes é impossível reproduzir toda a administração federal nas respectivas regiões), provocam um sem-número de conflitos institucionais (porque, entre outras razões, seu *status* hierárquico não os habilita a uma autêntica articulação e coordenação de todas as instâncias administrativas federais). Além disso, faz-se necessário que os futuros diplomas legais dotem esses organismos regionais de instrumentos verdadeiramente eficazes (sob pena de assumirem atribuições puramente nominais, ou seja atribuições que nunca poderão ser, de fato, exercidas).

Assim, quanto aos papéis, é fundamental que os organismos regionais sejam responsáveis, essencialmente, pela implementação de ações não ordinárias de governo, as quais constituem a diferença específica dos planos regionais em relação aos planos setoriais. É nesse sentido, provavelmente, que se deve tomar a norma constitucional, atribuindo-lhes a execução desses planos, na forma da lei (art. 43, § 1º, II). Como tais ações deverão estar articuladas com as ações setoriais ordinárias devidamente regionalizadas, é natural que venha caber a esses organismos a unificação da política, programação e orçamentação regional, materializada nos planos regionais. O principal, no entanto, reside na faculdade seletiva de elaborar e executar, de forma direta ou indireta, ações exclusivamente regionais, complementares àquelas já ordinariamente asseguradas às respectivas regiões, dotadas de significativa autonomia gerencial (em termos das praxes e instrumentos da administração pública) e limitadas previamente no prazo de execução.¹³ Serão tais ações o objeto próprio do acompanhamento, controle e avaliação, pela sociedade regional e nacional, do desempenho e dos resultados dos organismos regionais.

Quanto aos Instrumentos, terão de ser bastante poderosos e, em particular, estáveis. Os planos regionais (com força de lei), os programas sub-regionais integrados (multi-setoriais, seletivos e de base espacial), os orçamentos regionais (da administração direta e indireta e das empresas estatais), os fundos constitucionais

¹³) Paulo Ganem Souto, *A gestão do desenvolvimento regional e a nova Constituição*. Recife, SUDENE, 1989. (Relatório.)

de recursos estáveis (do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no que respeita aos aspectos normativos e programáticos) e os incentivos governamentais (do Norte, Nordeste e Centro-Oeste) devem ser plenamente assegurados aos organismos regionais. Nem se há de perder de vista a necessidade de esses organismos manterem presença constante junto aos níveis do Executivo Federal e do Congresso Nacional, que decidem sobre a alocação setorial e espacial dos recursos, a serem aplicados nas diversas regiões.

IV — Estado, Governo e Região: Norma, Promessa e Distância

O arcabouço jurídico e institucional brasileiro criou as condições básicas para o tratamento correto e a superação das "questões regionais". O aparelho burocrático, porém, teima em agir pelos moldes arcaicos de visão e enfrentamento dessas questões. Por isso, declara guerra ao "regionalismo", ao mesmo tempo em que se deixa manietar e conduzir por ele. A necessidade de respaldo político leva os governos a concessões de toda ordem, distorcendo as políticas regionais, ora implícitas, ora explícitas, e comprometendo a realização da modernidade anunciada.

As medidas governamentais, adotadas nos últimos anos, simplesmente repetem, na forma e no conteúdo, no método e no mérito, o que tem sido feito no país, desde sempre. É como se elas não tivessem projeção no espaço geo-sócio-econômico ou não encontrassem nele favorabilidades e poderosas resistências. Não tarda o castigo pela desatenção: o insucesso dos experimentos. Assim, quando a lógica e a norma impõem a descentralização da economia e do poder, recrudescer a centralização administrativa, reflexo direto e imediato do que se passa na esfera da produção. Daí o esvaziamento dos "organismos regionais", malgrado todos os discursos em contrário. Daí também o favorecimento de certos grupos sociais e o retorno, nem sempre renovado, do paternalismo, inviabilizando o avanço histórico.

A centralização administrativa no país é um fato: a Lei nº 8.028, de 12.04.90 (art. 13), que instituiu a reforma da estrutura do Executivo Federal e o Decreto nº 99.244, de 10.05.90 (art. 50) que a regulamentou, atribuem à Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) "planejar, coordenar, controlar e

supervisionar as ações dos órgãos regionais". Isso constitui um duplo equívoco. Porque, de uma parte inibe as iniciativas dessas entidades e, de outra parte, perde de vista o objeto e o objetivo do próprio órgão central, isto é, o espaço geo-sócio-econômico brasileiro e a boa organização dele, mediante os "planos nacionais e regionais de ordenação do território", exigidos pelo art. 21, IX, da Constituição.

É certo que o Estado vive hoje uma crise de formidáveis proporções. E a região, enquanto organicidade social, é tragada por ela. Mesmo porque a internacionalização da economia que, por momentos, se valeu das estruturas regionais montadas pelo Estado, hoje não mais se serve delas, como aliadas, e até as acusa de adversárias, não do capital multinacional, mas do progresso e da modernidade.¹⁴

Convém estar atento a esse discurso, pois não se vê como o esfacelamento do poder regional poderá contribuir para maior e melhor utilização produtiva do espaço territorial, sob o critério valorativo da elevação dos padrões de qualidade da vida humana. A História mostra, aliás, o inverso: que, nas fases de crise das sociedades, a retomada dos investimentos sempre privilegia os lugares, as áreas, as regiões de maior potencial de resposta e, portanto, a saída da crise aprofunda e alarga o fosso das disparidades espaciais e sociais de desenvolvimento.

Temos que tirar partido da diversidade espacial e cultural do país. No entanto, o que hoje ocorre é, para o desassossego de todo um povo, a perversão do modelo brasileiro, contra as duas matrizes da nacionalidade: cultiva a pobreza, no Nordeste, e cerceia as conquistas sociais do trabalho, no Sudeste. A solução não está em apagar esse fato, mas sim em não deixá-lo parecer fatalidade.

¹⁴) Ver, a propósito, Bertha K. Becker, "A crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão", in *Revista Brasileira de Geografia*; Rio de Janeiro, IBGE, 49(1), 1986.

RAÍZES

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

ÍNDICE

	Pág.
Artigos:	
PIERRE SALAMA: Dívidas e Políticas de Ajuste	3
MANOEL LUIZ MALAGUTI: O Marx Positivista: Uma Interpretação do "Posfácio" à Segunda Edição Alemã de "O CAPITAL"	8
GISÉLIA FRANCO POTENGY: Participação Política e Movimentos Sociais	13
JOSEMIR CAMILO DE MELO: Valor de Escravos em Campina Grande . .	22
JURANDIR ANTÔNIO XAVIER: A Questão Regional no Exemplo de Campina Grande	32
BENEDITA E. S. LIMA CABRAL: A Transformação do Trabalhador Rural em Aposentado	36
OLÍVIO ALBERTO TEIXEIRA: O Processo de Proletarização da Pequena Produção Pesqueira pelo Capital: Algumas Evidências	41
LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA CUNHA: O Pescador Artesanal na Ótica Urbano-Industrial	53
Resenhas:	
GILDA DE CASTRO RODRIGUES: Produção e Reprodução Humana . . .	59

A Contemporaneidade da Questão Regional.*

Jurandir Antonio Xavier **

I — Introdução

Ruim com o Estado, mas, na desintegração de suas funções econômico–desenvolvimentistas, adicionalmente, amplificando tal desintegração sob a condução neoliberal do Estado, no Brasil, sobretudo, no Nordeste, pior ainda sem ele? Na desmontagem do Estado–desenvolvimentista sob reconstituição do Estado–financista, amplificando tal evolução, a iniciativa privada viria a assumir funções econômico–desenvolvimentistas, numa dimensão que, substituindo os agentes estatais, também viesse a promover a superação da crise, tanto quanto a alavancagem do desenvolvimento na economia nacional? Ademais, tal desenvolvimento viria a fazer reduzir ou amplificar as desigualdades regionais, econômicas e sociais na economia nacional? Amplificando, a governabilidade político–administrativa da Região nordestina viria a ser sustentada, sobretudo, naquelas unidades federativas mais débeis economicamente, a exemplo, na própria Paraíba?

Lembremo–nos que subdesenvolvimento, involução ou regressão econômica significa carência de reinvestimentos de

*) Trabalho apresentado no 1º Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional, promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, realizado em Campina Grande - Paraíba, nos dias 6 e 7 de maio de 1991.

**) Professor do Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande.

riquezas nas atividades produtivas numa tal dimensão que o capital produtivo não se expande (quantitativamente), nem se renova (qualitativamente), sequer se conserva, senão, sucateia. Descapitalização operacional sob a qual, caindo o ritmo de expansão de produção, circulação e vendas de mercadorias, portanto, de volume de negócios, também vêm a cair, tanto o de emprego, portanto, de salários da força de trabalho, quanto o de produtividade da ocupação, portanto, de competitividade do produto e de rentabilidade das riquezas imobilizadas produtivamente.

Ora, sob o atual curso capital-concorrencial na economia nacional, concentração, monopolização e centralização privado-financeira sob descapitalização de riquezas imobilizadas produtivamente, sobretudo, as estatais, tal evolução, subdesenvolvimento, persiste em se apresentar na economia regional, sobretudo, na nordestina. Ademais, ainda recentemente, se os Estados nordestinos contaram com as atividades econômicas dos agentes estatais em expansão, federais, estaduais e municipais, agora, sob a bancarrota financeira do Estado, tais agentes se encontram disponíveis, prisioneiros de suas dívidas. De tal maneira que, enquanto os agentes privado-capitalistas jamais alocaram riquezas significativas no desenvolvimento regional, ao contrário, contribuíram decisivamente com a descapitalização das atividades produtivo-regionais, a mobilização estatal de riquezas acabou vindo a ser neutralizada. E o que é pior, sob tal evolução, a Região deixa de possuir agentes econômicos que, nas atividades produtivas, venham a alocar riquezas que se contraponham, numa dimensão economicamente significativa, àquela dramática evolução. Assim, mais que desenvolvimento econômico, barbárie social cotidianizada é o que se vem apresentando na reprodução da população trabalhadora nordestina. Que venha sendo assim, aqui, eis o porquê da contemporaneidade da questão regional, tão desprezada no atual debate econômico-desenvolvimentista do país, criminosamente pressuposto primeiro-mundista.

II — Estado *versus* Estado

Por conseguinte, é decisivo que, de fato, as relações Estado (política, agentes e funções estatal-econômicos) *versus* economia (agentes privado-capitalistas) venham a ser redefinidas. No entanto, deve-se ter em conta que tal redefinição implica outra,

ainda mais decisiva que a anterior: a redefinição das próprias relações Estado *versus* Estado, União *versus* Estados *versus* Municípios, seus agentes econômico–sociais. Redefinição, Estado *versus* economia, numa tal maneira que o Estado, cuidando de si, não venha a implicar, a exemplo do que vem ocorrendo sob a atual política econômico–monetária, União cuidar de si, de suas dívidas, amplificando ainda mais a capitalização privado–financeira, tanto quanto o endividamento, a descapitalização e o sucateamento de rendas, patrimônios e funções dos demais agentes estatais, sejam federais, sejam estaduais ou ainda municipais.

Convém observar que os credores da União são os próprios agentes privado–financeiros, nacionais e internacionais, enquanto, dos agentes estatais, é a própria União, pois, senhora absoluta da moeda nacional. Que a União não venha logrando se desvencilhar de seus encargos junto aos agentes privado–financeiros, absurdamente indexados, ademais, que ela venha tentando gerar superávits orçamentários, destinados a liquidar tais encargos, eis a via pela qual, amplificando a capitalização privado–financeira sob descapitalização produtiva, sobretudo, estatal, a atual política econômica, sob responsabilidade absoluta da União, vem escravizando ainda mais o Estado à economia, à capitalização privado–especulativa. Política econômica que, não redefinindo, mas, conformando relações Estado *versus* economia já caducas, promove, não a expansão ou reconstituição do capital produtivo, mas, especulação financeira, inflação e recessão. Por isso mesmo, caso Estados e Municípios, sobretudo nordestinos, não venham a se reagrupar numa Frente pró–renegociação de seus endividamentos junto à União, torna–se difícil imaginar a governabilidade regional.

III — Presunção neoliberal

Na bancarrota financeira do Estado desenvolvimentista, os neoliberais reivindicam ter desempenhado, na industrialização nacional, funções econômico–produtivas que eles, com certeza, por via de suas riquezas, seus agentes e suas iniciativas privado–capitalistas, no Brasil, jamais vieram a desempenhar. Nem num passado remoto, época de expansão da industrialização nacional, nem num passado recente, época de crise, desindustrialização e regressão econômico–social. E, se os anos oitenta não reabilitaram propriamente a iniciativa capitalista de suas características

parasitárias, o presente ilustra tais características ainda mais terminantemente.

No Brasil, tomada por flor a desabrochar no turbilhão concorrencial de mercados monopolizados, a iniciativa privada, sua riqueza, foi reconstituída ampliadamente sob uma específica relação de centralização–desapropriação (monetário–creditícia, comercial e financeira) de patrimônios, riquezas e rendas de um Estado–produtor, numa dimensão jamais vista no mundo capitalista. Na crise dele, que foi também de produção, industrialização e economia, tal iniciativa não veio a lançar suas riquezas acumuladas na reciclagem de funções econômico–produtivas que, precedentemente, estiveram sob responsabilidade do Estado. Ao contrário, movimentando suas riquezas preferencialmente nos mercados financeiros, ampliando–as nominal, monetária ou financeiramente, tal iniciativa contribuiu a amplificar a crise da economia, a descapitalização da produção e o sucateamento dos capitais imobilizados, tanto quanto a amplificar, de um lado déficit, endividamento e bancarrota econômico–desenvolvimentista do Estado, de outro, desemprego, superexploração e penúria da força de trabalho.

Sem dúvida que os neoliberais chamaram a redefinir as relações Estado *versus* economia, numa tal maneira que, de um lado, o Estado viesse a cuidar de si próprio, da reconstituição dos serviços públicos essenciais, de outro, a economia, seus agentes privado–capitalistas, viessem a cuidar da reprodução de suas próprias riquezas. No entanto, lembremo–nos que, no passado pós–64, os neoliberais não se dirigiram à iniciativa privada, contribuindo a tornar mais produtiva, competitiva e rentável a própria economia. Ao contrário, encastelaram–se no Estado, contribuindo a amplificar a estatização de funções produtivas no ciclo industrial ao seu auge histórico, tanto quanto a privado–desapropriação de rendas estatais.

IV — Canto de Sereia

Como no passado, também agora os neoliberais não são encontrados no rincão privado, fonte de seus cânticos, usando suas próprias riquezas na modernização da matriz produtiva nacional. Ao contrário, encastelados novamente no Estado, escravizam–no ainda mais à economia, via escravização da política econômica à

formação de superávits que, destinados a liquidar dívidas estatizadas, amplifica a capitalização financeira sob a descapitalização produtiva. Curso no qual a política monetário-creditícia, premiando as riquezas financeiras, tanto quanto penalizando as mantidas produtivamente, amplifica ainda mais, de um lado, endividamento, descapitalização e sucateamento de riquezas imobilizadas, sobretudo, as estatais, de outro, desemprego, superexploração e desalento numa população já exaurida.

Convém observar que lugar de neoliberal consequente não é na administração da coisa pública, senão, privada, sobretudo nas economias subdesenvolvidas em que, de um lado, nada economicamente significativo veio a se desenvolver sem ação dos agentes estatais, de outro, a iniciativa privada, sua riqueza, não tem contribuído significativamente no desenvolvimento econômico destas regiões. Que os neoliberais se encastem no Estado, no entanto, entoando louvores à iniciativa privada. Que se proponham a redesenhar as relações Estado versus economia, no entanto, escravizando o Estado ainda mais à economia, à centralização privado-financeira da riqueza social. Que se proponham a modernizar a coisa pública, no entanto, fomentando a modernização da coisa privada, tanto quanto agonização da coisa pública, sobretudo, dos serviços públicos essenciais. Ou, ainda, que os neoliberais se proponham a administrar o Estado, no entanto, amplificando sua privado-desapropriação, é um crasso anacronismo econômico-político que, não vindo a ser superado, tão pouco vêm a ser a crise, estagnação e desintegração político-administrativa desta nação.

Por isso, enquanto os neoliberais não deixarem de administrar a privado-desapropriação da coisa pública, nem as relações Estado versus economia vêm a ser redesenhadas, nem a evolução da crise, estagnação e inflação vem a ser superada. Redefinição numa tal maneira que, repassando a reprodução direta das riquezas privado-financeiras à própria iniciativa privada, o Estado venha cuidar de si, da recuperação, reconstituição ou reciclagem de suas próprias funções econômico-desenvolvimentistas: investimentos diretos, financiamentos e encomendas voltados a modernizar, preponderantemente, não os conglomerados privados, mas, os serviços públicos essenciais.

V — Razão estatal

Não por tal via: fomento da capitalização dos conglomerados privado-financeiros que, ademais, já estão supercapitalizados. Mas, por essa: renegociando a dívida pública, reorientando a política econômica à modernização dos próprios serviços públicos essenciais, já sucateados, o Estado, de fato, viria a inaugurar novas relações Estado *versus* economia no país. Relações sob as quais, nas atuais condições historicamente determinadas do próprio país que, subdesenvolvido, não dispendo de outros agentes desenvolvimentistas, economicamente significativos, senão os próprios agentes estatais, viriam a ser reabertas novas possibilidades em que o próprio Estado voltasse a alavancar, tanto a superação da crise, estagnação e regressão atuais, quanto o desenvolvimento econômico. Que o atual Governo Central não venha logrando impor tal redefinição, inversamente, tenha vindo a escravizar ainda mais o Estado à economia, à modernização dos conglomerados privado-parasitários, enquanto agonizam os estatal-desenvolvimentistas no sucateamento, eis o núcleo de seus dilemas atuais, tanto quanto do agravamento da crise nas economias nacional, regional ou estadual.

Tal redesenho das relações Estado *versus* economia, agentes econômicos estatal-produtivos (deficitários) *versus* privado-financeiros (superavitários), pressupõe outro reordenamento, na verdade, o das relações entre os próprios agentes estatais, sobretudo, entre os federais, de um lado, estaduais e municipais, de outro. Senhora absoluta da política econômica, de um lado, da política monetária, centralizando, no Banco Central, moeda, crédito e financiamento, via, tanto emissão quanto bancos comerciais, de outro, da política fiscal-tributária, centralizando, preponderantemente, na União, tanto a arrecadação, sua redistribuição, quanto os gastos públicos, a Federação, no trato de suas finanças, dispõem monopolicamente de graus de liberdades que não dispõem nem Estados nem Municípios. Por isso, o saneamento das finanças públicas da Federação possui outros componentes que o de Estados e Municípios, posto que as relações Estado *versus* economia são preponderantemente deficitárias nas relações agentes estatal-federais *versus* agentes privado-financeiros, internacionais e nacionais, enquanto Estados e Municípios se encontram preponderantemente deficitários diante da própria Federação. E é exatamente ela que, sob a perspectiva de formação de

superávits orçamentários, mantém a política econômica escravizada à quitação de seus débitos junto aos agentes privado-financeiros sob liquidação dos agentes estatais.

VI — Retorno à razão

Particularmente dramáticas têm sido as conseqüências do aprisionamento do Estado à centralização monetário-financeira nas regiões mas subdesenvolvidas deste país, sobretudo, no Nordeste. Aqui, as riquezas capitalistas não se destinaram significativamente à reconversão produtiva, enquanto o Estado, agente da modernização econômica na Região, prisioneiro de encargos financeiros, teve destruído implacavelmente sua capacidade de contraposição ao curso de degenerescência econômico-social. Capacidade que não vem a ser reconstituída, enquanto as margens de endividamento passado, presente e futuro dos agentes não vierem a ser redefinidas, tanto quanto a política econômica não vier a ser reorientada à reconstituição das funções estatal-produtivas, seus serviços essenciais. E, se tal reorientação aparenta ser prioridade nacional relativa, aqui, ela é imediatamente absoluta, devido, tanto ao insignificante peso econômico da iniciativa privada ou ao parasitismo dela no desenvolvimento econômico da Região, quanto às próprias características desiguais em que se deu a estatal-industrialização no país. Extremamente concentrada no Centro-sul, aqui, continua persistindo a reprodução de atividades industriais, agropecuárias ou público-essenciais, no entanto, apenas vegetativamente. Marginalizadas dos reinvestimentos estatais, numa época em que eles amplificaram a industrialização pesada do país, ainda hoje, nas regiões interioranas nordestinas, momentos de modernidade são experimentados apenas por via do fornecimento de energia elétrica, do abastecimento de água potável, da instalação de um posto de saúde ou do calçamento da rua principal.

Ora, se não por via da ação dos agentes estatais, presentes não somente nos complexos industriais capital-intensivos, mas, também, em todas as atividades públicas essenciais, em qualquer recanto do país, é difícil imaginar que, por ação da iniciativa privada, mobilizando produtivamente suas próprias riquezas, tais regiões viriam a ser reanimadas economicamente, numa dimensão que também viessem a ser arrancadas de sua secular evolução, se deve às próprias características parasitárias de tal iniciativa que,

ali, mantidas preponderantemente nas atividades agropecuárias, não vieram a ser transpostas à modernidade sequer sob a ação precedente do Estado. Que os Estados se desfaçam de suas dívidas, reciclem suas funções produtivas e modernizem seus serviços essenciais, induzindo por tal via a economia, aqui, é questão de sobrevivência político-administrativa.

Abstracts
das Dissertações defendidas
no Mestrado em Economia Rural
da Universidade Federal da Paraíba
Campus II — Campina Grande*

Identificação e Análise de Fatores que Afetam a Comercialização de Algodão Arbóreo em Carço na Microrregião Seridó-RN.

Autor: Leandro Severiano de Lucena

Orientador: Manuel Juan Rojas Buvnich

Defesa: 27.08.1980

Páginas: 131

Analisa-se o processo de comercialização do algodão arbóreo, buscando detectar a apropriação do intermediário em relação ao produtor. Para o Seridó do Rio Grande do Norte, que compreende 22 municípios, abrangendo uma área de 9.372 km², o produto é de grande importância sócio-econômica. Os dados primários foram obtidos através de pesquisa que compreendeu a aplicação de 446 questionários com produtores, 109 com

*) Compilação, padronização e redação final dos Abstracts aqui apresentados, a cargo do professor Josemir Camilo de Melo e da professora Ivony Lidia Monteiro Saraiva, da Redação de **Raízes**. Trata-se da apresentação, por ordem cronológica, de todos os trabalhos de Dissertação defendidos desde agosto/1980 — data da primeira defesa — até o final de 1991, quando foi fechada esta seção da revista.

intermediários e 5 com usineiros. A análise dos resultados permitiu concluir, dentre outras, que o intermediário acarreta descapitalização dos produtores, particularmente do pequeno e, mais ainda, dos não proprietários, afetando negativamente a produção nos aspectos quantitativo e qualitativo. O preço do produto cresce ao longo da safra. A atividade do intermediário inicia-se com o ano agrícola fazendo algum tipo de adiantamento ao produtor, porém, procura receber o produto imediatamente após a colheita. A desorganização dos produtores favorece a atuação desses agentes.

Nas Pegadas do Valor (Projetos Irrigados do Nordeste no Movimento Geral da Acumulação Capitalista no Brasil).

Autor: Idaleto Malvezzi Aued

Orientador: José Heleno Rotta

Defesa: 18.11.1980

Páginas: 153

A sociedade brasileira, desde seu início, apresenta um caráter de relações capitalistas, tanto na economia do açúcar, como na das minas e na do café, a partir da composição orgânica do capital. Optou-se por uma teorização marxista do valor que atribui à estrutura colonial o caráter de capitalismo, procedendo-se, para isto, uma revisão histórico-empírica para embasar a teoria. Na segunda parte do trabalho, procedeu-se uma análise teórico-empírico do processo de acumulação de capital através dos projetos de irrigação no Nordeste. Concluiu-se que o processo de composição orgânica do capital permaneceu sem modificação até o início do século XX, quando começou o processo urbano industrial, com fatores externos à economia brasileira. Tal sistema teve de ser revitalizado, a partir da década de 1970, quando o Estado se volta para a agricultura com seus projetos de irrigação, constituindo-se na reprodução ampliada do capital no Brasil.

Avaliação do Comportamento do Crédito Rural no Município de Parelhas, RN.

Autor: Eribaldo Cabral de Vasconcelos

Orientador: João Otávio Paes de Barros Júnior

Defesa: 19.07.1980

Páginas: 83

Analisa-se o comportamento do crédito rural institucional e não institucional, cujos recursos são oriundos dos programas PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras) e POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). O locus do estudo é o município de Parelhas-RN, incluído na fase experimental do PDRI-RURALNORTE, projeto de desenvolvimento rural integrado, enquadrado em área prioritária para as ações do POLONORDESTE. Levantada a problemática a nível de campo, formuladas as hipóteses e realizados estudos analíticos, constatou-se que os grandes proprietários açambarcavam a maior parcela de recursos creditícios, mesmo no caso do POLONORDESTE que, apesar disto, apresentou uma melhor distribuição entre os vários estratos de propriedades. Outra constatação evidenciada foi a de que os produtores sem terra continuavam à margem das benesses do crédito rural. Verificou-se, também, que as grandes propriedades beneficiadas com o crédito rural experimentavam algumas modificações na estrutura de produção, materializadas na concentração da propriedade rural, na modernização de certas atividades exploratórias e na introdução de novas atividades produtivas, embora o sistema de produção do algodão arbóreo através de parceria continuasse expandindo-se nessas propriedades. Finalmente, observou-se que as dificuldades operacionais constituem-se nos principais obstáculos ao acesso do pequeno produtor ao crédito rural.

Frentes Modernizantes na Agricultura Brasileira e os Ciclos de Expansão Econômica.

Autor: **Laudenir Aparecido Galina**

Orientador: **Jurandir Antonio Xavier**

Defesa: 22.06.1981

Páginas: 127

Estudam-se as manifestações da modernização na agricultura brasileira, de forma articulada ao fenômeno dos ciclos econômicos. Utilizam-se dados secundários e um referencial teórico-histórico que embasa a análise e a verificação de questões teóricas acerca do tema. Ao longo da exposição, fica subjacente o

entendimento de que as frentes modernizantes na agricultura brasileira ora estão determinadas pelos ciclos econômicos do capital, ora pela conjuntura que esses ciclos do capitalismo mundial impõem à economia interna. A partir desta ótica, há um posicionamento contrário à idéia de que os limites impostos à modernização da agricultura no Brasil são frutos das condições naturais, assumindo-se a postura indicativa de que tais limites são resultado do próprio desenvolvimento contraditório das leis do desenvolvimento capitalista, e da maneira como essas leis se manifestam na agricultura do país.

A Pesca da Baleia na Paraíba e sua Repercussão Econômico-Social no Município de Lucena-PB.

Autor: Antonio Cavalcante Filho

Orientador: Cláudio Santa Cruz Costa

Defesa: 03.12.1981

Páginas: 145

Analisa-se a repercussão sócio-econômica da pesca da baleia no município de Lucena-PB. As variáveis examinadas são a oferta de emprego, para a população local, da matéria-prima e o mercado dos produtos derivados da baleia, além da contribuição da atividade em termos de geração de tributos para o Município, o Estado e a União. As baleias capturadas no litoral paraibano, atividade exercida desde o início do século, são industrializadas na localidade de Costinha, em Lucena. Os diversos produtos gerados destinam-se ao mercado brasileiro e ao exterior. O Estado apoia a atividade através de autorização, pela qual se paga uma taxa anual, e dos incentivos fiscais. Dentre outras, conclui-se que a atividade de captura e beneficiamento industrial da baleia é responsável pela oferta de empregos e de alimentos de elevado teor nutritivo; que paga melhores salários em relação às outras atividades exercidas no município; que carrea maiores percentuais da receita tributária que compete às três esferas de governo, e, finalmente, que se o Brasil optasse por reduzir sua cota, estaria favorecendo o Japão e a União Soviética que detinham, conjuntamente, 86,2% do mercado enquanto cabe a este a irrisória participação de 6,6%, conforme dados de 1977.

Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima.

Autora: Ivony Lídia Monteiro Saraiva

Orientador: José Roberto Pereira Novaes

Defesa: 01.04.1982.

Páginas: 191

As oscilações de preço no mercado internacional da fibra de sisal (*Agave Sisalana* Perrine) sempre determinaram as crises periódicas da cultura, porém, mantinham-se inalteradas a organização da produção e da comercialização, bem como as relações de trabalho. A partir de meados da década de 1970, esse quadro sofre mudanças. Com base em pesquisa empírico-teórica, estuda-se a produção e a comercialização dessa matéria-prima que tem seu locus apenas na Região Nordeste, e o cooperativismo no ramo, cujo tema é contemplado com revisão bibliográfica desde os clássicos. A pesquisa empírica foi feita, durante os anos 1970/80, no município de Pocinhos, o segundo maior produtor da Paraíba. A amostra envolveu os diversos agentes sociais que lidavam com a produção/comercialização da fibra, e o universo dos associados da Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal - COOPERSISAL, cuja usina de beneficiamento localizava-se naquele município. Discutem-se as medidas modernizantes, então em marcha, e seus possíveis efeitos sobre as relações sociais de produção; a ênfase dada pelo Estado ao cooperativismo como via de modernização do setor agrícola e, principalmente, da cultura do sisal. Por fim, analisa-se a atuação da COOPERSISAL na produção e exportação da fibra e as relações cooperado-cooperativa, desde a sua fundação em 1974. Conclui-se que a mecanização do plantio e a automação do desfibramento repercutiriam negativamente sobre o emprego e os salários, e que o modus-operandi da cooperativa se aproximava de uma empresa privada pela dependência da compra de fibra a terceiros para a formação de seus estoques; pela concentração das quotas-partes do capital nas mãos de cinco (1,5%) associados; por não aplicar os fundos de desenvolvimento estipulados pela Lei 5.764/71, e pelo decréscimo contínuo das sobras líquidas à disposição da assembléia, apesar de sua contínua expansão dentro e fora do ramo.

Considerações Acerca da Nova Dinâmica da Produção de Matérias-Primas na Amazônia.

Autor: Mâncio Lima Cordeiro

Orientador: Jurandir Antonio Xavier

Defesa: 22.12.1982

Páginas: 94

Estuda-se o desenvolvimento do processo de produção de matérias-primas na Amazônia na atualidade, e o significado histórico, para a economia brasileira, do deslocamento dos investimentos da produção de bens de capital e de consumo duráveis para a de matérias-primas. Discute-se o significado da produção de borracha natural, antes de 1970, para o desenvolvimento da indústria, principalmente, da automobilística; em seguida, articula-se a esta a análise da Amazônia em sua nova etapa de acumulação de capital, através da produção de matérias-primas. Essa conjuntura de grandes investimentos na Amazônia é analisada, na última parte do trabalho, no bojo do movimento global da economia brasileira. Os projetos, desde os madeireiros, os agrícolas, os de extrativismo vegetal até os de mineração, viabilizam-se com o apoio do Estado, porém, não há preocupação alguma com a exploração predatória, com o desequilíbrio ecológico ou com as condições de vida da população regional. A conclusão geral aponta que a exploração de matérias-primas não beneficiará a Região e que, no plano histórico, a questão relevante para os países que tiveram um processo de industrialização acelerada como o Brasil, é que estariam obrigados a retornar aos condicionantes da própria formação histórica das economias subdesenvolvidas, produzindo e exportando suas matérias-primas.

Alguns Efeitos Sócio-Econômicos do Proálcool no Estado da Paraíba Período 1976/81.

Autor: Maria de Lourdes Farias Agra

Orientador: José Vêras Filho

Defesa: 11.3.1981

Páginas: 114

Analisam-se os aspectos sociais e econômicos do Programa do Álcool - PROALCOOL - na Paraíba, começando-se pelo levantamento dos aspectos geográficos, demográficos e econômicos

setoriais do estado. Discutem-se a crise do comércio mundial, a posição do petróleo na Balança Comercial brasileira e a criação do Proálcool como tentativa de solucionar, em parte, o problema energético. Ressalta-se a importância do álcool como combustível automotivo, descrevendo-se, também, seu processo produtivo nas destilarias autônomas e anexas. A análise do mercado alcooleiro abrange os níveis nacional e estadual, fazendo-se suas projeções futuras. As contradições entre a produção de álcool e a produção de alimentos é outro aspecto focado. Na conclusão destaca-se a importância do Proálcool para a sociedade brasileira e, particularmente, a paraibana, pela ampliação da oferta de emprego nos ramos agrícola e industrial dessa atividade produtiva.

O Arbóreo e sua Decadência. Um Estudo da População do Algodão no Sertão Paraibano.

Autor: Maria das Graças Nassau
Orientador: Iony Sampaio
Defesa: 21.03.1983
Páginas:

(dados não disponíveis)

A Irrigação como Tendência Modernizante na Agricultura Nordestina. (Estudo de Caso: Projeto de Irrigação Baixo Açu do DNOCS no Estado do Rio Grande do Norte).

Autor: Sinedei de Moura Pereira
Orientador: Nilson Araújo de Souza
Defesa: 25.03.1983
Páginas: 130

Investiga-se a intervenção do Estado na agricultura nordestina via Programa de Irrigação, elegendo-se como universo a ser estudado o Projeto de Irrigação do DNOCS Baixo Açu, localizado no Vale do Açu, Rio Grande do Norte. Para tanto, foi efetivada uma pesquisa empírica, agregando-se seus resultados a informações secundárias. Analisa-se este conjunto de dados sob a luz de um referencial teórico, que possibilitou o entendimento do papel do Estado no processo de acumulação de capital no país.

Especificamente na sua tendência modernizante, o movimento visa contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia, a qual é intrínseca à lógica de acumulação capitalista. Contudo, salienta que o Programa de Irrigação do Nordeste não tem atendido, na velocidade necessária, às demandas requeridas pelo processo de acumulação de capital no Brasil. Com referência ao projeto estudado, a conclusão geral indica que a irrigação tem se constituído, antes de tudo, num elemento disseminador de um processo de proletarização e de piora das condições de vida dos trabalhadores rurais ali residentes. Agrega-se a tais acertivas o espaço propício à manifestação da luta de classes.

Estrutura Fundiária do Piauí: Passado e Perspectivas.

Autor: Luiz Pereira da Costa

Orientador: Marcelo Grodin Nadon

Defesa: 02.09.1983

Páginas: 130

O processo histórico do problema agrário no Piauí decorreu da ocupação das terras indígenas para a agricultura de subsistência e atividade pecuarista, numa forma de exploração irracional e predatória. Este problema tem se agravado dado que a exploração da terra é extensiva, associada à elevada concentração de sua posse. Utilizou-se de uma pesquisa empírica de coleta de dados demográficos e econômicos através de questionários e entrevistas, utilizando-se uma amostragem de municípios. Observou-se que a estrutura fundiária piauiense determina a diminuição dos minifúndios através da incorporação destes aos latifúndios, alterando as relações de produção, vinculadas que estão à ineficiência e ao baixo desempenho da produção agrícola. Há um predomínio da cultura de subsistência sobre a comercial, porém aquela é incapaz de atender às necessidades de consumo por não garantir ao pequeno produtor um nível de produtividade adequado à sua subsistência. Conclui-se que 2/3 ou 3/4 da produção minifundista permanecem no local de produção para o autoconsumo, e que tal quadro configura a pequena produção como fornecedora de mão-de-obra de onde o capitalista se apropria do trabalho dos não proprietários em vez de modernizar-se, o que ocasionará um estrangulamento na economia primária.

Aspectos da Produção de olerícolas no Município de Lagoa Seca-PB.

Autor: Louise de M. Martins do Nascimento
Orientador: Elbio Troccoli Pakman
Defesa: 08.09.1983
Páginas: 123

Examina-se o comportamento do setor produtivo de hortaliças em Lagoa Seca-PB, frente ao aumento da demanda regional e das políticas de modernização adotadas pelo Estado. Foi feita uma amostragem de 57 produtores, escolhidos ao acaso dentre 113 cadastrados (até outubro de 1982) na EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, daquele município, que é tradicionalmente produtor de olerícolas no Estado. Apesar de seu caráter quase exclusivamente comercial, constatou-se que a atividade era incapaz de gerar um excedente suficiente para se transformar em meios adicionais de produção que a modernizassem. A olericultura apenas reproduz o mesmo nível de produtos, persistindo suas características de baixa produtividade.

CEASA e Intermediários na Comercialização de Hortigranjeiros em Campina Grande.

Autor: Ailton Elisiário de Sousa
Orientador: Antonio Lisboa Teles de Rosa
Defesa: 09.09.1983
Páginas: 113

O trabalho busca verificar se a CEASA - Central de Abastecimento S/A de Campina Grande-PB tem contribuído para eliminar ou atenuar a ação de intermediários no processo de comercialização de produtos hortigranjeiros. A hipótese é a de que ela não tem conseguido desenvolver uma ação eficaz no sentido de que produtores e consumidores sejam beneficiados com redução das margens de comercialização dos intermediários. Os principais tópicos analisados são: margens de comercialização, suas variações e tendências, aplicações de markups nos segmentos atacadista e varejista do mercado e estruturas de produção e comercialização dos produtos selecionados para estudo: abacaxi, batatinha e tomate.

A análise demonstra que são os intermediários os maiores beneficiários da comercialização de hortigranjeiros, notadamente aqueles que realizam a integração das atividades de produção e comercialização. Demonstra, ainda, que a ação da CEASA tem somente fortalecido tais agentes, sem que medidas sejam adotadas para a obtenção de mudanças nos processos de produção e comercialização que visem tornar menos longo o caminho percorrido pelos produtos hortigranjeiros desde os produtores até os consumidores.

A Casa de Farinha - Realidade Sócio-Econômica do Brejo Paraibano.

Autor: Celeide Queiroz e Farias

Orientador: José Maria Vêras Filho

Defesa: 30.12.1983

Páginas: 55

Na economia do Brejo Paraibano destacam-se a monocultura canavieira, ocupando suas terras mais férteis e a lavoura de subsistência, que abastece as áreas urbanas e garante a produção e reprodução da força de trabalho. A produção de farinha de mandioca, objeto deste estudo, é uma atividade tradicional desse setor de subsistência que é contemplada com créditos do POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, instituído em 1974. Descreve-se tal processo de produção, que evoluiu da Casa de Farinha Manual para Casa de Farinha a Motor e, na década de 1970, para Casa de Farinha Mecanizada ou Usina de Farinha. Registra-se que a modernização desse subsector vem alterando as relações sociais de produção. Pode-se destacar como conclusão geral que o dinamismo da atividade de produção da farinha de mandioca é decorrente da agroindustrialização do açúcar e do álcool, cujo complexo conta com incentivos do Estado, principalmente através do PROALCOOL - Programa do Alcool.

Aspectos Econômicos e Sociais da Migração Rural: O Caso de Ingá-PB.

Autor: Angela Maria Mota de Figueiredo Porto

Orientador: Ramón Peña Castro

Defesa: 05.04.1984

Páginas: 84

Estuda-se o êxodo rural nordestino, tendo como caso amostral o município de Ingá, Estado da Paraíba. O trabalho embasa-se teoricamente na Economia Política e nas condições histórico-estruturais que explicam o problema da migração rural nordestina como parte do processo do sistema econômico global. As conclusões gerais do trabalho destacam que: em Ingá existe uma relação interativa entre a estrutura fundiária concentradora e o seu sistema de produção, de um lado, e o processo de expulsão de mão-de-obra, de outro. Mesmo indiretamente, foi evidenciada a relação entre a capitalização do latifúndio, através da expansão da pecuária e as alterações da estrutura social, caracterizada, principalmente, pela estagnação da população rural e pela falsa urbanização do município. Na fase de acumulação monopolista com alta densidade de capital, verifica-se que o mercado de trabalho regional e nacional não é capaz de absorver em larga escala a mão-de-obra liberada pela agricultura.

A Agroindústria Maguary e sua Influência Sócio-Econômica na Produção de Abacaxi no Município de Sapé-PB.

Autor: **Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho**

Orientador: Elbio Troccoli Pakman

Defesa: 04.05.1984

Páginas: 148

Contextualiza-se a agroindústria nos marcos históricos do desenvolvimento capitalista, a fim de estudar e compreender a influência da Maguary na produção de abacaxi no município de Sapé, Estado da Paraíba. A pesquisa empírica envolveu amostra na qual estão representados os diversos agentes ligados à produção de abacaxi no município, e representantes da empresa, objeto do trabalho. A revisão bibliográfica contempla a discussão sobre agroindústria na América Latina e no Brasil. O estudo mostra que o desenvolvimento da produção de abacaxi e da indústria de suco está inserido no novo modelo de acumulação, iniciado na década de 1960. Este modelo diz que as agroindústrias, principalmente as que

produzem artigos sofisticados, desenvolveram-se determinando mudanças tecnológicas no processo produtivo da agricultura e nas relações entre a agricultura e a indústria. Mudanças nas relações de produção foram detectadas através do aumento do número de assalariados (permanentes e temporários).

O Estado e a Seca (Intervenção estatal no Nordeste do Brasil 1979/83).

Autor: Gelfa de Maria Costa Aguiar

Orientador: Nilson Araújo de Souza

Defesa: 12.11.1984

Páginas: 152

Discute-se, de forma lógico-histórica, a questão da intervenção estatal no Nordeste do Brasil, mais especificamente no período de 1979/83, tomando-se como referencial as "frentes de Emergência" instaladas no município de Juazeirinho, interior da Paraíba. Considera-se, para tanto, a peculiaridade da inserção do Nordeste no espaço econômico nacional, destacando o caráter de dependência e complementariedade assumido por esta região em relação ao Centro-Sul. Enfatiza, também, características estruturais da região nordestina que desfavorecem sensivelmente ao trabalhador, ali engajado, em termos de produtividade/rentabilidade, tornando-se extremamente frágeis para o enfrentamento com a crise de subprodução, resultante da destruição total ou parcial da produção agrícola a cada período seco. Teoricamente absorve a idéia de que o Estado apresenta um caráter de classe que evidencia como seu papel fundamental a garantia da reprodução das condições sociais patentes. Nesse contexto, entende a atuação do Estado via Frentes de Emergência como reflexo da necessidade de manutenção do "equilíbrio" econômico nacional, sem contudo passar pelo âmbito das soluções estruturais para a região, mas muito mais fortemente permitindo a manutenção do "status quo" regional, "funcional" à economia do país.

A Crise da Cotonicultura no Sistema Agropastoril Sertanejo da Paraíba - Um Estudo de Caso: Município de Santa Luzia-PB.

Autor: Maria Goretti Serpa Braga
Orientador: Ramón Peña Castro
Defesa: 14.11.1984
Páginas: 112

Discute-se o desenvolvimento econômico capitalista brasileiro em geral, o da agricultura nesse contexto e, em particular, o do Nordeste. Sobre esse pano de fundo, analisa-se o sistema de produção algodoeiro do semi-árido paraibano. O corpus do trabalho se ajusta à questão agrária e à questão Nordeste. O cenário empírico é o Estado da Paraíba, e o caso amostral utilizado é o sistema de produção algodoeiro do município de Santa Luzia, que é integrado pelo complexo algodão/milho/feijão versus criação extensiva de gado. O trabalho concluiu que a crise da cotonicultura do semi-árido paraibano decorre da lógica do tipo de modernização adotado pelas forças sociais e políticas que comandam a economia regional, viabilizado pelas políticas agrícolas e especiais do governo. Dadas as peculiaridades da região, a inexistência de alternativas viáveis para o emprego do trabalho familiar implica no desmoronamento gradativo do sistema de produção e das condições de vida da população local.

Abastecimento Alimentar no Brasil: 1951/1960. (Uma introdução ao seu estudo Sócio-Econômico).

Autor: Maria Verônica de Moraes Batista
Orientador: Elbio Troccoli Pakman
Defesa: 13.11.1984
Páginas: 115

A expansão da produção alimentar no Brasil dá-se até a década de 1950, sem maiores pressões, por parte do setor urbano-industrial, e sem o estímulo direto do Estado. A rápida industrialização, o crescimento das grandes cidades, o aumento populacional e a expansão da rede urbana, verificados nesse período, provocaram uma modificação substancial na estrutura da demanda interna com crescimento da participação relativa de alimentos. Dentro deste contexto, para atender a essas circunstâncias, o Estado apelou para medidas de impacto e para formulação e aplicação de políticas de planejamento econômico, com objetivo de regulamentar e orientar o setor de abastecimento no

Brasil. Nos governos de Getúlio Vargas (1951-54) e Juscelino Kubitschek (1956-60) período objeto desta reflexão, o avanço industrial foi promovido sob decidido empenho do Estado que, estruturado tecnoburocraticamente, colocou a sociedade num processo de ajustamento e de modernização capitalista. Como é sabido, o papel da agricultura nas sociedades capitalistas, sob base industrial, é o de contribuir para a eliminação dos custos dos insumos industriais. Este fato reveste-se de maior importância nos países cuja industrialização é oligopolizada e dependente, como no caso brasileiro.

A Política de Reflorestamento na Paraíba.

Autor: Claudet Coelho Guedes

Orientador: Ramón Peña Castro

Defesa: 13.12.1984

Páginas: 117

O estudo trata do Programa de Reflorestamento na Paraíba, financiado pelo Fiset - Fundo de Investimentos Setoriais, no período de 1979 a 1983. Objetiva-se descobrir a relação que existe entre sua efetivação e o processo de extensão das relações capitalistas na agricultura paraibana. Para tanto, analisa-se os antecedentes e os resultados gerais da política de reflorestamento no Brasil; apresenta-se o Programa de Reflorestamento aplicado na Paraíba, em seus aspectos formais e institucionais e, por fim, discutem-se os resultados sob o ângulo de seus reflexos econômicos e sociais, como processo de capitalização do latifúndio. O reflorestamento no Semi-Arido aparece diretamente relacionado com a atividade agropastoril, onde a produção de forragem reforça substancialmente a base alimentar da pecuária extensiva, favorecendo, também, a tendência para uma pecuária intensiva, susceptível de contribuir ao desenvolvimento setorial e regional. Agrega-se a isto o fato de o reflorestamento com algaroba, na Paraíba, não gerar competição entre terra para lavouras e terra para o reflorestamento, por serem utilizados solos de baixa fertilidade natural, já que a mesma é uma planta xerófila. Como conclusão geral destaca-se que o custo do Programa é muito elevado, que não atinge suas metas, e que a forma como é implementado, longe de acarretar mudanças sociais, propicia a crescente concentração de terras e, portanto, de rendas, sem

contribuir para a solução do problema do desemprego. A política de reflorestamento é apenas uma parte da estratégia geral de expansão do capitalismo no campo, na qual o Estado assume o financiamento do capital fixo. Deste modo, ele contribui para a conservação e até expansão de uma forma de organização sócio-econômica concentradora e super-exploradora de força de trabalho, o que agrava a fome de terra e o desemprego, repercutindo, assim, na super-oferta de mão-de-obra e no baixo nível dos salários.

Estado e Conflito - Questionando Alagamar.

Autor: Dulce Maria Barbosa Cantalice
Orientador: Ivan Targino Moreira
Defesa: 27.12.1985
Páginas: 468 (3 vol.)

O papel dos investimentos de capital e a política do Estado com relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo tem resultado em conflitos sociais, como o caso de Alagamar-PB, onde 600 famílias de pequenos produtores arrendatários foram ameaçados de expulsão quando a terra foi vendida. A nova forma de organização da produção pressupunha a expropriação das populações ali residentes. O conflito se estabeleceu quando os trabalhadores resistiram e muitos investimentos não puderam ser concluídos. Para analisar tal conflito, utilizou-se de uma leitura crítica dos autores clássicos, fundamentando a construção do referencial teórico-metodológico que possibilitasse a compreensão de um conflito pela terra, mediante a conceituação multilinear do desenvolvimento capitalista, bem como do Estado como garantidor e regenerador do capital. Observara-se, através de litígios, de violências e tentativas de expulsão, as diversas formas de intervenção do Estado na viabilização do avanço do capital, na geração e no decorrer do conflito, bem como na aplicação de políticas de solução. Conclui-se que: o Estado subvenciona a implantação de grandes projetos, concorrendo dessa forma para a instalação de próprio conflito; que, quando chamado a intervir como árbitro, o Estado assume posições contraditórias, para neutralizar o conflito em prejuízo do lado mais fraco do jogo de forças; e, finalmente, ele aciona diferentes mecanismos de integração dos pequenos produtores às estruturas institucionais, como forma de

controle e dominação, garantindo, por esse meio, a continuidade do processo de acumulação de capital.

Resultados Sócio-Econômicos da Ação do Estado nos Programas de Desenvolvimento Regional para os Pequenos Agricultores - Um Estudo de Caso: O Açude de Boqueirão-PB.

Autor: Cléa Cordeiro Rodrigues
Orientador: Afrânio Aragão
Defesa: 21.03.1985
Páginas: 140

Analisam-se as transformações econômicas e sociais ocorridas no município de Boqueirão-PB, como consequência da construção da construção do açude pelo DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que o administra após um quarto de século de finalização da obra. A construção do açude propiciou o surgimento de culturas destinadas ao mercado, através da irrigação e da utilização intensiva de insumos. Daí aparecem novas categorias de produtores agrícolas, diferentes entre si, como os arrendatários do DNOCS e os arrendatários particulares, antigos e novos proprietários na área do açude, aumentando o número de assalariados temporários, conforme foi constatado.

A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1850-1905).

Autor: Marly de Almeida Gomes Viana
Orientador: Ciro Flamarion S. Cardoso
Defesa: 07.06.1985
Páginas: 265

Pesquisa-se a estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande-PB, começando-se por ver o quadro natural e as condições históricas de ocupação da terra. O respaldo fundamental do levantamento dos dados, foram todos os inventários *post mortem* e os relatórios dos presidentes de província da Paraíba, no período 1850-1905. Analisam-se, a seguir, elementos da economia agrícola, como: a esfera da produção - tipos

e formas de cultivo, em especial do algodão, da mandioca, assim como o que se refere à pecuária; o uso de técnicas agrícolas, em especial, as ligadas ao beneficiamento do algodão (bolandeiras, máquinas de beneficiar, teares); e, por último, a mão-de-obra, fazendo-se levantamento do número de escravos na região e da utilização de sua força de trabalho, assim como das diversas formas de trabalho livre utilizado no período de declínio da escravidão. Examina-se, ainda, a comercialização, sua formação e ampliação. A terceira parte do trabalho é dedicada ao estudo da sociedade campinense da segunda metade do século passado, levantando-se: urbanização, relações de classe, hábitos, costumes e mentalidades.

Considerações sobre o Processo de Expansão do Capital na Agricultura: A Cultura do Abacaxi em Sapé - Paraíba.

Autor: Alunilda Janúncio de Oliveira
Orientador: Paulo Roberto Campanário
Defesa: 20.09.1985
Páginas: 147

Analisa-se os efeitos da modernização tecnológica na agricultura, associando-os com as mudanças nas relações de produção e de trabalho no contexto da própria produção agrícola. Dos 43 imóveis produtores de abacaxi em Sapé-PB, a pesquisa abrangeu uma amostra de 30. Constatou-se que a presença do capital, na exploração da cultura do abacaxi em Sapé, gerou mudanças substanciais, não apenas na forma de organizar esta produção mas, também, mudanças sociais e econômicas, resultado do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura em geral. O trabalho conclui que o processo de migração campo-cidade foi acentuado e que diminuiu a produção de gêneros de subsistência.

Os Programas Especiais para o Nordeste - O Projeto Sertanejo e o Núcleo de Sumé-PB.

Autor: Gilvan Braz de Macedo

Orientador: Nilson Araújo de Souza
Defesa: 27.09.1985
Páginas: 83

O Projeto Sertanejo como uma política criada pelo Estado visando ao desenvolvimento econômico do Nordeste Semi-Arido, é analisado sob a ótica de instrumento integrante da política de modernização, que respalda o processo de acumulação na agricultura. Constata-se que ele estimula a criação de médios empresários rurais, capacitando-os a participarem do mercado consumidor de produtos alimentares, insumos agrícolas e máquinas e equipamentos e a fornecerem matérias-primas e alimentos de baixo custo, destinados, respectivamente, às agroindústrias e aos centros urbanos. Entretanto, suas metas sociais são atingidas na medida em que a maioria da população residente nos municípios que correspondem à sua área de atuação, não é beneficiada. Tal perfil de desempenho do Projeto Sertanejo, também é constatado na análise do funcionamento do seu Núcleo de Sumé, município integrante da microregião dos Cariris Velhos, semi-árido paraibano, no período de 1975-1980. Além das características gerais já descritas, constata-se que, no município, aumentou a concentração fundiária, já que o número total de estabelecimentos diminuiu enquanto aumentou o tamanho dos mesmos.

Sobre a Organização da Produção de Banana no Município de Bananeiras-PB - 1970/1984.

Autor: Marta Maria Gomes Van Der Linden
Orientador: Elbio Troccoli Pakman
Defesa: 17.03.1986
Páginas: 144

Analisa-se a organização da produção no município de Bananeiras, microregião do Brejo Paraibano, cujo produto principal é a banana, cultivada, basicamente, por pequenos produtores. Identificam-se as relações de trabalho que nela se estabelecem, visando compreender seus nexos internos, sua lógica de movimentos e as inter-relações que se articulam ao contexto mais geral da produção agrícola. A pesquisa revela que, em essência, o que vai caracterizar e diferenciar entre si os diversos tipos de produtores, não são os produtos que plantam, mas a forma

de organização no interior das respectivas unidades produtivas. Esta lógica vai refletir o sistema de posse e uso da terra. Como conclusão geral destaca-se que existe, na área estudada, uma convivência contraditória do avanço do capitalismo no campo com outras formas atrasadas de organização da produção, fruto da manutenção de uma estrutura fundiária concentrada e concentradora.

Fabricação de Rapadura na Paraíba: Estudo Sócio-Econômico.

Autor: **Madalena Herculano dos Santos**
Orientador: **Elbio Troccoli Pakman**
Defesa: **26.03.1986**
Páginas: **217**

A produção de rapadura, atividade de caráter tradicional desenvolvida por produtores rurais, tem apresentado pequena capacidade de expandir-se e/ou manter-se no mercado. Investigaram-se, através de observação direta, aplicação de questionários e realização de entrevistas, 230 engenhos (57 dos quais compõem a amostra) em 48 municípios paraibanos. Analisou-se teoricamente que o capital, em seu processo de expansão, incorpora setores atrasados - transformando-os ou mantendo-os. Essa lógica explica também a situação da agricultura, onde, particularmente, subsistem atividades em que parte dos custos de reprodução de sua força de trabalho é provida nos "roçados", permitindo a produção de gêneros de subsistência e matéria-prima a preços relativamente reduzidos, favorecendo a acumulação de capital na indústria. Observou-se que na microregião do Brejo Paraibano, o espaço de atuação dos engenhos foi mantido até enquanto a indústria açucareira permitia e, até certo ponto, requeria a presença da atividade rapadureira, porque esta respondia pela disponibilidade de mão-de-obra sazonal e barata para as usinas, além de fornecer matéria-prima. Viu-se ainda que a elevação da demanda por cana, resultante da expansão da indústria sucroalcooleira, intensificou as condições de colapso dos engenhos que se tornaram meros fornecedores. Por outro lado, constatou-se que no Sertão, dadas as condições em que se organiza a economia local, onde a produção de subsistência responde pela maior parte dos custos de reprodução da força de trabalho, a fabricação de rapadura ainda tem

certo espaço, apesar de fatores geoclimáticos adversos à lavoura da cana. Concluiu-se que o sistema de parceria, historicamente predominante na organização dessa economia, já começa a ser substituída por formas de assalariamento parcial, sobretudo nas atividades em que os produtores conseguem uma maior realização monetária e que as formas diferenciadas de avanço do capital têm contribuído para desarticulação da produção rapadureira no brejo e, contraditoriamente, para sua subsistência no Sertão.

Política Habitacional para Classes de Baixa Renda em Campina Grande-PB.

Autor: Iranise Alves da Silva
Orientador: Ramón Peña Castro
Defesa: 12.05.1986
Páginas: 157

A problemática habitacional, em geral, se realiza através da intervenção do Estado, nas condições sociais de reprodução da força de trabalho, pela via do atendimento às necessidades sociais de moradia das classes trabalhadoras. Analisou-se a política habitacional para as populações de baixa renda, tendo como método o Materialismo Histórico, o que permitiu verificar a questão da moradia como mecanismo gerador de crises, assim como as condições sociais de produção de moradias: mercado de terras urbanas, capital imobiliário e política habitacional e urbana. Procurou-se analisar a política habitacional e urbana e os seus aspectos sociais, econômicos e políticos em diferentes conjunturas históricas. Tomou-se como estudo de caso a favela Pedreira de Catolé em Campina Grande-PB, que serviu para demonstrar as considerações teóricas sobre a política habitacional, principalmente com relação ao Projeto Promorar, desenvolvido na favela. Concluiu-se que a política habitacional longe de eliminar, reproduz o estado de pobreza da população trabalhadora porquanto não atende às necessidades básicas de moradia.

Efeitos Sócio-econômicos da Crise da cotonicultura agravada com a praga do bicudo. Estudo de Caso: Município de Ingá-Pb.

Autor: Maria Auxiliadora Lemos
Orientador: Ramón Peña Castro
Defesa: 14.05.1986
Páginas: 95

A principal atividade de sobrevivência da maioria dos camponeses do semi-árido paraibano se realiza no interior de uma sociedade de classe e está marcada por profundos antagonismos. Um deles é a dependência, de forma absoluta, à conjuntura do mercado internacionalizado e das políticas destinadas a proteger exclusivamente os interesses dos grandes proprietários agroindustriais e dos bancos. Buscou-se identificar as causas determinantes da crise porque passa a pequena produção cotonicultora da Paraíba, partindo da caracterização da natureza econômica e social do tradicional sistema agropastoril, para avaliar as consequências sócio-econômicas da praga do bicudo (*Anthonomus grandis Boheman*) e as perspectivas do subsistema algodão/subsistência. O estudo de caso centrou-se no município de Ingá (Agreste paraibano), grande produtor de algodão herbáceo atacado pelo bicudo. Os dados primários coletados em 1984/1985, através de entrevista direta e individual com 134 produtores de algodão, serviram como fonte principal do estudo, a que se juntaram dados secundários pesquisados em diversas fontes. A natureza sócio-econômica do cultivo do algodão herbáceo como maior fonte de renda e absorção de mão-de-obra no município estudado e as poucas ações econômicas regionais ainda esperam medidas efetivas do Governo para tornarem-se rentáveis. Até então, a pequena cotonicultora paraibana permanece uma atividade econômica insustentável.

Os Colonos do Rio Uruguai: Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinenses.

Autor: Indio Campos
Orientador: René Louis de Carvalho
Defesa: 18.03.1987
Páginas: 370

Analisa-se a forma assumida pelas relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria das microregiões Colonial Oeste Catarinense e Colonial do Vale do Rio do Peixe, em Santa

Catarina, principal região produtora de suínos e aves do Brasil. O trabalho está dividido em cinco partes: a primeira retoma o debate sobre a pequena produção familiar e o capitalismo, abrangendo desde os clássicos do pensamento marxista até os desdobramentos atuais desse debate; faz-se a reconstituição histórica e econômica do processo de colonização do Oeste Catarinense, resgatando o processo de mercantilização da pequena produção familiar e o surgimento do capital agroindustrial, nos capítulos 2 e 3 da segunda parte; analisa-se a expansão dos capitais agroindustriais originados na região e sua transformação em grandes conglomerados econômicos de expressão nacional, discutindo as condições históricas que proporcionaram o estreitamento das relações entre a pequena produção e a agroindústria, na terceira parte, caps. 4 e 5; e, finalmente, o processo de integração das unidades familiares ao capital agroindustrial e seus desdobramentos aos níveis da unidade familiar e do conjunto da pequena produção, é analisado na quarta parte, caps. 6 e 7. A conclusão mais geral que se destaca, aponta que a colonização do oeste catarinense resultou do caráter dinâmico e expansivo da economia capitalista no Sul do Brasil com uma base colonial de pequenos produtores. O surgimento de relações capitalistas na região, inicialmente com atividades comerciais e após com a criação de frigoríficos, colocou-se não com um enclave, mas sim como fruto do próprio desenvolvimento das potencialidades da pequena produção. A nível do conjunto da pequena produção ocorre um processo de modernização seletiva de uma parcela dos pequenos produtores. A parcela destes que não atinge os padrões impostos pela dominação do capital, entra em processo de diferenciação descendente. Tal processo é freiado pela entrada de novos capitais no oeste catarinense. Daí estabelece-se um processo de concorrência entre distintos capitais agroindustriais, visando assegurar-se de fontes de matérias-primas e do excedente de valor gerado pela pequena produção.

Relações de Produção em um Projeto CODEFASF: O perímetro Irrigado de Mandacarú, Juazeiro-Ba.

Autor: Armando Ferreira de Almeida Júnior
Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento
Defesa: 14.05.1987

Páginas: 142

Estudam-se as relações de produção vivenciadas pelos 48 colonos do perímetro irrigado de Mandacarú (Juazeiro-Ba), objetivando demonstrar que, nos projetos públicos de irrigação, o Estado, quando alcança sucesso em suas metas, estabelece pequenos produtores capitalizados no campo. O caminho metodológico passa pela discussão da política geral de irrigação no Nordeste, dentro do contexto voltado para a modernização da agricultura brasileira, pela caracterização do Projeto Mandacarú e do grupo social objeto do estudo. Analisam-se as relações de propriedade, de trabalho, de troca e de apropriação e a intervenção estatal. Dentre outras, constata-se a predominância do trabalho assalariado em detrimento do familiar, destacando-se que o trabalho das esposas dos colonos restringe-se aos afazeres domésticos; os índices de produtividade em Mandacarú são altos e estão intimamente relacionados ao consumo produtivo de insumos modernos de origem industrial; as relações de troca padronizadas pelo capital não parecem estar impedindo a acumulação interna de capital, a qual tem permitido a apropriação de considerável parte do excedente aos proprietários dos meios de produção consumidos em Mandacarú; os lucros, quase sempre seguros, têm permitido ao colono acumular alguma riqueza e melhorar seu nível de vida e de seus familiares. Especificamente em Mandacarú, a intervenção estatal fornece evidências de que tem transformado agricultores tradicionais em pequenos produtores capitalizados, é a conclusão mais geral que se aponta. Particularmente, ressalta-se que a qualidade do solo, o tamanho e a união do grupo, seu nível de instrução, a diversificação da produção e de seus compradores, as facilidades de crédito, dentre outros motivos, possivelmente muito contribuíram para a consolidação das atividades agrícolas de Mandacarú e para os atuais níveis de acumulação.

Estado, Acumulação Capitalista e Luta de Classe no Brasil - 1964/1974.

Autor: Manoel Donato de Almeida
Orientador: Paulo Roberto Campanário
Defesa: 26.05.1987
Páginas: 259

(dados não disponíveis)

Associativismo de Produção na Agricultura dos Assentamientos Campesinos no Panamá.

Autor: Júlio Santamaria Guerra
Orientador: Elbio Troccoli Pakman
Defesa: 27.10.1987
Páginas: 198

A experiência de associativismo na agricultura, surgiu em 1969, na República do Panamá, como resultado da implantação da Reforma Agrária. Aborda-se as fontes e mecanismos de sua diferenciação, determinando-se os fatores atuais que influenciam o seu desenvolvimento e sua capacidade para gerar uma renda empresarial por sócio. Partindo da sistematização das formas históricas de propriedade fundiária, em função de seus mecanismos de valorização, discutem-se o significado da mesma no capitalismo, suas possibilidades de eliminação da renda absoluta através de um processo de reforma agrária e o papel que desempenham as formas associativas de produção nesse processo. As experiências atuais de associativismo de produção em alguns países, estão contempladas na revisão bibliográfica, e são definidos os conceitos de viabilidade econômica, tecnológica e sócio-política utilizados no trabalho. Por fim, analisam-se os fatores atuais que condicionam, a nível macroeconômico, o desenvolvimento dos Assentamientos Campesinos, e, a nível microeconômico, a renda empresarial por sócio. Pode-se destacar, como conclusão mais geral, que os Assentamientos Campesinos contribuíram para a modernização capitalista da agricultura Panamenha, para o aumento da renda empresarial por sócio e para a ampliação do mercado interno.

A Produção de Sisal na Paraíba: O Município de Cuité - Um Estudo de Caso.

Autor: Marta Lúcia Sousa
Orientador: Elbio Troccoli Pakman
Defesa: 02.12.1987
Páginas: 133

A produção de sisal (*Agave Sisalana Perrine*) no semi-árido paraibano vem enfrentando problemas, tanto na sua forma de organização da produção como da comercialização. Analisou-se o caso do município sisaleiro de Cuité-PB, primeiro produtor no Estado, através de um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Concluiu-se que a atividade sisaleira insere-se, de forma subordinada e determinada pela lógica do capital. Por tratar-se de uma agricultura de mercado, está constantemente em crise, ora pelos baixos rendimentos por hectare, ora pelas baixas cotações no mercado nacional e internacional. Tais flutuações influenciam de forma direta a dinâmica da produção interna. Em geral, concluiu-se que só podem obter êxito com a exploração desta cultura, os produtores que detenham forte estrutura econômico-financeira, para custear as despesas do período de produção e beneficiamento final da fibra do sisal.

Os Bamburrados do Tapajós.

Autor: Elizete dos Santos Gaspar
Orientador: Jean Hebette
Defesa: 20.04.1990
Páginas: 142

A descoberta do garimpo em Tapajós, no município de Itaituba (Pará) tem acarretado mudanças para a classe trabalhadora, descaracterizando o perfil do garimpeiro. Através de revisão bibliográfica, capta-se a maneira como os diversos segmentos da sociedade vêem esses trabalhadores. Também, procedeu-se um estudo detalhado da cidade de Itaituba. O espaço temporal analisado, através de entrevistas, coincidiu com o período de aceleração da política econômica desenvolvimentista de ocupação da Amazônia. A partir daí, analisam-se as implicações que as novas mudanças tiveram com relação ao garimpo na produção e reprodução da força de trabalho. A análise concluiu que o garimpeiro, em seu contexto amazônico, é vítima de sua alienação social através da exploração do trabalho, além de suas carências enfrentarem uma multiplicidade de agentes sociais envolvidos conforme seus projetos de reprodução.

A Dinâmica da Acumulação Capitalista no Brasil: Uma Reflexão sobre o Papel do Estado no Período 1930-1945.

Autor: Renato Kilpp
Orientador: Bernd Rainer Martin Rabehl
Defesa: 07.06.1990
Páginas: 237

A partir da Revolução de 1930 até 1945, o Estado atuou de forma a catalizar as potencialidades capitalizadas permeadas no conjunto das relações de produção, que conformavam um modelo de desenvolvimento esgotado internamente, mas com certo fôlego para resistir às transferências necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas. O período abordado não representa uma escolha aleatória, mas expressa uma opção para desenvolver uma reflexão teórica, sobre o papel do Estado na construção do dinamismo das leis gerais da acumulação capitalista no Brasil.

O Bicudo e a Crise do Cotonicultor no Estado da Paraíba.

Autor: Pedro Maia Guimarães
Orientadores: João Otávio P. de Barros Júnior e Elbio Neris Gonzales
Defesa: 28.06.1990
Páginas: 125

O algodão da Paraíba é produzido, em sua quase totalidade, por pequenos cotonicultores, como parceiros, proprietários minifundiários e arrendatários, que utilizam a mão-de-obra familiar e de forma eventual, trabalhadores assalariados. Esta agricultura se realiza através do binômio cultura de subsistência (com destaque para o milho e o feijão) e cultura comercial (algodão) dentro do que se conceituou como uma estrutura de latifúndio/minifúndio. Além dos problemas enfrentados no que diz respeito à estrutura fundiária, tais produtores tornaram-se vítimas da praga do bicudo (*Anthonomus grandis* Boheman), o que contribuiu para reduzir não só a área cultivada, mas a produção e o rendimento médio dessa cultura, bem como a renda monetária dos cotonicultores. Inserido num contexto de pobreza absoluta, onde não consegue nem o mínimo vital necessário para sua reprodução e da sua família, resta ao cotonicultor camponês apenas a alternativa de migrar, abandonando a terra, meio de produção com o qual sempre conviveu.

Estudo do Processo Histórico de Subordinação da Pequena Produção Pesqueira ao Capital em Santa Catarina.

Autor: Olívio Alberto Teixeira
Orientador: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Defesa: 25.07.1990
Páginas: 177

Analisa-se o processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital, no litoral de Santa Catarina. Desde o povoamento do seu litoral, a ocupação que se consolidou baseou-se na pequena produção familiar (campesinato), que combinava, simultaneamente, o desenvolvimento da agricultura e da pesca. A partir de meados deste século, em função do surgimento da especulação imobiliária/desenvolvimento do turismo e da melhoria dos canais de transporte para os mercados/cidades, o desenvolvimento capitalista rompe com a relativa autonomia inerente à condição camponesa e instaura a subordinação de uma nova categoria por ele criada, o pescador artesanal. Atualmente, na perspectiva de um processo de proletarização, visto de forma mais ampla, a pesca artesanal encontra-se subordinada aos desígnios do capital, através da imposição de "cercos" fundamentais à sua reprodução, enquanto atividade produtiva, nos quais se destacam: o processo de comercialização do pescado e de financiamento dos meios de produção, a disputa pelo espaço marítimo com a pesca industrial e o desenvolvimento urbano/turístico das praias.

Do Roçado à Fábrica: Itinerário de Migrante do Campo Paraense à Vida Fabril em Belém - Um Estudo de Caso.

Autor: Zelma Lúcia Ataíde de Campos
Orientador: Jean Hebette
Defesa: 20.11.1990
Páginas: 123

O processo de industrialização nas áreas metropolitanas tem levado as fábricas a absorverem um grande número de trabalhadores migrantes do mundo rural. A Companhia Amazônia

Têxtil de Aniagaem - CATA, em Belém-Pa, é um exemplo deste fator de ruptura das relações de produção, do trabalho rural para o trabalho industrial. Através de entrevistas, tentou-se recuperar o processo migratório, captando experiências de vida ao longo de trajetórias ocupacionais e o impacto de mudança da relação campo-cidade. Concluiu-se que a busca por melhores condições de vida tem encontrado possibilidades concretas de sobrevivência desanimadoras no presente urbano operário.

Tomate Industrial: Gênese e Desenvolvimento da Produção Integrada de Tomate nas Áreas Irrigadas de Petrolina (Pe) e Juazeiro (Ba).

Autor: Erico Alberto de Albuquerque Miranda

Orientador: René Louis de Carvalho

Defesa: 10.01.1991

Páginas: 160

Analisa-se os elementos que permitem entender a gênese e desenvolvimento da produção integrada do tomate industrial, nas áreas irrigadas do Dipolo Petrolina (Pe) e Juazeiro (Ba). Neste sentido, busca-se compreender como se formou, historicamente, a estrutura fundiária, as estratégias industriais e a natureza dos produtores agrícolas modernizados. O deslocamento e desenvolvimento dessa atividade, que originalmente se dava no Centro Sul, alçou o dipolo à condição de principal produtor dessa cultura. Que fatores explicam esse deslocamento? Qual a natureza dos capitais que constituem as processadoras no dipolo e que estratégias balizam os seus investimentos? Quem é esse produtor modernizado, ou, particularmente, quem é esse produtor familiar modernizado? Como se caracteriza a organização do processo produtivo e que relações estabelece com a indústria e o Estado? Quais as perspectivas de desenvolvimento da produção integrada? Estão são algumas das questões tratadas no trabalho, onde os argumentos apresentados constituem um questionamento acerca da integração agricultura/indústria e do moderno produtor familiar, elementos constitutivos do novo padrão agrícola. Dentre outras, destaca-se como conclusão que as perspectivas de desenvolvimento da produção integrada do tomate se vêem condicionadas pela afirmação da estratégia voltada à exportação, pela diversificação da produção agrícola e industrial, e pela implantação de indústrias produtoras de insumos. Os dois primeiros condicionamentos irão

repercutir na consolidação das estratégias das empresas e na posição de principal produtor nacional de tomate ocupada pela região; o terceiro condicionante implicará na pluralização de estratégias de dominação sobre a agricultura.

Reflexões Teóricas e Históricas acerca do Trabalho: Trabalho, Vida e Morte.

Autor: Vladimir Domingos Micheletti
Orientador: Reinaldo Antonio Carcanholo
Defesa: 28.02.1991
Páginas: 207

Utilizam-se os pares dialéticos VIDA E MORTE para discutir o conteúdo do conceito de Trabalho, por considerá-los mais abrangentes. Sallenta-se, de início, o fato de que o Trabalho é uma relação bipolar (Homem Natureza), sendo que neste momento o Trabalho assume a forma Trabalho-Vida. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o Trabalho-Vida é dominado pelo Trabalho-Morte, deixando de ser bipolar para tornar-se tripolar (Homem Homem Natureza), ou seja o uso predatório ou não da natureza depende agora da relação entre os indivíduos ou relação entre as classes. O Trabalho-atrativo é a categoria apresentada como superação da contradição Trabalho-Vida e Trabalho-Morte e, ao mesmo tempo, forjador de uma nova forma de riqueza imaterial.

O Sabor Amargo do Manjar dos Deuses: Estudo sobre as formas de Subordinação impostas pelo Capital à Pequena Produção Familiar Camponesa dispersa pela Região Litoral Sul da Bahia.

Autor: João Manuel Afonso
Orientador: René Louis de Carvalho
Defesa: 01.11.1991
Páginas: 249

Busca-se captar as formas de subordinação impostas pelo capital à pequena produção camponesa de cacau, dispersa pela Região Litoral Sul da Bahia, que utilizam, preferencialmente, mão-de-obra familiar e, esporadicamente, compram ou vendem

força de trabalho. Aferiram-se as hipóteses tomando-se como parâmetros principalmente as variáveis econômicas, culturais, sociais e ideológicas. Variáveis fortemente influenciadas pelas determinações do capital e redimensionadas em seu movimento para a dinamização da acumulação capitalista. A utilização desses indicadores permitiu retratar a real situação dos pequenos produtores no que concerne ao seu encaminhamento na direção da diferenciação ascendente ou da proletarização. O capital trabalho incorporado à terra delimita os que se diferenciaram economicamente. Os reduzidos fatores de produção, em termos de terra e capital, são indicadores da expropriação. Como conclusão geral, pode-se destacar que na região demarcada, os produtores familiares dos menores estratos de área (estabelecimentos com menos de 20 ha) encontram-se em avançado estado de pauperização. Os que atingiram algum nível de capitalização (ascenderam economicamente) possuem maiores superfícies de terra, nas quais agregaram mais capital trabalho na forma de culturas. A submissão e a dominação que o capital impõe aos pequenos produtores são confirmadas e realçadas pelo atrelamento comercial, sócio-cultural e político.

Desindustrialização e Opositividade no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro.

Autor: José Menezes Gomes
Orientador: Robério Ferreira dos Santos
Defesa: 17.12.1991
Páginas: 156

Busca-se entender as alterações ocorridas na intervenção estatal, no período 1970-1980, auge da crise da modernização industrial e agrícola, que levou à introdução dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs) no país. Com base em pesquisa bibliográfica, discutem-se: a internacionalização do capital, a industrialização brasileira e nordestina, o endividamento externo e interno, a estatização da dívida, a ascensão dos empréstimos multilaterais e o surgimento dos PDRIs. Estes, segundo a hipótese central, surgem no momento de crise das políticas anteriores (PIN - Programa de Integração Nacional; PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terra) que viabilizavam o programa global de modernização rural que, por sua vez, complementava o processo de modernização industrial, através

de uma política de crédito e subsídios abundantes. Tal movimento é respaldado pela intervenção do Estado que, a partir do Golpe Militar de 1964, assumiu caráter específico. Com relação à internacionalização do capital, coloca-se que seu ponto de partida é o caráter improdutivo/rentista assumido pela reprodução. De tal processo resulta a perda da competitividade industrial americana para a Europa e Japão e a priorização dada à agricultura, pelos Estados Unidos, para recompor sua hegemonia econômica e tecnológica. A superação desta crise específica resultou da superação desse caráter parasitário pelos Estados periféricos, com a constituição do capital produtivo via militarização do Estado. A discussão relativa à industrialização brasileira e nordestina, é respaldada, teoricamente, no confronto de duas interpretações:

a de MELLO (1982) que atribui aos agentes privados a responsabilidade de tal processo; e a de XAVIER (1989) que diz que os agentes privados eram gestados pelo Estado, que é levado à exaustão por esse mesmo processo. A exaustão do Estado implica regressão ou desindustrialização. O processo de endividamento externo e interno é a manifestação do movimento de superação realizado pelo Estado. O endividamento teve início pelas captações privadas, mas caminha, a partir do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, para a captação das estatais.

O Processo de Desenvolvimento Recente da Agropecuária Gaúcha - 1960/1990.

Autor: **Dilson Trennepohl**
Orientador: **Jurandir Antonio Xavier**
Defesa: **18.12.1991**
Páginas: **195**

A agropecuária do Rio Grande do Sul sofreu importantes transformações nesta segunda metade do século XX, no que diz respeito às formas de organização da produção, às técnicas produtivas, aos tipos de produção, às relações de trabalho; às relações dos produtores rurais com o mercado, e à rede de instituições a ela articuladas. Ao nível do processo produtivo, as transformações podem ser caracterizadas pela introdução de um pacote tecnológico, baseado na utilização intensiva de máquinas e equipamentos, fertilizantes e corretivos químicos, produtos veterinários e agrotóxicos, sementes e matrizes melhoradas. Estudam-se as transformações ocorridas no espaço temporal

delimitado de 1960 a 1990, identificando e interpretando as principais especificidades regionais, setoriais e sociais, com vistas ao melhor entendimento do processo em sua complexidade e contraditoriedade. A hipótese norteadora é a de que se trata de um processo capitalista de desenvolvimento que, diante das diversas situações com as quais se defronta, assume formas específicas de acordo com as peculiaridades regionais, setoriais e sociais em que se realize e que, ao contrário de atenuar ou amenizar, aprofundou as desigualdades existentes. Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários são os instrumentos que respaldam: c levantamento das principais características do desenvolvimento quanto à sua distribuição no espaço; a análise setorial que objetiva identificar os elementos centrais do processo nas principais atividades econômicas da agropecuária gaúcha; e a análise social, que visa identificar os principais grupos sociais existentes e sua relação com a dinâmica do desenvolvimento verificado. A conclusão mais geral confirma a hipótese do trabalho de que as desigualdades de fato se ampliam no período analisado.

Resenhas Bibliográficas

GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J., Da Lavoura às Biotecnologias (agricultura e indústria no sistema internacional). Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990, 192 p.

"Da Lavoura às Biotecnologias", de Goodman, Sorj e Wilkinson, representa um marco nos debates sobre o desenvolvimento recente da agricultura no capitalismo. Um livro de importância fundamental que — baseado numa análise interdisciplinar entre a Sociologia, a Economia, as ciências da produção e outras — estabelece as principais tendências que o movimento de acumulação de capital deve assumir neste limiar do século XXI, na produção agrícola e de produtos alimentares, bem como as novas contradições que emergirão desta realidade "pós-industrial".

Este livro não representa meramente uma análise do desenvolvimento da agricultura mundial, mas principalmente uma avaliação das tendências do capitalismo sobre a agricultura. Este processo, com esta dupla determinação, é analisado pelos autores a partir de uma perspectiva histórica sob duas categorias centrais, por eles criadas: o apropriação e o substitucionismo. Estas duas categorias significam processos paralelos e, até certo ponto, interdependentes, representando, enquanto categorias históricas e analíticas, a industrialização da produção rural e do produto agrícola final.

A categoria apropriação refere-se ao processo que começa a se manifestar, principalmente, na agricultura dos EUA e da Europa, a partir da segunda metade do século XIX. Na medida em que o desenvolvimento capitalista defronta-se com um processo de produção natural e que não há opção fabril à transformação biológica natural do cultivo agrícola, as relações capitalistas somente se apropriam de "aspectos discretos do processo de produção", revelando um movimento descontínuo, porém

permanente, de transformação desses aspectos em setores específicos da acumulação industrial. Inicialmente, influenciados pelas especificidades estruturais da atividade agrícola, e pelas próprias adaptações geoeconômicas, os capitais industriais restringiram suas apropriações da produção agrícola a dois aspectos principais: à mecanização da produção e ao desenvolvimento de inovações químicas e genéticas. O primeiro aspecto refletiu as condições da agricultura norte-americana — abundante em terras e escassa em força de trabalho — se concentrando nas tarefas do processo de trabalho. A Europa, por sua vez, com seu solo desgastado por muitos anos de cultivo, registrou avanços iniciais na restauração dos nutrientes/fertilizantes da terra. Posteriormente, o processo que se desencadeia é, na opinião dos autores, a "real apropriação da agricultura", correspondendo ao período em que a apropriação industrial intervém diretamente no processo natural da produção.

Esta fase recente da apropriação industrial refere-se à "revolução verde", momento em que os setores alimentares, químicos e de mecanização da agricultura abandonaram suas estratégias relativamente independentes e convergem numa direção: as inovações biotecnológicas. Para os autores, as principais manifestações desse processo são as melhorias genéticas das plantas, o desenvolvimento das sementes híbridas, a criação das VAR's (variedades de alto rendimento), o surgimento das inseminações artificiais e a diminuição do tempo biológico da vida dos animais.

Por outro lado, o desenvolvimento histórico da indústria processadora de alimentos tende a reduzir o produto da agricultura a um simples insumo industrial e, em última instância, eliminar o processo de produção rural, passando a utilizar matérias-primas de origem não-alimentícias ou mesmo não-agrícolas e, em últimos termos, substitutos artificiais desenvolvidos pelas indústrias químico-farmacêuticas. Esta, segundo os autores, é a outra dimensão do processo de superação capitalista da separação entre a agricultura e a indústria, e se constitui no substitucionismo.

Depois de arrolarem alguns estudos de caso que demonstram o desenvolvimento precoce da indústria química orgânica em seu processo de substitucionismo de matérias-primas agrícolas — no processamento e preservação de alimentos em grande escala e no desenvolvimento de produtos químicos pela indústria têxtil — os autores procuram mostrar que esta lógica substitucionista está

presente nas características estruturais da indústria alimentícia. Estas empresas, normalmente se constituem em poderosas "holdings", grandes oligopólios de produção internacionalizada, possuindo associações diretas com as indústrias químicas e farmacêuticas. Na verdade, estabelece-se um "canal interindustrial" de transferência de tecnologia, desenvolvendo conjuntamente a P & D da bioquímica. Segundo os autores, o desenvolvimento destas pesquisas leva ao fracionamento das matérias-primas agrícolas para serem usadas como componentes químicos da fórmula de outros produtos, "até o ponto de poder redefinir as noções convencionais do que é alimento". Muito além do que isso, as perspectivas indicam que este processo de pesquisa converge no surgimento de compostos de imitação sintéticos, com fronteiras de utilização infinitas pela indústria alimentar.

O desenvolvimento das modernas biotecnologias constitui o elemento de síntese no processo capitalista de superação da divisão entre atividades agrícolas e industriais, representando um avanço generalizado na capacidade dos capitais industriais de manipularem a natureza e seus recursos. As biotecnologias portanto, produzem e produzirão em maior escala um impacto direto nos padrões atuais do substitucionismo e do apropriação.

Nesse sentido, os autores demonstram que os novos rumos do apropriação indicados pelo desenvolvimento biotecnológico transcendem o limite natural das espécies. Ou seja, a aplicação da engenharia genéticas de vegetais e animais prenuncia potencialmente uma nova era na apropriação da agricultura, a qual já deve-se destacar: a fixação biológica do nitrogênio, o desenvolvimento de culturas resistentes às pragas e à herbicidas, o melhoramento genético em termos de saúde e nutrição animal (concentrados vitamínicos, aminoácidos e hormônios para aceleração do crescimento), etc. Em termos do substitucionismo, as tendências recentes do seu desenvolvimento são determinadas pela fronteira móvel da inovação tecnológica nas indústrias alimentares, da mecânica para a química e biologia, configurando o que os autores denotam como a "bioindustrialização". Sem dúvidas, a engenharia genética irá dotar a indústria de alimentos com melhores biocatalizadores e realizar uma seleção mais ampla de materiais para seu processamento.

Por outro lado, o debate acadêmico sobre as estruturas sociais rurais tem se centralizado na seguinte questão: qual é o "status" da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista?

Para os autores, o capitalismo não encontrou sua expressão histórica nem na "fazenda-fábrica" nem na "fazenda familiar subordinada". Ao contrário, seu desenvolvimento implica no crescimento da força de trabalho agroindustrial, com a dinâmica das estruturas sociais rurais sendo determinada pelo grau e forma da "industrialização da natureza". Portanto, à medida que o apropriação e o substitucionismo se ampliam, as mudanças nas relações sociais na agricultura dependerão do nível que as atividades rurais remanescentes a este processo possam ser organizadas para manter e reproduzir novos grupos sociais.

Finalmente, Goodman, Sorj e Wilkinson se questionam: quais serão as conseqüências das modernas biotecnologias para a organização técnica e social da agricultura? Nesse sentido, eles procuram traçar duas direções possíveis: a) processo que converge a sistemas de produção contínuos na agricultura, elevando a concentração da produção, na medida em que diminuirá o número de produtores e aumentarão a especialização, a intensidade de capital e a escala de produção, transformado-a numa atividade não-exclusiva, mas de tempo parcial, em que produto intermediário ganha espaço do produto final (por exemplo, o amido torna-se mais importante do que o milho), de um lado; e, b) a oferta de produtos agrícolas competirão com outras fontes de biomassa com base em seus constituintes genéricos de carboidratos, proteínas e gorduras, de outro.

Portanto, as categorias centrais na análise dos autores, apropriação e substitucionismo, que determinam o desenvolvimento das modernas biotecnologias, em verdade, são categorias que especificam melhor o processo de "apropriação industrial" preconizado por Marx. Este processo estudado por Marx se dá ao nível da lógica do capital industrial — o que não pode ser confundido com a aplicação industrial do capital -, isto é, do seu nível mais geral. Estas categorias são menos gerais e, portanto, mais concretas. Por sua vez, as tendências do desenvolvimento biotecnológico delineadas pelos autores sugerem a **superção da separação tradicional entre o trabalho agrícola e o industrial**, eliminando a base material da agricultura em si, na medida em que ela é incompatível com a produção capitalista. Esta, não será a forma encontrada pelo desenvolvimento do capital para superar os "velhos" problemas da renda da terra e da diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção na agricultura?

Aos colaboradores

Orientações e normas relativas às contribuições encaminhadas para publicação

1. A revista *Raízes* só publica trabalhos originais e inéditos.
2. A revista *Raízes*, que tem como finalidade geral propiciar e estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências, reservando-se porém, o direito de publicar ou não o material enviado à Redação.
3. As colaborações devem ser submetidas à Redação sob um dos gêneros seguintes: artigo, ensaio, comentário, artigo-réplica ou comentário-réplica, *interview* científica, nota, resenha de livro ou informação científico-acadêmica.
4. Todas as contribuições devem ser entregues à Redação em 2 vias, bem legíveis, datilografadas em espaço dois (mesmo as referências bibliográficas e as notas de rodapé), em papel branco, e com fita de tinta preta, com aproximadamente 30 linhas de 65 batidas cada uma.
5. Os artigos e ensaios devem ter, em princípio, um máximo de 40 páginas datilografadas em um só lado e numeradas consecutivamente no canto superior direito, não devendo ter menos de 15 laudas, incluídas as referências bibliográficas e as notas de rodapé, ambos tipos constando sempre na respectiva página. Cada contribuição deverá vir acompanhada de uma sinopse de 10 a 15 linhas, em português.
6. Os comentários e notas pelo geral deverão ser breves, com limites mínimo de 3 e máximo de 15 páginas.
7. As resenhas de livros não deverão exceder as 3 páginas.
8. A Redação comunica ao(s) autor(es) a decisão sobre a publicação ou não do trabalho. Não se compromete a devolver os originais que lhe são enviados, principalmente quando o envio não seja por sua iniciativa, nem sequer quando o trabalho não é aprovado para sua publicação. Tampouco se obriga a manter correspondência sobre os mesmos.
9. O título do trabalho deve ir em destaque, devendo constar, em nota de rodapé, quando necessários, esclarecimentos a respeito do texto apresentado e eventuais agradecimentos. A seguir, o(s) nome(s) completo(s) dos(s) autor(es) indicando, em outra nota de rodapé, a função profissional, títulos acadêmicos e/ou a instituição à qual pertence(m).
10. Para indicar que se quer caracteres em letra *cursiva* (itálica), sublinhe as palavras correspondentes com um traço, e para indicar letras em **negrita**, sublinhe com dois traços. Tabelas e gráficos deverão vir em folhas separadas e em arte-final, com especificação do local aproximado em que deve(m) ser inserido(s).

11. As referências bibliográficas no texto devem sempre ser colocadas numeradas, ao pé da página respectiva. A primeira citação de uma fonte deve ser completa: nome integral do(s) autor(es), título completo grifado, local, eventualmente o número da edição, editor, ano de publicação, série ou coleção, número(s) da(s) página(s) aludida(s). No caso de periódico: autor(es), título completo do artigo, título integral do periódico, local de publicação, número de volume e/ou do fascículo, mês e ano de publicação, número da(s) página(s) citada(s).
As referências bibliográficas e a literatura empregada deverão, quando necessário, ser agrupadas, alfabeticamente ordenadas pelos sobrenomes dos autores, ao final do texto, sob a denominação Bibliografia. Neste caso, no texto recomenda-se citação abreviada. Para mais pormenores, recomenda-se consultar as normas técnicas da ABNT.
12. Recomenda-se, e é exigência em contribuições que excedam as 6 laudas, a divisão do texto em secções, empregando de preferência subtítulos. Em caso de descumprimento, a Redação reserva-se o direito de proceder a tal divisão, e se entender de proveito, introduzir subtítulos (indicando sua procedência com a observação "Subtítulos da Redação").
13. Cada original apresentado será, por regra geral, submetido à apreciação de três membros do Conselho Editorial, na base de cujos pareceres escritos, serão aceitos ou recusados, segundo os considerem ou não cientificamente consistentes e de publicação conveniente. A publicação de qualquer contribuição poderá ser condicionada à execução de correções, ou tais modificações poderão ser apenas sugeridas ao(s) autor(es). Em caso de recusa de contribuições para sua publicação, a Redação não está obrigada a comunicar suas razões. As provas tipográficas, sempre que possível, serão submetidas a correção autoral.
14. As colaborações não são remuneradas, porém, cada contribuição publicada fará jus a 5 exemplares do número correspondente da revista, a serem enviados pela Redação a seu(s) autor(es) sem qualquer ônus para este(s).
15. Cada trabalho enviado à Redação deverá, de preferência, ir acompanhado de correspondência com o endereço completo, residencial e/ou profissional e/ou postal, de cada um dos autores, a fim de facilitar e agilizar eventuais consultas.
16. A Redação se reserva o direito, por questões técnicas, de cortar palavras ou linhas (a seu critério) não essenciais das contribuições. Igualmente, reserva-se o direito de modificar a forma dos trabalhos no sentido de os unificar segundo os critérios bibliográficos, ortográficos e tipográficos adotados.
17. Faça as correções necessárias exclusivamente com lápis grafite.
18. Tente apresentar suas colaborações atendendo aos padrões normalizados da revista, tais como são observados no presente número.